

LÍVIA MARIA TURRA BASSETTO

O FUNCIONAMENTO DE NOMES PRÓPRIOS NO PROCESSO
DE REFERENCIAÇÃO

São José do Rio Preto
2015

LÍVIA MARIA TURRA BASSETTO

O FUNCIONAMENTO DE NOMES PRÓPRIOS NO PROCESSO
DE REFERENCIAÇÃO

Tese apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran
(*in memoriam*)

Co-orientador: Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

São José do Rio Preto
2015

Bassetto, Livia Maria Turra.

O funcionamento de nomes próprios no processo de referência /
Livia Maria Turra Bassetto. -- São José do Rio Preto, 2015
202 f.

Orientador: Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (in memoriam)

Coorientador: Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística) 3. Referência
(Linguística) 4. Análise do discurso. 5. Nomes. I. Jubran, Clélia Cândida
Abreu Spinardi. II. Gonçalves, Sebastião Carlos Leite. III. Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências,
Letras e Ciências Exatas. IV. Título.

CDU – 41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves – Co-orientador
Prof^a. Dr^a. Anna Christina Bentes – UNICAMP
Prof^a. Dr^a. Anna Flora Brunelli – UNESP/São José do Rio Preto
Prof. Dr. Eduardo Penhavel de Souza – UNESP/São José do Rio Preto
Prof^a. Dr^a. Luciane de Paula – UNESP/Assis/Araraquara

Suplentes

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza – UNESP/São José do Rio Preto
Prof^a. Dr^a. Luzmara Curcino Ferreira – UFSCar
Prof^a. Dr^a. Taísa Peres de Oliveira – UFMS

*À Clélia (in memoriam), a quem devo esta tese e quantas
mais pesquisas realizar.*

AGRADECIMENTOS

Como dizer que o nome próprio é apenas designativo, se só de pensar em alguns, surgem em minha mente tantos atributos que mal cabem nesta página? Como dizer que o nome próprio é apenas designativo, se só de pronunciar/escrever alguns nomes, meu coração se enche de gratidão e carinho? Paulo, Santina, Nivaldo, Renato, Luiz Carlos, Clélia, Sebastião Carlos, Ilda, Sérgio, Fernando, Natália, Emilia, Luciana, Ludimila, Liege, Vanessa, Maísa, Rosiney, Edina, Letícia, Cíntia, Denilson, Elis, Rafael, Juliana, Patrícia, Bruno, Gelise, Snoopy... São tantos os nomes a serem lembrados sempre! São tantas as pessoas que me ajudam na minha eterna (re)construção e me fazem sempre uma nova Livia, com atributos variados, de acordo com o contexto. Mas há de se ressaltar alguns nomes, em especial, daqueles que me apoiaram não só na caminhada do doutorado, mas na caminhada da vida. Por isso, a alguns representantes dessas pessoas especiais, meus eternos agradecimentos:

Primeiramente, a Deus, por me fortalecer nos momentos de desesperança e tristeza e me manter firme para continuar a lutar;

À minha eterna orientadora, Prof^a. Dra. Clélia C. A. Spinardi Jubran (*in memoriam*), por ter acreditado em mim, por ter me feito crescer, por ter tido paciência com as minhas limitações, por ter sido serena, dedicada, exemplo de ética, exemplo de orientação, enfim, por ter sido uma orientadora tão exemplar e atenciosa. São tantos ensinamentos que as palavras não poderiam expressar. Só posso agradecer por tudo e lamentar não a ter comigo nesse final do doutorado. A ela, meus agradecimentos cheios de admiração e de saudade;

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves, por me receber de braços abertos sem hesitar, mesmo sem saber onde eu estava e para onde ia, por me orientar, me incentivar, me animar e me dar segurança;

À Prof^a. Dr^a. Anna Flora Brunelli, por contribuir com este trabalho, por discuti-lo com qualidade e por ser tão gentil em suas palavras, tanto na qualificação, quanto na defesa;

Ao Prof. Dr. Eduardo Penhavel de Souza, por se disponibilizar à leitura e discussão desta tese, no SELin, na qualificação e agora na defesa;

À Prof^a Dr^a. Anna Christina Bentes e à Prof^a Dr^a. Luciane de Paula, por participarem da defesa e contribuírem nas reflexões do trabalho;

Ao Paulinho, meu amor, por ser tão presente, por ser minha fortaleza, meu amparo, por sonhar comigo e lutar pelos nossos sonhos;

À minha mãe Santina, por se orgulhar de mim e, dentre tantas coisas esquecidas, não se esquecer de mim, dos meus sonhos e nem do meu doutorado;

Aos meus irmãos Luiz Carlos e Renato por, cada qual ao seu modo, me amarem e por se orgulharem de mim;

À minha sogra Ilda, por ser minha segunda mãe, por pedir a Deus por mim e por me acolher como filha;

À Emilia, por ser a amiga de todas as horas, por compartilhar alegrias, tristezas, sonhos e conquistas e por trazer sempre a oração e a poesia aos meus dias;

À Luciana, por me incentivar sempre a continuar nos meus propósitos, por acreditar em mim e ser minha amiga e comadre;

Ao Snoopy, que jamais poderia faltar aqui, por ter sido meu companheiro constante na produção da tese, por me amar, por me acariciar e por enxugar muitas das minhas lágrimas;

Àqueles que ainda não têm nome, mas são planos e promessas de Deus;

E a todos meus amigos, por serem companheiros, por me acalentarem a alma, por me suportarem nos momentos de desânimo e tristeza, por se fazerem presentes e serem presentes. A todos que compartilham comigo a vida, mas que o limite de páginas não me permite declarar...

O outro é uma complementaridade que nos torna a nós maiores, mais inteiros, mais autênticos. Essa é a minha própria vivência.
(José Saramago, ao *La Vanguardia*, 1997)

RESUMO

O presente trabalho tem como base teórica a concepção de referente apresentada pela Linguística Textual de linha sócio-cognitivo-interacionista. Nessa perspectiva, a referenciação não é mais vista como uma relação de espelhamento entre linguagem e realidade, mas como um processo de construção referencial dada no interior do discurso e, portanto, sem relação especular com o objeto-de-mundo. Assim, o referente passa a ser considerado objeto-de-discurso, visto que sua construção se dá discursivamente a partir da interação verbal, ou seja, ele é construído sócio-culturalmente a partir das práticas sociais e remodelado, no interior do discurso, em função dos propósitos comunicativos dos parceiros da interlocução verbal. Com base nesse aparato teórico, esta pesquisa, de caráter qualitativo/interpretativo, buscou investigar o funcionamento de nomes próprios, empregados em diferentes contextos de interação verbal, como estratégia de construção referencial, já que não havia estudos a respeito e o nome próprio era considerado apenas com função designativa, sem, portanto, (re)categorizar o referente. Diferentemente do que previa a teoria da Referenciação, almejou-se, com esta investigação, demonstrar como, em determinadas situações de uso, o nome próprio pode ser: (a) designativo, no seu uso mais prototípico; (b) atributivo, sendo as características construídas sociocognitivamente na interação verbal; e (c) atributivo, com características mais cristalizadas, de modo a estar mais próximo do nome comum. Assim, esses três modos de funcionamento do nome próprio constituem pontos de um *continuum* que parte do nome próprio designativo para o epônimo – nome comum –, estando os pontos (b) e (c) entre eles. Para demonstrar esses casos, foram analisados linguisticamente textos de variados gêneros (crônicas, reportagens, notícias, entre outros), ressaltando-se o emprego de nomes próprios em diferentes situações no processo de construção referencial e sua importância discursiva. A partir da análise do *corpus*, observou-se que, independentemente da função exercida pelo nome próprio, este é recurso relevante para o processo de referenciação, seja, no caso do nome próprio designativo, para marcar uma ilusória neutralidade em relação ao referente, seja para evidenciar uma ideia de (in)formalidade, intimidade ou mesmo para destacar a relevância do referente no discurso. Nos casos de nome próprio atributivo, observou-se a importância da seleção do nome próprio para a construção referencial, já que há associação de característica(s) ao referente por meio dele. Portanto, este trabalho ressalta a necessidade de inserir os nomes próprios entre as estratégias de introdução e progressão referencial, mas principalmente destacá-los como recurso de construção referencial, tanto na referenciação, quando na predicação, uma vez que foi bastante frequente o seu emprego como predicativo do sujeito. Com este trabalho, espera-se ter contribuído para os estudos linguísticos, de modo que os nomes próprios possam ser repensados, em especial no processo de construção de referentes no discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Referenciação, nome próprio, funcionamento, (re)categorização referencial.

ABSTRACT

The present work has as theoretical base the conception of referent presented by Textual Linguistics of socio-cognitive-interactionist base line. From this point of view, the referenciation is no longer seen as a relation of mirroring between language and reality, but as a process of referential construction that occurs in the discourse and, therefore, without a specular relation with the “object of world”. Hence, the referent has been considered “object of discourse”, since its construction occurs discursively whereof the verbal interaction, i.e., it is socio-culturally constructed starting from the social practices and remolded, in the interior of the discourse, in the function of the verbal interlocutors’ communicative purposes. Based on this theoretical support, this qualitative/interpretative research aimed to investigate the functioning of proper names, used in different contexts of verbal interaction, as strategies of referential construction, since there were no studies about it and only the designative function of the proper name was, without, therefore, (re)categorizing the referent. Differently from what the theory of Referenciation foresaw, this investigation aimed to demonstrate as, in particular situations of use, the proper name can be: (a) designative, in its more prototypic use; (b) attributive, being the characteristics constructed socio-cognitively in the verbal interaction; and (c) attributive, with more crystallized characteristics, being nearer the common name. Thus, these three modes of functioning of proper names constitute points of a *continuum* that starts from the designative proper name to the eponym – common name –, being the points (b) and (c) among them. To demonstrate these cases, texts of different genres (chronicles, newspaper reports, news, among others) were linguistically analyzed, emphasizing the use of proper names in different situations in the process of referential construction and its discursive importance. From the analysis of the *corpus*, it was observed that, regardless of the function exercised by proper name, this is relevant recourse to the process of referenciation, both for, in the case of designative proper name, marking an illusory neutrality in relation to the referent, and for evidencing an idea of (in)formality, intimacy or even to feature the relevancy of the referent in the discourse. In the cases of attributive proper names, the importance of the selection of the proper names to the referential construction was observed, because there is association of characteristic(s) to the referent through it. Therefore, this work emphasizes the necessity of inserting the proper names among the strategies of referential introduction and progression, but mainly of featuring them as recourse of referential construction, as in the referenciation, as in predication, because their use was very frequent as predicative of the subject. With this work, it is expected to have contributed to the linguistic studies, such that the proper names can be rethought, in special in the process of referential construction in the discourse.

KEYWORDS: Referenciation, proper names, functions of proper names, referential (re)categorization.

LISTA DE SIGLAS

As siglas empregadas nos exemplos analisados nos capítulos deste trabalho estão postas a seguir em ordem alfabética, acompanhadas dos títulos dos textos e das referências, sejam de livros, revistas, jornais ou *sites*, nos quais esses textos podem ser encontrados.

APN – Após polêmica, Neymar é chamado de ‘novo Pelé’ por revista norte-americana. Disponível em: http://espn.uol.com.br/noticia/311384_apos-polemica-neymar-e-chamado-de-novo-pele-por-revista-norte-americana (Acesso em 15 de março de 2013)

CAV – Compare as versões 1991 e 2012 de Carrossel. Disponível em: <http://www.sitedemulher.net/tag/musica-2/page/127/> (Acesso em: 17 de março de 2013)

CBF – Casal que batizou filho de Adolf Hitler perde a guarda dos três filhos. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/casal-que-batizou-filho-de-adolf-hitler-perde-guarda-dos-tres-filhos.html> (Acesso em: 10 de abril de 2013)

CBI – Cardeal brasileiro inspirou nome do papa Francisco. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130316_papa_entrevista_mauricio_ru.shtml (Acesso em: 15 de março de 2013)

CCM – Crônicas, colunas e mosquitos. Carlos Heitor Cony – *Folha de S. Paulo*- 28 de março de 2008.

CDP – Craques do passado: Ronaldo Fenômeno. Disponível em: <http://radardabola.com/2013/10/21/craques-do-passado-ronaldo-fenomeno/> (Acesso em: 18 de junho de 2013)

CEM – Chávez e a mídia – Carlos Heitor Cony – *Folha de S. Paulo* – 13 de janeiro de 2008.

CRC – Chapéus roubam a cena em tradicional corrida de cavalo dos EUA. Disponível em: <http://virgula.uol.com.br/lifestyle/moda/chapeus-roubam-a-cena-em-tradicional-corrída-de-cavalo-dos-eua> (Acesso em: 15 de março de 2013)

CVP – Caetano Veloso privilegia repertório de seu último disco em estreia no Rio. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/musica/noticia/2013/03/caetano-veloso-privilegia-repertorio-de-seu-ultimo-disco-em-estreia-no-rio.html> (Acesso em: 18 de junho de 2013)

DCS – Dedê conta segredos do Borussia e apresenta o “Neymar da Alemanha”. Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/futebol/internacional/alemanha/dede-conta-segredos-do-borussia-e-apresenta-o-quotneymar-da-alemanhaquot,2a700f3e4389a310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> (Acesso em: 25 de maio de 2013)

DQC – Descubra o QI do seu cachorro. Disponível em: http://super.abril.com.br/mundo-animal/descubra-qi-seu-cachorro-615599.shtml?utm_source=redesabril_jovem&utm_medium=facebook&utm_campaign=rede_sabril_super& (Acesso em: 15 de maio de 2013)

EMM – Educação para um mundo melhor. Disponível em: http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=806#myGallery1-picture%289%29 (Acesso em 18 de junho de 2013)

FEB – Fidel é brasileiro. In: MAINARDI, D. *Lula é minha anta*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

HDP – Histórias de plágio – Carlos Heitor Cony – *Folha de S. Paulo* – 19 de junho de 2008.

HER – Herança – Carlos Heitor Cony. O ato e o fato. O som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964. São Paulo: Publifolha, 2004.

ICA – Igreja Católica anuncia o argentino Jorge Mario Bergoglio como sucessor de Bento 16. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/03/13/igreja-catolica-escolhe-sucessor-de-bento-16-e-tem-novo-papa.htm> (Acesso em: 18 de junho de 2013)

ICN – Inglês corneta Neymar: ‘Justin Bieber do futebol. Brilhante no Youtube’. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2013/03/ingles-corneta-neymar-justin-bieber-do-futebol-brilhante-no-youtube.html> (Acesso em: 25 de maio de 2013)

LPT – Lula é o PT. In: MAINARDI, D. *Lula é minha anta*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

MPM – O mundo precisa de mais Mandelas. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/o-mundo-precisa-de-mais-mandelas-2327.html> (Acesso em: 10 de maio de 2014)

OGD – O Gandhi do Dormonid. In: MAINARDI, D. *Lula é minha anta*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

OLP – O Lázaro paulista – Carlos Heitor Cony – *Folha de S. Paulo* – 31 de março de 2004.

OPG – O Papa e os gays. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/08/03/o-papa-os-gays-505600.asp> (Acesso em: 18 de junho de 2013)

OQS – O que se espera de um papa com esse nome. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/mundo-sustentavel/2013/03/14/o-que-se-espera-de-um-papa-com-esse-nome/> (Acesso em: 15 de março de 2013)

PFM – Política faz mal à saúde – Carlos Heitor Cony. *Folha de S. Paulo*. A2. 06 mai. 2004.

PSP – Para que serve o papa? *Superinteressante*. Ed. 317. Abr. 2013

QEV – Quem é você: Angelina Jolie ou Jennifer Aniston? Disponível em: <http://testeparavoce.br.msn.com/entretenimento/angieaniston/> (Acesso em: 05 de maio de 2013)

RDM - Refresco de memória – Carlos Heitor Cony – *Folha de S. Paulo*. A2. 15 jul. 2008.

RFJ – Em gravação, Ronaldo vira Fábio Júnior do futebol e especialista em sexo. Disponível em: <http://terceirotempo.bol.uol.com.br/noticias/em-gravacao-ronaldo-vira-fabio-junior-do-futebol-e-especialista-em-sexo> (Acesso em: 18 de junho de 2013)

SDC – Se der certo, Gentili será “Jô Soares” da Band. Disponível em: http://outrocanal.folha.blog.uol.com.br/arch2011-06-19_2011-06-25.html (Acesso em: 18 de junho de 2013)

SEM – Ser ou estar ministro – Carlos Heitor Cony – *Folha de S. Paulo* – 03 de agosto de 2008.

TDP – Tempo de palpites – Carlos Heitor Cony - *Folha de S. Paulo*. A2. 07 fev. 2008.

UFS – Um Francisco sul-americano e jesuíta. Disponível em: <http://www.destakjornal.com.br/noticias/mundo/um-francisco-sul-americano-e-jesuita-184260/> (Acesso em: 18 de junho de 2013)

VRP – Veja repercussão do anúncio do novo Papa Francisco. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/renuncia-sucessao-papa-bento-xvi/noticia/2013/03/veja-repercussao-do-anuncio-do-novo-papa-o-cardeal-jorge-mario-bergoglio.html> (Acesso em: 26 de março de 2013)

XUM – Xuxa morena. Disponível em: <http://extra.globo.com/mulher/beleza/xuxa-morena-rainha-aparece-de-cabelos-escuros-se-compara-princesa-estou-me-sentindo-branca-de-neve-5871166.html> (Acesso em: 15 de março de 2013)

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	08
INTRODUÇÃO.....	13
1. Considerações iniciais.....	13
1.1. Ponto de partida para a reflexão sobre nomes próprios.....	14
2. Objetivos e hipótese de pesquisa.....	17
3. Fundamentação teórica.....	18
4. Justificativa e relevância do tema de pesquisa.....	20
5. Procedimentos metodológicos.....	22
6. Estrutura da tese.....	24
CAPÍTULO I – REFERENCIAÇÃO.....	26
1. A questão da referência.....	26
2. Referenciação.....	35
2.1. Estratégias de referenciação.....	48
2.2. A argumentação no processo de construção referencial.....	62
2.3. Os processos de categorização e recategorização referencial.....	65
CAPÍTULO II – NOME PRÓPRIO.....	67
1. Sobre os nomes próprios.....	67
1.1. Da tradição gramatical à filosofia da linguagem.....	70
1.2. O nome próprio na Referenciação.....	95

CAPÍTULO III - A FUNÇÃO DO NOME PRÓPRIO NA CONSTRUÇÃO REFERENCIAL.....	100
1. Os modos de funcionamento dos nomes próprios na construção referencial.....	100
1.1. Do nome próprio (mais) designativo ao nome próprio atributivo.....	101
1.1.1. O nome próprio no texto ficcional.....	122
1.2. Do nome próprio atributivo, com características construídas discursivamente, ao nome próprio atributivo, com características mais cristalizadas.....	131
1.3. Do nome próprio atributivo, com características mais cristalizadas, ao (possível) processo de criação de epônimos.....	152
CONCLUSÃO.....	166
REFERÊNCIAS.....	172
ANEXOS.....	178

INTRODUÇÃO

1. Considerações iniciais

Neste trabalho, investiga-se o emprego de nomes próprios no processo de referenciação em gêneros textuais variados, a partir da perspectiva sócio-cognitivo-interacionista da Linguística Textual. A intenção de discutir esse recurso linguístico surgiu a partir da dissertação de mestrado, intitulada **O processo de construção referencial nas crônicas de temas políticos de Carlos Heitor Cony** (BASSETTO, 2008), por meio da qual se pôde observar, por um lado, a frequência com que os nomes próprios são utilizados na referenciação e, por outro lado, a pequena quantidade de trabalhos a respeito, ou até mesmo o não conhecimento de uma pesquisa que trate especificamente dessa questão. Embora as crônicas que constituíram o *corpus* da dissertação apresentassem, com mais frequência, nomes próprios com função designativa, foi a partir delas que se passou a pensar em outras possibilidades de funcionamento do nome próprio na referenciação, principalmente pela atribuição de característica por meio do que se denominou *jogo de instauração de referentes*.

Como desdobramento dessa investigação do tema dos nomes próprios, agora, neste trabalho de doutorado, buscaram-se novos gêneros textuais em que se pudesse notar a presença de empregos diversificados de nomes próprios, o que evidenciou ainda mais a necessidade de se pensar o nome próprio no processo de construção referencial em consonância com o aparato teórico da Referenciação. Ou seja, em vez de se valer de definições já presentes nos estudos linguísticos, quase pré-concebidas, optou-se por analisar esse recurso linguístico em situação de interação verbal, com base em aspectos sociais, culturais e interacionais atrelados aos textos, e observar o papel assumido por ele no processo de construção de referentes.

Apesar de o nome próprio já ter sido estudado por diferentes áreas de pesquisa e diferentes correntes da Linguística, ele tem sido visto, na maioria dos casos, com função apenas designativa. Consequentemente, a teoria da Referenciação adotou essa mesma perspectiva, não o considerando como estratégia de construção referencial e, quando mencionado, em alguns poucos casos, o nome próprio tem sido destacado, de forma bastante sucinta, como capaz de promover a introdução e/ou a progressão referencial. Mesmo assim, o nome próprio não tem sido frequentemente discutido nos estudos da área nem incluído entre as estratégias de referenciação.

Por isso, neste trabalho, em vez de se partir do princípio de que o nome próprio exerce apenas função designativa e, consequentemente, não pode ser visto como categorizador ou recategorizador de referentes, passa-se a defender a ideia de nome próprio como recurso capaz de (re)categorizar o referente, visto que atributos podem estar associados, social, cultural e/ou discursivamente, a determinados nomes próprios.

1.1. Ponto de partida para a reflexão sobre nomes próprios

A questão dos nomes próprios se mostra relevante e vem sendo tratada sistematicamente desde Platão, com *Crátilo: sobre a justeza dos nomes* (2001 [428? – 347? a.C]), havendo, no decorrer do tempo, variados estudos a respeito, cada qual com uma perspectiva própria. Entretanto, uma concepção que se tem consagrado, principalmente na tradição gramatical, é a de função designativa do nome próprio, para a qual este traz apenas

uma nomeação individual instituída socialmente, não contando com uma significação específica¹ e, portanto, não atribuindo características ao ser nomeado.

Sobre essa noção de nomeação individual promovida pelo nome próprio, pode-se resgatar a ideia apresentada pela gramática tradicional, para a qual o:

SUBSTANTIVO PRÓPRIO é o que se aplica a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Isto significa que o substantivo próprio se aplica a esse objeto ou a esse conjunto de objetos, considerando-os como indivíduos. Assim, um nome *João*, *Isabel* ou *Açores* só acidentalmente se aplicará a várias pessoas ou ilhas não porque estas apresentam características comuns que as identificam como membro de uma classe ou conjunto específico. Por isso cada *João*, cada *Isabel* e cada *Açores* é uma pessoa ou ilha considerada inconfundível para as demais. São materialmente idênticos, mas se aplicam a indivíduos diferentes. (BECHARA, 2004, p. 113)

Encontram-se também, ainda nessa concepção designativa do nome próprio, alguns estudos de base funcionalista, representados aqui por Neves (2000), que consideram que os nomes próprios não carregam em si atributos e, conseqüentemente, não promovem a caracterização de seus referentes. Quando o nome próprio é empregado com a função de atribuir características ao referente, considera-se que ele passa à condição de nome comum, sendo utilizado, muitas vezes, com inicial minúscula – característica formal do nome comum.

Essa perspectiva, tão arraigada nos estudos linguísticos, acaba por influenciar também os estudos na área da referenciação. Assim, como desenvolvido posteriormente, a função designativa do nome próprio também se faz presente na Referenciação – base teórica desta pesquisa – que considera o nome próprio como recurso utilizado na introdução e retomada de referentes, porém não com função categorizadora e/ou recategorizadora de referentes, como se poderá constatar a seguir.

¹ Isso não significa que não seja possível estudar a origem, a evolução dos nomes e seus diferentes processos de atribuição a um indivíduo, em muitos casos, motivada pelo sentido de um nome comum, como destacou Amaral (2011).

Neste trabalho, no entanto, pretende-se avançar nessa perspectiva, não considerando apenas a oposição *nome próprio – designativo X nome comum – atributivo*, até mesmo porque é sabido que, segundo a tradição gramatical, a função designativa recobre os substantivos, sejam eles próprios ou comuns. Por isso, além do papel designativo dos nomes próprios, busca-se analisar o funcionamento deles, empregados em diferentes contextos de interação verbal, como estratégia de construção referencial.

Com essa investigação, ao refletir sobre as funções que os nomes próprios desempenham no processo de construção de referentes, almeja-se demonstrar que o nome próprio não exerce apenas papel designativo, mas também atributivo. Porém, diferentemente do que se encontra em alguns estudos, como o de Neves (2000), de perspectiva funcionalista – que considera o nome próprio atributivo como nome comum, por acreditar que há um atributo “cristalizado” naquele nome –, neste trabalho, tenciona-se avançar nessa questão, discutindo como alguns atributos são construídos discursivamente na interação verbal, sendo, portanto, relevantes para a construção de referentes.

Com isso, não se tem a intenção de negar a importância dos estudos anteriores, mas ressaltar que, no processo de referenciação, o nome próprio pode exercer também função atributiva, contribuindo para a construção dos referentes.

Desse modo, defender-se-á a ideia de que o nome próprio, em determinadas situações de uso, pode ser: (a) (mais) designativo, no seu uso mais prototípico; (b) atributivo, sendo o atributo construído sociocognitivamente na interação verbal; e (c) atributivo, com o atributo mais cristalizado social e culturalmente, de modo a já estar mais próximo do processo de cristalização que permite com que o nome próprio possa vir a se tornar nome comum (epônimo).

2. Objetivos e hipótese de pesquisa

Para demonstrar a distribuição dos nomes próprios nos três modos de funcionamento indicados acima, além do nome comum, serão analisados linguisticamente textos de variados gêneros, ressaltando-se o emprego de nomes próprios em diferentes situações no processo de construção referencial. Portanto, de forma resumida, têm-se como objetivos deste trabalho:

- (i) analisar o papel do nome próprio no processo de construção referencial, em diferentes contextos de interação verbal;
- (ii) defender a importância do emprego de nomes próprios no processo de referenciação, não como um mecanismo “neutro”, mas como recurso selecionado a partir do propósito comunicativo do autor/ texto, que pode levar à *ideia* de “neutralidade”, em determinados contextos, ou à de argumentatividade, em outros, dependendo da função exercida pelos nomes próprios;
- (iii) apresentar nova perspectiva sobre o nome próprio, de modo a tomá-lo como possível mecanismo de construção referencial, de acordo com o contexto de uso e, assim, contribuir para o desenvolvimento dos estudos em Referenciação.

Os objetivos de pesquisa foram norteados pela hipótese de que o nome próprio, visto numa perspectiva sócio-cognitivo-interacionista, pudesse exercer funções diferentes no processo de referenciação, em vez de simplesmente designar o referente. Desse modo, partiu-se do pressuposto de que o nome próprio pudesse ser um recurso linguístico empregado na categorização e recategorização referencial, diferentemente do que tem apresentado a teoria da Referenciação.

3. Fundamentação teórica

Como fundamentação teórica, recorre-se à concepção de referência e, conseqüentemente, de referente apresentada pela Linguística Textual de linha sócio-cognitivo-interacionista, para a qual a referencialização não é mais vista como uma relação de espelhamento entre linguagem e realidade, mas como uma atividade de construção de referentes realizada no interior do discurso em situação de comunicação. Ou seja, a construção dos objetos enunciados pelo autor do discurso é dada na relação que este estabelece com o seu interlocutor por meio da linguagem, esta vista como integração entre a estrutura linguística e a ideia de construção sócio-cultural do referente a partir da práxis. Dessa forma, o referente passa a ser visto como a realidade interpretada e transformada em referência, a partir da prática social, mantendo a linguagem, desse modo, relação com o social e o culturalmente construído. Além disso, a teoria sócio-cognitivo-interacionista, como o próprio nome diz, além de considerar a estrutura e a prática social como elementos integrantes da linguagem, assume que essas práticas sócio-cognitivas, realizadas no discurso, ocorrem no intermédio entre os indivíduos em situação de interação comunicativa, isto é, a construção dos objetos enunciados pelo autor do discurso envolve o social, o cognitivo e o interativo.

Nessa perspectiva, analisando-se a construção referencial, considera-se que há diferentes recursos linguísticos utilizados para a introdução e progressão de referentes no texto, sendo tais recursos denominados de *estratégias de referencialização*. Entre as estratégias mais comumente apresentadas pelos estudiosos da área, encontram-se: (a) descrição definida; (b) descrição indefinida; (c) nominalização; (d) associação; e (e) pronominalização, podendo elas exercer a função (re)categorizadora de referentes. Contudo, apesar de muito frequente na

referenciação em gêneros textuais variados, os nomes próprios não têm sido observados/ incluídos entre essas estratégias.

Diante disso, neste trabalho, admite-se que o nome próprio também merece o mesmo tratamento no processo de construção referencial, não sendo visto apenas pelo viés semântico, morfológico ou sintático, mas tomado numa perspectiva que congregue, mais do que a estrutura, o seu funcionamento em relação à referenciação. Assim, o nome próprio empregado na introdução e/ou retomada de um referente em construção não pode ser “anulado” nas análises, visto que todo recurso linguístico é selecionado pelo produtor do discurso com base em seu propósito comunicativo.

Se, nos estudos textual-discursivos, é informação quase óbvia que não há discurso neutro, o nome próprio utilizado discursivamente não pode ser considerado “neutro”, principalmente quando se parte do pressuposto de que há aspectos sociais, culturais e discursivos que se relacionam a um nome próprio – seja ele de figura pública conhecida socialmente, seja ele de uma figura “comum” – empregado no texto, pois cada um exerce, em seu contexto, relevância discursiva. Por isso, defende-se, aqui, a necessidade de esse recurso linguístico ser repensado na área da Referenciação.

Almejando a essa nova visão sobre o nome próprio, buscaram-se diferentes estudos a esse respeito, passando-se primeiramente pelas gramáticas tradicionais até os estudos realizados por Neves (2000). Na sequência, foram revisitadas perspectivas apresentadas pela Filosofia da Linguagem, que discutem a presença ou ausência de “sentido” do nome próprio – sem, no entanto, se prender a conceitos de “sentido”, “significação” ou “referência” dessas pesquisas – para, enfim, se chegar aos estudos de Kleiber (1981; 1994), Jonasson (1994), de Gary-Prieur (1994; 2001; 2005), dentre outros, que apresentam uma forma diversificada de analisar o funcionamento do nome próprio, fazendo uma divisão em “tipos de interpretação” do nome próprio.

Nesta tese, ressaltam-se os estudos de Kleiber, Jonasson e Gary-Prieur, devido à leitura que esses autores fazem dos nomes próprios, considerando o seu funcionamento a partir do que denominam “tipos de interpretação” do nome próprio. Essa visão sobre esse recurso linguístico ampara as análises realizadas neste trabalho, com destaque para a concepção de “conteúdo” do nome próprio, proposta por Gary-Prieur, segundo a qual, o nome próprio adquire social e culturalmente propriedades relacionadas a ele a partir da interpretação que se tem do referente portador do nome próprio, o que permite que o nome próprio passe a ser empregado atributiva e argumentativamente.

Mesmo não se valendo desses “tipos de interpretação” do nome próprio, foi a partir deles que se passou a pensar na possibilidade de divisão do funcionamento do nome próprio em quatro pontos de um *continuum* – conforme apresentado posteriormente –, sem tomá-lo categoricamente como um ou outro, já que, quando se pensa em funcionamento, não se pode se limitar a categorizações rígidas e estanques, em especial quando se parte de uma perspectiva textual-discursiva.

4. Justificativa e relevância do tema de pesquisa

Diferentemente do que se encontra com frequência na tradição gramatical e linguística, este trabalho busca apresentar, como papel inovador, uma concepção mais ampla de nome próprio, considerando, como num *continuum*, que, entre o nome próprio prototípico (designativo) e o epônimo (já nome comum), há o nome próprio atributivo, com característica(s) convencionalmente mais fixada(s)² e o nome próprio atributivo com o(s)

² Ressalta-se que essas características mais cristalizadas são também construídas discursivamente, porém, com essa divisão, o que se pretende evidenciar é a maior “previsibilidade” dos atributos atrelados ao nome próprio, enquanto se acredita que outros atributos são construídos no momento da interação verbal e menos previsíveis de serem relacionados ao nome próprio em uso.

seu(s) atributo(s) construído(s) discursivamente, no momento de interação verbal – ainda considerados nomes próprios. Além disso, defende-se que o nome próprio pode ser empregado tanto designativa quanto atributivamente.

Ampliando-se, portanto, a visão acerca do nome próprio, espera-se que este trabalho traga contribuições para os estudos linguísticos, mas principalmente para os estudos de Referenciação, foco desta pesquisa, já que serão analisados tais funcionamentos do nome próprio no curso do texto, como recurso de construção de referentes. Como não se tem conhecimento, até o momento, de pesquisas realizadas sobre o uso de nomes próprios na construção referencial, ficam assim encarecidos os propósitos desta pesquisa.

Conforme já indicado anteriormente, os estudos sobre referenciação apenas indicam o nome próprio como um dos recursos utilizados para introdução e/ou retomada de referente, porém não o consideram como estratégia de categorização e recategorização de referentes, justamente por não considerarem o nome próprio atributivo. Assim, além de seu caráter inovador, esta pesquisa é necessária, já que o nome próprio é um recurso muito utilizado como estratégia referencial e de grande importância discursiva em textos de variados gêneros.

Por se valer de textos de gêneros diversos, pretende-se demonstrar que as diferentes funções dos nomes próprios não estão relacionadas a um gênero específico, mas se fazem presentes em diferentes contextos de interação verbal, sendo consideradas, portanto, um “fato da língua”, de modo geral, e não de uma determinada situação enunciativa. Desse modo, o estudo se justifica por contribuir para uma maior compreensão do emprego de nomes próprios no processo de construção referencial, podendo ser vistos, em determinados contextos, como recurso capaz de promover (re)categorização de referentes.

É preciso destacar que a natureza do referente é muito importante para os casos em que o nome próprio é empregado com função atributiva. Como a análise recairá sobre textos publicados em jornais, revistas e *sites*, há maior propensão à ocorrência de nomes de figuras

de notório conhecimento social. Entretanto, isso não significa que outros nomes próprios não possam ser também empregados com função predicativa.

5. Procedimentos metodológicos

A partir da concepção de linguagem, referência e referente assumida neste trabalho, torna-se necessária a análise de nomes próprios em situações reais de uso. Embora possam ser criados casos que exemplifiquem bem as diferentes funções do nome próprio, o trabalho com textos efetivamente realizados permite que os dados possam demonstrar mais claramente o quanto o nome próprio com funções diversificadas – com função designativa e/ou atributiva – é corriqueiro na produção textual. Com isso, não se pretende dizer que esses usos diferenciados não sejam mais comuns em determinados contextos do que em outros, até porque não é este o objetivo desta pesquisa.

Como a intenção é demonstrar o funcionamento do nome próprio em diferentes contextos de produção textual, para a seleção do *corpus*, optou-se por gêneros textuais variados. E visando à diversidade de gêneros textuais, o *corpus* de análise desta tese é composto por crônicas, notícias, reportagens, biografia, testes de comportamento³ e artigos de opinião, publicados em jornais, revistas, blogs e *sites*. Sabe-se que a variedade poderia ser ainda maior, principalmente porque todos os textos são produzidos na modalidade escrita e não oral. No entanto, a escolha do material de análise teve por foco os empregos de nomes próprios e não os gêneros textuais, procurando-se, quando possível, privilegiar textos que trouxessem um mesmo nome próprio com funções diferentes. Por isso, pode-se notar, em

³ Os testes de comportamento analisados são, geralmente, encontrados em revistas e *sites* variados, visando ao entretenimento. Eles trazem questionamentos gerais sobre a personalidade do leitor, como “Você é ciumento?”, “Qual animal você seria?”, entre tantos outros. Muitos deles também buscam associar os leitores a determinadas figuras famosas, como se verá em um dos casos analisados.

alguns exemplos, a forte presença de alguns nomes próprios. Entretanto, com isso, deixa-se uma brecha para o desenvolvimento de demais pesquisas nessa área, relacionando nome próprio e gêneros textuais.

Com base na fundamentação teórica apresentada, o *corpus* selecionado será analisado linguisticamente, com foco no funcionamento dos nomes próprios no texto, demonstrando as particularidades desses empregos em situações enunciativas diferentes. Portanto, analisando qualitativamente os dados, voltar-se-á às características e à função do nome próprio como estratégia de construção referencial e às contribuições que seus empregos podem promover no texto com vistas ao propósito comunicativo do autor. Sendo um trabalho qualitativo/interpretativo, haverá certamente estudiosos que dele discordarão. Porém é a discussão dos recursos linguísticos e os diferentes pontos de vista que têm colaborado na contínua (re)construção da Linguística.

Para atingir os objetivos de pesquisa, faz-se uma análise com base na divisão de usos de nomes próprios em:

- a) Função designativa;
- b) Função atributiva, com atributos construídos discursivamente no momento da interação verbal;
- c) Função atributiva, com atributos mais “cristalizados”.

Ainda que haja essa divisão de um ponto do *continuum* para outro, enfatiza-se que, mesmo em um modo de funcionamento do nome próprio, há gradações que vão, no caso da função descrita em (a), do nome mais prototipicamente designativo àquele que, além de designar, traz algumas características já associadas discursivamente a ele; assim como, no caso da função em (b), há usos em que as características são mais construídas no momento da

interação verbal e menos previsíveis culturalmente e aqueles em que os atributos são mais esperados, aproximando-se já da função descrita em (c). Pensando nisso, é que se deu a organização e a interpretação de ocorrências de nomes próprios.

No decorrer das análises, recorreu-se aos principais conceitos presentes na teoria da Referenciação, em especial das estratégias de referenciação, todavia, sempre ressaltando os nomes próprios em relação às demais estratégias. Além disso, menciona-se também que há algumas características linguísticas mais frequentes na construção dos sintagmas nominais compostos por nomes próprios, porém, para uma melhor descrição dessas estruturas, serão necessárias mais pesquisas, o que se pretende fazer futuramente.

6. Estrutura da tese

Para melhor compreensão deste trabalho, sua organização se deu em três capítulos, cada um deles precedido de uma breve descrição sobre a sua constituição.

O primeiro deles, denominado **REFERENCIAÇÃO**, apresenta a fundamentação teórica básica para o desenvolvimento das análises e interpretações do objeto de estudo, situando, assim, a pesquisa em seu campo de estudo – a Linguística Textual de linha sócio-cognitivo-interacionista, especificamente, a teoria da Referenciação. Nesse capítulo, são discutidos alguns conceitos relevantes sobre o processo de construção referencial e sobre nomes próprios, em especial a questão da referência e da referenciação. Há também a apresentação de estratégias referenciais e discussão sobre a questão da argumentação e da categorização e recategorização referencial.

No **CAPÍTULO II – NOME PRÓPRIO**, discutem-se as principais ideias acerca dos nomes próprios, iniciando-se com a apresentação geral da questão norteadora da pesquisa e

fazendo-se o percurso das concepções de nome próprio, partindo-se da gramática tradicional, passando-se por estudos de base funcionalista, representados por Neves (2000), até os estudos da filosofia da linguagem, perspectiva sob a qual se questiona a existência (ou não) do sentido do nome próprio e se enquadram os estudos de Kleiber (1981; 1994), Jonasson (1994) e Gary-Prieur (1994; 2001; 2005), que apresentam uma nova perspectiva. Após os conceitos apresentados, recuperam-se as principais informações obtidas em textos da área da Referenciação para, então, sugerir uma mudança de perspectiva a partir da concepção de *continuum*, como apresentado no final desse capítulo.

O terceiro capítulo, **A FUNÇÃO DO NOME PRÓPRIO NA CONSTRUÇÃO REFERENCIAL**, é composto por fragmentos de textos analisados, seguidos de reflexões sobre as funções exercidas pelos nomes próprios no discurso. Para demonstrar as funções exercidas pelo nome próprio, segundo o ponto de vista defendido neste trabalho, apresentam-se os modos de funcionamento dos nomes próprios – (a) nome próprio designativo, (b) nome próprio atributivo, com características construídas discursivamente, e (c) nome próprio atributivo, com características mais cristalizadas – e suas relações.

Por fim, na **Conclusão** deste trabalho, são retomados brevemente os resultados desta pesquisa e as reflexões suscitadas a partir deles, apontando possibilidades de desenvolvimento da temática em estudos futuros.

Ao final, em **Referências**, encontram-se listados os estudos acadêmicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa e, em **Anexos**, os textos, na íntegra, dos quais foram retiradas as ocorrências de nomes próprios para a análise.

CAPÍTULO I – REFERENCIAÇÃO

Aí está uma palavra que soa bem, cheia de promessas e certezas, dizes metamorfose e segues adiante, parece que não vês que as palavras são rótulos que se pegam às cousas, não são as cousas, nunca saberá como são as cousas, nem sequer que nomes são na realidade os seus, porque os nomes que lhes deste não são mais que isso, os nomes que lhes deste. (*As intermitências da morte*, José Saramago)

Tendo como foco desta pesquisa o papel exercido pelos nomes próprios no processo de construção referencial, faz-se necessária a apresentação dos principais conceitos da teoria da Referenciação utilizados para análise do *corpus* selecionado. Antes, porém, de introduzir a Referenciação, parte-se de reflexões sobre a questão da referência, destacada desde os estudos clássicos da linguagem, para, então, discutir a perspectiva da linha sócio-cognitivo-interacionista de construção do referente, demonstrando, assim, as alterações dos conceitos de referência e referente. Portanto, este capítulo divide-se em duas partes principais: a primeira, em que se destaca a questão da referência, desde a concepção tradicional até a sociocognitiva; e a segunda, em que é exposta a vertente sócio-cognitivo-interacionista da Referenciação. Esta última parte divide-se em três seções, em que se comentam as estratégias de construção referencial, sua função argumentativa e os processos de categorização e recategorização do referente no discurso.

1. A questão da referência

Muitos estudos têm sido realizados sobre a relação existente entre linguagem e mundo. Segundo Cardoso (2003), essa relação é necessária para que a linguagem tenha o seu valor e não se encerre em si própria; e é essa relação a que se denomina “referência”, sendo o referente, de acordo com a autora, o objeto do mundo a que a linguagem visa, com o objetivo de descrevê-lo, transformá-lo, ou até mesmo constituí-lo.

Em diferentes campos de conhecimento – como a Filosofia, Semiótica, Linguística, Análise do Discurso, Sociologia, Psicologia, entre outros –, as relações entre linguagem e

realidade têm sido objeto de pesquisa. Entretanto, há distinções na definição de referência e referente, de acordo com a perspectiva de linguagem adotada por cada área de estudo.

Em relação aos estudos linguísticos, é também comum se deparar com diferentes concepções de linguagem que, conseqüentemente, levaram a diferentes concepções de referência e referente.

A sempre presente questão do objeto da Linguística, segundo Saussure (2000), demonstra que esse objeto não é estável, mas varia de acordo com o ponto de vista, já que, segundo palavras do autor, é o ponto de vista que cria o objeto. Isso significa que a Linguística não é uma ciência de um objeto dado previamente, mas que é criado a partir dos objetivos de estudo. Segundo Cardoso (2003, p. 2), “a linguística está orientada para o seu próprio discurso, na constituição do seu objeto, nos questionamentos acerca de seus fundamentos, processos, modelos, pressupostos, etc”. Conclui-se, portanto, que a Linguística não se manteve estável, mas foi se distinguindo de acordo com a visão de língua/linguagem assumida por determinado campo de pesquisa. Considerando a instabilidade na definição do objeto da Linguística, observam-se também variações na definição de referência e referente.

No período da cultura clássica, desde Aristóteles e Santo Agostinho, a questão da referência já era destacada, considerando-se que a linguagem verbal era a forma de se conhecer o mundo. Assim, a perspectiva de referência, nesse período, era considerada como relação intralinguística, ou seja, o referente – como objeto-de-mundo – era introduzido nos estudos relativos à linguagem, uma vez que se acreditava que as palavras não possuíam significado isoladamente, mas apenas quando relacionadas a um processo de predicação verbal, numa relação de correspondência entre a palavra e a realidade. Nesse ponto de vista, a palavra somente pode ser considerada signo quando mantém relação direta com o objeto da realidade, já que o signo era sempre o sinal de alguma “coisa”. Portanto, o referente – como objeto-de-mundo – passa a ser considerado no estudo da língua, numa relação de

representação (a língua, como representante, e o referente, como representado). Assim, o conceito de língua era de um sistema cuja função era organizar a realidade e, dessa forma, representá-la. Essa visão acerca da relação entre a linguagem e a realidade perdurou por muito tempo, com a defesa da ideia de que a linguagem seria o reflexo da realidade em si e, portanto, essa visão teórica passou a ser denominada de “relação de espelhamento” ou de “representação”.

Essa concepção tradicional de correspondência entre as palavras e os objetos de mundo ainda é encontrada em estudos realizados em diferentes áreas de conhecimento acerca da questão da referência. Sob a concepção de uma correlação direta entre a linguagem e a realidade, não são consideradas as operações linguísticas efetuadas pelos locutores ao referir o mundo. Portanto, observa-se um posicionamento em que o sujeito e o contexto não interferem na “etiquetagem” do mundo; ao contrário, considera-se que a língua está a serviço da nomeação das coisas do mundo.

Com os estudos realizados sobre a questão da referência, de acordo com a concepção de língua/linguagem, surgiram várias discordâncias teóricas que levaram a diversas ponderações sobre o assunto, promovendo-se mudanças na concepção tanto de linguagem quanto de referência e referente.

Dentre as discussões teóricas, muitas contribuíram para o desenvolvimento do conceito de referência, sendo elas realizadas por diferentes estudiosos de diferentes campos de conhecimento. Silva (2004), em sua tese de doutorado, destaca alguns desses autores, como: Kant (s.d., *apud* SILVA, 2004) e sua visão de que a categorização do mundo é social e não individual, sendo, portanto, realizada da mesma forma por todos; Durkheim (s.d., *apud idem*) e a consideração da relação entre o indivíduo e o objeto como uma relação social, que culmina com a introdução do sujeito em seus estudos; Moscovici (1984, *apud idem*) e a ideia de categorização da realidade como fonte de consciência da vida social coletiva, já que o

conhecimento seria socialmente elaborado e compartilhado a partir de expressões ideológicas, religiosas e científicas; Sacks (s.d., *apud* SILVA, 2004) e o conceito de “categorização social”, ao abordar as condições das categorias a partir do ponto de vista da própria sociedade/cultura; e Rosch (1978) e a concepção de instabilidade das categorias e de protótipos, tão importante para os demais estudos realizados e discutidos posteriormente.

Apesar de essas formulações teóricas terem contribuído, direta ou indiretamente, para as reflexões linguísticas acerca da relação entre linguagem e mundo, não é sobre elas que recai o ponto de partida para os estudos linguísticos. Dentre as discussões teóricas sobre a questão da referência, têm-se, como ponto de partida para as pesquisas em Linguística, os estudos realizados por Saussure (2000), que, ao visar à cientificidade da Linguística, toma a língua como objeto de pesquisa, por considerá-la um sistema supra-individual, formado por signos arbitrários, construídos por duas faces – conceito e imagem acústica – unidas por convenção social. Desse modo, exclui a fala por considerá-la individual, dependente da vontade e da inteligência do indivíduo, assistemática e ocasional.

De acordo com Saussure, o único objeto suscetível de definição autônoma é a língua, cujo conceito está ligado à sua teoria do valor linguístico, para a qual a língua é um sistema de valores puros, diferenciais e relacionais, independentemente de uma relação com a “coisa” ou o objeto-de-mundo. Ou seja, o valor de um signo linguístico não se encontra em relação à ideia por ele representada, mas se dá justamente pelo jogo de oposições existentes entre os conceitos, assim como entre os seus elementos fônicos no interior do sistema linguístico. Portanto, a língua é apresentada como forma e independente de substância, sendo forma e substância separadas por uma fronteira que não deveria ser ultrapassada pelos linguistas, já que a substância corresponderia ao referente da linguagem, visto como a realidade pura, como objeto-de-mundo e, assim, não seria objeto de análise da Linguística. Consequentemente, o referente foi extraditado dos estudos saussureanos.

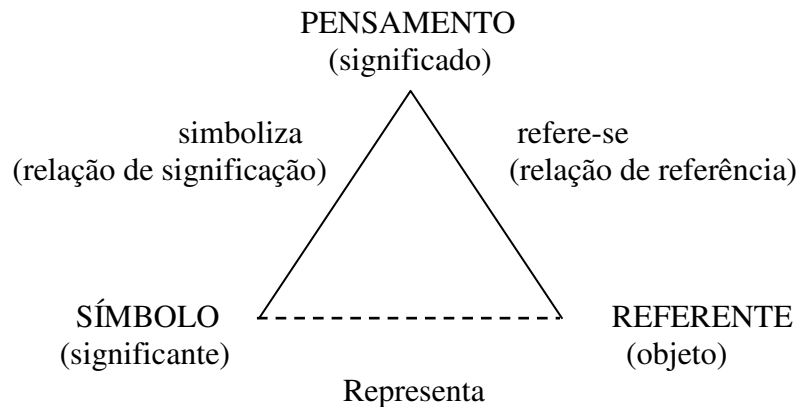
A esse respeito, linguistas como Benveniste (1988) e Hjelmslev (1971) passaram a questionar essa extradição do referente buscada por Saussure, acreditando que este, mesmo não desejando, levou em conta o objeto-de-mundo em seu princípio da arbitrariedade do signo, pois, de acordo com Benveniste (1988), ao discutir a arbitrariedade entre significante e significado, Saussure não pensava menos na realidade do que na noção de significante.

A partir dessa observação, Benveniste inclui o caráter semântico no caráter semiótico da língua. Assim, por considerar que a linguagem é constituída do semântico e do semiótico e que a questão da referência está ligada ao semântico, introduz a questão do referente nos seus estudos, entendendo o referente como “o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso”. (BENVENISTE, 1989, p. 231)

Apesar da exclusão do referente pelos estudos de Saussure ou da inclusão por Benveniste, não houve, nesse momento, preocupação, por parte desses linguistas, em relação ao processo de construção do significado. Entretanto, surge a preocupação, na Linguística, de entender o processo de significação e a natureza do acontecimento semântico, o que acarretou estudos sobre a significação e, posteriormente, sobre o processo de cognição.

Como um dos trabalhos de destaque a respeito do processo de significação, é preciso citar os realizados por Ogden e Richards (1972), cujo objetivo primordial era o de definir “o significado de significado”. Com a teoria do triângulo, intitulado com o nome dos autores, Ogden e Richards apresentam subsídios teóricos para os demais pensamentos sobre a questão da significação.

Para melhor compreensão do triângulo, segue a representação esquemática sobre a inclusão do referente realizada por Ogden e Richards:



Inclusão do referente na representação do signo (OGDEN & RICHARDS, 1925, *apud* CARVALHO, 1997)

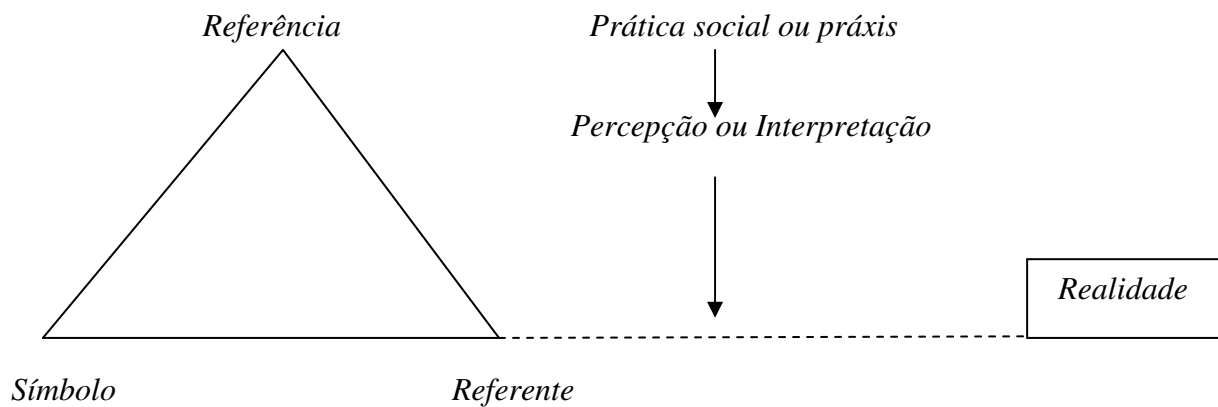
Nesse triângulo, os autores fazem distinção entre a coisa extralinguística – chamada de referente – e o significado linguístico – a referência –, considerando que o processo de significação dos símbolos linguísticos se dá por meio de uma espécie de contrato estabelecido entre sujeitos de uma mesma comunidade, apresentado numa relação triádica entre o símbolo (significante para Saussure), a referência (ou significado) e o referente.

Nessa relação triádica, símbolo e referente não mantêm nenhuma relação direta, importando, no processo de significação, apenas a relação entre símbolo e referência dada a partir de um contrato social. Com essa perspectiva, o referente (como objeto-de-mundo) não é relevante para a articulação do significado dos signos, sendo, portanto, expulso da teoria do significado linguístico.

A semiologia, entretanto, entendendo o processo de construção do significado linguístico como situado na dimensão perceptivo-cognitiva e, portanto, tomando o referente não mais como coisa extralinguística, mas como construção sócio-cognitiva da realidade, volta-se para o lado direito do triângulo de Ogden e Richards.

Assim, diferentemente da concepção de referente como exterior à língua, passa-se a considerar o referente no processo de significação, sendo entendido em nova acepção, passando de objeto-de-mundo para a realidade “fabricada” a partir da percepção-cognição,

que leva em conta a captação da realidade e o conhecimento adquirido por ação da prática social, conforme se observa no gráfico⁴ abaixo, da obra *Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade*, de Blikstein (1983):



No esquema proposto pelo autor, nota-se que a práxis, definida como “conjunto de atividades humanas que engendram não só as condições de produção, mas, de um modo geral, as condições de existência de uma sociedade” (BLIKSTEIN, *idem*, p. 54), modela a forma de percepção/interpretação da realidade para a elaboração da sua significação e a construção dos referentes, tendo a linguagem papel importante nesse processo, na medida em que ela materializa estereótipos e reitera a prática social.

Para discutir esse processo de fabricação da realidade, Blikstein se vale do exemplo de Kaspar Hauser, homem que, após ter vivido isolado da sociedade por dezoito anos, ao se deparar com o mundo explicado pela linguagem, se vê confuso por lhe faltar conhecimento sobre essa realidade. Diante disso, as interpretações de Kaspar Hauser sobre o mundo são consideradas aberrações, mesmo depois da aquisição da linguagem, o que, segundo o autor, demonstra que o processo de percepção e cognição se daria antes mesmo da codificação linguística.

⁴ Gráfico apresentado por Blikstein (1983) para representação do processo de “fabricação” da realidade e da consequente captura do referente como realidade interpretada.

Segundo Blikstein (1983, p. 55), o déficit cognitivo de Kaspar Hauser seria “um índice de que os elementos que modelam a percepção do mundo e as configurações conceituais podem ser capturados não só na linguagem, mas sobretudo na dimensão da práxis”. Portanto, a partir desse ponto de vista, a realidade é interpretada (passando-se a referente) e transformada em referência a partir da ação da práxis. Assim, o referente, não mais visto como objeto-de-mundo, é capturado pelos estudos linguísticos.

Com isso, a ideia de “fabricação” da realidade, apresentada por Blikstein, busca demonstrar que, sem prática social, não haveria significação. Logo, anuncia-se uma concepção sócio-cognitivista de referente.

Seguindo esse ponto de vista, Cardoso (2003, Prefácio) destaca que a realidade pode ser interpretada de formas diferentes por grupos de indivíduos, já que:

[...] quando a língua é empregada para falar de alguma coisa, passou a ser evidente que nunca se trata da “coisa em si”, mas sempre da coisa como ela aparece a um certo grupo de falantes, em virtude de uma certa cultura ou de uma certa ideologia. (CARDOSO, 2003, Prefácio)

Acerca dessa percepção, a autora destaca que “a linguagem nunca *reflete* nada, ela apenas *significa*, dado que aquilo que chamamos ‘realidade’ é um constructo de nossos discursos” (*idem*, p. 116). Portanto, a realidade não é objetiva, nem homogênea; ao contrário, é instável e fabricada a partir da percepção, e esta não é, segundo Blikstein, nem ingênua nem pura, mas é condicionada a um sistema de crenças e estratégias perceptuais.

Diante disso, percebe-se que, nesse viés sócio-cognitivo, a cognição se constrói e se manifesta a partir da ação do sujeito no mundo, da sua interação com o meio e com outros sujeitos. Se essa interação pressupõe ação dos sujeitos na sociedade, a percepção dos objetos do mundo não se dá de forma estável, mas se efetiva por meio de reelaborações constantes, dependentes da relação dos indivíduos com o contexto em que esses se encontram.

Apesar da instabilidade na forma de percepção da realidade, o conhecimento de mundo do indivíduo permite que ele possa interpretar algumas situações como recorrentes, promovendo certa estabilização das categorias, até para que a “fabricação” da realidade não seja um processo caótico e desordenado. Nessa perspectiva, Rosch (1978, p. 18) destaca a influência do contexto social no nível de abstração com que os objetos são considerados, assim como na maneira como eles são nomeados, apreendidos, listados ou esperados em uma categoria. Para a autora, as categorias são delineadas prototipicamente em espaços categoriais heterogêneos e culturalmente sensíveis, ou seja, o mundo é categorizado por experiências dos sujeitos de modo prototípico, possibilitando que as categorias sejam instáveis e estáveis ao mesmo tempo.

A respeito das relações entre linguagem e realidade, observa-se, a partir do exposto, que, apesar de a concepção de linguagem como representação da realidade estar enraizada, sobretudo, no senso comum, o sócio-cognitivismo apresenta uma mudança de perspectiva acerca dessa questão, passando a se considerar os aspectos sociais e cognitivos para explicar o conhecimento e a sua relação com a linguagem. Partindo-se dessa visão de que a realidade é construída social e cognitivamente e transformada em referente, a Linguística Textual de base sócio-cognitivo-interacionista parte desse pressuposto e passa a considerar o texto não apenas como materialidade linguística, mas como um processo que envolve questões sociais, culturais e interacionais. Portanto, relegando a relação de correspondência direta entre linguagem e mundo, passa-se à concepção de “fabricação” da realidade, instituída por Blikstein, que serve de base para a linha sócio-cognitivo-interacionista da Linguística Textual.

Desse modo, considerando a concepção de elaboração da realidade a partir da prática social, a teoria da Referenciação, apresentada na sequência, reforça, além da construção sócio-cognitiva, a importância da interação no processo de construção dos referentes, visto

que, nessa abordagem, as ações verbais são resultantes de ações públicas e contextuais realizadas em situações únicas de interação.

2. Referenciação

Partindo da perspectiva sócio-cognitivista e incorporando o sujeito e o contexto no processo de produção textual, a Linguística Textual sócio-cognitivo-interacionista passa a considerar o texto além da sua materialidade linguística, uma vez que ele demanda a mobilização de conhecimentos variados que são ativados e suscitados a partir da materialidade linguística. Assim, a estrutura textual apresenta uma natureza multifacetada que não permite que o texto seja reduzido àquilo que é apenas a sua materialização. Além disso, o conhecimento envolvido no processo textual é resultado de operações dos sujeitos em interação e, por isso, é dependente dos papéis sociais e de cada situação de interação. Portanto, o texto, como unidade fundamental de interação, está relacionado à questão da cognição e à prática social, uma vez que os conhecimentos são construídos a partir da ação do sujeito em relação com o outro, o que salienta o caráter sócio-cognitivo como constitutivo das interações.

Diante dessa perspectiva assumida pela Linguística Textual, a questão da referência também passa a ser vista a partir do sócio-cognitivismo-interacionista.

Abandonando a noção tradicional de linguagem – como reflexo da realidade extralinguística – e valendo-se da concepção de referente não como objeto-de-mundo, mas como realidade “fabricada” ou interpretada por meio da prática social, alguns autores têm se destacado, na contemporaneidade, com trabalhos relativos à questão da referência, como

Koch, Mondada, Dubois, Marcuschi, entre outros, na área da Linguística Textual sócio-cognitivo-interacionista, contribuindo, assim, para uma nova visão acerca da referência.

De acordo com a concepção de referência e referente da Linguística Textual, o processo de referenciação se dá de forma intersubjetiva e social, de modo que haja elaborações do mundo a partir das condições sociais e culturais que envolvem os sujeitos no processo de interlocução. Reforçando essa noção de referência, como constructo sócio-cultural, Marcuschi e Koch (2006, p. 381) destacam que:

Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Nosso cérebro não é uma “polaróide semântica”. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Por isso, não postulamos também uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições do processamento decorrentes do uso da língua.

Ou seja, os objetos dados a referir não são apenas expressos objetivamente por todos os sujeitos em qualquer situação de interação. Ao contrário, a linguagem reelabora o real, de modo que os objetos sejam considerados instáveis, visto que sua construção está relacionada a fatores linguísticos, cognitivos, sociais e culturais.

Essa concepção está relacionada à noção de língua/linguagem apresentada pela vertente sócio-cognitivo-interacionista da Linguística Textual, que considera a língua como constituída de sua parte estrutural, não negando por completo o estruturalismo, até mesmo porque a língua, como sistema, também impõe aos sujeitos em interação restrições no processo de construção referencial e textual. Entretanto, constitui-se também como parte integrante da língua/linguagem a prática social, já que esta age na forma como o mundo é interpretado e construído discursivamente. Além disso, evidencia-se, nessa abordagem, a ideia de que as práticas sócio-cognitivas ocorrem na interação comunicativa entre indivíduos, o que

significa que a construção dos objetos-de-discurso se dá na relação estabelecida entre os sujeitos por meio da linguagem.

Assim, nessa perspectiva, a linguagem pode ser definida como um sistema de signos, por meio do qual os sujeitos, pertencentes a um grupo social e, por isso, compartilhando cultura e contexto situacional, se comunicam, elaborando o mundo textual (HANKS, 1996; KOCH, 2005; MARCUSCHI e KOCH, 2006). Diante dessa concepção, a construção referencial é dada por meio de um processo que envolve o social, o cognitivo e o interativo.

À vista disso, nesse viés teórico,

no âmbito das relações sociais que se constituem por partilhamento, refutação, desqualificação e modificação de sentidos, experiências e conhecimentos, a língua é, em essência, ação pública realizada e negociada discursivamente de várias ordens, para que se possa opinar, interferir, rejeitar, chamar atenção e persuadir, entre outras ações, nesse mundo polifônico.(CORTEZ, 2005, p. 320)

Sendo assim, ao se empregar a linguagem para a produção de discursos, os sujeitos assumem papéis sociais, dependendo de cada situação comunicativa, (inter)agindo por meio da linguagem, de modo que construam o universo discursivo em colaboração com o outro. Portanto, para o processo de referenciação, a interação é atividade fundamental, uma vez que a construção referencial só pode ser efetivada por meio da negociação de sentido entre os sujeitos no ato de comunicação. Diante dessa visão, o texto é o lugar de interação, por meio do qual os sujeitos, como construtores sociais, dialogicamente constroem o texto e por ele são construídos. Esse processo requer, além dos conhecimentos linguísticos, a mobilização de um vasto conjunto de saberes, que permitem a própria construção discursiva, na qual os sujeitos, atores desse processo, interagem.

A partir dessa concepção de construção sócio-cognitiva e interacional de língua/linguagem, a noção de referência tem sido substituída pela de referenciação, justamente por se ressaltar o ato de referir como um processo dinâmico, intersubjetivo e

suscetível de transformações no curso no texto em situação comunicativa. Assim, o foco está na “relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores”. (MONDADA, 2001, p. 9)

Diante dessa visão,

passam a ser objeto de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem *mundos textuais*, cujos objetos não espelham fielmente o “mundo real”, mas são, isto sim, interativamente e discursivamente construídos em meio a práticas sociais, ou seja, são *objetos-de-discurso*. (KOCH *et al.*, 2005, p. 8)

Conclui-se, portanto, que há uma mudança na noção de referente – visto tradicionalmente como objeto-de-mundo – que passa, na perspectiva sócio-cognitivo-interacionista, a ser considerado objeto-de-discurso; logo, construído discursivamente em atividade colaborativa entre os parceiros do processo enunciativo, envolvendo, nesse processo interacional, atividade linguística e sócio-cognitiva. Por isso, Koch (2005), ao tratar da referenciação, acrescenta que:

a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas em um processo de (re)construção do próprio real. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação: a realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele. Interpretamos e construímos nossos mundos na interação com o entorno físico, social e cultural. (KOCH, 2005, p. 33-34)

Assim, o processo de referenciação é estratégico, uma vez que o sujeito opera na materialidade linguística, realizando escolhas que sejam apropriadas ao seu projeto de dizer, transformando o referente a fim de alcançar seu objetivo discursivo. Como a construção referencial é dinâmica, uma vez introduzido, o referente pode ser modificado, desativado,

reativado, recategorizado, contribuindo, assim, para a construção do sentido no texto, em função dos propósitos interacionais acionados no evento comunicativo.

Essa visão reforça o caráter sócio-cognitivo-interacionista em substituição à noção de espelhamento entre linguagem e mundo, já que uma mesma “realidade” pode ser expressa de diferentes maneiras, dependendo de fatores como o contexto enunciativo, os papéis sociais assumidos pelos interlocutores, os pontos de vistas tomados pelos sujeitos, entre outros. Além disso, essa “realidade” pode ser reelaborada no decorrer da interação verbal, de modo a enfatizar a instabilidade do real, o caráter dinâmico do processo de referenciação e a construção negociada entre os sujeitos.

Por ser a construção referencial não só interativa, mas também sócio-cognitiva, há condições culturais, sociais, contextuais e mesmo linguísticas que devem ser consideradas no processo de referenciação, já que, como se sabe, há “regras” sociais que levam a certas limitações no processo de enunciação. Por isso, a construção referencial não pode ser considerada um processo livre, subjetivo e individual, pois:

Existem, todavia, práticas que exercem um efeito estabilizador observável, por exemplo, na sedimentação das categorias em protótipo e em estereótipos, nos procedimentos para fixar a referência no discurso, ou no recurso às técnicas de inscrição como a escrita ou as visualizações que permitem manter e ‘solidificar’ categorias e objetos de discurso. (MONDADA, DUBOIS, 2003, p. 17)

Devido a esse motivo, pode-se dizer que as categorias referenciais apresentam graus variáveis de instabilidade e estabilidade, conforme se menciona na sequência.

Em relação à instabilidade referencial, diz-se que essa está relacionada às mudanças sofridas pelo referente no decorrer do discurso, a partir das seleções lexicais realizadas pelo locutor com base em seus propósitos comunicativos, já que as opções se adéquam à negociação de sentidos entre os interlocutores. Tais seleções lexicais são realizadas com o papel de introduzir, retomar e qualificar o referente a partir de um ponto de vista, pois, a cada

categorização ou recategorização do referente, o sujeito opera no material linguístico de modo a imprimir uma perspectiva sobre o referente, com vistas à sua finalidade discursiva.

Além disso, fatores sociais e culturais também podem promover a instabilidade das categorias, visto que as categorias estão situadas tanto em práticas dependentes dos processos enunciativos, como em práticas do sujeito, nas quais os interlocutores “negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo”. (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 29)

Portanto, a instabilidade das categorias se pauta tanto pela questão da dependência dessas em relação ao contexto, de acordo com a situação enunciativa e com os propósitos comunicativos do locutor, como pela relação com as questões sociais, culturais e linguísticas que podem levar à escolha de determinadas categorias em um contexto e não em outro, devido aos sentidos evocados por determinadas palavras em algumas situações.

Ademais, os objetos-de-discurso também sofrem modificações durante o processamento discursivo. A respeito dessas modificações, é preciso destacar o que se denomina *recategorização*, uma das funções das estratégias de progressão referencial, de grande importância para este trabalho, justamente por se buscar demonstrar como, em algumas situações de uso, os nomes próprios podem exercer tal função.

Uma das definições que tem se destacado na área da referenciação é a apresentada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), segundo a qual, a recategorização é um recurso referencial pelo qual uma entidade já introduzida no universo do discurso sofre transformações que são perceptíveis pelo emprego de expressões referenciais renomeadoras. Em outras palavras, para esses autores, a recategorização é o processo a partir do qual se têm alterações em relação às categorias ou designações dos objetos-de-discurso realizadas a partir dos propósitos interacionais, sendo essas alterações não só linguísticas, mas também sócio-cognitivas.

Diante desse ponto de vista, a instauração de uma categoria implica o emprego de expressões nominais – compostas por substantivos comuns – para a referenciação, uma vez que se considera que a categorização e, conseqüentemente, a recategorização requerem o uso de expressões nominais que atribuem ao referente em construção características consideradas relevantes no processo interativo. Assim, a categorização e a recategorização são vistas, respectivamente, como nomeação e renomeação dos referentes.

Neste trabalho, entretanto, considera-se a recategorização como um processo mais amplo de construção referencial, por isso abordando, além das expressões referenciais, o papel da predicação nas atribuições de características ao referente e nas conseqüentes transformações sofridas por ele. Com isso, passa-se à ideia de que o referente, introduzido no discurso por meio de uma categorização, possa sofrer modificações tanto pelo emprego de uma nova categoria atribuída a ele, quanto por meio de atribuições de novas propriedades a partir da predicação ou mesmo do jogo de instauração de referentes.

O que se tem denominado, neste trabalho, como “jogo de instauração de referentes” é uma estratégia de construção referencial, não prevista na literatura sobre referenciação, apresentada em Bassetto (2008). Por meio dessa estratégia, estabelece-se a associação de características implícitas ou explícitas entre diferentes objetos-de-discurso, postos estes em semelhança ou dessemelhança, dependendo do discurso do qual o autor se vale.

Ainda a respeito dessa estratégia de construção referencial, ressalta-se que, a partir das pistas oferecidas textualmente pelo autor e do conhecimento de mundo do leitor, fica a este – o leitor – a ação de efetuar a associação entre os atributos dos referentes instalados no texto. Dessa forma, por meio da apresentação de característica a um referente, outro é simultaneamente modificado, como se houvesse entre eles uma relação de consonância ou dissonância. Por isso, considera-se que esse recurso promove também a recategorização referencial no curso do texto.

Acredita-se, portanto, que a recategorização referencial pode ser realizada, com base nas relações anafóricas que promovem a progressão referencial, pelas estratégias com base nominal, mas também pelas associações promovidas pelo locutor entre os referentes e pelas estratégias no âmbito da predicação, podendo o referente sofrer transformações a partir da atribuição, retirada ou confirmação de propriedades por meio de predicados, tanto nominais, verbais, quanto verbo-nominais.

A respeito dessa concepção, encontra-se um artigo de Jaguaribe (2004), pesquisadora do *Grupo Prottexto*⁵, no qual a autora discorre acerca das orações de predicado nominal como recurso expressivo para a construção do referente. Nesse artigo, observa-se uma visão mais ampla do processo de recategorização, como se nota nas palavras da autora:

Postulamos, aqui, que as recategorizações possam se dar, no texto literário e no texto não-literário, não só pelo emprego de expressões referenciais, como sugere a literatura sobre o assunto, mas também pelo emprego de expressões atributivas. A recategorização, como processo, não estaria circunscrita aos lindes das expressões referenciais, muito embora se realize bastante por essa estratégia textualizadora. Referido um objeto-do-mundo e transformado esse objeto em objeto-de-discurso, tudo o que se acrescentar sobre ele e o que se suprimir dele, quer seja por um elemento referencial, quer seja por uma expressão atributiva, alterará seu estatuto no discurso, interferirá na maneira como ele será trabalhado cognitivamente pelo interlocutor, devendo ser tratado, portanto, como um processo de recategorização. (JAGUARIBE, 2004, [s.p.])

Ampliando também a concepção de recategorização, Lima (2009), ao refletir sobre os casos de textos multimodais, destaca que, na concepção de Apothéloz e Reichler-Béguelin, “seria impróprio pensar em ocorrências de recategorizações ancoradas em referentes construídos ou inferidos fora da materialidade textual” (p. 40). Por isso, seria necessário conferir um viés mais discursivo ao fenômeno, tomando-o como um processo cognitivo-discursivo mais amplo, em que as transformações por que passam os referentes se deem não

⁵ O Grupo *Prottexto* de Pesquisa em Linguística é sediado na Universidade Federal do Ceará. Pesquisadores do projeto visam, em seus trabalhos, à relação entre o processo de referenciação e gêneros textuais.

só por expressões renomeadoras, mas também por demais recursos textuais e contextuais.

Diante dessa perspectiva mais abrangente do processo de recategorização, Lima afirma que:

[...] se trata de um processo de natureza cognitivo-referencial, que deriva da categorização na atividade de referenciação. Esse pressuposto tem os seguintes desdobramentos: i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrapolações interpretativas; iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processos inferenciais. (LIMA, 2009, p.57).

A partir desse fenômeno, portanto, pode-se dizer que os referentes (explícitos ou inicialmente implícitos) sofrem alterações promovidas pelo locutor, com vistas a um propósito comunicativo, que são extremamente importantes para a construção do referente, assim como para a argumentação no discurso. E essas alterações envolvem muito mais do que a nomeação e renomeação do referente, podendo as modificações ser promovidas pela predicação ou mesmo por demais informações inferíveis do texto ou contexto, como ocorre nos casos de textos multimodais, explorados pela autora.

Assim, a ampliação do conceito de recategorização, por levar em conta o processo de construção referencial como um mecanismo mais abrangente do que o emprego de estratégias de introdução e progressão referencial, é de extrema relevância, nesta pesquisa, para se pensar a respeito dos nomes próprios em função atributiva, visto que nem sempre eles são utilizados para a progressão referencial, podendo aparecer em diferentes estruturais textuais e relacionar-se ao referente em construção de modo a atribuir-lhe características. Além disso, destaca-se a importância da inferência nesse processo de recategorização a partir de nomes próprios, uma vez que as características nem sempre estão explicitamente apresentadas, mas podem ser subentendidas a partir do contexto. Por isso, enfatiza-se a ideia de atributos

construídos discursivamente. É a partir desse ponto de vista que se defende, nesta tese, a ideia de que o nome próprio também pode exercer a função recategorizadora de referentes.

Considerando as informações acima acerca da ideia de que a seleção lexical depende do contexto e de propósitos comunicativos e que o referente sofre transformações no decorrer do processo discursivo, conclui-se, a respeito da instabilidade categorial, que o emprego linguístico na referenciação demonstra que a categorização não é estável e única, mas é dependente do contexto e adaptada às diferentes situações de interação verbal. Entretanto, ressalta-se que isso não se dá de forma caótica e desordenada, uma vez que os sujeitos possuem estruturas cognitivas que permitem certa estabilidade a seu mundo e possibilitam a organização da construção de objetos de discurso. É por esse motivo que se menciona a não contradição entre instabilidade e estabilidade categorial.

A respeito da estabilização de categorias, encontra-se, no artigo “Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação”, de Mondada e Dubois (2003), a focalização de processos de estabilização categorial em um nível psicológico, através da prototipicidade, e em um nível linguístico, com a lexicalização e os estereótipos. Além disso, as autoras expõem brevemente a importância das técnicas de escrita, de impressão, de visualização de entidades cognitivas e simbólicas na estabilização das categorias (p. 41-48).

Quanto à prototipicidade, Rosch (1978) considera que as categorias são delineadas prototipicamente em espaços categoriais heterogêneos e culturalmente sensíveis. Ou seja, o mundo é categorizado de modo prototípico por experiências dos sujeitos, e, assim, a realidade é traduzida por protótipos que são criados a partir de situações específicas vivenciadas pelos indivíduos. Portanto, poder-se-ia definir protótipo como nomes ou rótulos dados a construções psicológicas e individuais que contribuem para a estabilidade das categorias, garantindo, assim, certa invariabilidade através dos contextos. A partir da lexicalização e

compartilhamento entre os indivíduos, o protótipo é estabilizado no seio de um grupo de sujeitos e evoluído a estereótipo.

De acordo com Mondada e Dubois (2003), a criação de protótipos possibilita uma ancoragem às interpretações que as pessoas fazem do mundo, facilitando o processo de interação verbal, já que essa estabilização de categorias permite que, mesmo interpretando o mundo a partir de suas experiências, as pessoas possam se valer dos protótipos e da sua nomeação para compartilhamento de informações. A partir desse compartilhamento entre indivíduos, o protótipo “se torna, de fato, um objeto socialmente distribuído, estabilizado no seio de um grupo de sujeitos.” (p. 42). Assim, o protótipo evolui para uma representação coletiva denominada “estereótipo”, compreendido como um fenômeno de economia cognitiva.

Sobre esse ponto, poder-se-ia relacionar a essa concepção de prototipicidade os epônimos (nomes comuns formados a partir de nomes próprios), já que esses são considerados como possuidores de características cristalizadas socialmente, e essa cristalização do atributo se dá a partir do protótipo ou mesmo do estereótipo construído socialmente acerca do nome próprio que lhe dá origem. Assim, expressões como “judas” ou “mecenas” recuperam características estereotipadas de “traidor” e “patrocinador das artes” que levaram a uma fixação do atributo e a conseqüente passagem do nome próprio a comum.

Já a respeito dos nomes próprios, pode-se dizer que, dependendo das situações enunciativas em que são empregados, eles podem ter os atributos a eles relacionados, que variam de acordo com o projeto de dizer do locutor e com o contexto de produção, não apresentando sempre uma mesma visão sobre o referente ou sobre a personalidade possuidora do nome próprio. No entanto, não se nega que os nomes próprios possam recuperar atributos variados do referente que estejam mais relacionados a um estereótipo, mas também podem servir de âncora para demais atributos construídos discursivamente. Portanto, levam-se em

consideração, não valores de verdade, mas formas distintas de se ver e construir o referente a partir do nome próprio.

Diante desse ponto de vista, defende-se que os epônimos estejam mais relacionados à estereotipia e, por isso, recuperem atributos mais fixos, enquanto os nomes próprios apresentem características construídas no e pelo discurso, que podem revelar diferentes perspectivas do referente, de acordo com os objetivos do autor.

A respeito das técnicas de inscrição, Mondada e Dubois (2003) também discutem o papel da escrita e da imprensa, assim como das inscrições visuais para estabilização das categorias, e destacam que tais fatores de estabilização promovem restrições aos interlocutores no processo de construção do referente. Por isso, mesmo que o referente seja construído de forma colaborativa entre os interlocutores e de acordo com pontos de vista específicos, há restrições linguísticas, sociais e culturais que devem ser consideradas no processo de referenciação, já que este não é um processo livre, subjetivo e individual, o que reforça ainda mais a ideia de construção sócio-cognitiva da realidade.

Após apresentar a questão da estabilidade e instabilidade referencial, pode-se concluir, sobre a teoria da Referenciação, que o referente é posto como objeto-de-discurso construído discursivamente em situação de interação entre os interlocutores, e estão envolvidos, nesse processo, os conhecimentos linguísticos, assim como os conhecimentos de mundo adquiridos social e culturalmente por esses interlocutores. E o referente tem como característica certa dinamicidade, que permite que ele sofra transformações no decorrer do discurso.

No processo de referenciação, conforme mencionado anteriormente, as formas de remissão e construção do referente são escolhas do locutor do texto, com vistas a um propósito comunicativo. Esse processo constitui, portanto, uma atividade de linguagem por meio da qual se (re)constróem os objetos-de-discurso. Para essa (re)construção referencial, o locutor pode se valer de diferentes recursos linguísticos, seja para a introdução, manutenção,

reativação e reformulação de referentes, sendo tais recursos analisados tanto em relação às denominadas estratégias de referenciação, como à sua função no discurso.

Assim, pretende-se, inicialmente, expor, na seção 2.1., a seguir, as estratégias de introdução e progressão referencial, para, em seguida, na seção 2.2., mencionar a questão argumentativa da referenciação e resgatar brevemente os processos de categorização e recategorização em relação à construção de referentes e o emprego de nomes próprios.

Como as estratégias referenciais estão relacionadas aos processos de anáfora e catáfora, essenciais para que haja progressão no interior do texto, faz-se necessário definir tais recursos coesivos.

A anáfora e a catáfora são recursos que promovem a coesão textual, fazendo, respectivamente, remissão retrospectiva a um referente já introduzido no texto e remissão prospectiva a um referente apresentado posteriormente. Entretanto, essa definição de anáfora recobre apenas parcialmente o fenômeno coesivo, visto que faz referência somente à anáfora direta. Há, no entanto, também a anáfora indireta, por meio da qual informações inferíveis do co(n)texto servem de âncora para a introdução de novo(s) referente(s).

Para abarcar, portanto, de modo geral a anáfora, seja direta ou indireta, recorre-se à definição mais ampla apresentada por Marcuschi (2005, p. 54-55), que diz que o termo “é usado para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial”.

Sobre a catáfora, essa é definida como recurso de remissão para frente, realizada com mais frequência por meio de pronomes demonstrativos ou indefinidos ou mesmo por nomes genéricos. Entretanto, pode-se promover a catáfora por meio de numerais, advérbios ou demais pronomes. Por meio dessas expressões, faz-se a remissão a um referente que se encontra posteriormente ao uso dessas expressões.

Assim, seja fazendo remissão para frente ou para trás, esses recursos coesivos contribuem na construção do sentido do texto e na construção de referentes e, portanto, merecem destaque nos estudos do texto e do discurso. Por isso, tais conceitos perpassarão as análises presentes neste trabalho, principalmente porque estão intimamente ligados às estratégias referenciais.

Após essa breve apresentação de conceitos centrais relacionados aos processos referenciais, faz-se, na sequência, a exposição das estratégias referenciais presentes nos estudos de Referenciação.

2.1. Estratégias de referenciação

Em Koch e Elias (2007), no capítulo sobre referenciação, as autoras fazem uma distinção entre “referenciação” – considerada como formas de introdução do referente – e “progressão referencial” – formas responsáveis pela retomada do referente no texto. Todavia, conforme exposto anteriormente, a referenciação é um processo mais abrangente que envolve não apenas a introdução, mas todo o processo de (re)construção referencial. Por isso, neste trabalho, não se faz essa divisão, embora seja sabido que as estratégias de referenciação podem ser empregadas para a “construção/ativação” de um referente, para a “reconstrução/reativação” referencial, ou para a “desfocalização/desativação” de um referente para que outro passe à posição focal (cf. KOCH, 2013, p. 62). Assim, ao empregar “estratégias de referenciação”, consideram-se os recursos utilizados tanto para a introdução, quanto para a progressão do referente no curso do texto.

Apesar de não se pretender fazer distinção entre as estratégias de introdução e de progressão referencial, é preciso destacar que, a respeito das estratégias de

introdução/ativação referencial, Koch e Elias (2007) e Koch (2013) fazem distinção entre introdução ancorada e não-ancorada, esta quando “um objeto-de-discurso totalmente novo é introduzido no texto” (KOCH, *idem*, p. 64), e aquela “sempre que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação” (p. 64-65). Portanto, seriam casos de introdução ancorada as anáforas associativas, as indiretas e as nominalizações, apesar de essas estratégias aparecerem em algumas obras, como em Marcuschi e Koch (2006), como “estratégias de progressão referencial”, o que demonstra a necessidade de reorganização das estratégias de referenciação.

Para a reconstrução/reativação referencial, Koch (2013, p. 67) apresenta os recursos de ordem gramatical (pronomes, elipses, numerais, advérbios locativos, entre outros) e os de ordem lexical (reiteração de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais, etc). Entretanto, ao apontar as estratégias de referenciação, a autora divide-as, com base em sua materialidade linguística, em usos de pronomes e de expressões nominais – definidas e indefinidas. Ou seja, embora se saiba que pode haver diferentes formas de introduzir ou retomar o referente no texto, as estratégias mais comumente apresentadas em estudos na área da Referenciação são de base pronominal e nominal.

Assim, sem fazer uma divisão entre estratégias de introdução e de progressão referencial, já que se considera que há mecanismos utilizados exclusivamente para a ativação referencial e outros que podem ser utilizados com a finalidade de apresentar o referente no texto ou dar continuidade a ele, opta-se, neste trabalho, pela apresentação das estratégias de referenciação mais presentes em estudos da área, mesmo ciente de que não sejam as únicas. Além disso, não será ressaltada também a questão da introdução referencial ancorada ou não-ancorada (cf. KOCH e ELIAS, 2007; KOCH, 2013) ou mesmo se a progressão referencial se

dá por meio de sinônimos, hiperônimos, hipônimos, elipses, entre outros mecanismos de coesão referencial (cf. KOCH, 2010), visto que as estratégias referenciais discutidas com maior frequência nos trabalhos de Referenciação são caracterizadas por sua materialidade linguística e sua função no processo de construção referencial. Portanto, um sinônimo ou um hiperônimo, por exemplo, estariam contemplados pelas expressões nominais, independentemente de serem empregados para a introdução ou progressão referencial, e exerceriam o seu papel de (re)categorizar o referente no discurso.

Diante do exposto, destaca-se que, apesar das considerações relevantes realizadas por Koch (2010; 2013) e Koch e Elias (2007), os estudos na área da Referenciação têm evidenciado as estratégias referenciais, dividindo-as em expressões nominais, classificadas como: **(a) descrição definida;** **(b) descrição indefinida;** **(c) nominalização;** e **(d) associação,** e pronomes, estes responsáveis pela estratégia de **(e) pronominalização.** Com base em Marcuschi e Koch (2006), essas estratégias são apresentadas a seguir, com suas definições e acompanhadas de exemplos, já que tais estratégias serão consideradas nas análises do *corpus* desta pesquisa.

(a) Descrição definida

Essa estratégia particulariza-se pela seleção de determinada característica do referente, considerada relevante na situação de interação, com base no propósito do locutor. Constitui-se formalmente por um nome que pode ser antecedido por determinante definido (o artigo definido). Entretanto, embora o artigo definido seja a marca mais enfatizada nessa estratégia de referenciação devido à sua considerada definitude, em alguns casos o nome pode vir sem nenhum determinante ou antecedido por um pronome possessivo ou demonstrativo. Esse

nome pode também vir acompanhado (ou não) de um modificador – adjetivo, locução adjetiva ou oração adjetiva. Tal estratégia pode ser usada tanto na introdução como na retomada do referente, promovendo, assim, tanto a categorização quanto a recategorização referencial. Nos estudos sobre referenciação, são sempre considerados, como núcleo do sintagma nominal, os nomes comuns.

Para exemplificar, foram selecionados dois fragmentos do *corpus*, em que há empregos de descrição definida:

1. Quando convidado para ministro da Cultura, ainda no primeiro governo de Lula, o cantor e compositor Gilberto Gil levantou a premissa: não podia aceitar um cargo que conflitaria com sua vida profissional, que exigiria deslocamentos não compatíveis com uma função que deveria ser exercida em regime de tempo integral. O presidente compreendeu a questão levantada honestamente pelo artista e confirmou o convite, que afinal foi aceito. No segundo governo, Lula manteve o ministro que enfrentava o problema das verbas insuficientes para rodar a máquina oficial destinada a criar e desenvolver atos de cultura. (SEM) [grifos acrescentados]

2. O grande dia chegou! Nesta quarta-feira, a apresentadora Xuxa deixou de lado seus fios louros de longa data e ficou morena pela primeira vez na vida. Antes de aparecer para a imprensa, Xuxa se reuniu num salão com clientes e empresários da marca de tintas que usou. A Rainha dos Baixinhos, que tinha seus fios louros claríssimos como marca registrada, recebeu R\$ 2 milhões para usar uma coloração. [...]
Xuxa nunca teve tinturista. E confiou na experiência da marca, que importou de Nova York um profissional para a transformação. Daniel Fortunato já cuidou dos cabelos das atrizes Scarlet

Johansson e Lindsey Lohan. Ele passou a semana no Brasil só para mudar os cabelos da loura. [...]

A mãe de Sasha pode ficar até seis semanas morena, já que a marca de tintura garante que o tom escuro permanece durante esse período. (XUM) [grifos acrescidos]

No primeiro exemplo, observa-se que a introdução do referente se dá por meio da expressão nominal “o cantor e compositor Gilberto Gil” – composta por dois substantivos comuns, antecidos por determinante definido, ligados pela conjunção “e” e seguidos de nome próprio⁶. Após a introdução, o referente é recategorizado no texto por outras duas expressões nominais, as descrições definidas “o artista” e “o ministro”, por meio das quais, o autor destaca diferentes funções de Gilberto Gil que são postas, no discurso, como incompatíveis. Justamente por destacar a diferença entre o cargo político e a vida artística do “cantor e compositor Gilberto Gil”, selecionam-se duas características do referente de grande importância para a construção referencial com vistas ao propósito comunicativo.

No segundo exemplo, a introdução referencial se dá por meio da expressão nominal “a apresentadora Xuxa”, que também se constitui de determinante definido e substantivo comum acompanhado de nome próprio – este, exercendo a função de aposto especificativo em relação ao termo que o antecede. Para a progressão referencial, emprega-se o nome próprio “Xuxa” e, na sequência, a antonomásia⁷, conhecida social e culturalmente, “A Rainha dos Baixinhos”. Após mais uma retomada do referente por meio do nome próprio “Xuxa”, empregam-se duas descrições definidas “a loura” e “a mãe de Sasha”. Com isso, a cada seleção de descrição definida, destacam-se diferentes características referenciais, consideradas relevantes na

⁶ Os empregos de nomes próprios não serão destacados no momento, por não ser o foco deste capítulo. Portanto, far-se-á apenas menção a eles, sendo discutidos detalhadamente no **Capítulo II**.

⁷ A partir da leitura do artigo de Martins (2009) e de estudos variados em que se apresenta a antonomásia como uma das figuras de linguagem, pode-se definir a antonomásia como uma espécie de apelido consagrado social e culturalmente, já que se substitui um nome por uma expressão que passa a ser usada socialmente para designar uma figura conhecida. Geralmente, por meio da antonomásia, destacam-se características relevantes da pessoa nomeada. A antonomásia passa a ser empregada com frequência, de modo que seja fixada naquela sociedade e cultura.

produção textual, primeiramente, a profissão do referente, depois a característica física que envolve a cor de seus cabelos e o seu papel de mãe.

Portanto, pode-se dizer que a seleção de determinado atributo do referente está sempre relacionada a um projeto de dizer, não sendo, por isso, argumentativamente neutro. Ao contrário, reflete pontos de vista acerca do referente.

(b) Descrição indefinida

Como a descrição definida, a descrição indefinida também se caracteriza pela seleção de uma propriedade relevante do referente para a produção de determinado efeito de sentido na interação, distinguindo-se da estratégia anterior pela indefinidade com que o referente é apresentado no discurso. Essa indefinidade é promovida pelo emprego, no sintagma nominal que tem por núcleo um nome comum, de um determinante indefinido, que pode ser o artigo indefinido ou um pronome indefinido.

De acordo com Neves (2006, p. 126), esse tipo de expressão, por conta do emprego do determinante indefinido, não pressupõe unicidade referencial, supondo a existência de mais de um objeto potencial na circunstância de interação. Portanto, o emprego da descrição indefinida, em determinadas situações, pode fazer com que o interlocutor não seja capaz de identificar de imediato o referente em foco no texto, sendo necessária a ativação de conhecimentos partilhados. Em alguns casos, também pode ser utilizado com o objetivo de promover suspense no discurso.

Embora fosse considerada mais frequente na introdução de referentes, essa estratégia também pode ser utilizada na sua retomada, conforme demonstra o trabalho de Cunha Lima (2005) e os exemplos seguintes. Nesse caso, a identificação referencial se faz facilmente e

tem-se, por meio da expressão, a ideia de um objeto entre outras possibilidades, como se pode notar em (3), já que Gilberto Gil é um funcionário entre tantos outros existentes.

3. Quando convidado para ministro da Cultura, ainda no primeiro governo de Lula, o cantor e compositor Gilberto Gil levantou a premissa: não podia aceitar um cargo que conflitaria com sua vida profissional, que exigiria deslocamentos não compatíveis com uma função que deveria ser exercida em regime de tempo integral. O presidente compreendeu a questão levantada honestamente pelo artista e confirmou o convite, que afinal foi aceito. No segundo governo, Lula manteve o ministro que enfrentava o problema das verbas insuficientes para rodar a máquina oficial destinada a criar e desenvolver atos de cultura.

Não deixava de ser uma situação estranha. Um funcionário graduado do governo brasileiro em frequentes turnês artísticas pelo mundo afora. (SEM) [grifo acrescido]

4. Como na maioria dos assuntos que preocupam a humanidade em geral e, em particular, a humanidade de hoje, não tenho opinião formada sobre o atual presidente da Venezuela. Vejo nele algumas coisas positivas, outras negativas. Trata-se, evidentemente, de um ditador em potencial, mas também não tenho opinião segura sobre os ditadores, desde que não sejam ladrões ou sanguinários. Alexandre, César e Napoleão foram ditadores, mas deixaram bom saldo para a história. Não é o caso de Hugo Chávez, que, não faz muito, sofreu pesada derrota eleitoral em seu país e recebeu do rei da Espanha um "cala a boca!" humilhante, mas merecido. (CEM) [grifo acrescido]

O exemplo 3, já analisado anteriormente, apresenta, após empregos das descrições definidas já mencionadas, recategorização referencial, por meio da descrição indefinida “Um

funcionário graduado do governo brasileiro em frequentes turnês artísticas pelo mundo afora” (composta por determinante indefinido + nome substantivo + modificador – adjetivo + sintagma preposicional). A partir dessa recategorização, destaca-se mais uma propriedade do referente (“funcionário graduado do governo brasileiro”), que demonstra a importância do cargo exercido por Gilberto Gil e reforça ainda mais a considerada incompatibilidade de funções, já que aponta como “estranha” a situação de se ter um funcionário tão importante do governo “em frequentes turnês artísticas pelo mundo afora”.

No exemplo 4, após a apresentação do referente por meio de descrição definida “o atual presidente da Venezuela” (composta por determinante definido + modificador – adjetivo + nome – substantivo + modificador – sintagma preposicional), a recategorização se dá por meio da descrição indefinida “um ditador em potencial” (composta por determinante indefinido + nome – substantivo + modificador). Com essa recategorização, observa-se que o referente passa da categoria de “presidente” para a de “ditador”, reforçada pelo modificador “em potencial”, o que demonstra uma visão negativa acerca da figura política. Na sequência, o referente é retomado por meio do nome próprio “Hugo Chávez”, evidenciando a figura política a quem se atribui o estatuto de ditador.

Com tais exemplos, observam-se empregos de descrições indefinidas, exercendo a função recategorizadora de referentes, sendo tais recategorizações argumentativamente importantes no processo de construção referencial, pois, a partir delas, se instauram atributos que contribuem para o projeto de dizer do autor.

(c) Nominalização

Apesar de a nominalização ser vista, na Morfologia, como um processo morfológico por meio do qual se formam substantivos a partir de verbos e adjetivos (BASÍLIO, 1987), sendo, por isso, estudada entre os processos de derivação morfológica, a Referenciação utiliza o conceito de “nominalização” em um sentido mais amplo, destacando a função discursiva do nome em retomar uma informação-suporte. Assim, a nominalização consiste em retomar, por meio de expressões nominais, informações contidas no texto, que não se encontram sob estatuto nominal. Em outras palavras, essas informações são encapsuladas em objetos-de-discurso com condição nominal, sendo esse, portanto, um processo anafórico.

Destaca-se que a seleção do nome é relevante para a argumentação no texto, já que, por meio dele, é exposto um ponto de vista. Diante disso, em vez de se considerar nominalização, por motivação textual – segundo Basílio (2004) –, apenas o uso de substantivo derivado do verbo (nome deverbal) para fazer referência a uma estrutura anteriormente utilizada no texto, nesta perspectiva, amplia-se esse conceito, já que, dependendo do contexto, o emprego de outro substantivo pode ser mais significativo discursivamente.

A respeito da ampliação desse posicionamento, ao tratar da nominalização no processo de referenciação, Neves (2006, p. 103) ressalta que “o fenômeno em estudo não é morfológico, razão pela qual ser esse substantivo um derivado do verbo da oração retomada, ou não, é fato não-pertinente”. Ou seja, o mais importante nesse processo é a instauração de um referente a partir da informação-suporte, que é encapsulada por meio de expressão nominal, como se observa também em Koch (2005) e em Koch e Elias (2007). Segundo essas autoras, a nominalização é uma das formas de introdução referencial “ancorada”, já que a ativação do referente se dá a partir da informação apresentada no texto.

Assim, dentre as possibilidades de nominalização, pode ocorrer de a expressão nominal selecionada ser constituída de um nome derivado do verbo presente na oração encapsulada, como no exemplo a seguir:

5. O nome do novo papa foi revelado após o famoso "Annuntio vobis gaudium, habemus Papam" ("anuncio uma grande alegria: temos um papa"), feito pelo cardeal francês Jean-Louis Tauran. O nome papal escolhido pelo cardeal Bergoglio é Francisco. No momento do anúncio, os fiéis que aguardavam na praça São Pedro ficaram eufóricos. (ICA) [grifos acrescidos]

O trecho traduzido do latim para o português “anuncio uma grande alegria”, que tem, como núcleo do sintagma oracional, o verbo “anunciar”, é retomado por “o anúncio”, expressão nominal, por meio da qual se tem a criação de um objeto-de-discurso. Portanto, há a nominalização da informação contida no discurso, o que demonstra estreita relação entre a nominalização e a predicação, podendo aquela preservar ou não a estrutura argumental do predicado do qual deriva.

Conforme apresentado anteriormente, a nominalização pode se dar também por meio de expressão nominal não derivada do verbo presente na oração encapsulada, seja por escolha do locutor, seja por não haver, na língua, um nome derivado do verbo em uso, como se observa no exemplo seguinte:

6. Outro jornalista, Mauro Santayana, em sua coluna no “Jornal do Brasil” de ontem, diz que “Gilmar excluiu-se eticamente do direito de pertencer ao Judiciário”. E lembra: “O mais grave é que ele se encontrava sub judice, processado por improbidade administrativa – conforme denúncia de Dalmo Dallari – quando seu nome foi levado à Comissão de Justiça do Senado para ocupar a vaga no Supremo” – a indicação fora feita por FHC, em paga de seus serviços como advogado da União. (RDM) [grifos acrescidos]

Nesse fragmento, a oração “seu nome foi levado à Comissão de Justiça do Senado para ocupar a vaga no Supremo”, embora seja composta pela locução verbal “foi levado” – cujo verbo principal é “levar” –, passa ao estatuto nominal a partir da expressão anafórica “a indicação” e não a partir de “o levamento”, até porque esse nome geralmente não é empregado no português brasileiro. Isso não quer dizer que não tenha havido a instauração de um referente por meio de uma nominalização, o que reforça a ideia de que, para que haja a nominalização, não é necessário que o nome seja derivado do verbo presente na oração encapsulada.

Esses empregos nominais demonstram que a nominalização, mais do que nomeação, é transformação da informação-suporte em nome, sendo esse processo anafórico e argumentativo, visto que a escolha do nome encapsulador é significativa no processo discursivo, operando como estratégia de condensação de informações textuais recuperáveis no co(n)texto. De acordo com Koch e Elias (2007, p. 137), “em se tratando de nominalizações, ao encapsularem e rotularem as informações-suporte, elas têm, ao mesmo tempo, **função predicativa**, isto é, **carreiam informação nova**”, ou seja, além de encapsular e rotular o segmento anterior, a nominalização “abre caminho para a continuidade do texto” (p. 138). Por isso, a autora ressalta que as nominalizações sejam “**formas híbridas, referenciadoras e predicativas**, isto é, veiculadoras não só de informação dada, mas também de informação nova”. (p. 138) Portanto, observa-se que o papel da nominalização é, além de introduzir um referente, dar continuidade ao texto.

(d) Associação

Essa estratégia manifesta-se por meio da anáfora associativa, visto que, por meio de expressões nominais, introduz-se um referente no texto, apreendido a partir das inferências feitas por meio das informações textuais, que servem de âncora para a instauração do novo referente. Portanto, estabelece-se uma relação anafórica não para a retomada de um referente, mas para a introdução de um novo objeto-de-discurso a partir da âncora.

Segundo a definição de Neves (2006, p. 106), com a anáfora associativa (ou associação) “introduz-se como conhecido um referente que ainda não foi explicitamente mencionado no contexto anterior, mas que pode ser identificado com base em informação introduzida previamente no universo de discurso, configurada em outro referente disponível no contexto”. Ou seja, a associação se dá a partir do conhecimento compartilhado entre os interlocutores, sendo a sequência de referentes encadeados vinculada associativamente a um contexto central (*frame*).

Para exemplificar, o seguinte fragmento apresenta em destaque a sequência de elementos que se encadeiam, vinculando-se associativamente a um contexto central, o do futebol.

7. Na competição o Fenômeno ressurgiu para o futebol, sendo muito importante na conquista do pentacampeonato pela Seleção. Com muitos gols, ele se tornou o maior artilheiro da Copa com oito gols em sete partidas. (CDP) [grifos acrescentados]

A associação ocorre entre a descrição definida “o futebol”, responsável pela ativação do *frame*, e as expressões nominais “o pentacampeonato”, “(pel)a Seleção”, “muitos gols”, “o maior artilheiro”, “(d)a Copa” e “sete partidas”. A partir da introdução do referente “o futebol”, tem-se a pressuposição por parte do autor do texto de que tal referente promova a ativação de um *frame*, em que os demais referentes introduzidos – pentacampeonato, Seleção,

gols, artilheiro, Copa e partidas (núcleos dos sintagmas nominais) – possam ser ativados e associados ao primeiro. Assim, diante da ativação de um contexto central, a associação entre os referentes se faz sem nenhum estranhamento, já que todos os referentes se relacionam social e culturalmente àquele contexto.

(e) Pronominalização

A pronominalização é caracterizada, como o próprio nome indica, pelo emprego de pronomes para a retomada de referentes, apresentados anteriormente por meio de descrição (in)definida ou por nome próprio, ou mesmo em casos em que o referente está subentendido⁸. Assim, esse é um processo em que o referente, com estatuto nominal, passa a assumir a condição de pronome. A função principal dessa estratégia é a progressão textual e não a recategorização de referentes, visto que o pronome, de forma geral, não apresenta atributos ao referente em questão. No entanto, há casos em que o emprego pronominal possa promover a atribuição de características ao referente, como ocorre, por exemplo, com empregos de pronomes de tratamento, que destacam cargos e posições exercidos pelo referente.

O fragmento selecionado demonstra dois empregos pronominais em relação anafórica:

8. Ao final do evento, que durou meia hora, o papa recebeu os cumprimentos de membros da equipe de imprensa do Vaticano e de alguns convidados.

⁸ Sobre este último caso, encontra-se, na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, exemplo que demonstra como isso é frequente em determinados contextos. No fragmento apresentado por Marcuschi e Koch (2008, p. 387), a expressão “aqui no Rio” faz com que a pronominalização “nós” seja compreendida como “os cariocas”. Mesmo o referente não tendo sido explicitamente apresentado, ele pode ser subentendido pelo contexto. Outros exemplos podem ser vistos nesse mesmo artigo.

Ele foi aplaudido quando se deslocou para cumprimentar um senhor cego, antes que ele fosse até o papa. Ao final, ainda acariciou o cão que o acompanhava. (CBI) [grifos acrescidos]

A apresentação do referente, nesse fragmento, se dá por meio da descrição definida “o papa”, conforme destacado acima. Após a apresentação referencial por uma expressão nominal, na sequência, recupera-se o referente por meio dos pronomes pessoais do caso reto – “ele” – e do caso oblíquo – “o” – como pode ser observado, ocorrendo, portanto, a pronominalização.

Embora estudos na área considerem empregos de pronomes em retomada de informação-suporte como nominalização, como se nota em Apothéloz e Chanet (2003), consideram-se, neste estudo, pronominalização também os empregos de pronomes em casos em que orações são encapsuladas por meio de pronomes e não de nomes, como ocorre na nominalização. Assim, toda retomada por meio de pronomes, seja de referentes ou de informações contidas no texto, é tida como estratégia de pronominalização.

Apesar de essas estratégias serem as mais comumente encontradas nos estudos de Referenciação, é preciso destacar que outro recurso capaz de introduzir ou retomar o referente no texto é o emprego de nomes próprios, recurso esse muito frequente, em diferentes gêneros textuais. Por isso, faz-se necessária a análise desse emprego linguístico, a fim de que se possa rediscutir a visão a respeito do nome próprio nos estudos acerca da construção de referentes no texto, como se fará no capítulo seguinte.

Antes, no entanto, far-se-á uma breve discussão sobre a função argumentativa exercida pelas estratégias de referenciação, de acordo com os estudos de Referenciação, e sobre os processos de categorização e recategorização de referentes.

2.2. A argumentação no processo de construção referencial

Para a referenciação, como atividade discursiva, segundo Koch (2005, p. 34-35), “o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem a sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido”. Desse modo, cada estratégia empregada para a introdução e/ou progressão referencial selecionada tem por base o propósito comunicativo do locutor, que constrói o referente a partir de determinado ponto de vista. Assim, considerando que a seleção das estratégias referenciais está relacionada à impressão de um ponto de vista na construção do referente, a argumentação perpassa todo o processo de referenciação.

Embora a teoria da referenciação apresente também como funções referenciais a rotulação e o encapsulamento, neste trabalho, não serão enfatizadas essas funções, mas apenas mencionadas brevemente, uma vez que, além de não ser o foco da pesquisa, considera-se que, entre as funções exercidas pelas estratégias de referenciação, a argumentação recobre todas as demais, inclusive os processos de categorização e a recategorização referencial, explorados no decorrer do capítulo e mencionados novamente a seguir.

A rotulação é o processo de retomada de referentes por meio de descrições definidas ou indefinidas, de modo que essas funcionem como “rótulos” utilizados na progressão referencial e recategorização informacional, que permitem a reinterpretação do que se precede. Como explicam Marcuschi e Koch (2006, p. 392), “a rotulação promove uma recategorização da informação precedente por meio de novas predicções atributivas, ajustando o saber disponível a respeito do objeto-de-discurso”.

Assim, para que haja rotulação, é preciso que sejam empregadas expressões nominais e não pronominais, podendo a rotulação referencial manter tanto relações anafóricas (rótulo

retrospectivo, de acordo com Francis (2003)), quanto catafóricas (rótulo prospectivo) com as informações a serem rotuladas. Ao se selecionar uma descrição definida ou indefinida para promover a rotulação, fica evidente que essa escolha não pode ser considerada neutra, já que, diante da rotulação, são predicados também atributos às informações rotuladas, o que reforça a ideia de que a argumentação perpassa tanto as estratégias de referenciação, quanto as funções de rotulação e de encapsulamento.

Denomina-se encapsulamento ou sumarização, o “recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto” (CONTE, 2003, p. 178). Ressalta-se que o encapsulamento pode se dar por meio tanto de sintagmas nominais como pronominais. No entanto, diante de um encapsulamento, só há paráfrase – como diz Conte – caso ele seja efetuado por meio de um sintagma nominal. No caso de encapsulamento por pronome, há apenas a função de sumarizar e não de parafrasear.

A principal função do encapsulamento é a remissão textual, anafórica, que, além de remeter às informações contidas no texto, as resume. Entretanto, destaca-se que, além de sumarizar, a expressão encapsuladora instaura um novo referente no discurso, promovendo, assim, a progressão textual.

Pode-se dizer que o encapsulamento e a rotulação estão muito relacionados, já que ao sumarizar a informação-suporte por meio de uma expressão nominal, promove-se também a rotulação. Portanto, o limite entre tais funções é muito tênue, tanto que Koch (2005, p. 38) diz: “Fato bastante comum, em se tratando de remissão textual, é o uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes ou subsequentes do co-texto, resumindo-os e encapsulando-os sob um determinado rótulo”, o que, conseqüentemente, acaba por imprimir também uma perspectiva argumentativa sobre os referentes.

Sendo assim, conclui-se que as três funções referenciais estão relacionadas, já que, ao encapsular, também pode haver rotulação e ambos – encapsulamento e rotulação – estão

ligados à argumentatividade do discurso. Assim, apesar da divisão em três tipos, tão comum nos textos teóricos de Referenciação, as funções referenciais não são excludentes entre si, podendo haver mais de uma função no emprego de uma expressão referencial. Porém, neste trabalho, prefere-se destacar a função argumentativa, justamente por se considerar que esta é mais abrangente do que as demais, além de uma subentender a outra.

A função argumentativa orienta o interlocutor na interpretação e avaliação a respeito dos referentes em construção, já que, a partir das seleções lexicais operadas pelo autor do texto, se expressa um ponto de vista. Essa função pode ser considerada a primordial no processamento textual, já que, conforme diz Koch (2005, p. 35):

[...] as formas de referenciação, bem como de remissão textual que se realizam por meio delas, constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. É por essa razão que se defende que o processamento do discurso, visto que realizado por sujeitos sociais atuantes, é um processamento estratégico.

Portanto, a cada processo referencial operado pelo produtor do discurso, expõem-se orientações argumentativas que estão relacionadas a um propósito comunicativo. Assim, pode-se dizer que essa função perpassa todas as estratégias referenciais, afinal, de acordo com Cortez (2005, p. 317), “a realização da referência está diretamente ligada à constituição de instâncias discursivas que assinalam pontos de vista a partir dos quais a orientação argumentativa do texto é conduzida”. Logo, acredita-se que, mesmo diante do emprego de um nome próprio, a argumentação se faz presente, inclusive quando ele é utilizado na busca de uma ilusória neutralidade argumentativa, uma vez que, na perspectiva apresentada neste trabalho, não se considera que haja discurso neutro. Entretanto, é evidente que a argumentatividade fica mais realçada quando o locutor utiliza o nome próprio, relacionando-o a um ou mais atributos, conforme poderá ser observado no **Capítulo III**.

Ao considerar que o emprego de nomes próprios envolve também a argumentação, passa-se também a (re)pensar esse recurso linguístico como capaz de promover também a categorização e recategorização referencial – no sentido mais amplo de recategorização, como apresentado anteriormente. Por isso, recuperam-se, resumidamente, os processos de categorização e recategorização referencial, tão importantes para as análises deste trabalho.

2.3. Os processos de categorização e recategorização referencial

Em relação aos processos de categorização e recategorização, esses perpassam todas as estratégias de referenciação, com exceção da pronominalização, já que sua principal característica é a retomada referencial e não a apresentação de um referente sob determinada categoria, não sendo a pronominalização, portanto, atributiva. Assim, a pronominalização pode ser considerada, em determinadas situações de uso, argumentativamente mais neutra e, por isso, não vista como recategorizadora referencial.

Como exposto anteriormente em **2. Referenciação**, a categorização e a recategorização podem ser concebidas também como funções exercidas pelas estratégias de referenciação, respectivamente, instituindo um referente sob determinada categoria – que apresenta o referente a partir da seleção de característica específica, construída social e culturalmente –, e redeterminando-o a partir da escolha de nova categoria que, além de retomar o referente, apresenta-o a partir de outro ponto de vista, ou mesmo por atribuição de características por meio de predicação, jogo de instauração de referente ou, inclusive, de informações inferíveis a partir do contexto.

A partir do que foi exposto, enfatiza-se que os processos referenciais – de categorização e recategorização – relacionam-se à argumentatividade discursiva no processo

de construção referencial, mesmo quando o locutor busca uma “neutralidade”, seja por meio de pronome, nomes genéricos ou mesmo de nomes próprios.

Por isso, o que se pretende defender é que, em determinadas situações enunciativas, o nome próprio, mais do que introduzir ou promover a progressão referencial, pode também atribuir características ao referente, de modo que seja considerado também como um dos recursos capazes de operar a categorização e recategorização de referentes no curso do texto. Desse modo, além de destacar as estratégias de referenciação, serão enfatizados os processos de categorização e recategorização nas análises realizadas no **Capítulo III**, principalmente ao relacioná-los ao emprego de nomes próprios.

Para tanto, no próximo capítulo, passa-se a (re)pensar o nome próprio a partir de diferentes perspectivas, evidenciando-se uma visão sócio-cognitivo-interacionista.

CAPÍTULO II – NOME PRÓPRIO

Conheces o nome que te deram, mas não conheces o nome que tens. (*Todos os nomes*, José Saramago)

Como observado no capítulo anterior, os estudos realizados em Referenciação têm destacado as estratégias de referenciação (descrição definida, descrição indefinida, nominalização, associação e pronominalização) e suas funções no processo de construção do referente. Entretanto, pouco se tem falado a respeito do emprego de nomes próprios em relação à construção dos referentes no discurso, mesmo podendo ser realizados, com frequência, na referenciação. Neste trabalho, no entanto, pretende-se demonstrar outro olhar acerca do nome próprio, destacando o seu funcionamento no processo de construção referencial. Para tanto, desenvolver-se-á, neste capítulo, discussão mais detalhada sobre a questão do nome próprio, segundo diferentes concepções – da gramática tradicional à filosofia da linguagem – até o emprego desse recurso linguístico no processo de construção referencial. Essa discussão embasará as análises e os resultados expostos no capítulo seguinte.

1. Sobre os nomes próprios

Como exposto anteriormente, tem-se destacado, na teoria da Referenciação, que as estratégias de descrição definida e descrição indefinida (cf. **Capítulo I**, seção **2.1.**, itens **(a)** e **(b)**), realizadas por meio de um nome comum, núcleo de um sintagma nominal, particularizam-se pela seleção de determinada característica a ser atribuída ao referente, com vistas ao propósito comunicativo do locutor.

Já no caso de uso de nomes próprios, sob essa perspectiva, apesar de eles integrarem um sintagma nominal⁹, não funcionariam como descrição (in)definida, uma vez que não trariam, como ocorre com as descrições (in)definidas, uma característica do referente em questão, mas apenas uma nomeação individual instituída socialmente.

⁹ Segundo Neves (2000, p. 69), em geral, os substantivos próprios constituem sozinhos um sintagma nominal. Entretanto, conforme diz a autora, “em algumas situações, os **substantivos próprios** se usam com **determinantes** ou **modificadores**”. (p. 112)

Portanto, tem-se até o momento, nos estudos da Linguística Textual de linha sócio-cognitivo-interacionista, uma visão de nome próprio com função apenas nomeadora. Essa concepção acerca do nome próprio baseia-se em estudos tradicionais, tão presentes em gramáticas normativas, e mesmo em estudos como a *Gramática de Usos do Português*, de base funcionalista, que ainda consideram apenas a função designativa dos nomes próprios, conforme as palavras de Neves (2000) podem corroborar:

Os **substantivos próprios**, diferentemente, não são **nomes** que se aplicam, em geral, a qualquer elemento de uma classe. Fazendo designação individual dos elementos a que se referem, isto é, identificando um referente único com identidade distinta dos demais referentes, eles não evidenciam traços ou marcas de caracterização de uma classe, e não trazem, pois, uma descrição de seus referentes. (NEVES, 2000, p. 69)

Assim, nessa concepção, o nome próprio, por não atribuir diretamente uma característica ao referente, mas apenas nomeá-lo, passa a ser pouco discutido na área da Referenciação. Quando mencionado, é apresentado como recurso capaz de promover a introdução e retomada de referentes, sem, no entanto, promover a categorização ou recategorização referencial, como demonstra Koch (2008):

O primeiro passo na construção de um texto é a introdução de um objeto-de-discurso na memória textual (em geral, por meio de um nome próprio ou forma nominal). [...] Quando a introdução se faz por meio de um nome próprio, tem-se apenas a nomeação do objeto. Já no caso de se tratar de uma expressão nominal, opera-se uma primeira categorização do objeto-de-discurso, o qual, a cada retomada, pode ser mantido como tal ou, então, recategorizado por outras expressões nominais. (KOCH, 2008, p. 101-102) [grifos acrescidos]

Partindo-se dessa afirmação, constata-se que, do ponto de vista da Linguística Textual, o nome próprio também é considerado apenas em sua função designativa. Entretanto, tal argumento não pode ser considerado a ponto de não se discutir o nome próprio como

estratégia de referenciação, principalmente por se partir de uma visão sócio-cognitivo-interacionista de linguagem.

Primeiramente, aponta-se que a função de categorização e recategorização referencial não se faz presente na pronominalização, já que, de forma geral, essa estratégia não apresenta características ao referente e nem opera transformações nele, no entanto, isso não faz com que a pronominalização seja excluída dos estudos na área. Assim, mesmo ao considerar o papel do nome próprio apenas com função de introdução e/ou progressão referencial, ele deveria ser mais discutido em pesquisas de referenciação, afinal, como se pode observar em diferentes gêneros textuais, esse é um recurso bastante usado na prática discursiva. Portanto, considera-se muito importante abordar o seu papel na referenciação.

Apesar de se concordar com o fato de que determinados empregos de nomes próprios exerçam a função designativa, ressalta-se que, dentre as possibilidades de introdução ou retomada do referente, a seleção do nome próprio é realizada pelo locutor/autor de acordo com o seu propósito interacional, podendo tal seleção estar relacionada à busca de uma expressão argumentativamente mais “neutra” para o contexto.

A respeito do uso de nomes próprios, Givón (1984, p. 399) acredita ser ele mais ocorrente quando as entidades ou referentes apresentados no discurso estão permanentemente registrados na memória dos membros de uma comunidade, e podem ser acessados. Por isso, em textos da imprensa, é mais comum que apareçam nomes de figuras públicas, já que esses nomes podem ser acessados com mais facilidade pela comunidade. Não se pode esquecer que esses empregos partem das pressuposições feitas pelo autor do discurso em relação ao conhecimento de seu interlocutor sobre o referente designado pelo nome próprio.

Neves (2006, p. 84) compartilha dessa mesma ideia, já que, para a autora, o nome próprio é empregado pelo produtor do texto numa pressuposição de que seu interlocutor seja capaz de identificar tal referente.

Caso o nome próprio empregado por um locutor não seja acessível ao conhecimento do interlocutor, este, segundo Ilari (2005, p. 114), para compreender essa ocorrência, precisará recorrer a informações presentes em outras passagens do texto. Se o texto não as expuser, o interlocutor terá que buscar conhecimentos em outras fontes.

É preciso, entretanto, destacar que o uso de um nome próprio suscita várias informações a respeito de determinado referente, caso esse seja culturalmente conhecido. Essas informações, conseqüentemente, podem levar a uma atribuição – direta ou indireta – de propriedades ao referente. Além disso, há empregos diferenciados de nomes próprios, desde aqueles usos prototípicos, os acompanhados de modificadores, até aqueles empregados atributivamente, como se pretende defender neste trabalho. Logo, há a necessidade de um aprofundamento sobre a função do nome próprio na construção referencial e a inclusão dele nas estratégias de construção referencial, conferindo-se a ele maior destaque. Para tanto, é necessário retomar algumas informações acerca do nome próprio, partindo da tradição gramatical para o Funcionalismo, Filosofia da Linguagem até os estudos de Kleiber (1981; 1994), Jonasson (1994) e Gary-Prieur (1994; 2001; 2005) para, enfim, apresentar o posicionamento defendido neste trabalho.

1.1. Da tradição gramatical à filosofia da linguagem

Segundo Amaral (2010), as classificações de unidades linguísticas (sons, palavras, sentenças) são intrínsecas ao estudo da linguagem, porém os critérios nem sempre são consensuais entre diferentes autores.

De acordo com Mattoso (2001), nos estudos morfológicos, há três critérios a serem considerados na classificação dos vocábulos formais: o critério semântico – que parte da

significação dos vocábulos do ponto de vista do universo biossocial –; o critério formal – que se baseia nas propriedades de forma gramatical –; e o critério funcional – que considera a função do vocábulo na sentença. Segundo Mattoso, os dois primeiros critérios estão intrinsecamente associados, visto que um signo linguístico, na perspectiva saussuriana, é uma unidade de forma e conteúdo. Por isso, o critério morfossemântico, de acordo com o autor, pode ser considerado “o fundamento primário da classificação” no português, sendo a função dos vocábulos mais explorada pela Sintaxe.

Na gramática tradicional, ao serem divididas e caracterizadas as classes de palavras, é possível observar que os critérios não são homogêneos, ora ressaltando-se a semântica, ora a forma, ora a função.

Em relação à classificação dos substantivos, esses são divididos em substantivos comuns e próprios. Para tal classificação, é comum uma ênfase maior no aspecto semântico, destacando-se o papel designativo do substantivo, seja ele comum ou próprio, como evidenciam os seguintes fragmentos, retirados de gramáticas, acerca dos substantivos: “Existem palavras que sempre designam coisa, ser, substância” (ALMEIDA, 2005) e “é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres [...]” (CUNHA e CINTRA, 2007) [grifos acrescidos]. Assim, é possível notar que, apesar das particularidades dos nomes comuns e próprios, há uma tendência de classificá-los a partir de seu papel designativo, fazendo-se, posteriormente, referências ao aspecto formal e sintático dessa classe de palavras. Entretanto, o funcionamento das palavras no discurso nem sempre é considerado na classificação das palavras.

A esse respeito, pode-se pensar, contudo, que o destaque ao aspecto semântico na classificação dos substantivos tenha uma motivação didática, deixando-se as questões mais formais e funcionais da classe de palavras para um momento posterior, talvez por se considerar que, com isso, se facilite a compreensão por parte dos estudantes. Tal postura

deve-se, provavelmente, ao fato de a gramática tradicional estar comum e intimamente relacionada aos estudos de língua portuguesa nas escolas.

Ao definir o nome próprio, conforme já exposto anteriormente, destaca-se, comumente, a noção de nomeação individual. Assumindo também esse posicionamento, Alarcos Llorach (1999, p. 83), em sua gramática da língua espanhola, afirma que os substantivos comuns “classificam os objetos da realidade física ou mental como pertencentes a uma determinada classe”¹⁰, enquanto os substantivos próprios “identificam com sua etiqueta um objeto que resulta inconfundível para os interlocutores”¹¹. Com isso, intensifica-se a noção de etiqueta atribuída aos nomes próprios.

No entanto, apesar de diferenciar nomes próprios e comuns, ressaltando o papel puramente designativo daqueles – os nomes próprios – e o atributivo destes – os nomes comuns –, Bechara (2004) acrescenta, em sua gramática, diferentes situações de aplicação de substantivos que, formalmente, seriam considerados nomes próprios, mas que, em uso, passam a ser vistos como nomes comuns, segundo a gramática tradicional e a *Gramática de Usos do Português*, de base funcionalista, como poderá ser observado em Neves (2000). Destacando aspectos funcionais de nomes próprios e comuns, Bechara (2004) acrescenta:

Nomes empregados no plural como referência a uma pluralidade de objetos que individualmente têm o mesmo nome (*os Antônio, as Marias, as Romas*), ou se aplicam ao conjunto de membros de uma mesma família ou nacionalidade (*os Azevedos, os Maias*) ou que significam “entes como...” (*os Tiradentes, os Ruis, os Pelés, os Eldorados*), ou, ainda, os objetos designados pelos nomes dos autores, fabricantes, produtores (*os Rembrandts, Os Machados de Assis e os Fords*), são na realidade nomes da “classe” e, portanto, substantivos comuns. (BECHARA, 2004, p. 114)

¹⁰ No original: “clasifican los objetos de la realidad física o mental como pertenecientes a una determinada clase” (ALARCOS LLORACH, 1999, p. 83).

¹¹ No original: “identifican com sua etiqueta a um objeto dado que resulta inconfundible para los interlocutores” (*idem*, 1999, p. 83).

Ainda sobre essa questão, o gramático trata da “passagem de nomes próprios a comuns”, afirmando que esse processo se dá quando, ao empregar o nome próprio, não se considera a pessoa ou coisa nomeada, mas sim as qualidades e defeitos que podem ser transferidos a outros seres. Para confirmar tal ideia, conforme se nota a seguir, o autor utiliza o nome *Judas* que, social e culturalmente, passa a ser utilizado como sinônimo de “traidor”, valendo-se de um exemplo (“*Fulano é um judas*”), no qual o nome já é empregado com inicial minúscula, característica formal do nome comum. De acordo com o autor:

Passagem de nomes próprios a comuns – Não nos prendemos apenas à pessoa ou coisa nomeada; observamos-lhe qualidades e defeitos que se podem transferir a um grupo mais numeroso de seres. Os personagens históricos, artísticos e literários pagam o tributo de sua fama com o desgaste do valor individualizante do seu nome próprio, que por isso, passa a comum. Por esta maneira é que aprendemos a ver no *Judas* não só o nome de um dos doze apóstolos, aquele que traiu Jesus; é também a encarnação mesma do traidor, do amigo falso, em expressões do tipo: *Fulano é um judas*. Desta aplicação geral de um nome próprio temos vários outros exemplos: *Dom-João* (homem formoso; galanteador; irresistível às mulheres), *tartufo* (homem hipócrita, devoto falso), *cicerone* (guia de estrangeiros, dando-lhes informações que lhes interessam), *benjamim* (filho predileto, geralmente o mais moço; o mais jovem membro de uma agremiação, prende-se ao personagem bíblico que foi o último e predileto filho de Jacó); *áfrica* (façanha; proeza; revive as façanhas dos antigos portugueses nessas terras). Passam a substantivos comuns os nomes próprios de fabricantes, e de lugares onde se fazem ou se fabricam certos produtos: *estravários* (=violino de Stradivarius); *guilhotina* (de J. Inácio Guillotin); *macadame* (do engenheiro Mac Adam), *sanduíche* (do conde Sandwich), *havana* (charuto; em Portugal, havano), *champanha* (da região francesa Champagne), *cambráia* (da cidade francesa de Cambray). (BECHARA, 2004, p. 114)

Segundo Cunha (1982), a esse processo dá-se o nome de “derivação imprópria”, que constitui uma forma de enriquecimento vocabular a partir da mudança de classe de palavras. Entretanto, destaca-se que não há mudança de classe de palavras nesses casos, já que tanto nomes comuns quanto nomes próprios pertencem à mesma classe gramatical, a dos substantivos.

Para comprovar o que o autor denomina “derivação imprópria”, Cunha destaca que dicionários já acrescentam muitos dos nomes próprios que passaram à condição de nome

comum, como “judas”, “mecenas”, “narciso”, “guilhotina”, entre outros, já que esses empregos foram cristalizados na língua portuguesa, muitas vezes, perdendo-se a relação direta com o nome próprio que deu origem ao nome comum. O que se denomina “derivação imprópria” será tratado, neste trabalho, como epônimos.

A partir dessa concepção de nome próprio, nota-se que, embora muitas vezes sejam os aspectos morfológicos e semânticos destacados pela gramática tradicional, nessa abordagem, considera-se também o uso, alegando ser papel dos nomes próprios apenas a função designadora, enquanto ao substantivo comum cabe a função não só de nomear, mas também de atribuir propriedades a uma determinada classe. Por isso, quando o nome próprio é usado com função atributiva, este passa a ser considerado nome comum.

Neves (2000), em sua *Gramática de Usos do Português*, de base funcionalista, também apresenta a mesma visão acerca dos nomes próprios, considerando-os na condição de nomes próprios apenas em função designativa. Entretanto, apresenta condições particulares de uso de nomes próprios de pessoa¹², conforme se observa em:

Um antropônimo pode ser usado como substantivo comum, deixando, pois, de ser o substantivo próprio de uma pessoa determinada. Isso ocorre:

- com nome de pessoa famosa ou popular, para designar uma classe ou um exemplo de uma classe de indivíduos de determinada característica, como em *Dizem que um **PELÊ**, um **AYRTON SENNA**, uma **MARIA ESTER BUENO** e um **ÉDER JOFRE** nascem de cem em cem anos.* (FSP)

*Um país para dar certo depende mais dos **DUNGAS** ou dos **ROMÁRIOS**.* (FSP)

- para fazer atribuição de uma característica própria da pessoa que tem aquele nome, como em

*Mas o ator não se perturbou, respondendo: “Eu sou o **JESUS CRISTO** deste circo”.* (RO)

(= eu sou o mártir deste circo)

- com nome ou sobrenome de artista (pintor, escultor), para designar sua obra *Acho que Rosa tem lido muito **NÉLSON RODRIGUES**.* (RO)

¹² Consideram-se, nesse ponto, nomes próprios de pessoas também as alcunhas ou os apelidos, como se observa nos exemplos da autora: *Mataram o “**BOCA DE OURO**”!* (BO) e *O **BAIANO** sorria sem arrogância, mas sem o menor temor.* (AM-O). Também se comportam como nomes próprios as siglas formadas por iniciais ou por sílabas dos nomes que as compõem, como em: *A crise no **MDB** do novo Estado do Rio teria retardado sua decisão.* (VIS) (MDB = Movimento Democrático Brasileiro) (NEVES, *idem*, p. 107)

(= muita peça de autoria de Nélson Rodrigues) (NEVES, 2000, p. 106-107)
[grifos da autora]

Em casos como esses expostos por Neves, o emprego de antropônimos pode ser efetuado não na condição de nomeadores referenciais, mas como recurso que promove transformações nos referentes, atribuindo-lhes características construídas social e culturalmente acerca do nome próprio, o que faz com que, de acordo com a autora, esse nome próprio passe à condição de *substantivo comum*.

Com a classificação da gramática tradicional sobre o nome próprio e as observações apresentadas acerca do seu uso por Bechara e por Neves, pode-se perceber uma forte tendência a considerar o nome próprio com base em sua função designativa e não atributiva. Quando os nomes próprios funcionam como atributos, esses passam a ser considerados como substantivos comuns, já que, nesse ponto de vista, apenas os substantivos comuns têm a capacidade de atribuir características ao referente.

Entretanto, Andrade (2003), em seu trabalho também de base funcionalista, descreve o comportamento de nomes próprios antecidos pelo demonstrativo “esse(s)”. Nesse estudo, fundamentado em Kleiber (1994), a autora destaca o comportamento semântico-pragmático da estrutura “esse(s) + nome próprio”, mostrando como ela pode ser empregada para: introduzir, salientar, retomar, desambiguar, fragmentar e recategorizar o referente. Neste último caso, demonstra-se que a recategorização pode se dar por meio de: hiperonímia, metáfora ou metonímia. Para comprovar, a autora seleciona exemplos, nos quais se pode notar que tais nomes próprios não apenas apresentam o referente sob uma nova categoria, mas também trazem, por meio dessa categoria, atributos a ele. Consequentemente, Andrade não considera a passagem do nome próprio a nome comum e trata da função recategorizadora de referentes, demonstrando uma nova visão acerca do funcionamento dos nomes próprios.

Assim, a partir da leitura do trabalho de Andrade (2003), passa-se a buscar aprofundamento nos estudos realizados por Kleiber.

Antes, entretanto, é preciso retomar algumas ideias da filosofia da linguagem sobre nomes próprios, já que, segundo Amaral (2008, p. 43), “os nomes próprios não têm estado tão presentes nos estudos linguísticos quanto em outras áreas. Somente nas últimas décadas, tem havido uma preocupação maior dos linguistas em estudar os aspectos semânticos, sintáticos, morfológicos etc dos nomes próprios”. De acordo com Leroy (2005, p. 01), os linguistas “se reapropriaram do nome próprio, durante muito tempo abandonado à lógica, antropologia ou crítica literária”.

Na concepção filosófica da linguagem, em vez de serem enfatizados aspectos morfológicos e/ou sintáticos, uma questão que tem sido muito discutida é se o nome próprio tem ou não sentido ou significado, até mesmo porque a questão do significado é sempre central para a filosofia da linguagem.

Embora linguistas contemporâneos não aceitem que o tema seja simplesmente posto como presença ou ausência de sentido/significado, nos trabalhos clássicos da filosofia da linguagem, encontram-se, segundo divisão adotada por Fernández Leborans (1999), três pontos de vista acerca do assunto: um, de que o nome próprio tem sentido; outro, de que o nome próprio não tem sentido; e um outro, que associa o sentido do nome próprio ao “predicado de denominação” (com base em KLEIBER, 1981). Entretanto, ressalta-se que, além da diferença de perspectiva acerca da presença ou ausência de sentido do nome próprio, há também diferenças nos conceitos de *sentido*, *significado* e *referência*, o que dificulta uma divisão exata de pontos de vista, sendo essas três divisões apontadas apenas com o objetivo de tornar a explanação mais didática.

Para os autores que consideram que o nome próprio possui sentido e referência, como Frege (1978), Russell (1956), Strawson (1989) e Searle (1958; 1969), o nome próprio, de

modo geral – como antropônimos, topônimos, entre outros – está associado à descrição definida que permite identificar o referente. Assim, o seu papel referencial só poderia ser desempenhado por ele ter sentido.

Nessa abordagem, Frege (1978) define os nomes próprios a partir da seguinte ideia: “A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais. Para sermos breves, chamaremos cada uma destas designações de nome próprio”. Ou seja, nessa visão, para que seja um nome próprio, é preciso que ele seja designativo, denominando um objeto específico e não uma classe. E ainda complementa: “Um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência. Por meio de um sinal exprimimos seu sentido e designamos sua referência” (p. 66-67). Desse modo, o que Frege considera como nome próprio ultrapassa o conceito apresentado pela tradição gramatical, fazendo com que os nomes próprios não sejam vistos como diferentes das descrições definidas, já que se parte do pressuposto de que tanto os nomes próprios quanto as descrições definidas são considerados “termos singulares”, justamente por fazerem referência a um objeto singular.

Assim, diferentemente da concepção de descrição definida apresentada pela teoria da Referenciação, Frege distingue as descrições definidas, vistas como “termos singulares”, de expressões nominais denominadas “termos gerais”, de acordo com a referência desses termos. As descrições definidas e os nomes próprios fazem referência a um objeto específico, enquanto os termos gerais são expressões cuja referência é múltipla. Dessa forma, “Brasília” (nome próprio) e “a capital do Brasil” (descrição definida) são termos singulares, já a expressão “a capital” ou “a cidade” são termos gerais e, por isso, não consideradas descrições definidas. Ou seja, nessa perspectiva, as descrições definidas podem ser encaradas como um correlato dos nomes próprios, já que ambos fazem referência a um objeto singular, e a descrição definida é vista como forma de exprimir o sentido do nome próprio, partindo-se da

ideia de valor de verdade, que considera a relação da linguagem com o mundo numa correspondência direta. Por isso, toma-se, por exemplo, a descrição definida “a capital do Brasil” como correlata do nome próprio “Brasília” (“Brasília é a capital do Brasil”, podendo ser indicada essa correlação por meio de “A=B”), uma vez que, considerando o valor de verdade, essas expressões são associadas pelo interlocutor por se levar em conta o fato de ambas as expressões terem mesma referência (objeto-de-mundo).

Sobre o sentido do nome próprio, o autor também afirma que este “é entendido por todos que estejam suficientemente familiarizados ou com a totalidade de designações a que ele pertence” (p. 63), sendo o sentido, nessa concepção, o modo de apresentação do referente, relacionando-se aos atributos do objeto nomeado.

É necessário destacar que, em relação ao conceito de referente, assume-se, no presente trabalho, um posicionamento diferente do de Frege, para o qual o referente é entendido como o objeto-de-mundo, tanto que, de acordo com Rodrigues (2009), sobre a obra fregeana, o valor semântico de um nome próprio é um indivíduo que pertence ao universo de discurso.

Já a respeito do sentido, de acordo com Frege, esse é um conceito cognitivo (conteúdo de informação) que une as noções de conhecimento e de identificação, constituindo o caminho para a referência, segundo Ibaños (2009).

Para esclarecer a distinção entre sentido, representação e referência, Frege (1978, p. 65-66) se vale da analogia de alguém que observa a lua através de um telescópio, sendo a lua a referência, o objeto da observação; o sentido, a imagem real projetada pela lente do telescópio; e a representação, a imagem retiniana do observador.

A partir desse olhar, Frege considera que o sentido – como “imagem projetada” ou imagem captada a partir da realidade – do nome próprio é dado por descrição definida associada a ele, como exemplifica em:

No caso de nomes genuinamente próprios, como ‘Aristóteles’, opiniões sobre o seu sentido podem divergir. O seguinte sentido pode ser sugerido: discípulo de Platão e tutor de Alexandre o Grande. Quem quer que aceite esse sentido irá interpretar o sentido do enunciado “Aristóteles nasceu em Estagira” diferentemente de quem interpreta o sentido de Aristóteles como o professor estagirita de Alexandre o Grande. Na medida em que o *nominatum* permanece o mesmo, essas flutuações no sentido são toleráveis. (FREGE, 1948, p. 210)

Com isso, o autor evidencia que a um mesmo nome próprio podem estar associadas diferentes descrições definidas, desde que todas mantenham a mesma referência – aqui interpretada como a própria realidade. Entretanto, é preciso que essas flutuações de descrições escolhidas não provoquem problemas na identificação do referente e, conseqüentemente, na comunicação, sendo necessário, portanto, que as descrições definidas sejam compartilhadas pelos interlocutores, como ressalta o autor:

O sentido completo de um nome próprio é constituído por um conjunto de valores cognitivos (sentidos) geralmente exprimíveis através de descrições; cada falante tem geralmente acesso a um subconjunto desse conjunto de valores cognitivos; mas esse acesso precisa ter em comum ao menos o suficiente para que os falantes possam saber que estão falando da mesma coisa. É preciso que os dois conjuntos de descrições pelo menos se interseccionem. (FREGE, *idem*, p. 210)

Diante do exposto, observa-se que os nomes próprios, de acordo com Frege, designam os objetos por meio de um sentido e têm como referência um objeto singular. Já as descrições definidas, além de designarem a sua referência, expressam um sentido que está contido no modo de apresentação do objeto designado, sendo, portanto, modos de apresentação do referente.

A produção de Frege, no entanto, foi criticada por não destacar particularidades dos nomes próprios e das descrições definidas, considerando-os simplesmente como semelhantes, já que ambos designam o referente – objeto-de-mundo – e têm sentido, embora o nome próprio seja mais fixo e as descrições definidas mais flutuantes e dependentes do conhecimento de mundo dos interlocutores. Portanto, destaca-se que Frege não tem tendência

a considerar nome próprio como uma categoria gramatical e descrição definida como funcionamento da expressão nominal, mas considera ambos como “expressões singulares”, concepção bem diferente do que se desenvolverá adiante a partir da Referenciação. Mesmo assim, não se pode negar que suas obras foram importantes para que demais autores desenvolvessem pesquisas sobre os nomes próprios.

Entre esses pesquisadores, pode-se citar Russell que, embora tenha Frege como aparato teórico, diferencia descrições definidas e nomes próprios. Aqui também não se considera o nome próprio como uma classe de palavras, como na gramática tradicional, embora possa haver proximidades entre as concepções em relação ao uso. Por isso, ao distinguir nomes próprios e descrições definidas, não há a ideia de mistura de categorias, já que a maior preocupação não é formal, mas sim funcional, semântica e referencial.

Segundo Russell, o nome próprio condensa descrições definidas, como exemplifica: “Os nomes que geralmente usamos, como ‘Sócrates’, são realmente abreviações de descrições” (RUSSELL, 1956, p. 200), por isso, ao empregar um nome próprio, poder-se-ia recuperar demais descrições nele abreviadas. Nesse ponto de vista, por exemplo, o nome “Lula” seria, em determinados contextos, a abreviação de demais descrições definidas, como “ex-presidente”, “ex-metalúrgico”, entre tantas outras. Sendo assim, o nome próprio é considerado como detentor de sentido e referência.

Diante disso, o estudioso considera que, pelo fato de os nomes próprios serem vistos como descrições definidas abreviadas ou “disfarçadas”, ambos – nomes próprios e descrições definidas – podem ser analisados pelo mesmo viés. Portanto, embora sejam diferentes, ambos estão muito bem relacionados, tanto que o autor ressalta:

Palavras comuns, mesmo nomes próprios, são geralmente descrições. Isto é, o pensamento na mente de uma pessoa usando um nome próprio corretamente, em geral, só pode ser expresso explicitamente se o substituímos por uma descrição. Além disso, a descrição requerida para exprimir o pensamento variará para diferentes pessoas, ou para uma mesma

pessoa em diferentes tempos. A única coisa constante (desde que o nome esteja corretamente usado) é o objeto a que o nome se aplica. Mas, enquanto este se mantém constante, a descrição particular envolvida geralmente não faz diferença para a verdade ou falsidade da proposição em que o nome aparece¹³. [tradução nossa] (RUSSELL, 1912, p. 29)

Com isso, o autor sugere que, acerca de um nome próprio, há um repositório de informações sobre a figura possuidora daquele nome, e essas informações são exprimíveis por meio das descrições definidas. Assim, ao se valer de um nome próprio, Russell considera que o falante tem em mente uma ou mais descrições definidas, que devem ser compartilhadas por seu interlocutor. Portanto, ao empregar o nome próprio, considera-se que essa expressão seja composta por tantas outras descrições definidas, resgatadas pelo conhecimento de mundo do interlocutor.

No entanto, uma questão que surge é acerca de qual descrição está abreviada em cada nome próprio, já que, para se saber, seria necessário ter informações sobre o referente inicial. Além disso, diferentes interlocutores poderiam considerar diferentes descrições ligadas a um nome próprio, ou um mesmo locutor poderia associar a um nome próprio diferentes descrições em contextos distintos. Para Russell, essas variáveis são esperadas e é o que distingue as descrições definidas dos nomes próprios, já que a descrição abreviada não é “fixa”, mas depende justamente do contexto de uso.

Strawson (1989), também numa concepção filosófica sobre os nomes próprios, aponta:

(1) Que eles, e somente eles, podem figurar como sujeitos de sentenças que são, genuinamente, da forma sujeito-predicado; (2) Que uma expressão que pretenda ser um nome logicamente próprio é sem significação (*meaningless*) a menos que haja um objeto singular que a expressão represente (*for which it stands*), pois a significação (*meaning*) de tal expressão é justamente o objeto

¹³ No original: Common words, even proper names, are usually really descriptions. That is to say, the thought in the mind of a person using a proper name correctly can generally only be expressed explicitly if we replace the proper name by a description. Moreover, the description required to express the thought will vary for different people, or for the same person at different times. The only thing constant (so long as the name is rightly used) is the object to which the name applies. But so long as this remains constant, the particular description involved usually makes no difference to the truth or falsehood of the proposition in which the name appears. (RUSSELL, 1912, p. 29)

individual que a expressão designa. Para que seja um nome, portanto, ela deve designar alguma coisa. (STRAWSON, 1989, p. 153)

Para o autor, o nome próprio tem papel predominantemente referencial, mas com o mínimo de significação descritiva, ou seja, o nome próprio não teria nenhuma significação, com exceção daquela que ele adquire com o uso. Assim, Strawson considera que o sentido do nome próprio se dá na interação entre interlocutores, preocupando-se, assim, com o conhecimento prévio do falante e do ouvinte. Nessa perspectiva, o sentido do nome próprio não está associado a apenas uma descrição, mas a um conjunto de descrições que se forma a partir de pressuposições acerca do objeto portador do nome próprio.

No ponto de vista de Searle (1969), que defende também que o nome próprio tem sentido, este – o sentido do nome próprio – equivaleria à disjunção lógica de um número determinado de descrições, ou seja, dentre possíveis descrições identificadoras, é necessário que o nome próprio satisfaça, pelo menos, algumas delas. Portanto, o nome próprio não conota sentidos específicos, mas sentidos das descrições definidas a ele relacionadas. Segundo o autor, é essa característica que possibilita a flexibilidade de aplicação dos nomes próprios.

Para defender o sentido do nome próprio, Searle (1969) aponta três justificativas, sendo elas, resumidamente: (a) se o nome próprio ocorre em uma proposição existencial¹⁴, ele deve ter algum conteúdo conceitual ou descritivo; (b) sentenças com nome próprio podem ser usadas em proposições de identidade que contêm informação factual e não meramente linguística; e (c) os nomes próprios poderiam ser descrições definidas abreviadas (*shorthand*), já que uma ocorrência com nome próprio, da mesma forma que uma ocorrência com descrições definidas, pelo princípio da identificação, deve conter uma descrição.

Diante dessas justificativas, Searle conclui a sua argumentação:

¹⁴ Exemplos de proposições existenciais apresentados pelo autor: “There is such a place as Africa” e “Cerberus does not exist”. Para Searle (1969), uma proposição existencial não referencia, mas expressa um conceito e declara que esse conceito é instanciado.

Minha resposta, então, para a questão, “Os nomes próprios têm sentidos?” – se com isso os nomes próprios são usados para descrever ou especificar características dos objetos – é “Não”. Mas se se pergunta com isso se os nomes próprios estão logicamente conectados com características do objeto que eles referem, a resposta é “Sim, de maneira não estrita”.¹⁵ (SEARLE, 1969, p. 170)

E ainda completa:

A peculiaridade e grande conveniência pragmática dos nomes próprios na nossa linguagem residem precisamente no fato de que eles nos possibilitam a referência pública aos objetos sem levar a questionamentos e permitem chegar a um consenso sobre quais características descritivas constituem exatamente a identidade do objeto. Eles funcionam não como descrições, mas como ganchos nos quais penduramos descrições.¹⁶ (SEARLE, *idem*, p.172)

Seguindo essa abordagem e transpondo-a para a teoria da Referência, poder-se-ia dizer, conforme mencionado anteriormente, que os nomes próprios seriam argumentativamente mais neutros que as descrições definidas, já que, dentre as descrições “penduradas” (palavras de Searle) nos nomes próprios – que seriam, para Searle, propriedades de um objeto –, o interlocutor pode selecionar a que melhor convier no contexto.

Sobre essa questão, Fernández Moreno (2006) afirma:

caberia caracterizar a teoria descritiva da Searle-Strawson, conforme aplicado aos nomes próprios, como a teoria segundo a qual a referência dos nomes próprios vem determinada por um conjunto de propriedades que os falantes associam com o nome; as condições suficientes para que um objeto seja o referente de um nome próprio consistem que o objeto possua um número suficiente – ou a maioria – das propriedades do dito conjunto, muitas das quais serão propriedades identificadoras.¹⁷ (FERNÁNDEZ MORENO, 2006, p. 90)

¹⁵ No original: “My answer, then, to the questions, “Do proper names have senses?” – if this asks whether or not proper names are used to describe or specify characteristics of objects – is “No”. But if it asks whether or not proper names are logically connected with characteristics of the object to which they refer, the answer is “Yes, in a loose sort of way”. (SEARLE, 1969, p. 170)

¹⁶ No original: “The uniqueness and immense pragmatic convenience of proper names in our language lies precisely in the fact they enable us to refer publicly to objects without being forced to raise issues and come to an agreement as to which descriptive characteristics exactly constitute the identity of the object. They function not as descriptions, but as pegs on which to hang descriptions”. (*idem*, 1969, p. 172)

¹⁷ No original: cabría caracterizar la teoría descriptiva de Searle-Strawson, en tanto que aplicada a los nombres propios, como la teoría según la cual la referencia de un nombre propios viene determinada por un conjunto de

Assim, pode-se dizer que, nessa concepção, o nome próprio não seria atributivo por si só, mas a ele estariam relacionadas tantas propriedades do referente que fariam com que, ao ser empregado o nome próprio, o interlocutor fosse capaz de recuperar tais propriedades, atribuindo sentido a ele.

Por outro lado, entre os estudiosos que consideram que os nomes próprios não têm sentido, pode-se citar Mill (1984), para quem, os nomes próprios “não são conotativos; denotam os indivíduos a quem dão o nome, mas não afirmam nem implicam qualquer atributo como pertencente a esses indivíduos” (p. 99).

Embora Mill não tenha desenvolvido uma teoria específica sobre os nomes próprios, estudiosos posteriormente retomaram muito de suas ideias para discutir a questão da não existência de sentido do nome próprio, afirmando que os nomes próprios seriam uma marca sem significação, utilizada para referir a indivíduos. Os defensores de tal posicionamento acreditam que o nome próprio só serve para fixar o modo de identificação do objeto-de-mundo e não para dar sentido, por isso, diferentemente da concepção de Frege, o nome próprio não deve ser considerado semelhante a uma descrição definida. Entre esses estudiosos está Kripke (1982), que, ao tratar do nome próprio, esclarece:

Por um nome, eu compreendo aqui um nome próprio, quer dizer, o nome de uma pessoa, de uma cidade, de um país, etc. [...] Nós utilizaremos o termo “nome” de modo a não incluir as descrições definidas desse gênero, mas somente o que na linguagem ordinária chamaríamos de “nomes próprios”. Se queremos um termo comum abrangendo ao mesmo tempo os nomes e as descrições definidas, podemos empregar o termo “designador”.¹⁸ (KRIPKE, 1982, p.13)

propiedades que los hablantes asocian con el nombre; las condiciones suficientes para que un objecto sea el referente de un nombre propio consisten en que el objecto posea un número suficiente – o la mayoría – de las propiedades de dicho conjunto, muchas de las cuales serán propiedades identificadoras. (FERNÁNDEZ MORENO, 2006, p. 90)

¹⁸ No francês: “Para un nom, j’entends ici um nome propre, c’est-à-dire le nom d’une personne, d’une ville, d’un pays, etc. (...) Nous utiliserons le term “nom” de façon à ne pas incluire les descriptions définies de ce genre, mais seulement ce que dans le langage ordinaire on appellerait des “noms propres”. Si nous voulons um

Desse modo, para Kripke, os nomes próprios são “designadores rígidos”, o que significa que eles designam indivíduos de uma mesma forma em situações distintas, diferenciando-se das descrições definidas que são consideradas não rígidas, já que mudam de referência a todo o momento. Além disso, a partir desse olhar, os nomes próprios, diferentemente das descrições definidas, não estão relacionados a atributos, e exercem apenas o papel de designador de referentes.

Para exemplificar tal ponto de vista, Recanati (1983), cujo trabalho ajuda a aclarar algumas ideias apresentadas por Kripke, vale-se de duas expressões: uma constituída por nome próprio – “Mitterrand¹⁹” – e outra por descrição definida – “o presidente da República” –, dizendo que esta (descrição definida) é considerada designador não rígido, já que pode fazer referência a diferentes indivíduos, enquanto aquela (nome próprio) seria um designador rígido por fazer referência a um único indivíduo no mundo. Destaca-se que, nessa concepção, o referente é tido como objeto-de-mundo e considera-se a ideia de valor de verdade em relação aos empregos de designadores.

A respeito dessa concepção, Kripke e seus seguidores não consideram que nomes próprios possam também fazer referência a diferentes indivíduos, como ocorre principalmente com aqueles nomes que são mais frequentes em determinadas comunidades (no caso do Brasil, nomes como *João*, *José*, *Maria*, *Francisco*, entre tantos outros). Em casos como esses, segundo Campos (2004), Kripke acredita que cada nome próprio é único e, por isso, um designador rígido. Caso haja dois indivíduos com nome de “João”, por exemplo, Kripke considera que são dois nomes foneticamente iguais.

terme commun couvrant à la fois les noms et les descriptions, nous pouvons employer le terme ‘désignateur’”. (KRIPKE, 1982, p. 13)

¹⁹ François Mitterrand foi um político francês do partido socialista que, durante 14 anos, esteve na presidência da França.

Kripke não menciona também os casos de nomes próprios que são apelidos ou pseudônimos que, além de não serem instituídos pelo “batismo inicial”, mas adquiridos na prática cotidiana, podem designar referentes, ao mesmo tempo em que atribuem características a eles.

Após comentar os estudiosos que defendem que o nome próprio tem sentido e os que defendem o oposto, o terceiro grupo apresentado aqui, que associa o sentido do nome próprio ao “predicado de denominação”, se enquadra na perspectiva teórica da semântica formal. Em vez de discutir a relação entre nome próprio e sentido, esse grupo passa a relacionar nome próprio e predicado. Dentre os estudiosos, encontra-se Burge (1973), que, opondo-se a Russell, considera que “os nomes próprios não abreviam predicados, mas são predicados por si mesmos”.²⁰

Para Burge, uma das falhas das visões anteriores é a de se concentrar em usos singulares – ou prototípicos – do nome próprio, enquanto ele se voltará ao que denomina “usos modificados dos nomes próprios”, que, segundo o autor, são: (a) nomes no plural; (b) nomes precedidos por artigo indefinido ou definido; e (c) nomes precedidos por quantificadores. No ponto de vista de Burge, tais usos não podem ser considerados “especiais”, já que são gramaticais e literais, ou seja, não metafóricos ou irônicos, de acordo com Amaral (2008), além de serem constantes no uso.

Embora houvesse críticas – como as de García Suárez (1997) – ao trabalho realizado por Burge e à forma como expôs a sua tese, são as suas ideias que abrirão caminho para Kleiber (1981) e conseqüentemente para as pesquisas cujo foco são os diferentes usos do nome próprio.

Kleiber, em sua teoria do predicado de denominação, considera que o nome próprio tem o estatuto de signo linguístico, comportando significante e significado, e defende uma

²⁰ No original: “I shall argue first that proper names do not abbreviate predicates but are predicates in their own right”. (BURGE, 1973, p. 433)

diferenciação entre usos *modificados* e *não modificados* de nomes próprios. Entretanto, tal diferenciação foi bastante discutida, primeiramente porque a modificação estaria relacionada à presença de determinantes, o que equivaleria falar em empregos *articulados*, *determinados* ou *quantificados* (cf. KLEIBER, 1994, p. 92). No entanto, não se poderiam denominar empregos modificados diante da presença de artigo definido, uma vez que, em alguns casos, os nomes próprios modificados podem funcionar apenas como designadores.

A respeito da presença/ausência de determinante definido diante de nome próprio em língua portuguesa, segundo Müller e Negrão (1989, p.531), numa primeira instância, tal fato parece independe da posição sintática ocupada pelo sintagma nominal e parece estar associado a variáveis sociolinguísticas, tanto variantes regionais, quanto variantes de registro (formal/informal; escrito/oral). Nesses casos, as autoras dizem não ocorrer mudança de significado, mas apenas a indicação da região de onde os falantes procedem ou do registro utilizado. Todavia, em um estudo mais aprofundado sobre o assunto, as autoras observam, dentro de um mesmo registro linguístico e de um mesmo dialeto, que há contextos em que a presença e a ausência do artigo podem se alternar e que, em outros contextos, apenas uma delas é permitida. Além disso, a presença ou a ausência do artigo, em determinados contextos, pode levar a interpretações distintas. A partir dos exemplos apresentados pelas autoras, elas fazem a distinção entre o nome próprio empregado para se referir a um indivíduo e o nome próprio enquanto entidade linguística, considerando apenas o primeiro caso como referencial. Destaca-se que, nos casos apresentados por Müller e Negrão, considera-se apenas o papel designativo dos nomes próprios.

Para evitar problemas com o termo *modificado* e *não-modificado*, Jonasson (1994), influenciado por Kleiber, entende por nome próprio não-modificado aquele que tem como função cognitiva fundamental nomear, afirmar e manter uma individualidade, sendo definido pela autora como “qualquer expressão associada na memória de longo prazo a um particular

em virtude de um laço denominativo estável” (JONASSON, 1994, p. 21). Segundo a autora, as propriedades típicas do nome próprio são: introdução por maiúscula, flexão fixa, ausência de determinante em função referencial, falta de sentido lexical, designação de pessoas e de lugares, mono-referencialidade. (p. 22)

Já a respeito dos nomes próprios modificados, a autora diz serem aqueles que perdem sua característica única ou singular, característica do uso referencial chamado prototípico. Eles não teriam mais a função distintiva e identificadora, mas seriam descritivos, classificadores ou caracterizadores. Jonasson (*idem*, p. 173) divide os nomes próprios modificados em quatro tipos de interpretações, sendo eles:

- (a) **Denominativo** – definido pela propriedade *ser chamado NPr*, ou seja, é empregado em situações em que se faz menção a um objeto possuidor de determinado nome, destacando-se a denominação. Nesse caso, o nome próprio não seria interpretado para falar do seu portador, portanto se desfaria o laço rígido entre o nome próprio e seu portador (p. 194). As suas características seriam: um grande número de sintagmas nominais singulares indefinidos; sintagmas nominais plurais, introduzidos principalmente pelo artigo definido, mas também por determinantes e adjetivos indefinidos (p. 184-185).

Como exemplos, poderiam ser mencionados os empregos de nomes próprios como em: “Não há um Hugo nesse número discado”²¹ – resposta recebida ao se ligar em determinado número telefônico à procura de uma pessoa chamada Hugo –; ou “Conheço uma Mariana de longa data”.

²¹ Esses exemplos foram criados a partir dos apresentados, em francês, por Jonasson (1994) e Kleiber (1994).

- (b) **Metafórico** – o sintagma nominal que contém o nome próprio, em vez de designar um indivíduo, designa um papel, isto é, a propriedade desse sintagma não é de *ser chamado NPR*, mas de ser definido a partir de certas características do possuidor do nome próprio. Assim, haveria uma transferência de nome próprio que sairia do “referente original”, segundo palavras da autora, e passaria a um “referente discursivo”. Geralmente vem precedido de um determinante e acompanhado de diversos tipos de complementos, porém raramente é pluralizado.

Como exemplo, pode-se pensar em casos frequentes no cotidiano, como em: “Paulo é um verdadeiro Einstein”, no qual, o emprego metafórico do nome “Einstein” tem por objetivo atribuir a característica de inteligente a Paulo, visto que Einstein é físico reconhecido socialmente por sua inteligência e importância na Física Moderna.

- (c) **Exemplar** – um nome próprio que funciona como exemplar geralmente é pertencente a uma figura bastante conhecida culturalmente e é empregado para referir a essa mesma figura, sendo um exemplar dentre as possibilidades. Em outras palavras, por meio desse emprego do nome próprio, não se tem a ideia de unicidade; ao contrário, destaca-se um indivíduo entre outros com aquele nome. Por isso, é mais comum que esse emprego se dê com sobrenomes. Como característica formal, considera-se que o sintagma nominal que contém o nome próprio é geralmente precedido por artigo indefinido.

Para exemplificar, selecionou-se o seguinte caso: “Um Villas Boas é sempre bem-vindo”. Esse emprego demonstra a escolha de um indivíduo pertencente à

família Villas Boas, sendo, portanto, um exemplar dentre os membros daquela família.

- (d) **Manifestação** – o nome próprio é usado para se referir a diferentes aspectos do portador do nome próprio, isto é, por meio, geralmente, de um adjetivo ou locução adjetiva, destaca-se uma fase ou característica daquele indivíduo. Embora a autora não dê características linguísticas desse emprego do nome próprio, observa-se que o “recorte” da fase se dá, com frequência, por meio do uso do artigo definido e do modificador, selecionado para se destacar a manifestação pretendida.

Os empregos a seguir servem de exemplo para esse tipo de interpretação do nome próprio: “O Rio de Janeiro de antigamente era mais pacífico” e “O Lula metalúrgico era bem diferente do Lula presidente”. A partir dos modificadores “de antigamente”, “metalúrgico” e “presidente”, são destacadas fases dos referentes “Rio de Janeiro” e “Lula”.

A respeito desse tipo de interpretação do nome próprio, pode-se questionar se os diferentes aspectos do referente são expressos pelo nome próprio em si ou pelos modificadores. No entanto, Jonasson (1994) considera o sintagma nominal como um todo, por isso, ressalta essa interpretação como pertencente ao sintagma nominal cujo núcleo é o nome próprio.

Kleiber (1994), sobre os usos dos nomes próprios modificados, faz uma divisão em cinco tipos de interpretações²², muito próximas às de Jonasson, sendo elas: (a) denominativo;

²² No original: “emploi dit dénominatif”, “emploi dit de fractionnement”, “emploi dit exemplaire”, “emploi dit métaphorique” e “emploi dit métonymique”. (KLEIBER, 1994, p. 68).

(b) fracionado – correspondente a “manifestação”, de Jonasson; (c) exemplar; (d) metafórico; e (e) metonímico.

Tais divisões demonstram uma visão diferenciada de nome próprio que não deixa de ser considerado nome próprio em determinadas condições de uso, como demonstrado anteriormente. Ao contrário, considera-se que os nomes próprios podem ter interpretações diferentes de acordo com a sua função no discurso. Tal posicionamento tem promovido interesse em alguns linguistas contemporâneos, entre eles, Gary-Prieur (1994), com sua *Grammaire du nom propre*.

Gary-Prieur, ao tratar do funcionamento dos nomes próprios, considera uma perspectiva semântica, apresentando duas noções relevantes em seu trabalho: “referente inicial” e “conteúdo” do nome próprio. A respeito do primeiro conceito, a autora diz:

O referente inicial de um nome próprio em um enunciado é o indivíduo associado por uma pressuposição a esta ocorrência do nome próprio em virtude de um ato de batismo do qual o locutor e o interlocutor têm conhecimento. (GARY-PRIEUR, 1994, p. 24)²³

Já a respeito do conceito de “conteúdo” do nome próprio, este é definido como “um conjunto de propriedades atribuídas ao referente inicial desse nome próprio em um universo de crença”²⁴ (GARY-PRIEUR, *idem*, p. 51). No entanto, essas propriedades não se encontram no léxico, já que, para a autora, o nome próprio não tem sentido conceitual, mas surgem da experiência associada pelos locutores com o referente do nome próprio no discurso (e não fora dele) (p. 78). Em outras palavras, Gary-Prieur destaca que o “conteúdo” do nome próprio não está associado à etimologia do nome ou a um sentido encontrado geralmente em dicionários de nomes, mas às propriedades que surgem da experiência associada pelos

²³ No original: “Le référent initial d’un nom propre Dan un énoncé est l’individu associé par une présupposition à cette occurrence Du nom propre em vertu d’un acte de baptême dont Le locuter et l’interlocuteur ont connaissance”. (GARY-PRIEUR, 1994, P. 29)

²⁴ No original: “Le contenu d’un nom propre est un ensemble de propriétés attribuées au référent initial de ce nom propre dans um univers de croyance”. (GARY-PRIEUR, *idem*, p. 51)

locutores a partir do contato com o portador do nome próprio, sendo essas propriedades construídas no discurso. Por isso, a autora ressalta que o conteúdo não está relacionado às “conotações” do nome próprio, pois estas estão relacionadas ao signo, enquanto o conteúdo é construído sobre o portador do nome.

Como exemplo, Gary-Prieur (1994, p. 53) menciona o nome próprio “Mohamed”, destacando que tal nome, como unidade formal, está culturalmente associado ao mundo árabe, porém nada impede que ele seja usado para denominar um francês. Portanto, o seu conteúdo dependeria do seu emprego no discurso e não da “conotação” que culturalmente se relaciona ao nome. Assim, a autora reforça que o conteúdo do nome próprio está intimamente ligado ao papel do contexto na interpretação, já que uma mesma estrutura pode funcionar diferentemente de acordo com a situação de uso.

De acordo com Martins (2009), sobre a obra de Gary-Prieur, os nomes próprios são ímpares no universo do discurso e, como tal, devem ser analisados em sua determinada situação de enunciação, buscando nela a interpretação apropriada. Martins ainda reforça que, para Gary Prieur,

essa visão tem a vantagem de perceber a interpretação de um NPr associada a um sentido e a um conteúdo. O sentido pressupõe a individualização de um referente “x” em relação a sua denominação dentro do universo dialógico, e o conteúdo, as propriedades de “x” compartilhadas entre os enunciadores. (MARTINS, 2009, p. 117)

Gary-Prieur (2001) denomina “sens” (sentido) como as propriedades lexicais do nome próprio fundadas sobre uma relação de denominação, ou seja, enfatiza-se o papel designativo do nome próprio, pressupondo individualização do referente. Já o “conteúdo”, segundo a autora, está atrelado às propriedades do referente compartilhadas pelos interlocutores, que não estão explícitas no nome próprio em si, mas são recuperadas pelo conhecimento de mundo dos interlocutores em contato com o referente. Nessa concepção, considera-se o conteúdo

como particularidade do nome próprio, o que levaria a se descartar a ideia de nome próprio funcionando como nome comum, já que o nome comum não teria “conteúdo”.

A partir desse olhar sobre os nomes próprios, Gary-Prieur (2001, p. 23) menciona o caso dos nomes próprios no plural e ressalta que, embora haja uma tendência de dizer que o emprego no plural faz com que o nome próprio passe à condição de nome comum, para a autora isso não ocorre. A pesquisadora defende que o nome próprio pode aparecer em todas as estruturas possíveis para um sintagma nominal, inclusive no plural, sem mudar de categoria gramatical. E ainda ressalta que “mesmo em um SN plural, um nome próprio conserva praticamente sempre sua especificidade de termo singular e que não há nenhuma razão para se construir o plural de um nome próprio com base no modelo do plural de um nome comum”. (Gary-Prieur, *idem*, p. 25).

Gary-Prieur, diferenciando nome próprio e nome comum, declara:

Se os nomes comuns têm um sentido e eventualmente conotações, os nomes próprios têm sentido e/ou conteúdo, e também em certos casos conotações. O conteúdo corresponde a um nível de descrição diferente das conotações: ele representa a inscrição do referente inicial no funcionamento semântico do nome próprio.²⁵ (GARY-PRIEUR, 1994, p. 57)

Assim, a autora faz uma divisão dos nomes próprios em três modos de funcionamento, sendo eles: (a) interpretação denominativa; (b) interpretação identificadora – uso prototípico do nome próprio; (c) interpretação predicativa – em que intervém o “conteúdo” do nome próprio. Na interpretação predicativa, encontram-se os usos metafóricos, metonímicos e qualificadores.

²⁵ No original: “si les noms communs ont un sens et éventuellement des connotations, les noms propres ont un sens et/ou un contenu, et aussi dans certains cas des connotations. Le contenu correspond à un niveau de description différent des connotations: il représente l’inscription du référent initial dans le fonctionnement sémantique du nom propre”. (GARY-PRIEUR, 1994, p. 57)

Evitando os termos *modificado* e *não modificado*, por considerar que a modificação de que tratam os linguistas é sintática e/ou semântica, e que normalmente não se explica o que e como está modificado, a autora dá a seguinte definição de nome próprio:

- a) /NPr/ é uma forma definida na língua e atribuída como nome, no mundo, a um indivíduo;
- b) Em um enunciado, uma forma /NPr/ dá ao destinatário a instrução de identificar o indivíduo portador de nome no quadro enunciativo de sua ocorrência e de considerar esse indivíduo como o referente do nome próprio;
- c) A relação referencial estabelecida pressupõe que locutor e destinatário compartilhem o conhecimento do ato de batismo durante o qual tal forma /NPr/ foi atribuída como nome a tal indivíduo, a que chamaremos “referente inicial”.
- d) A referência a x1 implica o conhecimento de certas propriedades suas, que constituem o que chamaremos de “conteúdo” do nome próprio.²⁶ (GARY-PRIEUR, 2005, p. 59)

Portanto, ao observar o olhar de Kleiber, Jonasson e Gary-Prieur sobre as possibilidades de interpretações do nome próprio em funcionamento, passou-se, no presente trabalho, a refletir sobre as funções exercidas pelo nome próprio no discurso, desconsiderando a oposição *nome próprio – designativo X nome comum – atributivo*, presente em estudos diversos, conforme exposto anteriormente. Assim, em vez de se considerar o nome próprio com apenas uma função no discurso – a função nomeadora –, passa-se a destacar os modos de funcionamento desse recurso linguístico no processo de referenciação. Porém, não se valerá, aqui, dos modos apresentados pelos autores citados, mas apresentar-se-á uma perspectiva do nome próprio a partir da ideia de *continuum*, como exposto no final deste capítulo.

²⁶ No original:

“a) /NPr/ est une forme définie dans la langue et attribué comme nom, dans Le monde, à un individu;
 b) Dans un énoncé, une forme /NPr/ donne au destinataire l’instruction d’identifier l’individu dont cette forme est le nom dans le cadre énonciatif de son occurrence, et de considérer cet individu comme le referent du NPr;
 c) La relation référentielle ainsi établie presuppose que locuteur et destinataire partagent la connaissance de l’acte de baptême au cours duquel telle forme /NPr/ a été attribué comme nom à tel individu, qu’on appellera son “referent initial”.
 d) La référence à x1 implique la connaissance de certaines de ses propriétés, qui constituent CE qu’on appellera le “contenu” du NPr. (GARY-PRIEUR, 2005, p. 59)

Diante disso, ressalta-se que o percurso apresentado acima se fez necessário justamente para demonstrar visões diferentes sobre o nome próprio, considerando desde a ideia de sentido e/ou referência, até os modos de interpretação do nome próprio. Tal percurso evidencia a não necessidade de se pensar um aspecto linguístico por um único viés, até mesmo porque, de acordo com Saussure, é o ponto de vista que cria o objeto. Portanto, se se parte de uma perspectiva sócio-cognitivo-interacionista de linguagem, é preciso pensar o nome próprio também a partir dela e não seguir, estritamente, concepções já consagradas em outras linhas de pesquisa.

Na verdade, deve-se esclarecer que as ideias de Kleiber, Jonasson e Gary-Prieur foram importantes neste trabalho para ampliar a visão sobre os nomes próprios utilizados no discurso, em especial o conceito de “conteúdo”, de Gary-Prieur, que contribui para pensar o nome próprio com função (re)categorizadora de referentes, visto que esse conceito (de “conteúdo”) considera a relação entre nome próprio e atributos. No entanto, as análises não terão por base os conceitos apresentados por esses pesquisadores, nem pelos expostos anteriormente, mas se discutirão as funções dos nomes próprios na referenciação, partindo do nome próprio designativo ao nome comum, distribuindo, no *continuum*, os nomes próprios com função atributiva e discutindo como alguns atributos são construídos discursivamente.

Para atingir essa finalidade, recuperam-se, na sequência, algumas informações da teoria da Referenciação sobre o emprego de nomes próprios na construção de referentes, discutindo-as com vistas ao objetivo central deste trabalho.

1.2. O nome próprio na Referenciação

De acordo com o já exposto no início deste capítulo, ainda se faz presente, nos estudos realizados na área da Referenciação, a visão acerca do nome próprio apenas em função designativa, sem promover, portanto, a categorização e/ou recategorização referencial. Não se pode negar, entretanto, que o nome próprio pode suscitar várias informações a respeito de determinado referente, caso este seja culturalmente conhecido, principalmente porque alguns nomes são carregados de história, exercendo, assim, relevância no processo de construção referencial. Por isso, reforça-se a importância do contexto para o emprego de nome próprio e seu papel na construção de referentes. No entanto, para a teoria da Referenciação, tais informações associadas a um nome próprio estão mais ligadas à inferência do interlocutor do que propriamente à expressão selecionada, o que pode parecer contraditório, uma vez que a Linguística Textual considera a questão da inferência em seus estudos.

Assim, diante de um nome próprio, só haveria a apresentação – seja na introdução ou na retomada – do referente por meio de um sintagma nominal e não a (re)categorização referencial. Logo, considera-se que as descrições definidas, por serem constituídas de nomes comuns, sejam atributivas e, conseqüentemente, argumentativas. Já os sintagmas nominais cujo núcleo é um nome próprio seriam argumentativamente “neutros”, principalmente em condição prototípica, ou seja, com nome próprio, antecedido ou não de determinante definido, em função designativa. Entretanto, é necessário mencionar que, em situações em que o nome próprio aparece acompanhado de modificador, não se pode pensar em neutralidade argumentativa, já que o modificador traria atributos relevantes discursivamente.

De acordo com Müller e Negrão (1989, p. 530-531), há uma aproximação formal e sintática entre descrições definidas e nomes próprios. Em relação à forma, considera-se a possibilidade de haver, em alguns casos, assim como ocorre com as descrições definidas, a presença de determinante e/ou modificador diante do nome próprio. Quanto à proximidade sintática, tanto as descrições definidas quanto os nomes próprios podem ocorrer, no interior de

uma frase, em posições sintáticas diferentes. Entretanto, é preciso destacar que essas são categorias diferentes, visto que, enquanto o nome próprio é uma classe gramatical, a descrição definida é uma função referencial do sintagma nominal formado pelo nome comum.

Diante disso, pode-se concluir que o nome próprio, por não se incluir em nenhuma das estratégias de introdução e progressão referencial apresentadas pela teoria da Referenciação, e por se fazer presente no processo de construção de referentes, merece destaque nas pesquisas da área, principalmente porque, como se verá nas análises, é um recurso bastante frequente em textos de variados gêneros. Além disso, o nome próprio tem particularidades – não só formais ou semânticas, mas especialmente funcionais – que merecem mais discussão e aprofundamento.

Em muitos trabalhos realizados na Linguística Textual de linha sócio-cognitivo-interacionista, mesmo ao analisar textos em que aparecem empregos de nomes próprios, pouco se comenta sobre eles. Na maioria das vezes, quando se menciona, são comentários breves, como os já citados em Koch (2008) e Neves (2006), quando esta trata do processo referencial. Neves (2006), no capítulo “Referenciar. Ou: A arte da rede referencial na linguagem”, mesmo selecionando exemplos que trazem nomes próprios na cadeia referencial, não aprofunda a discussão sobre eles, apenas destaca as demais estratégias referenciais. É o que tem ocorrido com mais frequência em variados estudos.

Ilari (2005), discutindo a questão da anáfora textual, analisa um texto, extraído de uma matéria do “Correio Popular”, em que aparecem empregos de nomes próprios, sendo os primeiros empregos de nomes próprios prototípicos, ou seja, aqueles que constituem por si só o sintagma nominal e exercem função designativa. Já os empregos que sucedem são de nomes próprios no plural – “todos os Gersons, Paulos, Vivianes e Albinos da vida” –, acompanhados de determinante e modificador. Sobre esses casos, Ilari afirma:

O primeiro exemplo que analisarei aqui provém de um texto sobre educação a distância, e diz respeito a um uso especial e pouco comum de nomes próprios. Dadas as particularidades semânticas dos nomes próprios, em particular o fato de que eles são, na terminologia de Zeno Vendler, termos singulares primitivos (ou designadores rígidos, como também já se disse), não esperaríamos encontrá-los em função anafórica: um nome nomeia o objeto a que se refere sem necessidade de mediação do texto. Há, contudo, ocorrências de nomes próprios que contrariam essa expectativa e por isso mesmo merecem alguma atenção, ainda que um mínimo de análise leve à conclusão de que essas ocorrências são, precisamente, a exceção que confirma a regra. (ILARI, 2005, p. 113)

O autor ainda destaca, em sua análise, que o emprego do nome próprio em função designativa não promove a categorização e recategorização referencial, assim como também não funciona como anafórico. Acerca do segundo emprego, Ilari diz que esse recurso se gramaticaliza, segundo palavras do autor, “para formar nomes comuns a partir de nomes próprios de pessoas” (p. 116). E ainda completa:

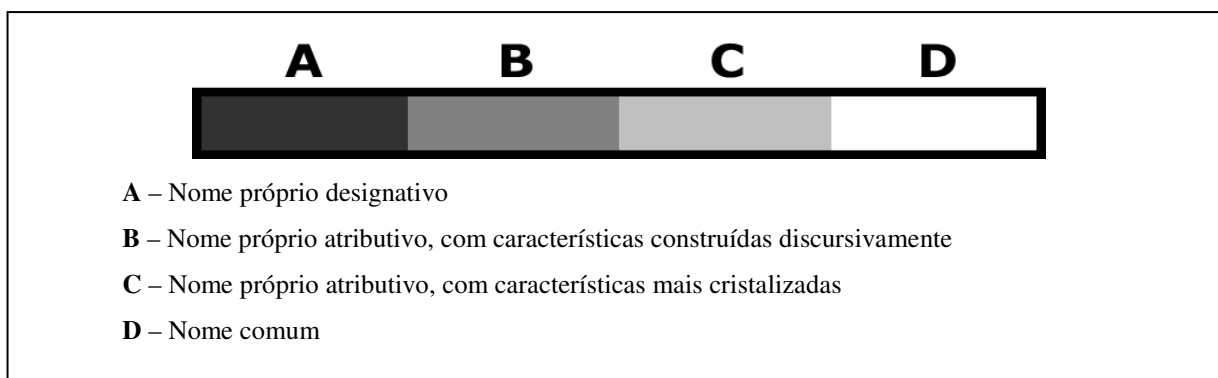
O texto analisado nos ensina, afinal, que os nomes próprios só funcionam como anafóricos quando abdicam de sua especificidade de nomes próprios e se tornam nomes comuns. Se esta observação é correta, temos interesse em perguntar que características semânticas de um nome comum o tornam apropriado para a função anafórica. Uma hipótese é que os nomes comuns classificam, ao passo que os nomes próprios apenas designam. Isso poderia estar indicando que, para que haja anáfora, é preciso que haja classificação. Se essa hipótese deve ser aceita ou não, e quais consequências isso acarretará é questão de mais pesquisa. (ILARI, *idem*, p. 116)

Embora o autor não seja categórico quanto à sua posição e destaque a necessidade de mais pesquisa a respeito do nome próprio e sua relação com a anáfora, ele deixa subentendida sua concepção de que o nome próprio, além de não categorizar e recategorizar o referente, também não funciona como anáfora referencial.

Neste trabalho, no entanto, busca-se um posicionamento bastante diferente do que se tem apresentado na área da Referenciação. Primeiramente, considera-se o nome próprio como recurso de introdução e retomada de referente, sendo conseqüentemente, anafórico. Além

disso, pretende-se, por meio das análises realizadas no próximo capítulo, demonstrar diferentes formas de funcionamento do nome próprio.

A partir desses modos de funcionamento do nome próprio expostos na sequência, passar-se-á a se considerar o nome próprio como num *continuum*, que parte, como numa gradação, do (a) nome próprio prototípico ao (d) nome comum, estando o caso (b) e o (c) entre eles. Assim, considerar-se-á o caso (b) ainda mais próximo ao nome próprio designativo e o caso (c) já mais próximo ao nome comum, como se busca retratar no *continuum* abaixo:



Ressalta-se, no entanto, que, com esse *continuum*, não há uma tentativa de divisão categórica em apenas três modos de funcionamento do nome próprio (mais o nome comum – caso (d)), já que se considera que possa haver casos particulares, em que esses modos de funcionamento possam relacionar-se, como se discutirá no **Capítulo III – A FUNÇÃO DO NOME PRÓPRIO NA CONSTRUÇÃO REFERENCIAL**. Por isso, deve-se reforçar que, num *continuum*, há dois pólos mais definidos – os casos prototípicos de nomes próprios e nomes comuns – e, entre eles, gradações que podem tender mais a um ou a outro, dependendo do contexto de uso.

CAPÍTULO III – A FUNÇÃO DO NOME PRÓPRIO NA CONSTRUÇÃO

REFERENCIAL

O homem que acabou de entrar na loja para alugar uma cassete vídeo tem no seu bilhete de identidade um nome nada comum, de um sabor clássico que o tempo veio a tornar rançoso, nada menos que Tertuliano Máximo Afonso. Ao Máximo e ao Afonso, de aplicação mais corrente, ainda consegue admiti-los, dependendo, porém, da disposição do espírito em que se encontre, mas o Tertuliano pesa-lhe como uma lousa desde o primeiro dia em que percebeu que o malfadado nome dava para ser pronunciado com uma ironia que podia ser ofensiva. (*O homem duplicado*, José Saramago.)

A partir de todo aparato teórico discutido anteriormente a respeito da referenciação e de nomes próprios, sentiu-se a necessidade de repensar o uso do nome próprio na construção de referentes em textos variados. Tomando-o como uma das estratégias de progressão e construção referencial, acredita-se na importância de se destacar o seu emprego em diversas situações enunciativas. Diante de casos diferenciados como os que serão introduzidos e analisados no presente capítulo, pretende-se demonstrar a relevância desse recurso linguístico no processo de construção referencial, seja em função designativa ou atributiva, partindo-se da ideia de *continuum*, como mencionado no capítulo anterior. Para demonstrar os modos de funcionamento do nome próprio em diferentes situações discursivas, selecionaram-se fragmentos de gêneros textuais diversos, tendo por base a utilização de nomes próprios, independentemente do gênero textual em que eles ocorriam. Assim, evidencia-se que os modos de funcionamento do nome próprio podem se dar em diferentes contextos de produção textual, constituindo, portanto, um recurso da língua bastante comum na prática discursiva. Diante dos objetivos deste capítulo, sua organização será realizada a partir dos modos de funcionamento do nome próprio – dispostos no *continuum* – na construção de referentes.

1. Os modos de funcionamento dos nomes próprios na construção referencial

O emprego de nomes próprios, como já mencionado, é um recurso bastante expressivo em diferentes gêneros textuais, como crônica, reportagem, teste de comportamento, notícia e biografia, sejam eles publicados em material impresso ou em *sites*. Entretanto, como já

discutido nos capítulos anteriores, poucos estudos têm sido realizados a esse respeito, em especial quando se trata do processo de referenciação.

Conforme destacado, evidencia-se comumente apenas a visão de nome próprio com função designativa. No entanto, o que se defende, neste trabalho, é que o funcionamento do nome próprio depende do contexto de uso, como se pretende demonstrar a partir das análises realizadas na sequência, com base nos modos de funcionamento do nome próprio distribuídos no *continuum* – (a) nome próprio designativo; (b) nome próprio atributivo com características construídas discursivamente; e (c) nome próprio atributivo com características mais cristalizadas.

1.1. Do nome próprio (mais) designativo ao nome próprio atributivo

Seguindo a concepção de *continuum* acerca do funcionamento do nome próprio, o primeiro modo de funcionamento – e único para determinadas áreas de conhecimento, já exploradas nos capítulos anteriores, – é o denominado nome próprio designativo ou prototípico, que exerce o seu papel de denominar o referente no contexto, processo considerado pela teoria da Referenciação “neutro”, já que não se apresentam ao referente propriedades relevantes no contexto. Ou seja, nessa perspectiva, apenas há a designação e a apresentação e/ou progressão referencial por meio desse tipo nominal. No entanto, pretende-se demonstrar outro ponto de vista a respeito, de acordo com as situações de uso.

Acerca do comentário feito por Ilari (2005), exposto no **Capítulo II**, de que o nome próprio pode não ser considerado anafórico por não “classificar” o referente, evidencia-se, neste trabalho, um posicionamento de que os nomes próprios podem promover a introdução e a progressão referencial, independentemente de sua função no texto – designativa ou

atributiva –, além de poderem contribuir na construção referencial. Para demonstrar esse posicionamento sobre a função do nome próprio na referenciação, foram selecionados fragmentos de textos variados para análise.

Em textos, como os jornalísticos, que têm como foco fatos da realidade e lidam, muitas vezes, com figuras de destaque na sociedade, há uma tendência à função designativa do nome próprio, como demonstram os fragmentos a seguir:

1. Até agora, a mais espetacular operação da Polícia Federal atirou contra o banqueiro Daniel Dantas. Mas atingiu também o presidente do Supremo, Gilmar Mendes, que está levando as sobras com o levantamento de sua polêmica passagem no judiciário nacional.

Em matéria de ontem, publicada aqui na **Folha**, a repórter Ana Flor lembrou que o ministro foi trazido à vida pública por Fernando Collor, mas atingiu um raio de ação mais substancial durante os dois governos de FHC, quando foi advogado-geral da União. (RDM) [grifos acrescentados]

2. Lembro a estupefação causada por Luís Carlos Prestes quando da primeira eleição após a ditadura do Estado Novo. Na luta entre o bem e o mal, representada pelas candidaturas do marechal Dutra (PSD) e do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), o líder comunista declarou que não via nenhuma diferença entre os dois. (TDP) [grifos acrescentados]

3. "É a bandaCê no Circo de novo." Assim Caetano Veloso declarou aberta sua mais nova turnê, na noite desta quinta-feira (21), para um Circo Voador lotado e muitíssimo animado, no Rio. (CVP) [grifo acrescentados]

Nos três fragmentos apresentados, ocorrem nomes próprios que são empregados sem determinantes e sem modificadores, como “Gilmar Mendes”, “Fernando Collor” em (1), “Luís Carlos Prestes” em (2) e “Caetano Veloso” em (3). Destaca-se que, nos casos apontados, tais nomes são utilizados prototipicamente, já que eles exercem a função designativa. Em tal funcionamento do nome próprio, parte-se do pressuposto de que o interlocutor seja capaz de acessar, a partir de seu conhecimento de mundo, a figura pública transformada em referente e ativada por meio de seu nome, de modo que não seja preciso apresentar demais categorias para explicá-lo ou identificá-lo.

Fatos como esses são extremamente frequentes na mídia, principalmente quando se trata da construção referencial de figuras social e culturalmente conhecidas como o ex-presidente do Brasil “Fernando Collor”, o político e líder comunista “Luís Carlos Prestes” e o cantor popular brasileiro “Caetano Veloso”. Sobre “Gilmar Mendes”, percebe-se que o nome próprio é empregado como aposto da descrição definida “o presidente do Supremo”. Tal recurso é muito comum, principalmente quando se tem, por parte do locutor, a busca em esclarecer o seu referente, empregando-se, assim, uma descrição definida, que traz a característica importante para o contexto, e o seu nome como aposto, para garantir a clareza do texto. Com isso, o locutor pode evitar possíveis lacunas no conhecimento de mundo do seu interlocutor e/ ou possíveis erros de interpretação quanto ao referente. Diante de casos como esse, observa-se que o nome próprio designativo tem papel importante na referenciação ao servir de aposto de uma descrição (in)definida, pois, além de garantir a clareza no texto, o seu uso assegura a identificação do referente por parte do interlocutor.

É comum também o uso de nomes próprios como aposto especificativo, segundo classificação da gramática tradicional, como em: “o banqueiro Daniel Dantas” e “a repórter Ana Flor”, em (1); “o marechal Dutra” e “o brigadeiro Eduardo Gomes”, em (2), em que o nome próprio tem a função de especificar um nome comum, considerado genérico no

contexto. Com isso, ressalta-se a questão da individualidade ligada ao nome próprio em contraponto ao estatuto genérico do nome comum. Portanto, considera-se que, nesses casos, embora o nome próprio exerça apenas a função designativa, ele contribui para a construção do referente, uma vez que garante a clareza do texto e a especificação do referente, dentre as possibilidades permitidas pelo nome comum. Por meio dessa especificação, o nome próprio é capaz de garantir certo status ao referente, uma vez que a particularização não ocorre aleatoriamente, mas a partir de um propósito comunicativo que, em determinadas situações, pode ser a de instituir “autoridade” no discurso por meio de determinados nomes próprios. Assim, o nome próprio deixa de ser visto como mecanismo de “neutralidade” discursiva e passa à condição de recurso argumentativo.

Em casos como esses, é preciso ressaltar a importância da construção do sintagma nominal complexo²⁷, a expressão nominal *nome comum + nome próprio*, uma vez que os dois nomes atuam conjuntamente na construção do referente: o primeiro destacando uma propriedade do referente e o segundo especificando-o. Assim, ao se empregar essa estrutura, observa-se que o referente é apresentado a partir de uma categoria relevante no contexto e é nomeado, de modo a garantir a sua individualidade e a sua “autoridade” discursiva.

Nos exemplos citados (“o banqueiro Daniel Dantas”, “a repórter Ana Flor”, “o marechal Dutra” e “o brigadeiro Eduardo Gomes”), os nomes próprios, além de especificar os nomes comuns, conferem-lhes relevância, já que recuperam figuras culturalmente importantes na sociedade brasileira. Por isso, os nomes próprios são extremamente significativos na orientação argumentativa do texto, pois evidenciam que não se trata de qualquer banqueiro/repórter/marechal/brigadeiro, mas de um específico, reconhecido socialmente pelo status assumido naquele contexto. Além disso, segundo Masson (2009), o aposto especificativo pode ser visto, em especial nos textos jornalísticos, como uma forma de representação da

²⁷ Definição de Azeredo (2002) sobre os sintagmas nominais compostos por mais de um nome-substantivo.

autoridade discursiva do autor e de maior refinamento da categorização referencial promovida pelo nome comum.

A partir desse posicionamento, segundo Masson, o aposto opera na referenciação tanto para recategorizar, especificar, enumerar ou classificar o sintagma nominal antecedente, contribuindo, assim, na construção referencial e sendo, portanto, relevante discursivamente.

Diante dos fragmentos selecionados, pode-se pensar que o emprego de nome próprio em função designativa pode ocorrer, com mais frequência, quando as figuras públicas são mais conhecidas culturalmente em seu contexto. Ou seja, mesmo que determinado nome próprio não seja conhecido em um contexto, pode ser em outro e, por isso, empregado com mais frequência naquela determinada situação enunciativa, sem a necessidade de explicações. Assim, é mais comum que os nomes próprios sejam usados sem apostos, já que a notoriedade da figura pública em determinada sociedade ou comunidade facilita o acesso do leitor ao referente em construção. É o que acontece acima com os nomes “Fernando Collor”, “Luís Carlos Prestes” e “Caetano Veloso” que, devido à constante presença dessas figuras no cenário político e cultural brasileiro, são dispensadas maiores explicações sobre essas figuras nessa situação enunciativa. Em contrapartida, quando o locutor avalia que o nome próprio empregado possa não ativar o conhecimento de mundo necessário para o acesso ao referente, há uma tendência maior em utilizá-lo como aposto ou mesmo seguido de aposto, de modo a facilitar a compreensão do leitor. No entanto, é necessário ressaltar que são escolhas do locutor em selecionar apenas o nome próprio, ou o nome próprio como aposto de uma descrição definida, ou mesmo um nome próprio acompanhado de aposto, de acordo com seus propósitos comunicativos e com as inferências acerca do seu público-leitor.

Apesar de os empregos de nomes próprios grifados nos fragmentos acima (1), (2) e (3) serem utilizados para a introdução de referentes no discurso, nomes próprios também podem ser um recurso referencial utilizado, em alguns contextos, com o objetivo de não promover a

ambiguidade no texto, principalmente quando são introduzidos vários referentes e a pronominalização ou determinada descrição (in)definida podem fazer remissão a mais de um referente. Desse modo, mesmo em função designativa, o nome próprio assume papel importante na progressão referencial e na obtenção da clareza do texto. É o que se pode observar na continuação do fragmento (2) – “Como? Dutra fora o condestável da ditadura, o brigadeiro representava a oposição ao totalitarismo. Como podiam ser a mesma coisa? Dutra era feio e casado, o brigadeiro era bonito e solteiro” – em que, ao se empregar, por exemplo, “Dutra” em vez de “ele”, evita-se a ambiguidade no texto, em contribuição com a descrição definida “o brigadeiro” – retomando o referente “o brigadeiro Eduardo Gomes” –, já que, assim, fica evidente a quem se refere cada um dos predicados.

A partir dos fragmentos comentados acima e dos seguintes, pode-se observar também que há uma tendência ao uso do nome próprio completo na introdução do referente, sendo a sua retomada, quando feita pelos nomes próprios, realizada, com maior frequência, pelo primeiro nome ou pelo sobrenome, evitando, assim, repetições no decorrer do texto.

Embora a utilização do primeiro nome ou do sobrenome possa parecer aleatória, acredita-se que, em determinados contextos, o sobrenome possa parecer mais formal²⁸ e, por isso, empregado em situações em que se busca ressaltar a importância do referente no texto. Já o primeiro nome pode levar o leitor à ideia de proximidade/ intimidade com o referente em construção. Por isso, mesmo designando o referente, o nome próprio pode ser expressivo quanto à forma de apresentação ou à retomada do referente no decorrer do texto. Isso pode ser notado no seguinte fragmento, em que há a alternância entre o uso dos nomes próprios antecidos de determinante definido, “o Paulo Coelho” e “o Paulo”:

²⁸ Exemplo de formalidade no emprego de sobrenome pode ser encontrado em gêneros acadêmicos, nos quais se emprega – salvo exceções – o sobrenome do autor para promover o distanciamento requerido entre o locutor e o objeto de sua citação.

4. Ainda não me dei ao respeito de ler a biografia do Paulo Coelho escrita pelo sempre competente Fernando Morais. Amigos que a leram me informam, alarmados, que o mago, em início de carreira, plagiou uma crônica minha para se habilitar ao emprego num jornal do Nordeste. Nada tenho contra. Lamento apenas a falta de gosto ou de informação do Paulo. Bem que poderia ter escolhido autor mais importante. Sou amigo dos dois, do biógrafo e do biografado. [...] Lembro agora que o Fernando Morais me telefonou, há tempos, perguntando se sabia do plágio do Paulo Coelho. Lógico que não sabia. E, mesmo se soubesse, dava-lhe a minha bênção e aprovação. Gosto dele, é um gentleman, o sucesso internacional não o modificou, é um garoto que muito sofreu e ainda acredita no maravilhoso. (HDP) [grifos acrescentados]

Ao construir o referente “Paulo Coelho”, o autor o introduz por meio do seu nome próprio antecedido do artigo definido “o” – este que pode ser visto como típico de determinadas variedades regionais ou mesmo como estratégia inicial do locutor de sinalizar certa proximidade/ intimidade com o referente – e o retoma a partir da descrição definida “o mago”, como culturalmente essa figura pública é conhecida, ressaltando, com a expressão nominal, a sua relação com o esoterismo. Na sequência, retoma o referente pelo nome próprio, “o Paulo”; pela descrição definida “o biografado”; pela repetição do nome próprio “o Paulo Coelho” e pelos pronomes “lhe”, “ele” e “o”, havendo atribuição de características apenas pelas descrições definidas empregadas.

Destacando-se os empregos dos nomes próprios, considera-se que a introdução se faz utilizando-se o nome de uma figura pública bastante conhecida socialmente. Para evidenciar quem é essa figura, ocorre o uso do nome e sobrenome, já que, entre tantos possíveis “Paulos” existentes, escolhe-se um específico, Paulo Coelho. Após a apresentação do referente, é possível utilizar o nome “Paulo” sem que ele se torne ambíguo, já que, pelo contexto, a retomada é clara. Além disso, ao empregar “o Paulo”, o autor amplia ainda sua familiaridade/

intimidade com aquele referente, em relação a quando o introduz pela primeira vez no discurso tratando por “(d)o Paulo Coelho” que, pela formalidade instituída pela composição nome e sobrenome, confere grau de distanciamento maior do referente. Assim, observa-se que, mesmo que o artigo definido possa ser visto como recurso para garantir a proximidade com o referente, o emprego do primeiro nome em vez de nome completo reforça ainda mais a intimidade com o referente.

Recurso semelhante ocorre no texto seguinte:

5. Quando convidado para ministro da Cultura, ainda no primeiro governo de Lula, o cantor e compositor Gilberto Gil levantou a premissa: não podia aceitar um cargo que conflitaria com sua vida profissional, que exigiria deslocamentos não compatíveis com uma função que deveria ser exercida em regime de tempo integral. O presidente compreendeu a questão levantada honestamente pelo artista e confirmou o convite, que afinal foi aceito. No segundo governo, Lula manteve o ministro que enfrentava o problema das verbas insuficientes para rodar a máquina oficial destinada a criar e desenvolver atos de cultura.

Não deixava de ser uma situação estranha. Um funcionário graduado do governo brasileiro em frequentes turnês artísticas pelo mundo afora. Difícil conciliar as duas funções, sobretudo num ministério sem verbas e incentivo oficial. Na realidade, apesar de seu jogo de cintura pessoal e de sua habilidade política, Gil era criticado pela situação e pela oposição, que cobrava dele uma presença física no organograma da vida pública. Para Gil, foi fácil repetir o acadêmico Eduardo Portella, que ao deixar o Ministério da Educação declarou que não era ministro mas estava ministro. Lembro um exemplo antigo: ao ser nomeado prefeito de Belo Horizonte, o médico Juscelino Kubitschek avisou ao governador que o nomeara sua intenção de continuar dando expediente no seu consultório e num hospital. Na parte da manhã

vestia o avental, clinicava e operava. Na parte da tarde, cuidava da cidade criando metas de trabalho.

Não deu para manter o esquema por muito tempo. O volume das obras o exigia, despiu o avental para nunca mais vesti-lo. Sua vocação era a administração. A vocação de Gilberto é outra.
(SEM) [grifos acrescentados]

Para a introdução referencial, o autor seleciona uma expressão nominal composta por dois substantivos comuns, acompanhados do nome próprio composto, por meio da qual, o autor ressalta duas características relevantes do referente – “cantor e compositor” –, especificando-o por meio do nome “Gilberto Gil”. Assim, utiliza-se conjuntamente uma descrição definida e um nome próprio para apresentação do referente no discurso. Na sequência, a progressão referencial se dá pelo emprego de, respectivamente, duas descrições definidas – “o artista” e “o ministro que enfrentava o problema das verbas insuficientes para rodar a máquina oficial destinada a criar e desenvolver atos de cultura” –, por uma descrição indefinida – “um funcionário graduado do governo brasileiro em frequentes turnês artísticas pelo mundo afora”²⁹ –, pelo nome próprio – “Gil” –, pela pronominalização – “ele” – e pelos nomes próprios – “Gil” e “Gilberto”.

Da mesma forma como no fragmento (5), na introdução do referente, usa-se o nome próprio completo (“Gilberto Gil”), enquanto, nas retomadas, opta-se ora pelo primeiro nome, ora pelo sobrenome. Embora o uso de “Gil” e de “Gilberto” possa ser aleatório, pode-se pensar que a seleção de um ou outro tenha o objetivo de destacar diferentes “manifestações” do mesmo referente. Ou seja, emprega-se o sobrenome “Gil”³⁰ – que, como mencionado, pode

²⁹ As descrições indefinidas podem também levar à ideia de generalização, ou seja, pode-se entender “um funcionário graduado do governo brasileiro em frequentes turnês artísticas pelo mundo afora” como qualquer funcionário do governo em tal situação.

³⁰ Há de se ressaltar que “Gil”, em muitos casos, possa soar mais afetivo do que propriamente “Gilberto”, além de ser também muito mais comum na alusão à figura pública de Gilberto Gil. Entretanto, na oposição *primeiro nome X sobrenome*, sustenta-se a ideia de que o primeiro nome, mesmo o seu uso sendo pouco comum em determinados contextos, evidencia maior familiaridade do que o emprego do sobrenome.

suscitar maior formalidade – ao tratar do referente na função de ministro, considerada mais formal. Já “Gilberto”, o primeiro nome, pela familiaridade, pode estar associado à popularidade proporcionada pela condição de artista, já indicada na oposição *artista X ministro*, proposta pelo autor em seu discurso. Sendo essa interpretação possível, pode-se refletir a respeito da importância das operações realizadas sobre o nome próprio na construção referencial, mesmo em função designativa, já que o locutor pode selecionar a forma de apresentação do nome próprio mais adequada ao contexto e aos seus propósitos comunicativos. Entre as escolhas, pode-se empregar o nome próprio completo (nome e sobrenome), apenas o primeiro nome, apenas o sobrenome, apelidos ou variações dos nomes – como os diminutivos ou aumentativos. Cada seleção pode ser significativa tanto para a introdução referencial, quando para sua construção no decorrer do texto.

Embora possa se pensar que são as operações realizadas sobre o nome próprio que contribuem na construção do referente, a (re)categorização referencial se dá a partir de um sintagma nominal cujo núcleo é um nome próprio e, portanto, é ele o responsável pelo processo de construção referencial. Assim, as operações realizadas sobre os nomes próprios são mecanismos utilizados pelo locutor para constituir o seu sintagma, de acordo com o seu propósito comunicativo, e possibilitar que o nome próprio possa contribuir para a referenciação.

Partindo-se da análise das ocorrências de nomes próprios nos fragmentos (1), (2), (3), (4) e (5), pode-se pensar que, nesses casos, apesar de os nomes próprios exercerem função designativa e terem papel de destaque na construção do referente – conforme exposto –, suas ocorrências em (4) e (5) podem ser consideradas ainda mais expressivas argumentativamente do que os casos anteriores, pois se associam, mesmo que indiretamente, a atributos de relevância, papel social, familiaridade e formalidade. Portanto, considera-se que, mesmo entre

os nomes próprios com função designativa, há gradações em relação à maior ou menor “neutralidade” argumentativa ou atributiva.

No fragmento de número (6) abaixo, por exemplo, observa-se que o emprego dos nomes próprios, mais do que nomeadores dos referentes, recupera também a importância dessas figuras no contexto enunciativo. Para a introdução referencial, o autor opta pela expressão “um tal de CDA”, cujo núcleo é uma sigla (antecedida por “um tal de”), em referência posterior explícita a Carlos Drummond de Andrade. Segundo Neves (2000), as siglas formadas, geralmente, pelas iniciais de nomes próprios, comportam-se também como nome próprio.

6. O jornal tinha vários e brilhantes colunistas, responsáveis por seções fixas, como teatro, cinema, música, artes plásticas, fofocas, livros, rádio e TV, saúde, turismo etc. Eu revezaria com um tal de CDA, este no primeiro caderno, que, além de poeta maior, era cronista dos melhores de todos os tempos. Mais ou menos naquela época, fui convidado a fazer o mesmo na Folha, onde mais uma vez revezava com uma poeta, das maiores de nossa língua: Cecília Meireles. Éramos cronistas – com a óbvia distinção de qualidade. Nem que nascesse mil vezes chegaria ao nível de Drummond e Cecília. Quanto ao tamanho das crônicas, dos seis ou sete parágrafos que o leitor reclama, gosto de citar João Saldanha, que além de fazer "crônicas", tinha uma "coluna" sobre esportes nos vários jornais e emissoras em que atuava. Saldanha dizia que um texto com mais de duas laudas era cascata, enchimento de linguíça. Ao citar CDA, Cecília e Saldanha não estou me comparando a eles. Faço mal e porcamente o que eles faziam com engenho e arte. (CCM) [grifos acrescentados]

A introdução do referente “CDA” (Carlos Drummond de Andrade) faz-se por meio da expressão indefinida “um tal de CDA”, que pode ser interpretada como uma inicial falta de

conhecimento a respeito desse referente ao se empregar “um tal de”, ainda mais por vir acompanhada de uma sigla que pode não ser associada diretamente ao nome próprio que a compõe, ou uma ironia do autor em sugerir essa falta de conhecimento. Tal referente é retomado por um pronome – “este” – e caracterizado por uma predicação nominal em: “além de poeta maior, era cronista dos melhores de todos os tempos”. Após a atribuição dessas propriedades ao referente, é possível compreender com mais facilidade a sigla em questão, em especial quando o referente é retomado por um de seus sobrenomes, “Drummond”. Outro referente é introduzido no texto pela descrição indefinida “uma poeta”, sendo retomado pelos nomes próprios, “Cecília Meireles” e “Cecília”. Na sequência, introduz-se “João Saldanha”, retomado por duas vezes pelo sobrenome “Saldanha”.

Embora esses nomes – “CDA”, “Cecília Meireles” e “João Saldanha” – sejam empregados com função designativa, não se pode negar a força argumentativa que eles trazem ao texto, uma vez que eles dão destaque à posição do autor por ter trabalhado com pessoas consideradas ilustres, não só social e culturalmente, mas também discursivamente. Apesar de o autor ressaltar a diferença entre ele e os demais escritores, o fato de se trabalhar na mesma posição de “Drummond”, “Cecília” e “Saldanha” faz com que o cronista reforce a honra desse fato, afinal encontrava-se ao lado não de um escritor qualquer, mas daqueles consagrados na literatura brasileira – no caso de Drummond e Cecília – e no jornalismo, em especial no esportivo, – no caso de Saldanha. Com isso, observa-se que o emprego do nome próprio, nesse caso, é muito mais significativo do que descrições definidas ou indefinidas que pudessem ser usadas. Conseqüentemente, é possível pensar que nem sempre o uso de nomes próprios pode ser considerado como argumentativamente “neutro”, visto que eles podem promover mais argumentatividade ao discurso, de acordo com os atributos que lhes estão associados, direta ou indiretamente.

Ainda a respeito do fragmento acima, destaca-se também a repetição dos nomes próprios no decorrer do discurso, o que pode ser entendido como forma de evidenciar os referentes, principalmente pela força argumentativa que os nomes próprios podem proporcionar ao texto. Portanto, mesmo a repetição do nome próprio pode ser um recurso proposital do locutor ao desejar colocar o referente em foco e, assim, ressaltar seu status, visto que é mais comum, social e culturalmente, repetir nomes que sejam discursivamente importantes para aquele contexto. Ou seja, não se pode considerar que o uso dos nomes próprios promova apenas a progressão referencial sem suscitar a relevância que eles assumem no contexto discursivo em questão.

No que diz respeito também à expressividade e à argumentatividade em relação ao uso de nomes próprios, é possível pensar na construção de referentes pela mídia, relacionando a argumentação à seleção de formas de designação dos referentes por meio dos nomes próprios. Nos exemplos seguintes, destaca-se o emprego dos nomes próprios “Mario Bergoglio” e “Francisco” para nomeação do referente “papa”. Como é culturalmente sabido, diante da eleição de um papa, este passa a assumir dois nomes, um de batismo e outro escolhido por ele mesmo para atuação como autoridade máxima da Igreja Católica. Esse fato, como evento social e cultural, acaba por influenciar a construção do objeto-de-discurso, principalmente quando a mídia dá espaço para a construção do referente “papa”³¹, o que aconteceu com muita força assim que foi nomeado o papa Francisco, como se observa nos fragmentos selecionados:

7. **Papa Francisco foi o primeiro pontífice a dar uma audiência à imprensa.**

O primeiro papa latino-americano, Jorge Mario Bergoglio,
também foi o primeiro dar uma audiência à imprensa, dias após

³¹ Não se refere aqui ao objeto-de-mundo, mas ao objeto-de-discurso, construído a partir da interpretação do objeto-de-mundo e de sua transformação em referente, considerando o ponto de vista de quem o constrói discursivamente. Desse modo, não se mantém entre eles – objeto-de-mundo e objeto-de-discurso – relação especular.

sua eleição. Durante o encontro no Vaticano, o papa disse que escolheu o nome Francisco - de São Francisco de Assis - inspirado pelo cardeal brasileiro Cláudio Hummes e porque quer "uma igreja pobre e para os pobres". (CBI) [grifos acrescentados]

8. “O arcebispo (emérito) de São Paulo, que foi prefeito da Congregação para o Clero, Cláudio Hummes, um grande amigo” foi um companheiro do ainda cardeal Bergoglio durante o conclave, revelou o papa. (CBI) [grifo acrescentado]

9. **Um Francisco sul-americano e jesuíta**

Cardeal argentino Jorge M. Bergoglio é eleito na 5ª votação e surpreende bolsas de apostas e vaticanistas

A fumaça branca que saiu da chaminé sobre a Capela Sistina transformou a praça São Pedro num poço de ansiedade. O sentimento predominou por pouco mais de uma hora e só se dissipou quando Jorge Mario Bergoglio foi anunciado como o papa Francisco.

O nome do argentino, que não figurava entre os cotados, foi recebido com surpresa, confirmando velho dito de dom Raymundo Damasceno, arcebispo de Aparecida: "Sempre que vou a Roma compro passagens de ida e volta, pois quem entra papa [no conclave] sai cardeal". A maioria dos vaticanistas ignorou aquele que foi um dos preferidos no conclave de 2005, que elegeu o alemão Joseph Ratzinger.

Aos 76 anos, o ex-arcebispo de Buenos Aires é visto conservador, além de ser conhecido por sua rotina simples. Utilizava o transporte público e participava de ações em favelas de Buenos Aires, o que leva analistas a considerarem-no um bom pastor. (UFS) [grifos acrescentados]

A escolha pelo nome próprio “Francisco” ou “Jorge Mario Bergoglio” depende do ponto de vista do autor a respeito de seu referente. Mais frequentemente, como se pôde observar em diferentes textos, emprega-se “Bergoglio” com o objetivo de destacar o referente em posição anterior à de assumir o papado, enquanto “Francisco” é usado para a construção do referente na atuação de papa.

No texto em (7), o referente é introduzido no título pela expressão “Papa Francisco”, em que “Francisco” funciona como aposto especificativo de “Papa”, já que, entre outros possíveis papas, seleciona-se um específico para a construção. Logo na sequência, o referente é apresentado pela descrição definida “o primeiro papa latino-americano” (formada por: determinantes “o” e “primeiro”, substantivo comum “papa” e modificador “latino-americano”) que destaca, em especial, a origem do papa como um fato histórico. Tal expressão nominal vem acompanhada de um aposto explicativo constituído do nome próprio completo, “Jorge Mario Bergoglio”, com função designativa.

Na sequência, o locutor retoma o referente por meio da descrição definida “o papa” e comenta a escolha do nome papal “Francisco”. Portanto, nesse contexto, “Francisco” é empregado não para designar um referente, mas como referência a um nome culturalmente comum, escolhido pela figura do papa. Com as escolhas de “Papa Francisco”, “Jorge Mario Bergoglio” e “Francisco”, o autor evidencia que o referente papa, antes denominado Jorge Mario Bergoglio, como é próprio de um papa, passa a assumir um novo nome.

No fragmento (8), observa-se que o nome “Bergoglio” exerce a função de aposto especificativo de “cardeal”, na descrição definida “o ainda cardeal Bergoglio”. Com essa descrição definida, ressalta-se a fase de Bergoglio antes mesmo de se tornar papa. Neste trabalho, considera-se “Bergoglio” como designativo, no entanto, salienta-se a sua relevância na construção referencial, visto que, ao ser empregado, esse nome próprio, em conjunto com o nome comum “cardeal”, apresenta o referente, destacando seu cargo anterior ao de papa.

Assim, nos fragmentos, é mais frequente o nome “Bergoglio” empregado para destacar uma fase anterior à de papa, enquanto “Francisco” evidencia já o papado. Portanto, nesses casos, a escolha entre os nomes próprios é muito relevante na construção do referente, de modo que, além de designar, o nome próprio pode sugerir uma propriedade do referente, subentendida pelo contexto sócio-cultural.

No fragmento de número (9), logo no título, há um emprego diferenciado do nome próprio “Francisco”, pois este vem antecedido de determinante indefinido (“um”) e seguido de dois modificadores (“sul-americano e jesuíta”). Com essa expressão nominal, o autor introduz o referente no texto, ressaltando o fato de ser chamado Francisco. Porém, mais do que designar o referente por meio desse nome próprio, o autor atribui a esse Francisco, que não é um Francisco qualquer, as características de latino-americano e jesuíta. Pela expressão selecionada, o autor pretende ressaltar, mais do que seu nome, também a sua origem (a partir do modificador “sul-americano”) e sua congregação religiosa (pelo modificador “jesuíta”), além de destacar o referente por sua posição de papa, como se confirma no decorrer do texto.

Logo no início do texto, o autor apresenta o referente pela descrição definida “Cardeal argentino Jorge M. Bergoglio”, que evidencia a propriedade religiosa de cardeal e a sua nacionalidade, sendo tal expressão especificada pelo nome próprio completo “Jorge M. Bergoglio”. Em comparação ao emprego presente no título, já se sugere uma mudança de posição entre “Bergoglio” e “Francisco” em relação à oposição cardeal e papa, que fica mais clara, na sequência, quando o autor diz: “Jorge Mario Bergoglio foi anunciado como o papa Francisco”.

Embora o nome próprio não seja usado na sequência, já que a progressão referencial se dá pelas descrições definidas “o argentino” e “o ex-arcebispo de Buenos Aires”, o autor enfatiza, por meio da predicação nominal “além de ser conhecido por sua rotina simples” e pela predicação verbal “Utilizava o transporte público e participava de ações em favelas de

Buenos Aires”, a característica de humildade, culturalmente, atrelada a “Francisco”, numa alusão a São Francisco de Assis. Assim, considera-se que, dependendo do contexto, o nome próprio pode ser mais do que apenas designativo, pois pode estar relacionado, social e/ou culturalmente, a algumas características que colaboram na construção do referente. Nesse caso em específico, observa-se que “Francisco” pode estar, no *continuum*, entre o **(a) nome próprio designativo** e **(b) nome próprio atributivo com características construídas discursivamente**. Por isso, enfatiza-se a possível existência de gradações entre os pontos **(a)**, **(b)**, **(c)** e **(d)** do *continuum*, já que, ao tratar do funcionamento do nome próprio, não se pode pensar em categorias fixas, principalmente porque se parte de uma perspectiva que considera as questões sociais e culturais atreladas à língua e ao discurso.

Caso semelhante a esse é o que se encontra, em seguida, sobre a mudança de “Ronaldinho” para “Ronaldo” ou mesmo “Ronaldo Fenômeno” na construção referencial. A partir dessa substituição, subentende-se uma mudança de posição sobre esse referente, o que reforça a ideia de que, em determinadas situações enunciativas, o nome próprio pode ser, além de designativo, também atributivo e, conseqüentemente, argumentativo. Ao se voltar a textos jornalísticos, que tratam de fatos da realidade, transformando objetos-de-mundo em objetos-de-discurso, é mais comum encontrar o nome próprio no diminutivo, “Ronaldinho”, na construção do referente relacionado a um determinado momento histórico, sobressaindo, por meio do diminutivo, a jovialidade e o início de carreira dessa figura pública. Já o uso de “Ronaldo” demonstra mais seriedade e, conseqüentemente, atribui ao referente, mesmo de forma indireta, maior maturidade, como se pode observar nos fragmentos retirados de uma breve biografia, encontrada em um *blog*, sobre a vida de Ronaldo no futebol.

10. Ronaldo Luís Nazário de Lima nasceu em 22 de setembro de 1976, no Rio de Janeiro, no Brasil.

Garoto de origem pobre do subúrbio carioca, Ronaldo já era conhecido pela sua grande habilidade com a bola sob domínio dos seus pés. Seu maior sonho de infância era atuar no seu time de coração, o Flamengo, porém o jovem garoto não conseguiu passar nas peneiras do Mengão.

Foi quando o ex-jogador Jairzinho, viu Ronaldo atuando em clube de futsal e despertou a atenção do antigo atacante da Seleção de 1970. Jairzinho colocou Ronaldo para atuar no São Cristóvão, time modesto da zona norte fluminense, de atacante.

No São Cristóvão, Ronaldo virava Ronaldinho devido a sua aparência muito franzina e magra. Após apenas dois anos no clube carioca, Jairzinho levou Ronaldinho para atuar no Cruzeiro, de Belo Horizonte, aos 16 anos.

No clube mineiro, o jovem atacante estrearia em 1993 como profissional da Raposa. Logo em seu primeiro Campeonato Brasileiro, Ronaldinho marcava 12 gols e se tornava o terceiro maior artilheiro do país.

Ronaldinho, com apenas 17 anos, já era um ídolo do futebol brasileiro e enchia os olhos felicidade e alegria todos os amantes do futebol arte, pois o mesmo praticava um futebol envolvente e habilidoso. (CDP) [grifos acrescentados]

Como é típico do gênero biografia, em (10), apresenta-se o referente por seu nome completo. Posteriormente, o referente é retomado pelo primeiro nome “Ronaldo” e, por meio de uma predicação nominal – “Ronaldo virava Ronaldinho” –, o autor evidencia uma mudança na forma de designação do referente que, pelo diminutivo, marca, de acordo com o autor, a “aparência muito franzina e magra” do referente em questão. Passa-se, então, a empregar “Ronaldinho” na retomada referencial. O diminutivo desse nome próprio no texto pode ser empregado com o objetivo de demonstrar afeto, marcar ironia ou mesmo destacar a condição física do referente (como o autor faz ao justificar que “Ronaldo virava Ronaldinho, devido a sua aparência muito franzina e magra”). Além disso, nesse contexto, ressalta-se

também pelo diminutivo a jovialidade do referente em “Ronaldinho, com apenas 17 anos”, o que reforça o fato de ser esse emprego de nome próprio significativo no contexto.

A respeito do uso do diminutivo de nomes próprios no futebol, Torero (2006) comenta que, embora fosse comum em determinado momento e ainda se encontrem alguns casos no meio, isso tem mudado. Segundo o autor:

Os “-inhos” estão em extinção. Temos ainda um Robinho e dois Ronaldinhos, mas parece que dirigentes e empresários não gostam que seus contratados tenham nomes no diminutivo. Isso desvaloriza sua mercadoria e, assim, para dar uma impressão de maior profissionalismo, vão surgindo os Alex Alves, os Wellington Amorim, os Rafael Moura e os Rodrigo Tabata. Saem os “-inhos”, entram os sobrenomes. (TORERO, 2006, p. 47)

Ao comentar sobre a seleção de formas de conferir nomes próprios a jogadores, o autor demonstra, por meio dessa citação, que, mais do que designar um referente, o modo de apresentação do nome próprio – nome completo, primeiro nome, sobrenome, diminutivo, aumentativo, apelido – é significativo discursivamente, já que cada modo de apresentação pode ter implicações em relação à construção do referente, dependendo do contexto de uso. Assim, por meio dos nomes próprios, pode-se designar um referente e, ao mesmo tempo, recuperar atributos variados em relação a ele.

No caso de Ronaldo, com a substituição de “Ronaldinho” por “Ronaldo”, o locutor dá destaque a uma nova fase da carreira do jogador. Em vez de se reforçar a sua forma física “franzina” e “magra” de quando iniciou sua carreira, ressaltam-se a maturidade adquirida no decorrer do tempo e sua consagração no futebol, em especial com sua participação na Europa. Com essa mudança de visão sobre o referente, o autor passa a empregar “Ronaldo”, evidenciando a sua experiência no futebol, como se observa em:

11. Em sua passagem pelo futebol holandês, Ronaldo seguia os passos do seu ídolo Romário, que também atuou pelo PSV. Matador, frio,

decisivo e habilidoso ao extremo, o atacante marcou 24 gols em sua primeira temporada pelo PSV. Na temporada 1994/1995, Ronaldo foi o artilheiro do Campeonato Holandês com 30 gols, deixando para trás o grande matador do torneio à época, Patrick Kluivert.

Em 1996, o craque brasileiro seria deixado de lado pelo técnico Dick Advocaat, que de maneira inexplicável colocou Ronaldo à venda e o futuro do craque era incerto. Mas a partir daí mais um capítulo da vida de Ronaldo seria aberto. O atacante de 20 anos era vendido para o famoso Barcelona por 20 milhões de dólares. (CDP) [grifos acrescentados]

Como se nota em (11), destaca-se a habilidade futebolística do referente “Ronaldo” por meio das recategorizações efetuadas a partir das descrições definidas “o atacante” – esta expressão antecedida dos adjetivos “Matador, frio, decisivo e habilidoso” –, “o artilheiro do Campeonato Holandês com 30 gols”, “o craque brasileiro”, “o craque” e “o atacante de 20 anos”. Na sequência, retoma-se o referente por meio do apelido “Fenômeno” e da expressão “Ronaldo Fenômeno”, como se observa em:

12. Na competição, o Fenômeno ressurgiu para o futebol, sendo muito importante na conquista do pentacampeonato pela Seleção. Com muitos gols, ele se tornou o maior artilheiro da Copa com oito gols em sete partidas. Sendo dois deles na final contra a Alemanha e um na semifinal contra a Turquia.

Ronaldo foi eleito o maior jogador do mundo pela terceira vez. O ano de 2002 foi ressurgimento de Ronaldo Fenômeno. (CDP) [grifos acrescentados]

Os apelidos, diferentemente dos nomes, são selecionados com base em uma determinada característica do referente. Por isso, são casos especiais, afinal, além de designar

o referente, eles também atribuem característica(s) a ele. Assim, esse tipo de nome próprio deve ser analisado através de um olhar diferenciado, justamente por acumular, ao mesmo tempo, a função designativa e atributiva e se encontrar, portanto, no *continuum*, entre os modos (a) e (b) de funcionamento do nome próprio.

O apelido “Fenômeno” enfatiza as habilidades do jogador no futebol e, por isso, é argumentativamente mais forte do que “Ronaldinho” e mesmo de “Ronaldo”, já que, formado a partir de um nome comum, esse apelido ressalta a capacidade anormal/ fenomenal do jogador que o destaca mesmo frente a demais jogadores considerados bons. Assim, por meio de “Ronaldinho”, “Ronaldo” e “Ronaldo Fenômeno”, há uma gradação crescente que sugere um crescimento profissional do referente, desde o seu surgimento no futebol até a sua consagração nacional e internacional. Portanto, a cada procedimento realizado sobre o nome próprio “Ronaldo” ou a cada modo de apresentação desse nome, obtêm-se efeitos discursivos diferentes. Entretanto, ressalta-se que, apesar de se saber a importância de cada procedimento operado sobre o nome, se considera que a construção do referente ocorre por meio da expressão como um todo, ou seja, não é o diminutivo, por exemplo, que (re)categoriza o referente, mas o emprego do nome próprio no diminutivo.

Diante dos exemplos, o que se buscou evidenciar é que os nomes próprios podem ser basicamente designativos – como nos exemplos de (1) a (6) – ou, além de designativos, serem também atributivos, como nos fragmentos de (7) a (11) e, em especial, em (12). Porém todos são empregados a partir de um propósito comunicativo e são, conseqüentemente, relevantes na construção referencial. Por meio da análise dos fragmentos, ressalta-se que esses últimos casos, apesar de designativos – e por isso, discutido neste item 2.1. –, encontram-se, no *continuum*, entre os pontos (a) e o (b) **nome próprio atributivo, com características construídas discursivamente.**

Outros casos em que o nome próprio pode ser designativo e atributivo ao mesmo tempo são frequentemente encontrados em obras ficcionais, conforme se buscou evidenciar, mesmo que brevemente, a seguir.

1.1.1. O nome próprio no texto ficcional

Embora seja necessária mais pesquisa acerca do emprego de nomes próprios em obras ficcionais, resolveu-se tecer alguns comentários gerais a respeito desses casos especiais. Ressalta-se que são apenas primeiras impressões com base em observações acerca de determinados nomes próprios.

A seleção dos nomes analisados abaixo foi efetuada de forma aleatória, visto que, inicialmente, não se tinha a intenção de trabalhar com esses casos particulares, no entanto, sentiu-se a necessidade de se incluírem análises de nomes próprios em textos ficcionais justamente por eles acumularem, na perspectiva deste trabalho, mais de uma função. Assim, tantos outros nomes próprios de obras ficcionais poderiam ser citados, porém a intenção, neste momento, é apenas de demonstrar casos variados que possam reforçar ainda mais a ideia de que o funcionamento do nome próprio pode variar de acordo com o uso e com o contexto enunciativo.

Considera-se que os nomes próprios em obras ficcionais sejam casos especiais por eles terem particularidades, em relação ao seu modo de funcionamento, que se relacionam aos gêneros textuais, já que como, nesses textos, os nomes próprios são escolhas do autor, essas escolhas podem ser feitas com pretensão apenas designativa ou designativa e atributiva ao mesmo tempo, dependendo do contexto. Portanto, trata-se de casos diferenciados, já que um mesmo nome pode acumular mais de uma função no processamento discursivo.

Em textos literários, por exemplo, em que o autor seleciona cuidadosamente os nomes de suas personagens, é muito comum se deparar com nomes próprios que são extremamente significativos em seu contexto, justamente porque alguns deles estão, social e culturalmente, “carregados” de atributos, seja por sua etimologia, seja pelo seu uso em determinadas situações. Isso demonstra que o funcionamento do nome próprio não pode ser visto sob viés único, mas deve ser analisado cuidadosamente de acordo com os propósitos comunicativos que levaram o escritor à seleção daquele nome ou mesmo ao seu uso em vez de demais estratégias referenciais.

Na epígrafe deste capítulo, constituída por trecho de *O homem duplicado*³², de José Saramago, o personagem Tertuliano Máximo Afonso é um professor de História, apresentado na obra por sua seriedade, por suas ideias diferenciadas sobre a prática da sala de aula e pela neurose que surge a partir da possível duplicidade de seu ser. Pela forma como a personagem é apresentada, o nome “Tertuliano Máximo Afonso” contribui para reforçar a caracterização dessa figura na obra, já que seu nome e sobrenomes são considerados clássicos, tradicionais, e “Tertuliano” remete o leitor, culturalmente, a uma figura histórica³³, que contribui ainda mais na caracterização desse professor de História bastante sistemático.

Há situações também na literatura, em que o emprego do nome próprio é selecionado contraditória ou ironicamente como ocorre com a cachorra Baleia em *Vidas secas*³⁴, de Graciliano Ramos, que, em meio à seca do nordeste brasileiro e à falta de alimento, recebe o

³² Romance de José Saramago publicado em 2002. É considerado um dos romances de temática universal, segundo Micali (2011), tendo como protagonista Tertuliano Máximo Afonso, que, ao assistir a um filme, se descobre duplicado, ou seja, se depara com um homem idêntico – fisicamente – a ele.

³³ De acordo com estudo “A construção da imagem do mártir na obra *Apologeticum* de Tertuliano”, de Eduardo Soares de Oliveira, Tertuliano (155-220) era um advogado norte-africano de Cartago que se converteu ao cristianismo e se aliou ao grupo de apologistas. Com seus conhecimentos sobre leis, retórica e filosofia, além de sua fé, produziu uma das maiores expressões apologéticas do cristianismo antigo, especialmente em latim. Mais informações disponíveis em: http://www.cpgss.ucg.br/ArquivosUpload/16/file/Anais_I_Seminario_de_Pesquisa_da_Pos-Graduacao_em_Historia_UFG-PUC_Goias/pdfs/18_EduardoOliveira_AConstrucaoDaImagemDo.pdf (Acesso em: 08/11/2014)

³⁴ Romance da literatura brasileira, publicado por Graciliano Ramos em 1938, sobre a vida dos retirantes do nordeste brasileiro.

nome de um animal robusto. Nessa obra, o substantivo comum (“baleia”) é empregado como nome próprio da cachorra. Assim, além de nomear a personagem, o nome próprio não perde as propriedades relacionadas ao nome comum “baleia”, por isso, designa e caracteriza o referente ao mesmo tempo.

Ainda sobre essa obra, por meio do nome próprio, há a humanização do animal – a cachorra Baleia – que se contrapõe à animalização das personagens humanas da obra, a ponto de muitas delas não terem um nome atribuído – como o filho mais velho, o filho mais novo e o soldado amarelo. Em outras palavras, em determinados contextos, é relevante ter ou não um nome próprio conferido à personagem.

Em *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, os “Severinos” recuperam homens comuns do nordeste, por ser “Severino” um nome bastante corrente nessa região brasileira, além de se destacarem personagens que enfrentam a severa realidade da seca e da pobreza. Nesses casos, como em tantos outros, os nomes próprios são selecionados intencionalmente para a construção desses referentes no texto literário, podendo exercer função designativa e atributiva ao mesmo tempo. Por isso, acredita-se que o emprego de nomes próprios é mais complexo do que se tem postulado em muitos estudos, já que os nomes próprios podem exercer diferentes funções no processamento discursivo, o que justifica um olhar diferenciado sobre eles, de acordo com as situações enunciativas.

Mesmo no texto literário, há casos em que a seleção do nome não tem função atributiva, mas apenas designativa, sendo tal seleção efetuada aparentemente de forma aleatória, a partir das preferências do autor, embora não haja como afirmar isso categoricamente. Como exemplos de nomes de personagens que sejam apenas designativos, poder-se-ia pensar em Luísa e Jorge, de *O Primo Basílio*, ou Leonardo, de *Memórias de um Sargento de Milícias*, entre tantas outras possibilidades. Entretanto, não se pode negar que esses nomes podem adquirir, no decorrer da obra, caráter atributivo, de acordo com as

características das personagens, construídas pelo autor. Além disso, análises literárias podem demonstrar que esses nomes tenham motivação para serem conferidos às personagens.

O mesmo também ocorre com as escolhas de nomes próprios de textos ficcionais – como das telenovelas e filmes – que podem ser feitas com o objetivo de apenas designar ou, além disso, trazer atributos ao referente. No entanto, pode ocorrer também de, pelas características das personagens, construídas no decorrer da obra, esses nomes passarem a ser usados atributivamente. É o que se pode notar em nomes ainda lembrados atualmente, que fizeram história na televisão, como os nomes das vilãs: Odete Roitman – de *Vale Tudo*³⁵ –, Nazaré Tedesco – de *Senhora do Destino*³⁶ – e Carminha – de *Avenida Brasil*³⁷, entre tantos outros. Ao serem consagrados culturalmente como símbolos da maldade e da vilania, tais nomes passaram a ser empregados pejorativamente, a ponto de, ao se denominar um referente com tais nomes, isso se tornar ofensivo.

Por outro lado, nomes de protagonistas podem passar a ser considerados como sinônimos de dignidade, bondade ou heroísmo, entre tantos outros atributos. É o que ocorre com o nome “Helena”, presente em algumas das obras de Manoel Carlos, que ficou tradicionalmente marcado pela fortaleza de suas protagonistas e por estas apresentarem não só

³⁵ Novela de Gilberto Braga, exibida pela *Rede Globo* de 1988 a 1989, cujo tema central era corrupção, falta de ética e inversão de valores no Brasil do final dos anos 1980. Ficou bastante conhecida pela trama que envolvia a ambiciosa “Maria de Fátima”, sua mãe “Raquel” e, principalmente, a vilã Odete Roitman. O assassinato de Odete Roitman é ainda lembrado pelo grande suspense mantido durante a novela na época de exibição. Mais informações disponíveis em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/vale-tudo.htm> (Acesso em: 05/01/2015)

³⁶ Novela de Aguinaldo Silva, exibida pela *Rede Globo* de 2004 a 2005. A trama envolve a nordestina “Maria do Carmo”, que vai ao Rio de Janeiro em busca de melhores condições para seus filhos, e tem sua filha “Lindalva” roubada por Nazaré Tedesco. Lindalva é batizada com o nome de Isabel e descobre a sua verdadeira história após 25 anos. Mais informações em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/senhora-do-destino.htm> (Acesso em 05/01/2015)

³⁷ Novela de João Emanuel Carneiro, exibida pela *Rede Globo* em 2012. A obra é marcada pela vilã “Carminha” que, após a morte de seu marido, deixa sua enteada “Rita” no “lixão”, onde a menina se encontra com “Batata” – filho biológico de “Carminha”, também abandonado no lixão e futuramente adotado como filho dela e de seu novo marido “Jorge Tufão”. “Batata” passa a ser chamado de “Jorginho” e “Rita” volta como “Nina” para se vingar da madrasta, assumindo o cargo de cozinheira da mansão de Carminha e Tufão. Mais informações em: <http://gshow.globo.com/novelas/avenida-brasil/index.html> (Acesso em 05/01/2015)

qualidades, mas também defeitos. Assim, o nome “Helena” passou a ser extremamente significativo para a construção das personagens das telenovelas.

Em contraponto a esses casos, o programa humorístico apresentado pela Rede Globo, *Pé na Cova*, escrito por Miguel Falabella, “brinca” justamente com os nomes de suas personagens, o que reforça o tom humorístico da obra. Entre os casos, citam-se os de “Tamanco”, “Adenoide”, “Odete Roitman” e “Alessanderson”.

Tamanco é o nome – apelido – de uma mulher homossexual que se casa com Odete Roitman, a filha do protagonista Ruço³⁸. Por meio do nome “Tamanco” – constituído a partir do nome comum (“tamanco”) que passa a nome próprio –, o autor recupera indiretamente as propriedades de “tamanco”, geralmente definido por dicionários como calçado grosseiro, e faz um trocadilho com “sapatão”, termo pejorativo usado, socialmente, para fazer referência ao lesbianismo. Sem preocupações com o “politicamente correto”, o autor não destaca o preconceito sexual; ao contrário, lida com a questão com naturalidade. Desse modo, o nome não passa a ter um tom pejorativo, mas cômico.

Quanto a Adenoide, esta é a empregada doméstica da família de Ruço, que representa a pobreza ainda maior do que a dos patrões. Seu nome também realça o humor da série, visto que, assim como “Tamanco”, é nome formado a partir de um nome comum, que denomina o aumento da “carne esponjosa”, como se diz popularmente, na cavidade nasal, causando desconfortos na respiração. Diante disso, ao se empregar esse nome comum como nome próprio, provoca-se o humor, visto que tal nome não é esperado, principalmente porque as propriedades que estão associadas ao nome comum ainda são lembradas a partir do nome próprio. Entretanto, ao ser destacada, na obra, a “ignorância” das personagens, entre elas, não se faz a associação entre o nome e as propriedades de “adenoide”, como nome comum.

³⁸ Apelido do protagonista Gedivan Pereira. Também pode ser significativo no contexto, visto que “ruço”, como nome comum, é sinônimo de “grisalho”. Assim, esse apelido também contribui na construção de sua personagem. Mais informações sobre as personagens podem ser encontradas em: <http://gshow.globo.com/programas/pe-na-cova/O-Programa/noticia/2013/01/muito-mais-que-esquisitos-conheca-os-personagens-de-pe-na-cova.html> (Acesso em 08/11/2014).

Nessa obra, pode-se observar que o autor evidencia a “ignorância” ou a pouca escolaridade das personagens, o que se dá não só por meio de suas falas e atos, mas também pelo emprego dos nomes, uma vez que, para o “batismo” dessas pessoas, dentro da ficção, não se levaram em consideração os atributos que geralmente são atrelados a esses nomes próprios, o que proporciona maior tom humorístico às cenas, como é o caso também de “Odete Rotiman”. Mesmo diante de um nome de uma vilã consagrada na televisão brasileira pela novela *Vale Tudo*, a personagem Odete Roitman, de *Pé na cova*, contraria totalmente o perfil de autoritária, manipuladora ou mau caráter, ou seja, não se relaciona, assim, com a vilã. A esse tipo de relação estabelecida entre textos, Koch (2013) denomina “intertextualidade implícita com valor de subversão”, por meio da qual o locutor recupera, sem citação direta, informações do texto-fonte a serem ativadas pelo interlocutor a partir de seus conhecimentos de mundo, porém com a subversão do sentido e com a argumentação contrária ao texto original. Segundo Koch, entre esses casos, “incluem-se os enunciados parodísticos e/ou irônicos, apropriações, formulações de tipo concessivo, entre outras”. (p. 146)

Destoando dos padrões sociais de “boa moça”, Odete Roitman é uma moça loira de olhos claros, casada com outra mulher, a mecânica Tamanco, tem um filho adotivo e faz *striptease* pela internet. Com tais características, consideradas “fora” dos padrões, a personagem não é apresentada em tom pejorativo, mas mostra-se justamente a naturalidade de suas características, o que ressalta o combate ao preconceito. Assim, não se estabelece relação entre a vilã Odete Roitman e a *stripteaser* da série *Pé na Cova* e é justamente a falta de relação que reforça a comicidade, uma vez que não se esperaria a atribuição de tal nome a personagem com características tão díspares da personagem original. Entretanto, poder-se-ia pensar que ambas as “Odetes Rotiman” têm em comum o fato de serem consideradas subversivas à sua época: a de *Vale Tudo* por ser uma representante da extrema direita que nutria grande desprezo pelo país, em especial por ser personagem de uma novela apresentada

pouco tempo após o Brasil ter saído de um regime ditatorial e estar em um momento de crise política e social; a de *Pé na cova* por destoar dos padrões sociais de “boa moça” e prezar pela liberdade feminina, inclusive em relação ao seu corpo; assim, une as duas personagens o desvio do considerado “politicamente correto”.

A respeito do nome “Alessanderson”, além de não ser um nome frequentemente usado, remete a nomes estrangeiros, em especial aos norte-americanos, por ser terminado em “son”. O emprego de nomes estrangeiros passou a ser visto, socialmente, como típico de camadas sociais menos privilegiadas e considerado de “mau gosto”. Sobre essa questão, no núcleo considerado “brega” da telenovela *Amor à vida*, apresentada pela *Rede Globo* em 2013, Félix, o principal vilão da trama, ao criticar o nome de uma criança, Marijeyne, ouve de Márcia, avó de Marijeyne, um comentário irônico – buscando-se provocar Félix – de que ele deveria se chamar “Félixson, igual jogador de futebol”³⁹, o que evidencia uma forte tendência de tal terminação (“son”) em nomes variados, como se ela tornasse o nome mais sofisticado, como demonstra a reportagem sobre os nomes de crianças, “Sonoridade estrangeira dá ar de sofisticação no Brasil”⁴⁰. Nessa reportagem, o autor comenta que, como já pesquisado na universidade e comprovado diariamente em cartórios brasileiros, “os brasileiros, especialmente os de renda mais baixa, tendem a dar nomes estrangeiros para seus filhos, na esperança de diferenciá-los e lhes dar status, ou até mesmo de facilitar uma futura emigração”. Para corroborar sua afirmação, o colunista ainda traz a experiência de um cartório que diz que os brasileiros tendem a dar nomes estrangeiros aos filhos com o objetivo de não ser muito comum ou para parecer mais importante.

Em artigo sobre nomes de jogadores de futebol no Brasil, Piovezani (2012) comenta que essa tendência ao emprego do sufixo “son” a nomes próprios está atrelada à questão de

³⁹ Como pode ser visto no vídeo: <http://tv.globo.com/novelas/amor-a-vida/videos/t/cenas/v/marcia-elogia-felix-por-ter-cuidado-de-marijeyne/3035113/>. Acesso em 23/12/2013.

⁴⁰ Conforme se encontra em: <http://brasil.babycenter.com/a2400220/sonoridade-estrangeira-d%C3%A1-ar-de-sofistica%C3%A7%C3%A3o-no-brasil> Acesso em 23/12/2013.

classe, tanto que o autor a denomina “fenômeno de classe”; segundo palavras suas, “por meio da criatividade popular e por sua inclinação ao estrangeiro, os pais tentariam promover seus filhos de personalidade forte e única” (p. 8), tentando diferenciá-los de todos os demais. Não se quer, no entanto, neste trabalho, reforçar preconceito de classe a respeito da escolha de nomes próprios, mas apenas destaca-se que essa tem sido a ideia que tem perpassado a mentalidade da sociedade, muitas vezes representada pela obra ficcional, como os casos demonstrados acima.

É frequente também, na obra ficcional, a atribuição de um nome próprio corrente na sociedade – como João, Antônio, Francisco, entre outros – para representar uma pessoa comum no universo da obra. Na crônica “Herança”, de maio de 1964, escrita por Carlos Heitor Cony (2004, p. 64), o autor utiliza a expressão “João de Tal” para introdução de um referente, como segue:

13. Mas voltemos aos presos. João de Tal, pardo, 35 anos, metalúrgico, na manhã do dia 10 de abril chegou a seu local de trabalho e foi preso. Levado no tintureiro que ele viu lá no morro onde mora: no dia em que prenderam Tião Medonho e o retiraram, ferido, do barraco-fortaleza. Pois no mesmo tintureiro destinado aos criminosos, João de Tal é carregado pelas ruas da cidade e, de repente, jogado num pátio onde duzentos ou trezentos João de Tal estão vivendo a mesma tragédia. (HER) [grifos acrescentados]

Por meio dessa expressão, o autor, além de designar o seu referente, tenciona demonstrar o seu estatuto de ser comum, entre tantos outros. Por isso, utiliza um nome considerado corriqueiro no Brasil, “João”, acompanhado “de Tal”, que funcionaria como um sobrenome qualquer. Com essa expressão, enfatiza-se a ideia de um homem banal que se depara com tantos outros iguais a ele, os “duzentos ou trezentos João de Tal”.

Em contextos semelhantes a esse, a gramática tradicional diria se tratar de um nome próprio que funciona como nome comum. No entanto, neste trabalho, ressalta-se que, primeiramente, há função designativa, mesmo que metaforicamente, mas também se considera que, ao selecionar esse nome para a introdução do referente, há um propósito por parte do autor que faz com que esse nome promova a atribuição de uma propriedade ao referente – a de ser comum. Além disso, diante da expressão “duzentos ou trezentos João de Tal”, observa-se que não há flexão de número do nome próprio, como ocorre com o nome comum. Isso se dá, porque, diferentemente dos nomes comuns, os nomes próprios nem sempre sofrem flexão de número, podendo, em determinadas situações irem para o plural e, em outras, não.

Embora esses sejam apenas alguns exemplos, pois certamente é necessário que se desenvolva mais pesquisa acerca desse assunto e se possam coletar mais dados, acredita-se que esse é um campo bastante produtivo e relevante para as pesquisas de nomes próprios. A partir do que se expôs, na literatura ou na ficção de forma geral, como apontado por meio dos exemplos, considera-se que o nome próprio possa acumular a função designativa e atributiva em muitos contextos, já que a seleção do nome é realizada pelo autor com vistas ao seu propósito comunicativo na construção de sua personagem. Por isso, esses casos diferenciados devem ser discutidos nos estudos sobre o nome próprio, já que são modos de funcionamento desse recurso linguístico tão importante na construção de muitos referentes.

Diante do exposto, por se defender a ideia de *continuum*, pode haver mais gradações do que as quatro apontadas no capítulo anterior, já que muitos casos, como os indicados, não são apenas designativos ou apenas atributivos, mas acumulam ambas as funções. Logo, poder-se-ia pensar que alguns empregos de nomes próprios podem estar entre **(a) nome próprio designativo** e **(b) nome próprio atributivo, com características construídas discursivamente**, como nos casos citados, embora se considere que possa haver casos em que

os nomes próprios se encontrem entre outros modos de funcionamento apresentados no *continuum*. Assim, reforça-se a ideia de que o funcionamento do nome próprio não pode ser considerado de forma muito categórica, uma vez que, por se considerarem as questões culturais, sociais e interativas na construção de referentes, se deve analisar o nome em cada situação de uso, sem rigorosidade, esta que deve ser dispensada quando se pensa na função exercida pelas palavras no texto. Portanto, salienta-se que os modos de funcionamento apontados no *continuum* são classificações gerais, podendo haver relações entre esses modos, dependendo do contexto de uso.

1.2. Do nome próprio atributivo, com características construídas discursivamente ao nome próprio atributivo, com características mais cristalizadas

Além da relevância atribuída ao modo designativo de funcionamento de nomes próprios no processo de referenciação, conforme discutido nas análises anteriores, ressaltam-se também, neste trabalho, empregos diferenciados de nomes próprios que exercem a função atributiva. Como já mencionado, entre os nomes próprios com tal função, faz-se a divisão entre nomes próprios com função atributiva (i) com características construídas discursivamente; e (ii) com características mais “cristalizadas” e, portanto, mais próximos do que se denomina “epônimo”.

Os epônimos, segundo Amaral (2006)⁴¹, são itens lexicais originados de nomes próprios como, por exemplo, “champagne”, “conhaque”, “barbie”, “patricinha”, “judas”, entre outros. De acordo com o autor:

⁴¹ Em seu artigo “Ser mauricinho e dar a elza: subsídios para uma análise de epônimos contemporâneos”, Amaral (2006, p. 660) faz uma lista de alguns epônimos comuns atualmente no português brasileiro.

Em princípio, qualquer antropônimo pode dar origem a um epônimo. Basta que os falantes de uma comunidade linguística utilizem o nome de uma pessoa atribuindo a esse nome um sentido, a partir de uma ou mais características dessa pessoa ou de um resultado de seu trabalho. Mas para a definição de um epônimo adotada aqui é importante que a unidade linguística já possua um sentido lexical para um grupo de falantes – muito embora seja difícil, em alguns casos, saber se há ou não um sentido prévio ou inerente. (AMARAL, 2006, p. 658)

Partindo da ideia de que nome próprio não possui sentido lexical, o autor considera que as interpretações diferenciadas de nomes próprios, apresentadas anteriormente por Kleiber (1994), Jonasson (1994) e Gary-Prieur (1994) como denominativo, manifestação, exemplar, metafórico e metonímico, não são considerados epônimos, pois, nesses casos, “o sentido do antropônimo é construído discursivamente, ou seja, o nome próprio não possui um sentido no léxico, acessível aos falantes da língua, como deverá acontecer com os epônimos”. (AMARAL, 2006, p. 658)

Portanto, diante do conceito de *continuum*, pode-se dizer que os epônimos estão muito mais próximos dos nomes comuns do que dos nomes próprios que lhes deram origem, diferentemente dos nomes próprios atributivos, pois, em muitas situações, devido à fixação dos epônimos pelo uso, o interlocutor nem sempre estabelece relação entre o epônimo e o nome próprio do qual ele se derivou, por isso, é considerado, neste trabalho, como nomes comuns. Já os nomes próprios atributivos ainda mantêm evidente a relação entre o atributo e o referente designado pelo nome próprio. Isso pode ser notado inclusive na grafia, já que os epônimos são escritos com letra inicial minúscula – próprio do nome comum – e os nomes próprios atributivos, escritos com letra inicial maiúscula.

Essa perspectiva colabora, de certa forma, para a sustentação da tese deste trabalho, pois considera-se que, entre o nome próprio em função prototípica – designativa – e o nome próprio exercendo o papel de nome comum – epônimos –, há, como num *continuum*, usos de nomes próprios diferenciados, cujos atributos são construídos no e pelo discurso. Neste caso, os nomes próprios não perdem totalmente a função designativa, já que se recupera, pelo

contexto, informações relativas à figura possuidora daquele nome, seja ela uma figura pública, pertencente ao conhecimento de mundo do interlocutor, ou mesmo um referente construído no texto e aproximado de um outro pelas características. Assim, a partir do nome próprio, estabelece-se, num jogo de instauração de referentes, a relação de um referente com outro em construção no texto, a quem esse nome servirá de atributo. Por isso, não se considera que esses empregos possam ser classificados com a mesma função de um substantivo comum.

Salienta-se que, enquanto o nome próprio designativo é empregado a um referente, nomeando-o, o nome próprio atributivo é usado, com mais frequência, numa relação entre dois referentes, um nem sempre explícito discursivamente, mas podendo ser inferido, e outro, explícito no texto, a quem se atribui aquele nome e, conseqüentemente, as características construídas no discurso.

Para demonstrar esses casos, foram selecionadas algumas ocorrências elucidativas da função atributiva do nome próprio com características construídas discursivamente, deixando-se para a próxima subseção, a função atributiva, com características mais “cristalizadas”.

Em um texto publicado por Mainardi (2008) em seu livro *Lula é minha anta*, o locutor busca construir o referente “Lula” por meio de uma atribuição indireta a partir de nomes próprios, como se observa:

14. Lula é a expressão de algo bem mais familiar na política brasileira e de que nunca vamos nos livrar. Ele é o ACM. É o Sarney. É o Jader Barbalho. É o Severino Cavalcanti. (FEB) [grifos acrescidos]

Nesse exemplo, após introduzir o referente “Lula” por meio de um nome próprio, com função designativa, o locutor o retoma por meio de uma pronominalização “ele” e atribui, a partir de predicação nominal, outros nomes próprios, “o ACM”, “o Sarney”, “o Jader

Barbalho” e “o Severino Cavalcanti”, os quais, mesmos usados em função predicativa atributiva, mantêm traços gramaticais originais de nomes próprios, como a determinação por artigo definido. Destaca-se que esses nomes não perdem totalmente a função designativa, uma vez que levam o interlocutor a recuperar informações socialmente conhecidas a respeito dessas figuras políticas. No entanto, mais do que recuperar essas figuras políticas, esses empregos realizam a atribuição de características ao referente “Lula”. Tais características são construídas no discurso a partir do ponto de vista de seu autor.

Para compreender a atribuição de características, é preciso recuperar os atributos mais comumente ligados aos nomes “ACM”⁴², “Sarney”, “Jader Barbalho” e “Severino Cavalcanti”.

ACM é a sigla para o nome do político baiano Antônio Carlos Magalhães, envolvido em episódios bastante tensos da política brasileira. Entre casos de destaque, está o episódio de 2000 em que ACM protagonizou uma série de ofensas e acusações contra o então senador Jader Barbalho, também referido no mesmo fragmento. ACM foi também acusado de quebra de decoro parlamentar. Ambos os políticos – ACM e Jader Barbalho –, acusados de envolvimento em casos de corrupção⁴³, tiveram que renunciar ao cargo para evitar que tivessem seus mandatos cassados. Já Sarney, também acusado de corrupção e nepotismo, aparece como uma figura socialmente reconhecida sob aspectos negativos, do mesmo modo que Severino Cavalcanti, acusado de envolvimento no caso “mensalão”.⁴⁴

⁴² Segundo Neves (2000, p. 107), as siglas também se comportam como nomes próprios, visto que, geralmente, são formadas, como nesse caso, pelas iniciais dos nomes que as compõem.

⁴³ No caso de ACM, a corrupção não envolveu recursos públicos, mas suposta violação ao painel eletrônico, por meio do qual ACM e o então líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, teriam acesso ao voto – secreto – dos demais senadores sobre a cassação de outro senador. O caso foi denominado de “escândalo do painel eletrônico” e levou ACM a renunciar após a abertura do pedido de cassação de seu mandato. Mais informações em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,O11704517-EI306.00-Lembre+o+escandalo+que+afastou+ACM+do+Senado.html> (Acesso em: 05/01/2015)

⁴⁴ O escândalo do Mensalão surgiu, na época, como um efeito cascata, conforme diz Silva (2006, p. 11). O início dos escândalos se deu com a revelação do conteúdo de uma fita em que Maurício Marinho, chefe de um departamento nos Correios, é filmado pedindo propina a empresários em nome do deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB e importante aliado do governo. Em consequência, o deputado resolve denunciar o “mensalão”, que levaria ao aparecimento de muitos envolvidos, entre eles José Dirceu, Marcos Valério, Delúbio

Todos esses nomes, ligados culturalmente a fatos críticos e, como diz o autor, familiares da política brasileira, servem, no contexto da crônica, como atributos negativos de Lula, de modo que, com essas atribuições, o autor desvaloriza a figura de Lula em seu discurso.

Destaca-se, no entanto, que os nomes próprios selecionados no texto como atributos de “Lula” não promovem, nesse caso, a progressão referencial, ou seja, não são anafóricos. No fragmento, “ACM”, “Sarney”, “Jader Barbalho” e “Severino Cavalcanti” – todos antecedidos pelo determinante “o” – são apresentados na predicação nominal e funcionam sintaticamente como predicativos do sujeito.

O mesmo ocorre no fragmento retirado de “Lula é o PT”, em que o autor seleciona nomes de figuras públicas envolvidas no escândalo do mensalão para caracterizar Lula. Com isso, o autor acaba por tentar denegrir a imagem do presidente da República da época.

15. Lula é o PT. Lula é Delúbio Soares. Lula é Marcos Valério. Lula é o golpismo do mensalão e do dossiê Vedoin. (LPT) [grifos acrescidos]

Com a repetição do nome próprio “Lula”, há também a tentativa de reforçar a sua figura, relacionando-a, insistentemente, à de Delúbio Soares e à de Marcos Valério, ambos acusados de envolvimento no caso mensalão. Além disso, por meio de “Lula é o PT”, o locutor sintetiza e reforça a relação de Lula com o caso do mensalão, já que seu partido é acusado de envolvimento nesse caso de corrupção e, conseqüentemente, a ele – “Lula” – é atribuída também a característica de corrupto, visto que, como petista, também estaria ligado à corrupção presente em seu partido.

Soares, Duda Mendonça e Severino Cavalcanti. Com isso, muitas figuras importantes acabaram por perder seus cargos políticos.

Assim, os nomes próprios são selecionados pelo autor para serem núcleos de predicado nominal e funcionarem, em seu discurso, como atributos negativos do referente “Lula”. Destaca-se que Mainardi constrói o referente “Lula” a partir de determinados nomes que denigrem a imagem do referente em foco.

Da mesma forma que nos exemplos anteriores, o fragmento em (16) traz o uso do nome próprio como núcleo de um predicado nominal, sendo, portanto, um predicativo do sujeito. Esse fragmento foi retirado de um teste de comportamento, cujo título é “Quem é você: Angelina Jolie ou Jennifer Aniston?”, muito comum em revistas e *sites* de curiosidades e entretenimento. Após uma sequência de perguntas, surge um resultado, como o seguinte:

16. Quem é você: Angelina Jolie ou Jennifer Aniston?

Você é Jennifer Aniston

Profissional de sucesso, você se dedica inteiramente quando o assunto é trabalho. E faz bonito, pois é sempre bastante elogiada. Mas ainda guarda uma mágoa grande dentro do peito. Passe por cima do passado, esqueça os problemas e não escute o que encrenqueiros dizem a seu respeito. (QEV) [grifos acrescentados]

Já pelo título do texto, pode-se observar a seleção de dois nomes próprios de atrizes norte-americanas, “Angelina Jolie” e “Jennifer Aniston”, que, além de recuperar, pelo conhecimento de mundo, essas figuras públicas, são usados atributivamente. É muito comum se criar, a respeito de certas celebridades, estereótipos que fazem com que tais nomes sejam “carregados” de atributos. No entanto, é preciso salientar que, nesse caso, não há apenas um atributo ligado a cada nome, mas vários. Portanto, ser “Angelina Jolie” ou “Jennifer Aniston” não tem relação com o fato de ser uma atriz famosa e/ou bonita, como seria esperado, já que são esses os atributos mais comumente mencionados a respeito dessas figuras, mas há uma sequência de atributos que, primeiramente, constrói, no caso, o referente “Jennifer Aniston” e,

indiretamente, essas características são atribuídas ao “você”, dêitico referente ao interlocutor do texto que se submete ao teste.

A esse processo de atribuição indireta de característica, como já apontado anteriormente, dá-se o nome de “jogo de instauração de referentes” (cf. BASSETTO, 2008). Ressalta-se que tal procedimento não é previsto pela literatura sobre referenciação, mas foi discutido na dissertação de mestrado **O processo de construção referencial em crônicas de temas políticos escritas por Carlos Heitor Cony**. Esse recurso consiste numa estratégia, por meio da qual se estabelece a associação de características – explícitas ou implícitas – entre diferentes objetos-de-discurso, como se estes estivessem ora em semelhança ora em dessemelhança, de acordo com o discurso do qual se vale o autor.

Convém destacar que fica ao leitor a ação de, mentalmente, a partir de pistas oferecidas pelo texto e de seu conhecimento de mundo, efetuar a associação dos diferentes referentes instaurados no texto para, assim, alcançar uma melhor compreensão textual. Dessa forma, com a apresentação de atributos a um referente, outro referente é simultaneamente recategorizado, como se houvesse entre eles uma relação de consonância ou dissonância.

A construção de “Jennifer Aniston” recupera determinadas características que são socialmente relacionadas a essa figura, entre elas o seu foco na vida profissional e a mágoa gerada a partir de sua separação de Brad Pitt devido a este tê-la deixado para se relacionar com Angelina Jolie. Por isso, ambas – Jennifer Aniston e Angelina Jolie – são culturalmente vistas como rivais e opostas. Assim, ser “Jennifer Aniston” é oposto a ser “Angelina Jolie”. Logo, ao se questionar, no teste, “Quem é você: Angelina Jolie ou Jennifer Aniston?”, o conectivo “ou” é excludente.

Para demonstrar essa oposição entre Jennifer Aniston e Angelina Jolie, podem-se notar, no exemplo seguinte, retirado do mesmo teste, quais atributos são construídos discursivamente acerca do nome próprio “Angelina Jolie”:

17. Você é Angelina Jolie

Linda, poderosa e segura de si. Além de tudo isso, você se preocupa com problemas sociais mundiais e quer, cada vez mais, ajudar quem precisa. O problema é só o tal caso de roubar o marido da outra. Mas amor é amor, né? Você é determinada e sabe dosar as críticas que recebe – tanto positivas quanto negativas. (QEV) [grifo acrescido]

Para a construção de “Angelina Jolie”, o teste se vale, inicialmente, de três características bastante marcantes socialmente a respeito dessa figura pública – “linda”, “poderosa” e “segura de si”. Por ser culturalmente reconhecida por sua beleza física e ser símbolo de beleza internacional, vista, muitas vezes, como uma das mulheres mais bonitas do mundo, Angelina Jolie é considerada também como representação da mulher poderosa e segura, desejada por homens e invejada por mulheres. Além disso, é comum ser exaltada por suas ações sociais no mundo, principalmente a partir da adoção de três crianças de países subdesenvolvidos, o que é evidenciado por meio de “você se preocupa com problemas sociais mundiais e quer, cada vez mais, ajudar quem precisa”. Com isso, recuperam-se, indiretamente, também suas ações em combate à fome, à violência contra a mulher e aos maus tratos às crianças, que fizeram de Angelina embaixadora da ONU (Organização das Nações Unidas).

Ao buscar contrapor Angelina Jolie a Jennifer Aniston e ressaltar a rivalidade entre elas, enfoca-se novamente a ideia de Angelina ter “roubado” o marido de Jennifer, como se nota em: “O problema é só o tal caso de roubar o marido da outra”, que, a partir da expressão “o problema”, aponta-se essa atitude como defeito do referente em construção.

Embora possa parecer que o referente, nesse caso, tem sido visto como objeto-de-mundo, enfatiza-se que isso não ocorre, uma vez que há uma interpretação dessas figuras

públicas ao se ativar o conhecimento de mundo do interlocutor e a transformação delas em referentes, a partir de um ponto de vista. Portanto, não há relação direta entre o objeto-de-mundo e o objeto-de-discurso; ao contrário, há um propósito comunicativo ao construir o referente da forma apresentada e ao evidenciar as características que ao locutor parecem importantes e, assim, relacioná-las aos nomes próprios “Angelina Jolie” e “Jennifer Aniston”.

Diante desses dois exemplos, pode-se perceber que os nomes próprios “Angelina Jolie” e “Jennifer Aniston” funcionam atributivamente, sendo as características relacionadas a esses nomes construídos discursivamente, a partir de informações associadas a eles social e culturalmente.

A partir desses exemplos, nota-se que o nome próprio atributivo com características construídas discursivamente é empregado, com frequência, como núcleo da predicação nominal e, portanto, exerce a função sintática de predicativo do sujeito. Na *Gramática de usos do português* de Neves (2000, p. 175), prevê-se que nomes comuns, mas não nomes próprios, podem funcionar atributivamente quando ocorrem em posição de predicativo do sujeito, usos em que o nome comum deixa de ser uma expressão referencial para atuar apenas como classificador ou qualificador, perdendo, portanto, sua função referenciadora. Entretanto, considera-se, neste trabalho, que o nome próprio pode funcionar como predicativo do sujeito e que essa classificação gramatical de “predicativo” já contribui para a ideia de atribuição de característica e, conseqüentemente, de construção do referente a partir da predicação, conforme indicado no Capítulo I. É o que ocorre também nos fragmentos analisados na seqüência.

Os exemplos que seguem foram retirados de matérias publicadas acerca da eleição do novo papa – assim como os fragmentos em (7), (8) e (9), apresentados na subseção **1.1.** –, que destacaram a seleção de seu nome por parte do próprio papa, como é comum nesse contexto. Destaca-se, portanto, que o nome próprio é uma escolha do papa eleito e é sempre

significativo para o contexto religioso e, com isso, passa a ser, além de designativo, também atributivo.

18. Ao homenagear Francisco de Assis na escolha do nome que o acompanhará ao longo do pontificado que se inicia, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, agora Papa Francisco, poderia se inspirar no poverello de Assis para promover algumas inovações na forma como a Igreja administra seu patrimônio e seu imenso rebanho. Respeitosamente, compartilharei aqui algumas sugestões sem a pretensão de que elas cheguem ao Vaticano – imerso em inúmeros problemas e desafios mais urgentes – mas a todos aqueles que compreendem a imensa responsabilidade que é tornar-se o primeiro Papa da história a chamar-se Francisco. [...]
- A simplicidade como guia, a pobreza como referência, a natureza como objeto de veneração e respeito. Que o Papa seja sempre Francisco. (OQS) [grifos acrescentados]

Nas ocorrências em (18), reconhecem-se funções diferentes de um mesmo nome próprio. Primeiramente, nas expressões “Francisco de Assis” e “Papa Francisco”, o nome próprio “Francisco” exerce função designativa de dois referentes do texto que são associados, visto que a seleção do nome do papa se deu com base na figura religiosa do homem humilde, ressaltada, no texto, por meio da descrição definida “o poverello de Assis”, diminutivo afetivo por meio do qual São Francisco de Assis passou a ser também referenciado pelo seu voto de pobreza: “Il Povorello” (o Pobrezinho). No entanto, o primeiro emprego do nome próprio – “Francisco de Assis” – introduz um referente, enquanto o uso de “Papa Francisco” funciona como aposto da descrição definida “o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio” – composta por determinante definido + nome + modificador + aposto especificativo (o nome próprio) –, que evidencia o cargo religioso exercido por essa figura em determinado período. Assim, o segundo uso de “Francisco” exerce a função sintática de aposto especificativo de “Papa” que,

juntos, funcionam como aposto da expressão anterior. Com a utilização da descrição definida acompanhada do nome próprio (“o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio”), seguida de seu aposto (“agora Papa Francisco”), o autor enfatiza a mudança de posição, como já apontado anteriormente ao se tratar da construção referencial do Papa, entre *Jorge Mario Bergoglio – cardeal X Francisco – Papa*.

Segundo Masson (2009, p. 86), embora seja uma função sintática, o aposto exerce também função discursiva e é, portanto, relevante na construção referencial. Para confirmar essa ideia, a autora recupera a divisão feita por Azeredo (2002, p. 196) acerca das funções do aposto: (a) reiterar (aposto explicativo); (b) introduzir um comentário (aposto atributivo); (c) particularizar a referência genérica de um substantivo (aposto especificativo); (d) detalhar (aposto enumerativo); e (e) sintetizar o conteúdo do sintagma nominal fundamental (aposto recapitulativo). No caso do aposto “agora Papa Francisco”, acrescentar esse comentário é importante na construção referencial, justamente por essa informação conduzir a referenciação a evidenciar a mudança de estatuto de “cardeal” a “Papa”, com a contribuição da indicação temporal “agora”. Além disso, introduz-se o nome próprio “Francisco”, que será usado atributivamente, como se nota no final do fragmento.

Na sequência, “Francisco” é utilizado como entidade linguística, como signo usado para fazer menção ao nome próprio em si e não para designar um indivíduo, ou seja, ao se empregar “Francisco”, faz-se metalinguisticamente uma referência ao nome próprio em si, embora ele faça parte de uma expressão recategorizadora do referente, a descrição definida “o primeiro Papa da história a chamar-se Francisco”.

Já o quarto emprego de “Francisco”, apesar de não perder de todo a função designativa, até mesmo porque há a associação de dois referentes “Francisco de Assis” e “Papa Francisco” – se dá em posição predicativa, consistindo em um atributo ao referente “o Papa”. Após retomar alguns atributos de Francisco de Assis, como a simplicidade, a pobreza e

o respeito à natureza, há na frase “Que o Papa seja sempre Francisco”, a expressão de um desejo de que o novo papa mantenha em si as características que o motivaram na seleção de seu nome. Ou seja, “Francisco”, neste último caso, é empregado, mais do que designativamente, com função mais atributiva, com os atributos construídos no decorrer do texto e recuperados pelo nome próprio.

Em (18), por meio do conhecimento de mundo acerca da figura pública do Papa Francisco, constrói-se o referente “o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, agora Papa Francisco” a partir de uma perspectiva bastante positiva, ressaltando-se qualidades do referente e expressando-se o desejo de “que o Papa seja sempre Francisco”. Em contraponto, em (19), apresenta-se um ponto de vista negativo acerca da mesma figura pública, construída discursivamente no fragmento seguinte e introduzido a partir do nome próprio “Bergoglio”:

19. Alguns dias antes, Bergoglio tinha enviado uma carta às freiras carmelitas — que eu obtive e fiz publicar nos jornais —, na qual chamava à “guerra santa” contra a lei de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, aprovada na Argentina em 2010.

Bergoglio dizia que o projeto era obra da inveja do Demônio, “uma jogada do pai da mentira, que pretende confundir e enganar os filhos de Deus”, e por isso chamava a “defender a família argentina” e acrescentava, com dramatismo: “Esta guerra não é vossa, mas de Deus”. [...]

Mesmo assim, suas palavras são positivas, não porque signifiquem uma mudança na doutrina da Igreja, mas porque se os jornais dizem que o Papa disse alguma coisa boa sobre os gays, mesmo que ninguém entenda o significado teológico das expressões usadas, isso dará conforto a muitos gays cristãos e até pode fazer com que algumas pessoas homofóbicas mudem de ideia, achando que é isso que o Papa quer. Se isso significar menos sofrimento desnecessário para um jovem gay em conflito com sua fé ou com

sua família, valeu a pena. Mas eu não me iludo: Francisco é Bergoglio. (OPG) [grifos acrescidos]

No texto “O Papa e os gays”, a introdução do referente se dá por meio do nome próprio “Jorge Bergoglio”, que é retomado várias vezes por “Bergoglio” e pela descrição definida “o cardeal”, esta responsável por destacar o referente a partir de seu cargo religioso, e aquele – o nome próprio – empregado com função designativa. Outro emprego que promove a progressão referencial é a descrição definida “o homem que ainda não se chamava Francisco”, que ressalta já a mudança de nome de “Bergoglio” para “Francisco” e a sugerida mudança de cargo religioso, de “cardeal” para “papa”, como se confirma na sequência do texto.

Para a progressão e recategorização do referente, o locutor se vale também da descrição definida “o Papa”, que evidencia o cargo mais elevado da Igreja Católica. A partir disso, o locutor estabelece relação entre o posicionamento do papa acerca do casamento homossexual e reforça uma aparente mudança de opinião. Para isso, o locutor destaca que, como cardeal, “Bergoglio dizia que o projeto era obra da inveja do Demônio”, apontando o casamento gay como “uma jogada do pai da mentira, que pretende confundir e enganar os filhos de Deus”. Assim, evidencia-se a condenação por parte de Bergoglio à união homossexual, o que o motivou a denominar seu combate como “guerra santa”.

Com o objetivo de comparar a posição de Bergoglio em duas fases diferentes – como cardeal e como papa –, o autor recupera as declarações feitas pelo papa, logo depois da Jornada Mundial da Juventude, realizada no Rio de Janeiro, sobre o casamento gay, chamando-as de “lobby gay”, já que ele – o Papa – dizia que não poderia julgar uma pessoa homossexual que “procura o Senhor”. Nesse ponto de vista de papa, embora ele apresente uma postura aparentemente mais “branda”, não deixa de destacar o catecismo da igreja que, segundo o autor do texto, apresenta a homossexualidade como “uma propensão desordenada e uma depravação grave”. Nesse momento, além da pronominalização em “ele”, seleciona-se o

nome próprio “Francisco” e reforça que a visão de “cardeal” e de “papa” é a mesma, porém dita de formas diferentes, já que “Francisco sabe como falar para que suas palavras soem inovadoras”, de acordo com o locutor.

Após o emprego do nome próprio “Francisco”, utiliza-se, novamente, para a progressão referencial a descrição definida “o Papa”, que enfatiza, mais uma vez, a nova fase assumida por Bergoglio. E, na sequência, diz-se: “Mas eu não me iludo: Francisco é Bergoglio”.

Após uma separação entre Bergoglio – cardeal e Francisco – papa, com essa predicação nominal unindo os dois nomes e as duas fases, os nomes próprios demonstram que, embora “Bergoglio”, como cardeal, pareça mais conservador do que “Francisco”, como papa, a visão radical sobre o casamento homossexual se mantém. Assim, a escolha de “Francisco” ou “Bergoglio” é significativa na construção do referente, em especial, quando se juntam os dois nomes próprios na predicação nominal, em que “Bergoglio” – sobrenome italiano que pode ser associado à tradição do Vaticano e ao conservadorismo – funciona como um atributo negativo de “Francisco”. Ou seja, o emprego dos nomes próprios em “Francisco é Bergoglio” não tem por objetivo simplesmente promover uma relação de identidade entre Bergoglio e Francisco.

Convém ressaltar que o atributo de conservador/ radical atrelado a “Bergoglio” é construído discursivamente, de modo que, em diferentes contextos, ele possa ser usado como outra propriedade, de acordo com o propósito comunicativo apresentado no texto. Essa questão demonstra uma diferença entre o nome próprio e o nome comum, já que o nome próprio nem sempre tem seu atributo fixado, com exceção dos casos apresentados na sequência, na subseção **1.3.**, em que a frequência no uso pode levar a certa “cristalização” de algumas características relativas a alguns nomes próprios. No entanto, a fixação completa de um atributo ligado ao nome próprio apenas ocorre quando este se torna um epônimo. Assim,

como nome próprio, este mantém ainda laços com a função designativa, mesmo que de forma indireta, porém com a função atributiva mais acentuada. Sobre a questão de atributo construído discursivamente, reforça-se que as propriedades ligadas ao nome próprio não se encontram no léxico, mas surgem da experiência associada pelos locutores com o referente do nome próprio no discurso.

Como se pode observar nos fragmentos de (14) a (19), discutidos acima, os nomes próprios atributivos podem aparecer com frequência como constituintes de predicados nominais, sem promover, assim, a progressão referencial, porém contribuir na construção do referente em questão. Entretanto, apesar da frequência com que aparecem como predicativos do sujeito, os nomes próprios atributivos podem também ser usados para a introdução ou progressão referencial e, ao mesmo tempo, atribuir características ao referente, como ocorre no seguinte caso, em que também há a construção da figura religiosa do Papa:

20. Dom Milton Santos de Figueiredo, arcebispo de Cuiabá, ao G1:
 "Temos um Chico como Papa, o que não era o esperado. O Espírito Santo deu um baile em todas as previsões". (VRP) [grifo acrescido]

A expressão em destaque, “um Chico”, é bastante significativa na introdução e construção do referente “Papa”, nesse contexto. Por meio dessa forma abreviada e popular do nome “Francisco”, antecedida pelo artigo indefinido, tem-se reforçado ainda mais o caráter humilde, popular, de voto de pobreza e de respeito ao próximo, tão exaltados na figura de Francisco de Assis, e atribuídos ao novo Papa. Pode-se observar maior força argumentativa presente em “um Chico”, em comparação a “um Francisco”, por exemplo, já que “Chico” é considerado, social e culturalmente, nome bastante popular no Brasil. Diante disso, pode-se

dizer que o nome próprio “Chico” é empregado numa remissão indireta à função designativa de “Francisco”, mas exerce especialmente a função atributiva.

Assim como a expressão “um Chico”, abaixo se encontra outro exemplo de expressão indefinida, cujo núcleo é um nome próprio, exercendo função atributiva na construção referencial do Papa. No entanto, o nome próprio é acompanhado também de modificador.

Em reportagem da revista *Superinteressante*, a respeito do Papa, encontra-se a seleção do nome próprio “Caetano Veloso”, antecedido por determinante indefinido e acompanhado do modificador “de batina” como forma de construção do referente “o papa Francisco”, conforme segue:

21. Agora o papa Francisco nem bem assumiu e já é pop. Tanta expectativa ao redor de uma pessoa faz dela uma espécie de porta-voz da humanidade. As pessoas esperam que ele opine sobre tudo, como um Caetano Veloso de batina, com a diferença de que sua opinião se torna um fato global instantâneo. (PSP) [grifo acrescido]

Ao empregar a expressão “um Caetano Veloso de batina” para a construção do referente “o papa Francisco”, o autor destaca o atributo de pessoa que expressa sua opinião sobre os fatos, já que diz: “As pessoas esperam que ele opine sobre tudo, como um Caetano Veloso de batina”. Assim, há a referência a Caetano Veloso como essa pessoa que emite sua opinião sobre assuntos variados e, conseqüentemente, esse atributo é direcionado ao Papa. Ou seja, o nome próprio “Caetano Veloso” não é empregado para designar a figura pública do cantor Caetano Veloso, mas, numa alusão a ele, passa a funcionar como atributo do referente “o papa Francisco”. Assim, o nome próprio não perde de todo o seu papel designativo, já que, por meio dele, é que se ativa o outro referente posto em comparação, mas exerce principalmente a função atributiva. A relação estabelecida entre o sintagma nominal composto

pelo nome próprio e o papa Francisco fica evidenciado por meio do modificador “de batina”, que restringe o nome e o remete ao Papa, por se tratar de uma vestimenta própria de religiosos da Igreja Católica.

Convém salientar que o atributo é construído no discurso e, diferentemente do que seria mais comum ressaltar na figura de Caetano Veloso, nesse caso, não se destaca a característica de “cantor” tão arraigada culturalmente. Por isso, considera-se que casos como esse se encontram em meio a função prototípica do nome próprio (**a**) e os nomes próprios com atributos mais “cristalizados” (**c**) e mesmo dos epônimos – já considerados nomes comuns.

Nos fragmentos em (22), (23) e (24), ocorre também um jogo de instauração de referentes a partir de empregos de nomes próprios, como núcleos de expressões definidas, acompanhadas de modificadores. Considera-se que os modificadores são elementos importantes para aproximar os referentes em jogo, já que, entre eles, estabelece-se uma relação de consonância, conforme se apresenta na análise.

Em matéria recente sobre a figura do jogador Ronaldo, interpretado e transformado, no texto, em objeto-de-discurso, atribui-se a ele a condição de “Fábio Júnior do futebol”, sendo o modificador bastante significativo para a relação estabelecida entre Ronaldo e Fábio Júnior, já que “do futebol” aproxima o nome próprio “Fábio Júnior” da figura de Ronaldo, ao recuperar, pelo conhecimento de mundo, a profissão de Ronaldo, evidenciada também pela descrição definida “o ex-jogador”.

22. Um dos convidados do Altas Horas que será exibido na próximo sábado na Rede Globo, Ronaldo mostrou a já habitual desenvoltura em frente às câmeras. Ao lado dos cantores Falcão e Luan Santana, do humorista Marcos Veras, do cineasta Halder Gomes, da cantora Simone, o ex-jogador foi alvo de piadas, brincou com o público e até se meteu a especialista em sexo. No estúdio, ganhou o apelido de “Fábio Júnior do futebol” do

apresentador Serginho Groisman, por conta da lista de seis casamentos no “currículo” do cantor. (RFJ) [grifos acrescidos]

Ao comentar a participação de Ronaldo, no programa *Altas Horas* da *Rede Globo*, o autor introduz, por meio de uma descrição indefinida, o referente “um dos convidados do Altas Horas”, retomado, na sequência, pelo nome próprio – com função designativa – “Ronaldo” e recategorizado pela descrição definida “o ex-jogador”. Em seguida, o autor menciona o apelido atribuído pelo apresentador do programa, Serginho Groisman, a Ronaldo, “Fábio Júnior do futebol”, expressão que contribui na construção do referente por atribuir a Ronaldo a característica de pessoa que se casa/ casou muitas vezes. Essa atribuição se dá por meio do nome próprio “Fábio Júnior”, que, embora não seja empregado para menção à figura pública do cantor Fábio Júnior, faz referência indireta a ele – confirmada, em seguida, pela descrição definida “o cantor” –, que faz com que o leitor ative o seu conhecimento de mundo sobre essa figura.

No contexto, ao mencionar o nome próprio “Fábio Júnior” como atributo, não se busca destacar a característica de cantor, mas ativa-se o conhecimento de mundo do interlocutor e resgata-se o fato de essa figura ter se casado muitas vezes. Ao se utilizar a locução adjetiva “do futebol”, o autor reforça a relação entre “Fábio Júnior” e “Ronaldo”, até mesmo porque este já tinha sido recategorizado a partir de “ex-jogador”, o que evidencia a ligação entre as expressões. Assim, ao destacar o apelido recebido por Ronaldo, o autor evidencia os seus muitos casamentos assim como os de Fábio Júnior (explícito na explicação dada: “por conta da lista de seis casamentos no “currículo” do cantor”). Portanto, recuperando o “conteúdo” (de acordo com Gary-Prieur (1994)) ou os atributos, construídos social, cultural e discursivamente, associados ao nome próprio “Fábio Júnior”, este passa a funcionar como atributo do referente e, desse modo, contribui para a sua construção no decorrer do texto.

Outros casos retirados também da imprensa nacional que trazem um modificador restringindo o nome próprio são:

23. Joey Barton: «Neymar é o Justin Bieber do futebol»

“É o Justin Bieber do futebol. Brilhante no velho YouTube, muito fraco na realidade. Não está na mesma estratosfera do menino Messi e o companheiro Ronaldo”, escreveu o controverso jogador no Twitter durante o Brasil-Rússia de ontem. (ICN) [grifos acrescidos]

A frase aparentemente descontextualizada, publicada, inicialmente, na rede social *Twitter*, por um jogador, e retomada em matéria esportiva por um *site*, mostra bem que o nome próprio em função atributiva nem sempre tem um atributo definido social ou culturalmente, mas tal atributo depende do contexto de uso para ser construído. Ser “o Justin Bieber do futebol” pode ser visto como elogio ou ofensa, dependendo do ponto de vista apresentado no discurso sobre o referente suscitado pelo nome próprio.

No fragmento dado, o autor esclarece a sua atribuição, ao completar: “Brilhante no velho YouTube, muito fraco na realidade. Não está na mesma estratosfera do menino Messi e o companheiro Ronaldo”. Com isso, o autor constrói sobre a expressão “o Justin Bieber do futebol” atributos negativos que são associados ao referente “Neymar” com a finalidade de realizar uma crítica sobre ele.

Vale destacar a importância da seleção dos nomes próprios, entre as possibilidades que o autor tem, o que revela que cada escolha tem um objetivo. Ou seja, a seleção do nome próprio “Justin Bieber” para ser atribuído a Neymar demonstra um efeito discursivo de reforçar o fato de que a primeira impressão – que era positiva – não coincide com a realidade. Para isso, o autor recupera, indiretamente, por ativação do conhecimento de mundo do seu interlocutor, o fato de Justin Bieber ter surpreendido o seu agente – e tantas outras pessoas –

com apresentações ainda amadoras no YouTube que fizeram com que ele se destacasse e assinasse contrato com uma empresa fonográfica. Entretanto, sob o ponto de vista apresentado no texto, o cantor não demonstra a mesma qualidade que o fez se destacar (“muito fraco na realidade”).

Ao atribuir o nome “Justin Bieber” a Neymar, o autor acaba por apresentar o jogador numa perspectiva negativa, de que ele não tem correspondido às expectativas sobre ele, portanto, esse nome próprio adquire relevância na construção referencial. Salienta-se que essa expressão não promove a progressão referencial do texto, uma vez que não é anafórico, porém contribui na construção referencial, por ser empregado como predicativo do sujeito na predicação nominal “Neymar é o Justin Bieber do futebol”, o que sugere que o nome próprio atributivo pode promover a progressão referencial em determinados empregos, enquanto, em outros, promove apenas a construção referencial, já que se considera a predicação como um dos recursos capazes de colaborar na construção do referente, como bem aponta Neves (2006, p. 286):

Predicação e referenciação governam, em inter-relacionamento, a construção de objetos-de-discurso e sua manutenção no texto, bem como a natureza referencial desses *constructos*, que constituem os termos que formam as predicações, e, portanto, os argumentos que ficam disponíveis no discurso – com um determinado estatuto referencial – para o rastreamento coesivo no fazer do texto.

Em “O Lázaro paulista”, de Carlos Heitor Cony, também ocorre um caso de nome próprio seguido de modificador, este responsável em conjunto com o nome próprio pelo jogo de instauração de referentes, que se dá entre as figuras de “Lázaro” e “Paulo Maluf”, como se vê em:

24. O Lázaro paulista

Vivemos uma época maravilhosa. O único ressuscitado da história foi Lázaro, que era amigo de Jesus e recebeu a ordem: "Levante e ande!". O próprio Cristo ressuscitou, mas não conta, era mais Filho de Deus do que Filho do Homem.

Dois eventos assim formidáveis atravessaram os séculos e, ao que se sabe, sem repetição em nenhuma parte do mundo. Menos no Brasil, onde a ressurreição de um morto é acontecimento banal, que se repete toda vez que há eleição estadual ou municipal em São Paulo.

Já li uns 56 epitáfios de Paulo Maluf, escritos ou proclamados por gente séria, que constata o seu óbito de forma inapelável. (OLP)
[grifos acrescentados]

Primeiramente, o cronista retoma a figura de Lázaro, ao introduzir por meio da descrição definida “o único ressuscitado da história” que se liga ao nome próprio “Lázaro” por predicação nominal. O nome próprio vem acompanhado também pela oração adjetiva “que era amigo de Jesus e recebeu a ordem: ‘Levante e ande!’”. Após retomar a figura bíblica de Lázaro e ressaltar o atributo de “ressuscitado”, o cronista introduz um referente novo no curso do texto por meio de nome próprio “Paulo Maluf”. Tal nome próprio, com função designativa, promove a associação entre os dois referentes “Paulo Maluf” e “Lázaro”. Com isso, o emprego de “O Lázaro paulista” passa a exercer a função atributiva, associando-se à figura de Paulo Maluf e promovendo, assim, a atribuição irônica de “ressuscitado” a ele, já que Cony busca discutir a existência ainda de pessoas que acreditam em Maluf como político e o mantêm “vivo” nas eleições.

Assim, o atributo “paulista”, presente no sintagma nominal “O Lázaro paulista”, do título, faz com que o nome próprio deixe de fazer referência direta à figura bíblica e seja empregado na construção referencial de Maluf para se destacar o seu ressurgimento constante na política do Estado de São Paulo. Apesar do atributo “ressuscitado” ser utilizado

metaforicamente para a construção de Paulo Maluf, é importante frisar que, por fazer menção a uma figura bíblica, o nome próprio “Lázaro”, como ressuscitado, está mais próximo do nome próprio atributivo com características mais cristalizadas do que os casos apresentados anteriormente nesta subseção. Por isso, numa gradação, este caso estaria entre os pontos **(b)** e **(c)** do *continuum*.

Esses exemplos apresentados até o momento demonstram que, ao usar nomes próprios como atributos, a construção desses atributos se dá de forma sócio-cognitivo-interacionista. Por isso, considera-se que tais nomes próprios não funcionam como nomes comuns como ocorre com os epônimos, até mesmo porque se estabelece uma relação entre dois referentes: aquele a quem se atribuem propriedades e outro – apresentado explícita ou implicitamente – que “empresta” as suas características ao referente em construção. Portanto, o nome próprio pode ser visto, nesta perspectiva, como um recurso bastante importante para a (re)categorização referencial, assim como os casos discutidos na subseção **1.3**. No entanto, o que difere os casos do ponto **(b) nome próprio atributivo, com características construídas discursivamente** do *continuum* dos casos **(c) nome próprio atributivo, com características mais cristalizadas**, discutidos na sequência, é que, em **(c)**, os atributos são mais “previsíveis” do que em **(b)**, já que são atributos social e culturalmente mais atrelados ao nome próprio em questão, como se discutirá a seguir.

1.3. Do nome próprio atributivo, com características mais cristalizadas, ao (possível) processo de criação de epônimos

O terceiro modo de funcionamento do nome próprio proposto no *continuum* é o nome próprio atributivo com características mais cristalizadas, ou seja, nesse caso, o nome próprio é

empregado ao referente como característica que está, social e culturalmente, mais atrelada a esse nome, porém ainda se recupera a relação entre os dois referentes em jogo e, por isso, o nome próprio não perde totalmente a sua função designativa. Embora esse nome próprio tenha uma característica mais ligada a ele, pode ocorrer de ser empregado como outro atributo. Por isso, ainda considera-se que ele funciona como nome próprio e não como nome comum, uma vez que pode haver oscilações de características em determinados contextos, de acordo com o propósito comunicativo do autor e da característica ativada discursivamente.

Além disso, assim como o modo de funcionamento do nome próprio comentado anteriormente, esse também suscita a aproximação entre dois referentes, pois, mesmo que um deles não esteja explícito no discurso, podem ser ativadas, pelo conhecimento de mundo do interlocutor, informações acerca de determinada figura pública transformada em referente a partir do emprego do nome próprio. Já no caso do epônimo, apesar de haver essa relação – afinal é ela que faz com que o nome próprio dê origem a um nome comum –, muitas vezes ela está tão “desgastada” ou arraigada que não se pensa mais no portador do nome próprio, mas apenas na propriedade, como ocorre, por exemplo, com “patricinha”, “mauricinho”, “mecenas”, “conhaque”, “champagne”, entre outros.

Diante dessas características, esse modo de funcionamento é indicado como o mais próximo dos epônimos e, conseqüentemente, dos nomes comuns, pois, dependendo da frequência do uso, o nome próprio pode vir a se tornar nome comum, afinal, como já anunciado anteriormente, “basta que os falantes de uma comunidade linguística utilizem o nome de uma pessoa atribuindo a esse nome um sentido, a partir de uma ou mais características dessa pessoa ou de um resultado de seu trabalho” (AMARAL, 2006, p. 658) para que o nome próprio dê origem a um epônimo (já considerado nome comum). No entanto, ainda não tendo chegado ao estatuto de “epônimo”, toma-se, neste trabalho, esse caso como nome próprio.

Para ilustrar esse modo de funcionamento do nome próprio, foram selecionados alguns exemplos de empregos que se aproximam da função atributiva com as características mais “cristalizadas” culturalmente, conforme se pode observar a seguir:

25. "Neymar da Alemanha"

Com 18 anos, Mario Götze teve papel importante nesta temporada pelo time alemão, ainda mais depois da lesão do japonês Kagawa, em janeiro, quando o atleta asiático tinha grande participação na equipe. (DCS) [grifos acrescentados]

Para a construção do referente, introduzido no texto pelo nome próprio completo “Mario Götze”, o locutor atribui a ele o título de “Neymar da Alemanha”. Ao estabelecer, num jogo de instauração de referentes, a relação entre Neymar e Mario Götze, reforçada pela locução adjetiva “da Alemanha”, o autor apresenta, mesmo que indiretamente, atributos positivos a Mario. Por meio de “Neymar da Alemanha”, destaca-se a juventude (ênfaticamente até mesmo por “Com 18 anos”) e a habilidade de Mario como jogador, já que Neymar está culturalmente ligado ao mundo do futebol e é considerado um dos melhores jogadores da contemporaneidade. Portanto, considerar Mario Götze como “Neymar da Alemanha” é um elogio, pois Mario é posto como uma revelação do futebol alemão com muita capacidade.

Nesse caso, considera-se que o atributo está mais cristalizado, uma vez que é mais previsível relacionar o atributo de bom jogador a partir do nome próprio “Neymar”, que, culturalmente, está relacionado ao futebol e à habilidade dessa figura pública.

O fragmento 26 faz parte de um teste de comportamento, assim como o apresentado anteriormente, no qual, após a realização de algumas atividades com o cão e a contagem de pontos, o interlocutor que realiza o teste teria acesso aos resultados para descobrir o QI de seu cachorro.

26. Resultados

* Menos de 20 pontos: mais anta do que cachorro.

** 21 a 34 pontos: na média.

*** 35 a 40 pontos: um verdadeiro Einstein na coleira. (DQC)

[grifo acrescentado]

O cão que alcançasse a maior pontuação seria considerado com QI mais elevado e apresentado, no texto, a partir de uma expressão indefinida “um verdadeiro Einstein na coleira”. Com o emprego do nome próprio “Einstein” constituindo essa expressão, tem-se a atribuição ao referente “cachorro” da característica de grande inteligência, já que Einstein é o nome do famoso físico alemão de grande relevância para a Física moderna, principalmente por ter desenvolvido a teoria da relatividade. Diante da produção intelectual desse físico, o nome “Einstein” passou a ser sinônimo de “gênio” em muitas situações de uso, como a apresentada. Por isso, considera-se que, nesse caso, o nome “Einstein” em função atributiva está mais próximo do nome comum, pois seu atributo está mais estabilizado convencionalmente.

O mesmo ocorre com o nome da personagem literária “Dom Quixote”, de Cervantes, que passou a ser empregado comumente como atributo de loucura, já que, na obra, o protagonista entrega-se à leitura de romances de cavalaria, perde o juízo e acredita que tais narrativas tenham sido historicamente verdadeiras. Diante de sua loucura, decide se tornar um cavaleiro andante. Com esse atributo de loucura relacionado ao nome “Dom Quixote”, o autor aponta um comentário de Oliveira Lima, que considera Policarpo Quaresma, personagem da obra de Lima Barreto *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, “o Dom Quixote nacional”, ou seja, a Policarpo é atribuída a característica de louco, conforme se observa:

27. Política é letal como a câmara de gás, a cadeira elétrica, a força e a empada que matou o guarda. Gosto de reler Lima Barreto e, outro dia, reparei a distinção que ele faz entre a cultura, a economia e a política. Seu melhor personagem, Policarpo Quaresma, paga tributo às três principais expressões da atividade humana. [...] Oliveira Lima considerou Policarpo Quaresma o Dom Quixote nacional. Discordo. O Cavaleiro da Triste Figura enlouqueceu lendo livros de cavalaria. Policarpo não ficou louco, pelo contrário, tinha uma lucidez atroz. A loucura não era dele, mas dos outros. Dos entendidos em cultura, economia e política. (PFM) [grifos acrescentados]

Para a atribuição do estatuto de louco a Policarpo, Oliveira Lima seleciona o nome próprio “Dom Quixote”, antecedido por determinante definido e seguido do modificador “nacional”. Esse modificador restringe o nome e o traz para o contexto brasileiro, já que Dom Quixote é personagem de obra da literatura espanhola. Salienta-se, no entanto, que o cronista não concorda com a atribuição estabelecida por Oliveira Lima, tanto que diz que “Policarpo não ficou louco”, ou seja, nega a relação entre o referente “Policarpo Quaresma” e a expressão “o Dom Quixote nacional”.

Como se pode observar nas análises anteriores, tanto em **1.2.** como em **1.3.**, é bastante comum o emprego de uma expressão restritiva ao nome próprio, justamente para estabelecer a relação entre o portador do nome próprio e o referente em construção. É o que ocorre, por exemplo, em tantos casos como “o Einstein da família”, “o Pelé da turma”, “o Brad Pitt brasileiro”, entre tantos outros, como os que seguem:

28. **Após polêmica, Neymar é chamado de 'novo Pelé' na capa da 'Time'.**

Atacante do Santos estampa a capa da última edição da “Time”, que aponta o craque como o “próximo Pelé”.

Após ser expulso na última rodada do Campeonato Paulista, na derrota para a Ponte Preta por 3 a 1, e receber duras críticas de Pelé, Neymar ganhou um respaldo nesta semana ao ver o seu rosto estampar a edição latina da revista *Time*, uma das mais conceituadas no planeta, com o título de "The Next Pelé" ("O próximo Pelé", do inglês).

A publicação faz um perfil do santista, tanto fora quanto dentro de campo, e o compara com a boa fase da economia brasileira, que nos anos que seguem deve fazer girar os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. O faturamento dos quase R\$ 4 milhões mensais pelo camisa 11 também foi lembrado pela publicação. Depois de receber o cartão vermelho no jogo contra a Ponte Preta, no último final de semana, Neymar foi 'punido' pelo Rei do Futebol, que vê o atacante muito preocupado com a mídia, e pouco com o time. De acordo com a lenda do Santos, o atleta de 20 anos precisa deixar a vaidade de lado. (APN) [grifos acrescidos]

29. Se der certo, Gentili será "Jô Soares" da Band

Agora vai. Há vários meses em testes, o talk show do "CQC" Danilo Gentili na Band, o "Agora É Tarde", estreia dia 28 na faixa das 23h30. Com duas exibições semanais, a atração tem pretensões maiores.

Se der certo, a emissora pode transformar Gentili no "Jô Soares" da Band, com um programa de entrevistas diário. (SDC) [grifos acrescidos]

30. A partir de agora, meu lema é oposição REM. Os petistas roubaram? Sono neles! Os petistas compraram o Ceará? Apague a luz! Os petistas querem calar a imprensa? Cortina black-out! Os petistas entraram com mais um processo contra mim? Zzzzzzz! Ninguém me tira da cama. Ninguém me faz abrir os olhos. Quero hibernar até o fim do inverno petista. Sou o Zé Colméia do antilulismo. [...]

Grandes figuras do passado resistiram às arbitrariedades dos governos com um comportamento passivo. Escolheram enfrentar a violência com a não-violência. A agressão com a não-agressão. Meu novo modelo é esse. Durmo. Durmo o tempo inteiro. Durmo em todas as circunstâncias. Tornei-me o Mahatma Gandhi do Dormonid. (OGD) [grifos acrescidos]

Em (28), tem-se a construção do referente “Neymar”, introduzido a partir do nome próprio designativo já na manchete da reportagem, seguido da atribuição feita a ele como “novo Pelé”, que é justamente a atribuição de destaque na reportagem. Com o emprego da expressão “novo Pelé” conferido ao referente “Neymar”, já se pressupõe culturalmente a qualidade de ótimo jogador, reconhecido socialmente e considerado por muitos como o melhor do mundo, pois, além de se recuperar tais atributos associados à figura de Pelé, esse nome próprio, quando usado atributivamente, na maioria das vezes, recupera tais propriedades. Para confirmar essa atribuição, há, no decorrer do texto, a aproximação dos dois referentes “Neymar” e “Pelé”.

Para a recategorização referencial de Neymar, foram selecionadas as descrições definidas “atacante do Santos” e “o craque”, que evidenciam, em conjunto, a qualidade de bom jogador. Destaca-se, na sequência, a presença de Neymar na capa da revista “Time”, indicado como “o próximo Pelé”, ou seja, atribui-se a Neymar o estatuto de jogador destacado mundialmente como um dos melhores do mundo, estatuto esse inferido a partir da ativação do conhecimento de mundo acerca da figura de Pelé. Em seguida, a recategorização é dada por meio das descrições definidas “o santista”, “o camisa 11”, “o atacante” e “o atleta de 20 anos”, que resgatam a sua atuação no *Santos Futebol Clube*, sua posição no futebol e a sua juventude. A partir dessas recategorizações, há também uma aproximação que pode ser ativada a respeito de Pelé e de Neymar, visto que, culturalmente, se sabe que ambos ganharam

destaque como jogadores do Santos. Logo, a associação de “novo Pelé” ou “o próximo Pelé” fica mais evidente.

A introdução do referente Pelé se dá pelo uso de seu apelido, empregado designativamente, sendo recategorizado pela antonomásia “o Rei do Futebol”, como Pelé ficou conhecido (inter)nacionalmente, e pela descrição definida “a lenda do Santos”. Por meio dessa atribuição, observa-se uma intensificação de atributos positivos atrelados ao nome próprio “Pelé”, de modo que, ao ser conferido a “Neymar”, ele funcione de modo atributivo.

Ser o “novo Pelé”, portanto, demonstra que Neymar tem se destacado mundialmente como um dos melhores jogadores de futebol do Brasil, afinal o nome “Pelé” está associado culturalmente ao reconhecimento dessa figura pública como o melhor jogador brasileiro. Por isso, o atributo de bom jogador relativo a “Pelé” está mais estabilizado, por ser esse o destaque que se dá, comumente, diante dessa figura.

Em (29), “‘Jô Soares’ da Band” é a expressão empregada para a construção do referente “Danilo Gentili” – nome próprio usado em função designativa –, uma vez que se estabelece a relação – ativada pelo conhecimento de mundo do interlocutor – entre Jô Soares, entrevistador de *talk show*, consagrado socialmente na televisão brasileira, e Danilo Gentili. Assim, reforça-se a propriedade de “entrevistador” da rede de televisão *Bandeirantes*, como destaca o modificador “da Band”.

Acredita-se que outros atributos possam ser associados discursivamente ao nome “Jô Soares” em contextos variados, porém, neste caso, evidencia-se a propriedade de entrevistador de *talk show*, que se considera mais frequente e mais previsível, entretanto não estabilizada totalmente, de modo a se tornar um epônimo.

No fragmento (30), o locutor utiliza duas expressões compostas por nomes próprios como atributos de si – visto que o texto é escrito em 1ª pessoa do singular – “o Zé Colméia do antilulismo” e “o Mahatma Gandhi do Dormonid”. Com a primeira expressão, realça-se a

característica de dorminhoco, própria do urso do desenho animado, sempre lembrado em sua tranquilidade. Com isso, o escritor atribui a si a propriedade de dorminhoco que, no contexto, enfatizado por “do antilulismo”, marca o objetivo de se dormir para não ver o que acontece no governo de Lula. Esse posicionamento se deve ao fato de o autor, Mainardi, ser socialmente conhecido por atacar ferrenhamente o Partido dos Trabalhadores, em especial no caso em discussão, o governo Lula, motivo esse que fez com que muitos de seus textos fossem compilados no livro *Lula é minha anta*.

Com “o Mahatma Gandhi do Dormonid”, ao selecionar “Mahatma Gandhi”, recupera-se a figura do líder pacifista indiano, o que faz com que esse nome esteja culturalmente associado à não-violência/ à paz. Assim, o autor apresenta a si a postura de “pacífico” diante do governo Lula, resolvendo dormir e não combater o então presidente. A expressão “do Dormonid” salienta o ato de dormir para não ser “violento” com Lula, já que “dormonid” é o nome de um medicamento utilizado para induzir o sono nas pessoas, o que se associa também ao nome próprio “Zé Colméia” e reforça a propriedade de dorminhoco.

Além dos casos de nomes próprios acompanhados de uma locução adjetiva, podem-se empregar também nomes próprios antecidos de artigo indefinido ou nomes próprios no plural, funcionando como atributos, conforme se nota em:

31. Quando o assunto é corrida de cavalo, as mulheres capricham no chapéu! O evento é um prato cheio para as refinadas tirarem seus acessórios *fascinator*s do armário e se sentirem uma Kate Middleton. (CRC) [grifo acrescido]
32. A protagonista da novela, interpretada no original por Gabriela Rivero, será agora vivida por Rosane Mulholland. A cândida e quase virginal Helena da versão mexicana foi atualizada e modernizada. Segundo Íris Abravanel, que adapta a história, a

Helena atual "é uma Kate Middleton. Ela é o protótipo da princesa moderna". (CAV) [grifo acrescido]

33. O mundo precisa de mais Mandelas. (MPM) [grifo acrescido]

34. Deuses e diabos são criados todos os dias por uma sociedade moldada e inculcada de educação. Uma educação que cria Mahatmas Gandhis e Madres Terezas de Calcutá ao mesmo tempo em que cria Hitlers e Saddans Husseins. (EMM) [grifos acrescidos]

Em (31) e (32), pode-se perceber como o nome próprio “Kate Middleton” tem se tornado sinônimo de princesa e modelo de beleza e elegância. Por isso, ser “uma Kate Middleton” tem sido visto como um elogio, já que se pensa na possibilidade de se sentir ou ser uma princesa assim como Kate, numa alusão à inglesa que se tornou princesa ao se casar com o príncipe William da realeza britânica.

Em (31), a introdução do referente se dá por meio da descrição definida “as mulheres”, recategorizado por outra descrição definida – “as refinadas” – e, na sequência, é atribuída, pela predicação “se sintirem uma Kate Middleton”, a característica de princesa a essas mulheres. Esse atributo também se mostra, no fragmento (32), pois se apresenta à “Helena atual” a propriedade de ser “uma Kate Middleton”, reforçada por “o protótipo da princesa moderna”. Diante disso, nota-se uma propensão à estabilização do atributo de “princesa” a partir do emprego do nome próprio mencionado. O uso do determinante indefinido tem por efeito destacar a possibilidade de ser um membro de um conjunto, como aponta Cunha Lima (2004, p. 150), ou seja, ser uma entre outras possíveis princesas, como Kate Middleton.

Nos fragmentos (33) e (34), os nomes próprios são empregados no plural. Quando isso ocorre, pode-se pensar que o plural apresenta referentes que estejam, convencionalmente,

ligados a características próprias do portador do nome próprio, estabelecendo, assim, uma atribuição a partir do nome próprio selecionado.

No caso de “Mandelas”, no título do texto, resgata-se a figura do líder político da África do Sul, conhecido por sua luta contra discriminação racial na África e, por isso, apontado, no texto, como “um pregador do amor ao próximo”. Ao mencionar a necessidade de “mais Mandelas” no mundo, o autor sugere, além da importância da figura de Mandela, a necessidade de mais pessoas que sejam como ele e que lutem por justiça no mundo e façam a diferença. Assim, “Mandelas” traz ao texto a ideia de referentes com atributos de Mandela.

Diante da morte do líder sul-americano mais (re)conhecido mundialmente por sua luta pacífica contra o regime segregacionista da África do Sul, o *apartheid*, a revista “Carta Capital” lança o texto “O mundo precisa de mais Mandelas”. Nesse texto, destaca-se primeiramente a ideia de que, apesar de ser endeusado, muitas vezes, pelas pessoas e pela mídia, Nelson Mandela teve também seus pontos “fracos”. Entretanto, segundo o autor, “Tudo isso é perdoado, porque, apesar de tudo, Mandela realizou algo praticamente inumano”. Assim, o autor evidencia, no texto, que, por meio da prisão, Mandela aprendeu humildade, paciência e tolerância, que fizeram com que sua ira juvenil desse “lugar à suavidade e à sabedoria”.

Apesar de destacar alguns pontos negativos da vida de Mandela, por meio dessas afirmações, o autor constrói em seu texto o referente “Mandela”, a partir de um ponto de vista positivo, como se confirma, na sequência do texto:

Ele desejava a reconciliação, a quase qualquer preço. E a sua própria metamorfose mostrou ser o seu ponto mais forte: saber se libertar de padrões de pensamentos ideológicos, reconhecer o todo a partir do próprio movimento. Não encarar quem pensa diferente como um inimigo. Ser capaz de ouvir. Espalhar mensagens de reconciliação até quase o limite da abnegação. Somente assim ele pôde servir como exemplo a negros e brancos, a comunistas e empresários, a calvinistas e muçulmanos. Ele foi um missionário, um pregador do amor ao próximo. "Perto dele todos eram iguais", exaltou o músico sul-africano Sipho Hotstix Mabuse após uma

recepção para Mandela em Londres. [...] Seu mérito está em ter apresentado um exemplo credível de humanismo, tolerância e não violência. Mandela não foi nenhum santo, mas um ser humano com pontos fortes e fracos, marcado pela sua época e lugar. Ainda assim será difícil encontrar alguém maior. E um pouco mais de Mandela todos os dias movimentaria muita coisa. Na África, mas também em Berlim, Jerusalém ou Moscou.

Assim, ressalta-se aqui que o nome próprio “Mandela” é empregado inicialmente em função designativa e o referente é construído no decorrer do texto. Após a construção referencial de “Mandela”, o nome próprio empregado no plural – “Mandelas” – passa a ser sinônimo de pessoas detentoras da bondade, do amor ao próximo e da tolerância e enfatiza-se, no discurso, a necessidade de mais pessoas no mundo com tais atributos. Portanto, observa-se que, mesmo no caso de nomes próprios com características mais cristalizadas, é o discurso que permite a identificação do(s) atributo(s) a ele relacionado(s). Além disso, não há o “apagamento” total da função designativa, já que se estabelece a relação entre “Mandela” – referente construído no texto – e “Mandelas” – pessoas com as características de “Mandela”.

O mesmo ocorre no exemplo (33) em que se utilizam as expressões no plural: “Mahatmas Gandhis”, “Madres Terezas de Calcutá”, “Hitlers” e “Saddans Husseins”, que evocam atributos culturalmente ligados a esses nomes. De um lado, evocam-se referentes do bem (“Mahatmas Gandhis” e “Madres Terezas de Calcutá” – pacíficos e bondosos) e, de outro, do mal (“Hitlers” e “Saddans Husseins” – maldosos e cruéis), ativados pelo conhecimento de mundo do interlocutor que teria de recuperar informações referentes aos portadores do nome próprio (Mahatma Gandhi – líder da luta pacífica de independência da Índia –; Madre Tereza de Calcutá – missionária católica, reconhecida por sua caridade em relação aos excluídos da sociedade –; Hitler, líder alemão, responsável pelo holocausto judeu –; e Saddam Hussein – ditador iraquiano, acusado de ser responsável por muitos assassinatos). Assim, esses nomes são colocados em oposição para a apresentação de referentes no texto, criados pela educação, sendo alguns responsáveis por atos bondosos e outros, responsáveis por grandes crueldades.

Nomes próprios como os de Hitler e Saddam Hussein estão tão convencionalmente atrelados a atributos negativos que, dificilmente, se encontram esses nomes sendo conferidos, na sociedade, a outras pessoas. Quando isso ocorre, é visto como estranhamento pela sociedade, como demonstra a reportagem⁴⁵ publicada em 2011 sobre um casal que perdeu a guarda dos filhos por ter batizado um deles com o nome de “Adolf Hitler”, conforme se nota na reportagem:

O casal Americano Heath e Deborah Campbell perdeu a guarda dos três filhos após batizar um deles de Adolf Hitler e outro de Aryan Nation ("Nação Ariana", em inglês).

Em entrevista ao canal americano NBC, os pais disseram ter perdido a guarda dos filhos apesar de terem ganhado a batalha na justiça numa corte de New Jersey.

“Na verdade, o juiz e o DYFS (Divisão da Juventude e Família de New Jersey) nos disseram que não havia evidência de abuso e que esses eram os nomes deles. Eles foram levados por causa dos seus nomes”, disse Heath à emissora.

Um tribunal de apelações de Nova Jersey (leste) já havia retirado, no ano passado, a custódia dos três filhos do casal.

Na ocasião, a razão evocada pela Justiça não foi diretamente vinculada aos nomes, mas ao contexto do lar "perigoso para as crianças, visto que os dois adultos são desempregados, com problemas psicológicos".

O pai vê censura na ação. “Isso aqui é a América, eles dizem que você é livre, você tem o direito de dar o nome que quiser a seus filhos, não importa qual”, disse.

O caso começou em 2009, quando uma loja se recusou a decorar o bolo de aniversário com o nome “Adolf Hitler Campbell”.

“Não significa que ele vai crescer e se tornar um assassino ou nada disso. Eu só queria encomendar um bolo e isso virou um circo sobre racismo”, disse a mãe. (CBF)

Essa reportagem demonstra como determinados atributos acabam por, de certa forma, se estabilizar em certos nomes próprios com base em questões sociais, culturais e discursivas, de modo que, ao serem empregados no processo de referência, acabam por conferir aos referentes características relevantes, no contexto, para a construção referencial. Portanto, considera-se que o emprego de nome próprio pode ser considerado um recurso linguístico

⁴⁵ A reportagem pode ser lida em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/casal-que-batizou-filho-de-adolf-hitler-perde-guarda-dos-tres-filhos.html> (Acesso em 17 jul. 2013)

bastante importante para o processo de referenciação, logo, merece mais destaque nos estudos realizados pela Linguística Textual, de linha sócio-cognitivo-interacionista.

Ressalta-se que, quanto mais estabilizada a propriedade do nome próprio, maior a tendência a se tornar um epônimo, ou seja, ser considerado nome comum e, portanto, se encontrar no ponto **(d) nome comum** do *continuum*. Essa visão é confirmada por Martins (2009), quando comenta a respeito do que ela chama de “derivação imprópria” do nome próprio:

Outra possibilidade de comprovar a derivação imprópria de um NPr é sob o plano semântico. Para isso, o dicionário é de grande valia, visto que ele concentra em seu *corpus* entradas lexicais já estabilizadas em uma língua. Lá se encontram *judas, mecenas, narciso, eldorado, fúria, sereia*, entre outras. Mas de que modo todos esses nomes chegaram ao dicionário como verbetes com definição cristalizada, e desde então fundados na língua? Para responder a essa pergunta, partimos da hipótese que, inicialmente, todos esses nomes foram utilizados como metáfora, *metáforas vivas* (Ricoeur, 2005), mas o sucesso e a repetição levaram-nos à *usura* (Derrida), ao apagamento do seu sentido original. Quem pressupõe hoje, no uso da linguagem, que nomes como “fúria” e “sereia” eram nomes próprios de divindades do mundo greco-latino? Como todos têm hoje um sentido previsível na língua, correspondem àquilo que Ricoeur denomina de *metáforas mortas*. (MARTINS, 2009, p. 119-120)

Por isso, não se considera que o nome próprio atributivo exerça a mesma função de um nome comum. Ao contrário, buscou-se, com os exemplos selecionados, demonstrar como o nome próprio pode ser analisado de acordo com modos de funcionamento e pode ser não só designativo, como tanto tem sido indicado por diferentes áreas de pesquisa, mas também atributivo, passando a nome comum apenas nos casos de epônimos.

Diante dessa perspectiva, almeja-se que os futuros estudos realizados na área da referenciação possam olhar de maneira diferente para os empregos de nomes próprios no processo de construção referencial, de modo que o nome próprio possa ser introduzido entre as estratégias de referenciação, mas principalmente entre as estratégias de construção de referentes no discurso.

CONCLUSÃO

Iniciou-se este trabalho a partir da questão da referência, com destaque para as principais transformações pelas quais as concepções de referência e referente passaram e suas contribuições para a teoria da Referenciação. Em seguida, apresentou-se a perspectiva sócio-cognitivo-interacionista de língua(gem), base para o desenvolvimento das noções de referente e referenciação. Ao apresentar a fundamentação teórica desta pesquisa, foram expostas as estratégias de referenciação e seu papel argumentativo no processo de construção de referentes no texto. Foram ressaltados, principalmente, os processos de categorização e recategorização referencial, uma vez que se passou a questionar se os nomes próprios seriam recursos linguísticos capazes de promover a (re)categorização de referente. Esse questionamento inicial e norteador de toda a pesquisa levou à busca de informações sobre o emprego de nomes próprios no processo de construção referencial.

Na teoria da Referenciação, pôde-se observar que os nomes próprios são pouco discutidos no processo de referenciação e, quando mencionados, são tratados como recursos de introdução e/ou progressão de referentes – mesmo assim, não incluídos ainda entre as estratégias de referenciação –, mas não de (re)categorização. Isso se deve ao fato de se ter a ideia de que os nomes próprios exercem apenas a função designativa e, portanto, não apresentarem ao referente em construção características relevantes no contexto, como ocorre com os empregos de descrições definidas e/ou indefinidas – estas, expressões compostas por nomes comuns.

Ao repensar a concepção de nome próprio, em especial na teoria da Referenciação, é que se deu início a esta pesquisa, que visa à defesa de que os nomes próprios, em determinadas situações enunciativas, podem exercer a função atributiva e, conseqüentemente, ser considerados recursos de (re)categorização referencial. Com essa finalidade, propôs-se a

encontrar olhares diferentes sobre o nome próprio, o que deu origem ao segundo capítulo deste trabalho. Nele, resgatou-se o que se tem apresentado na teoria da Referenciação sobre o nome próprio e discutiu-se o papel do nome próprio de acordo com diferentes perspectivas teóricas – da tradição gramatical, dos estudos de base funcionalista, representados por Neves (2000) e dos estudos da filosofia da linguagem, nos quais se observou o questionamento sobre a existência (ou não) de sentido no nome próprio –, com destaque para os estudos desenvolvidos por Kleiber (1981; 1994), Jonasson (1994) e Gary-Prieur (1994; 2001; 2005), que apresentam uma visão diferenciada sobre os nomes próprios, uma vez que não partem da concepção de que eles exercem apenas papel designativo, mas consideram empregos diversificados e indicam os tipos de interpretação que se pode ter sobre eles – os nomes próprios.

Diante da perspectiva exposta por esses autores, não se considera a ideia de que o nome próprio, em função atributiva, passe à condição de nome comum, como têm indicado muitos estudos, entre eles a gramática de Bechara (2004) e a de Neves (2000). Ao contrário, passa-se a pensar o nome próprio a partir de diferentes modos de interpretação, esses que servem de base para a mudança de concepção sobre os nomes próprios e, conseqüentemente, para o desenvolvimento desta tese. Por meio desses modos de interpretação do nome próprio, propôs-se a distribuição de seu funcionamento em um *continuum*, partindo do (a) nome próprio (prototipicamente) designativo para o (d) nome comum originado do nome próprio – o epônimo –, figurando, entre esses dois pontos focais, (b) o nome próprio atributivo com características construídas discursivamente e (c) o nome próprio com características mais cristalizadas. Assim, o *continuum* foi arranjado em quatro pontos focais, entretanto, sem jamais se pensar em classificações estanques e rígidas, visto que se acredita na possibilidade de gradações entre esses pontos do *continuum*, até mesmo porque, quando se volta ao funcionamento dos recursos linguísticos, crê-se que não se deve ter um olhar inflexível.

Com o propósito de comprovar que os nomes próprios podem exercer diferentes funções no processo de construção referencial e não somente o designativo, e que, quando funcionam atributivamente, não passam à condição de nome comum, foram selecionados e analisados 34 fragmentos de textos de gêneros textuais diferentes que apresentassem empregos diversificados de nomes próprios.

Como o objetivo principal deste trabalho era defender a possibilidade de o nome próprio exercer a função atributiva e, conseqüentemente, promover a categorização e recategorização referencial, no Capítulo III, efetuou-se a análise dos dados e buscou-se demonstrar como o nome próprio pode ser (a) designativo, (b) atributivo com características construídas discursivamente, (c) atributivo com características mais “cristalizadas”, sendo considerados nomes comuns apenas os epônimos.

Inicialmente, analisaram-se textos que traziam nomes próprios com função designativa. Ao organizar essa subseção (1.1. do **Capítulo III**), partiu-se dos nomes próprios considerados mais prototipicamente designativos para aqueles que, mesmo designando, já apresentavam certa atribuição de características aos referentes (como ocorre com os apelidos). O que se observou nesses casos e o que se procurou demonstrar a partir deles é que, mesmo em função designativa, o nome próprio é escolha feita pelo locutor e não pode ser desconsiderado pelos estudos de referenciação, já que há um propósito comunicativo em escolhê-lo em vez de uma descrição (in)definida, mesmo que seja a ilusão de uma referenciação mais “neutra”. Além disso, salienta-se, nessa subseção, a relevância da forma de emprego do nome próprio – nome próprio completo, somente primeiro nome, somente sobrenome, sigla ou apelido – em relação aos efeitos discursivos que ele pode vir a promover. Dessa forma, visou-se à defesa de que o papel do nome próprio designativo pode trazer contribuições para a construção referencial e, por isso, deveria ser incluído entre as estratégias de construção referencial.

Entre esses casos, discutiram-se também o papel do nome próprio no texto ficcional, considerado especial, pois, em alguns casos, o nome próprio pode acumular função – designativa e atributiva ao mesmo tempo. Como inicialmente não se havia pensado nesses casos, não foi realizada uma pesquisa mais aprofundada a respeito e, por isso, procederam-se apenas a breves análises, que podem ainda parecer caóticas e/ou aleatórias, mas que tinham o propósito de, pelo menos, levantar um questionamento para que, em outro momento, os empregos de nomes próprios em textos ficcionais possam ser discutidos com mais propriedade.

Nas subseções seguintes (1.2. e 1.3.), destacaram-se os casos de nomes próprios atributivos. Primeiramente, foram expostas aquelas situações em que os atributos são construídos social, cultural e interativamente, o que reforça a necessidade de ser revista a noção de nome próprio pela teoria da Referenciação. Se essa perspectiva teórica considera que a construção referencial se dá de forma sócio-cognitivo-interacionista, acredita-se que há a necessidade de pensar o nome próprio por esse mesmo viés, em vez de fundamentar-se apenas em postulações previstas na tradição gramatical.

Com base nas análises empreendidas, defende-se que os nomes próprios atributivos não passam ao estatuto de nome comum, principalmente por resgatar, mesmo que indiretamente, informações acerca de um referente que pode estar implícito ou explícito no discurso. Por isso, ressaltou-se o que foi denominado de “jogo de instauração de referentes”, ou seja, uma relação de atributos entre referentes apresentados no texto, de modo que, ao se (re)categorizar um referente, possa se (re)categorizar outro, postos esses referentes em consonância ou dissonância. Além disso, enfatiza-se a importância do contexto para a compreensão das propriedades atribuídas aos referentes, uma vez que as características não estão fixadas, mas podem variar de acordo com o ponto de vista do locutor e da forma como ele constrói o(s) referente(s).

No caso dos nomes próprios atributivos com características mais cristalizadas, considera-se que os atributos associados aos nomes próprios são mais previsíveis e, por isso, passa-se a vê-los como mais próximos aos epônimos, de forma que, ao serem seus atributos convencionalmente fixados, podem vir a tornar-se um nome comum.

Diante das análises, o que se pôde constatar é que os nomes próprios designativos são utilizados, com mais frequência, para a introdução e/ou progressão referencial, e geralmente apresentados sem determinantes ou com determinante definido. É comum também o nome próprio vir seguido de um aposto explicativo ou ser ele mesmo um aposto (especificativo ou explicativo). Crê-se que isso ocorra, dependendo das pressuposições que o locutor do texto faz em relação ao conhecimento de mundo de seu interlocutor – para a ativação de informações a respeito de determinada figura pública – e, principalmente, do propósito de garantir a clareza em seu texto.

Já em relação aos nomes próprios atributivos, nem sempre eles podem ser considerados estratégia de introdução e/ou progressão referencial, como é usual em empregos em posição de predicativo do sujeito. O que se evidencia aqui é que, mesmo quando não é empregado como estratégia de referenciação, o nome próprio colabora para a construção referencial, já que passa a conferir ao referente propriedades construídas no texto. Portanto, mesmo nesses casos, esses usos de nomes próprios devem ser analisados com mais atenção no processo de referenciação.

Outros empregos que foram comuns nos excertos analisados foram os nomes próprios acompanhados de modificadores – adjetivos ou locuções adjetivas –, que estabeleciam mais claramente a relação entre os referentes em jogo, já que eram os modificadores que permitiam a ligação do nome próprio ao outro referente. Ou seja, o uso do modificador evidencia a transferência de atributo do “portador” do nome próprio para o referente em construção.

Houve casos também de nomes próprios antecidos de determinantes indefinidos e mesmo de nomes próprios no plural. No entanto, independentemente da estrutura linguística em que se encontravam os nomes próprios, eram estes os núcleos dos sintagmas e, conseqüentemente, os responsáveis pelo processo de construção referencial. Assim, não se pode negar a necessidade de que os nomes próprios tenham mais evidência nos estudos realizados na área da Referenciação.

Em suma, independentemente da função do nome próprio – designativa e/ou atributiva – esse recurso linguístico é expressivo na construção referencial. Além disso, o que se pôde observar é que um emprego de nome próprio pode ser mais prototipicamente designativo e outro mais atributivo, porém, o que o mantém nome próprio é justamente o resquício do papel designativo que se encontra mesmo em função atributiva, visto que, é por meio dele – o papel designativo – que se instauram os referentes para a ativação dos atributos.

Portanto, a partir dos estudos teóricos e das análises efetuadas neste trabalho, espera-se que esta pesquisa tenha contribuído para que o nome próprio seja repensado no processo de construção de referentes no texto e passe a ser analisado mais cuidadosamente pelos estudiosos de referenciação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. de. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AMARAL, E. T. R. Classificação dos usos de antropônimos no português escrito. *Fórum linguístico*, Florianópolis, v.7, n.2, p. 74-92, 2010.
- _____. *Nomes próprios: análise de antropônimos do espanhol escrito*. Tese (Doutorado em Letras – Área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. O sentido da pessoa. *Língua Portuguesa*, São Paulo, 01 fev. 2011.
- _____. “Ser mauricinho e dar a elza”: subsídios para uma análise de epônimos contemporâneos. *Estudos Linguísticos XXXV*, p. 657-666, 2006. Disponível em: <http://gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/125.pdf>. (Acesso em 28 de setembro de 2013)
- ANDRADE, M. L. F. de. O. Nomes próprios determinados pelo demonstrativo esse(s). *Estudos Linguísticos (São Paulo)* ^{JCR}, Taubaté, v. XXXII, 2003.
- APOTHÉLOZ, D. et CHANET, C. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. et CIULLA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 131-176.
- APOTHÉLOZ, D., REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la référence et strategies de designation. In: BERRENDONNER & REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (eds.). *Du syntagma nominal aux objects-de-discours*. Neuchâtsh, Université de Neuchâtsh, p. 227 – 271, 1995. [Tradução livre de Mônica Magalhães Cavalcante]
- ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999.
- AZEREDO, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BASÍLIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BASSETTO, L. M. T. O processo de construção referencial em crônicas de temas políticos escritas por Carlos Heitor Cony. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2008.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev.e ampl. 14º reimp. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*; tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri, revisão do professor Isaac Nicolau Salun. – 2. ed. Campinas-SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. *Problemas de linguística geral II*; tradução de Eduardo Guimarães et al.; revisão técnica de tradução de Eduardo Guimarães. Campinas-SP: Pontes, 1989.

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser, ou A fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1983.

BURGE, Tyler. Reference and proper names. *Journal of Philosophy*, 70, p. 425-439, 1973.

CAMPOS, J. *Os enigmas do nome*. Porto Alegre: AGE, EDIPUCRS, 2004.

CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

CARVALHO, C. *Para compreender Saussure*. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. et CIULLA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p.177-190.

CORTEZ, S. L. Referenciação e ponto de vista: constituição de instâncias discursivas para orientação argumentativa na crônica de ficção. In: KOCH, I.G.V.; MORATO, E. M. et BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p.317-337.

CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1982.

CUNHA, C. et CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

CUNHA LIMA, M. L. *Indefinido, anáfora e construção textual da referência*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

_____. Referenciação e investigação do processamento cognitivo: o exemplo do indefinido anafórico. In: KOCH, I.G.V.; MORATO, E. M. et BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p.197-218.

FERNÁNDEZ LEBORANS, M. J. El nombre propio. In: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (dir.). In: *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. vol. 1: Sintaxis básica de las clases de palabras, p. 77-128.

FERNÁNDEZ MORENO, L. *La referencia de los nombres propios*. Madrid: Trotta, 2006.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. et CIULLA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p.191-228.

FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. Sense and Reference. *The Philosophical Review*, vol.57, nº3, p. 209-30, May, 1948.

GARCÍA SUÁREZ, A. Nomes Próprios In: _____. *Modos de significar: una introducción temática a la filosofía del lenguaje*. Madrid: Tecnos, 1997.

GARY-PRIEUR, M. N. *Grammaire du nom propre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

_____. L'individu pluriel: les noms propres et le nombre. In: *Sciences du Langage*. Paris: CNRS, 2001.

_____. Où il est montré que le nom propre n'est (presque) jamais "modifié". *Langue Française – noms propres : la modification*, Paris: Larousse, n. 146, p. 53-66, 2005.

GIVÓN, T. *Syntax: A functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984. v.I.

HANKS, W. F. *Language and Communicative Practices*. Boulder, CO: Westview Press, 1996.

HJELMSLEV, L. Pour une sémantique structurale. In: HJELMSLEV, L. *Essais linguistiques*. Paris, Minuit, 1971.

IBAÑOS, A. M. T. *O enigma das atitudes proposicionais* [recurso eletrônico]: significados estruturados x sentencialismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ILARI, R. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M. et BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 103-124.

JAGUARIBE, V. M. F. O jogo da recategorização no texto poético. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (orgs.). *Gêneros textuais e referenciação*. Fortaleza: Protexto – UFC, 2004. CD- Rom. ISBN 85-904864-1-9.

JONASSON, K. *Le nom propre: constructions et interprétations*. Lourain-la- Neuve: Duculot, 1994.

KLEIBER, G. *Nominales. Essais de sémantique référentielle*. Paris: Armand Colin, 1994.

_____. *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*. Paris: Klincksieck, 1981.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Como se constroem e reconstroem objetos-de-discurso. In: http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf, 2008.

_____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M. et BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

KRIPKE, S. *La logique des noms propres*. Tradução de Pierre Jacob; François Recanati. Paris: Les éditions de Minuit, 1982.

LEROY, S. Les dérivés de noms propres dans TLFi: quelles bases pour quels sens? Corela, Numéros spéciaux, Colloque AFLS, 2005.

LIMA, S. M. C. *Entre os domínios da metáfora e da metonímia: um estudo de processos de recategorização*. 205 f. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M. et BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53- 101.

MARCUSCHI, L.A. et KOCH, I.G.V. Referenciação. In: JUBRAN, C. C. A.S. et KOCH, I.V.G. (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 381-399.

MARTINS, A. L. M. R. P. Referenciação e nomes próprios modificados. In: *Cadernos do CNLF*, 106, vol. XII, nº 12. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, p. 106-123.

MASSON, S. P. O aposto na (re)construção de referentes. In: *Cadernos do CNLF*, vol. XII, nº 12. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, p. 76-91.

MATTOSO CAMARA JR, J. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MICALI, D. L. C. *A incrível narrativa de O homem duplicado, de José Saramago*. In: Anais do XII Congresso Internacional da ABRALIC. Curitiba, ABRALIC, 2011. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0236-1.pdf> (Acesso em 10 de novembro de 2014)

MILL, J. S. Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos. In: BENTHAM, J. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção *Os pensadores*, v. 34.)

MONDADA, L. Gestion Du topic et organization de la converstion, em *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, IEL/ Unicamp, n.41, 2001.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. (et al.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MÜLLER, A. L. P. et NEGRÃO, E. V. O uso do artigo definido antes do nome próprio em português: uma análise semântica. In: *Caderno de Estudos Linguísticos* (Anais do Seminário do IEL). Unicamp, n. 19, 1989, p. 530-540.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, J. A. *O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

OLIVEIRA, E. S. A construção da imagem do mártir na obra *Apologeticum* de Tertuliano. *Anais do I Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História*. Goiás: UFG-PUC, 2008. Disponível em: http://pos.historia.ufg.br/up/113/o/18_EduardoOliveira_AConstrucaoDaImagemDo.pdf (Acesso em 10 de novembro de 2014)

PIOVEZANI, C. Identidades e metamorfoses na denominação dos jogadores de futebol no Brasil. *Esporte e Sociedade*, ano 7, nº 19, 2012. Disponível em: http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/300857_es1906.pdf (Acesso em 25 de março de 2014)

PLATÃO. *Crátilo*. Ou: Sobre a Justeza dos Nomes. (Tradução de Carlos Alberto Nunes). Belém: EDUFPA, 2001.

RECANATI, F. La sémantique des noms propres. *Langue française*, Paris, v. 57, p. 106-118, fev. 1983.

RODRIGUES, A. Frege e a filosofia da linguagem. *Revista Vertentes*. UFSJ, 2009. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_33/abilio_rodrigues.pdf (Acesso em 28 de setembro de 2013)

ROSCH, E. Principles of Categorization. In: ROSCH, E. et LLOYD, B.B. *Cognition and Categorization*. Hillsdale, NJ., Lawrence Erlbaum: 1978.

RUSSELL, B. *Logic and Knowledge: essays 1901-1950*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1956. (Ed. por Robert Charles Marsh.)

_____. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1980 (1912).

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini et al. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

SEARLE, J. Proper names. *Mind*, vol. LXVII, p. 166-173, april 1958.

_____. *Speech acts*. an essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SILVA, R. M. A da. *Discurso científico e construção coletiva do saber: a dimensão interativa da atividade acadêmico-científica*. Tese defendida em fev. de 2004, Recife. UFPE.

STRAWSON, P. F. Escritos lógico-linguísticos. In: RYLE, G., AUSTIN, J. L., QUINE, W. V. O. & STRAWSON, P. F. *Ensaio*s. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, p. 151-170, 1989.

TORERO, J. R. 2006. Dize-me te u nome e eu te direi quem tu és, *Língua Portuguesa*, vol. 1: 46-47.

ANEXO

Após polêmica, Neymar é chamado de 'novo Pelé' por revista norte-americana

Após ser expulso na última rodada do Campeonato Paulista e receber duras críticas de Pelé, Neymar ganhou um respaldo nesta semana ao ver o seu rosto estampar a edição latina da revista Time, uma das mais conceituadas no planeta, com o título “The Next Pelé” (‘O próximo Pelé’).

A publicação faz um perfil do santista, tanto fora quanto dentro de campo, e o compara com a boa fase da economia brasileira, que nos anos que seguem deve fazer girar os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. O faturamento dos quase R\$ 4 milhões mensais pelo camisa 11 também foi lembrado.

Depois de receber o cartão vermelho no jogo contra a Ponte Preta, no último final de semana, Neymar foi ‘punido’ no jornal ‘O Estado de S.Paulo’ pelo Rei do Futebol, que vê o atacante muito preocupado com a mídia e pouco com o time. De acordo com a lenda do Peixe, o atleta de 20 anos precisa deixar a vaidade de lado.

(Disponível em: http://espn.uol.com.br/noticia/311384_apos-polemica-neymar-e-chamado-de-novo-pele-por-revista-norte-americana (Acesso em 15 de março de 2013))

"Carrossel": Compare as duas versões

SBT estreia nesta segunda-feira (21) remake do sucesso mexicano

Estreia nesta segunda (21) no SBT, às 20h30, o aguardado remake de "Carrossel", a novela infantil mexicana que foi um dos maiores sucessos já exibidos pelo SBT.

No ar no SBT entre maio de 1991 e abril de 1992, foi produzida em 1989 pela Rede Televisa, do México. O sucesso foi tanto que o SBT reprisou a novela três vezes: em 1993, 1995 e 1996.

Agora, a emissora de **Silvio Santos** se prepara para o grande desafio: exibir a sua própria versão da história.

Compare as duas versões e descubra o que mudou e o que permaneceu:

Professora Helena

A protagonista da novela, interpretada no original por **Gabriela Rivero**, será agora vivida por **Rosane Mulholland**. A cândida e quase virginal Helena da versão mexicana foi atualizada e modernizada. Segundo **Íris Abravanel**, que adapta a história, a Helena atual "é uma Kate Middleton. Ela é o protótipo da princesa moderna".

(Disponível em: <http://www.sitedemulher.net/tag/musica-2/page/127/> (Acesso em: 17 de março de 2013))

Casal que batizou filho de Adolf Hitler perde a guarda dos três filhos

Heath e Deborah Campbell haviam vencido causa em corte de New Jersey.

Caso veio à tona em 2009, quando loja recusou fazer bolo de aniversário.

O casal Americano Heath e Deborah Campbell perdeu a guarda dos três filhos após batizar um deles de Adolf Hitler e outro de Aryan Nation ("Nação Ariana", em inglês).

Em entrevista ao canal americano NBC, os pais disseram ter perdido a guarda dos filhos apesar de terem ganhado a batalha na justiça numa corte de New Jersey.

“Na verdade, o juiz e o DYFS (Divisão da Juventude e Família de New Jersey) nos disseram que não havia evidência de abuso e que esses eram os nomes deles. Eles foram levados por causa dos seus nomes”, disse Heath à emissora.

Um tribunal de apelações de Nova Jersey (leste) já havia retirado, no ano passado, a custódia dos três filhos do casal.

Na ocasião, a razão evocada pela Justiça não foi diretamente vinculada aos nomes, mas ao contexto do lar "perigoso para as crianças, visto que os dois adultos são desempregados, com problemas psicológicos".

O pai vê censura na ação. “Isso aqui é a América, eles dizem que você é livre, você tem o direito de dar o nome que quiser a seus filhos, não importa qual”, disse.

O caso começou em 2009, quando uma loja se recusou a decorar o bolo de aniversário com o nome “Adolf Hitler Campbell”.

“Não significa que ele vai crescer e se tornar um assassino ou nada disso. Eu só queria encomendar um bolo e isso virou um circo sobre racismo”, disse a mãe.

(Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/casal-que-batizou-filho-de-adolf-hitler-perde-guarda-dos-tres-filhos.html> (Acesso em: 10 de abril de 2013))

Cardeal brasileiro inspirou nome do papa Francisco

Papa Francisco foi o primeiro pontífice a dar uma audiência à imprensa

O primeiro papa latino-americano, Jorge Mario Bergoglio, também foi o primeiro dar uma audiência à imprensa, dias após sua eleição.

Durante o encontro no Vaticano, o papa disse que escolheu o nome Francisco - de São Francisco de Assis - inspirado pelo cardeal brasileiro Cláudio Hummes e porque quer "uma igreja pobre e para os pobres".

“O arcebispo (emérito) de São Paulo, que foi prefeito da Congregação para o Clero, Cláudio Hummes, um grande amigo” foi um companheiro do ainda cardeal Bergoglio durante o conclave, revelou o papa.

“Quando se aproximava do 'perigo' (da eleição), ele me confortava”, contou o pontífice, entre risos da plateia de mais de 1.500 jornalistas.

Quando Bergoglio recebeu os 77 votos necessários para ser eleito papa, houve mais uma intervenção de dom Cláudio Hummes: “Ele (Hummes) então me abraçou e me beijou. E disse: Não se esqueça dos pobres”, afirmou o papa.

“Enquanto o escrutínio prosseguia, enquanto os votos eram contados, veio em meu coração o nome de Francisco de Assis”, revelou, acrescentando que São Francisco seria "um homem pobre", que impulsionou o "espírito de paz".

"Gostaria de uma igreja pobre e para os pobres", afirmou o papa.

Segundo a imprensa italiana, Hummes foi um dos cardeais que ajudaram a costurar a eleição de Francisco.

O cardeal emérito de São Paulo também esteve ao lado do papa durante sua primeira aparição no balcão da Basílica de São Pedro e o acompanhou em sua primeira prece após a eleição.

(Disponível

em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130316_papa_entrevista_mauricio_ru.shtml

(Acesso em: 15 de março de 2013))

Crônicas, colunas e mosquitos

Quanto ao tamanho das crônicas, um texto com mais de duas laudas era cascata, encher linguíça LEITOR JUSTAMENTE indignado com meus textos publicados na página 2 da Folha, reclama da insistência com que os considero "crônicas" e não "colunas", que seria a classificação correta na opinião dele, na opinião do povo e do Senado romano. Diz ele que não se pode considerar como crônicas os seis ou sete parágrafos que a feição gráfica daquela página estabelece para os "colunistas".

Realmente, sempre recusei a classificação de colunista desde o remotíssimo ano em que dois editores do "Correio da Manhã" (Moniz Vianna e Fuad Atalla) me abriram espaço na capa do segundo caderno para escrever o que me viesse na cabeça, tronco e membros. Eles foram claros: queriam crônicas. O jornal tinha vários e brilhantes colunistas, responsáveis por seções fixas, como teatro, cinema, música, artes plásticas, fofocas, livros, rádio e TV, saúde, turismo etc. Eu revezaria com um tal de CDA, este no primeiro caderno, que além de poeta maior era cronista dos melhores de todos os tempos. Mais ou menos naquela época, fui convidado a fazer o mesmo na Folha, onde mais uma vez revezava com uma poeta, das maiores de nossa língua: Cecília Meireles. Éramos cronistas – com a óbvia distinção de qualidade. Nem que nascesse mil vezes chegaria ao nível de Drummond e Cecília. Quanto ao tamanho das crônicas, dos seis ou sete parágrafos que o leitor reclama, gosto de citar João Saldanha, que além de fazer "crônicas", tinha uma "coluna" sobre esportes nos vários jornais e emissoras em que atuava. Saldanha dizia que um texto com mais de duas laudas era cascata, enchimento de linguíça. Ao citar CDA, Cecília e Saldanha não estou me comparando a eles. Faço mal e porcamente o que eles faziam com engenho e arte. E enquanto a saúde terminal e os veículos me tolerarem, continuarei fazendo crônicas, ruins, mas minhas. Mudando de assunto: durante os oito anos do governo FHC, nunca tive oportunidade de elogiá-lo. Pelo menos três vezes por semana, descia-lhe o pau e a editora

Boitempo chegou a publicar uma coletânea de crônicas minhas, com charges do Angeli, "O Presidente que Sabia Javanês". Fiquei sabendo que ele escreveu um prefácio para o livro do Henry Sobel. Não li nem pretendo ler o livro e o prefácio, mas achei bacana a atitude de FHC. Num momento em que o rabino está sendo apedrejado, a solidariedade do ex-presidente revela uma grandeza humana que pessoalmente admiro. Terceiro assunto desta crônica (que tem mais de sete parágrafos) é para destacar o brilho e o trabalho de Lilia Moritz Schwarcz, uma uspiana que hoje é a maior conhecedora de uma fase da biografia do Rio de Janeiro. Em livros, artigos e palestras, ela é a principal referência para diversos momentos da nossa história. Modesta, sem alardear o academicismo que no caso dela não seria postigo, Lilia merece entrar no panteão dos grandes cariocas, ao lado de dom Pedro 2º, sobre quem tanto e tão bem escreveu. Deveria registrar também o trabalho do poeta e embaixador Alberto da Costa e Silva e do historiador José Murilo de Carvalho, que formam com Lilia um trio de ouro no terreno das pesquisas sobre Rio de Janeiro. Alberto é piauiense por acaso, Zé Murilo é mineiro, Lilia é paulista. O governador Sérgio Cabral bem que podia mandar mensagem à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro propondo a concessão de um título especial, muito especial, aos três intelectuais que ultimamente mais se destacaram no estudo e na pesquisa da história do Rio, que afinal é o mapa da mina para se entender a história do Brasil. Último assunto, mas não o último parágrafo. Nada de novo no front das mazelas cariocas. Não bastasse a violência urbana, estamos às voltas com um mosquito – sem termos no banco dos reservas um Oswaldo Cruz. Até um homem de gênio, como Ruy Barbosa, reclamou da campanha contra a febre amarela. A mídia da época crucificou o grande sanitário, dele disseram o diabo, somente a Academia Brasileira de Letras o homenageou, mesmo não sendo ele um escritor. Finalmente, o último parágrafo. Uma das melhores crônicas que conheço é de Machado de Assis e só tem uma frase: "No meu tempo já havia velhos, mas poucos".

(CONY, C. H. Crônicas, colunas e mosquitos. *Folha de São Paulo*. Ilustrada. 28 mar. 2008.)

Craques do passado: Ronaldo “Fenômeno”

No Episódio 4 da nossa série Craques do Passado, iremos falar sobre um dos maiores gênios da grande área e que tem uma história de superação inacreditável. O atacante Ronaldo Luís Nazário de Lima, ou simplesmente, Ronaldo, eterno número 9 da Seleção Brasileira.

EPISÓDIO 4 – RONALDO

Ronaldo Luís Nazário de Lima nasceu em 22 de setembro de 1976, no Rio de Janeiro, no Brasil.

Garoto de origem pobre do subúrbio carioca, Ronaldo já era conhecido pela sua grande habilidade com a bola sob domínio dos seus pés. Seu maior sonho de infância era atuar no seu time de coração, o Flamengo, porém o jovem garoto não conseguiu passar nas peneiras do Mengão.

Foi quando o ex-jogador Jairzinho, viu Ronaldo atuando em clube de futsal e despertou a atenção do antigo atacante da Seleção de 1970. Jairzinho colocou Ronaldo para atuar no São Cristóvão, time modesto da zona norte fluminense, de atacante.

No São Cristóvão, Ronaldo virava Ronaldinho devido a sua aparência muito franzina e magra. Após apenas dois anos no clube carioca, Jairzinho levou Ronaldinho para atuar no Cruzeiro, de Belo Horizonte, aos 16 anos.

No clube mineiro, o jovem atacante estrearia em 1993 como profissional da Raposa. Logo em seu primeiro Campeonato Brasileiro, Ronaldinho marcava 12 gols e se tornava o terceiro maior artilheiro do país.

Ronaldinho, com apenas 17 anos, já era um ídolo do futebol brasileiro e enchia os olhos felicidade e alegria todos os amantes do futebol arte, pois o mesmo praticava um futebol envolvente e habilidoso.

Em 1994, Ronaldinho conquistava seu primeiro título, o Mineiro, onde foi o artilheiro com 22 gols. Ainda em 94, o talentoso atacante seria negociado com o PSV Eindhoven, da Holanda, por seis milhões de dólares. Ele deixava o Cruzeiro com a marca incrível de 44 gols em 46 jogos.

COPA DO MUNDO DE 1994

Pela Seleção brasileira, Ronaldinho, seria convocado por Parreira para integrar o elenco da Seleção que se tornaria tetracampeã mundial sobre a Itália, nos Estados Unidos. O jovem atacante não disputou nenhuma partida.

PSV EIDHOVEN

Em sua passagem pelo futebol holandês, Ronaldo seguia os passos do seu ídolo Romário, que também atuou pelo PSV. Matador, frio, decisivo e habilidoso ao extremo, o atacante marcou 24 gols em sua primeira temporada pelo PSV. Na temporada 1994/1995, Ronaldo foi o artilheiro do Campeonato Holandês com 30 gols, deixando para trás o grande matador do torneio à época, Patrick Kluivert.

Em 1996, o craque brasileiro seria deixado de lado pelo técnico Dick Advocaat, que de maneira inexplicável colocou Ronaldo a venda e o futuro do craque era incerto. Mas a partir daí mais um capítulo da vida de Ronaldo seria aberto. O atacante de 20 anos era vendido para o famoso Barcelona por 20 milhões de dólares.

OLÍMPIADAS DE 1996

Um dos fatos mais tristes na história de Ronaldo. Nas Olimpíadas de 1996, em Atlanta, o grande jogador brasileiro fazia parte de um time com grandes jogadores como Roberto Carlos, Rivaldo entre outros, mas viu o sonho do ouro olímpico ir por água abaixo na semifinal contra a Nigéria, onde o time canarinho perderia na prorrogação em uma grande atuação do atacante Kanu.

BARCELONA

Ronaldo repetia os passos de Romário e chegava com status de estrela internacional ao Barcelona. Em 1996, Ronaldo marcou 17 gols em 20 partidas e brilhou demais com a camisa do time catalão. Suas atuações renderam o apelido de “Fenômeno” e culminaram com a conquista do prêmio de Melhor Jogador do Mundo pela FIFA.

Em 1997, o atacante ajudava o Barça a levantar os troféus da Copa do Rei e a Supercopa da Europa, quando marcou o gol do título, de pênalti, na final contra o PSG.

Ainda pelo Barcelona o craque é lembrado pelos seus antológicos com arrancadas que nenhum defensor conseguia parar ele na corrida e dribles desconcertantes. Ronaldo era o melhor do mundo.

Em 1997, Ronaldo foi eleito mais uma vez o melhor do mundo pela FIFA. Ninguém tinha dúvida disso.

Ronaldo recebe o prêmio de melhor do mundo de 1997.

Ainda em 97, o craque seria negociado com a Inter de Milan.

COPA DO MUNDO 1998 – DRAMA NA FINAL

Ronaldo chegava a França com a Seleção Brasileira, com status de que levaria o Brasil ao pentacampeonato. Em uma primeira fase impecável, o Fenômeno destruiu todos os adversários até chegar na Final contra os donos da casa.

Ronaldo é consolado por Zagallo na derrota para a França

Momentos antes da grande final do Estádio Saint-Dennis, o atacante sofreu uma convulsão e abalou todo o elenco. A comissão técnica teve que escalar Edmundo no lugar do craque antes da partida. Porém, após o aval do médico da seleção, o jogador entrou em campo, irreconhecível e extremamente apático. Resultado: França 3x0 Brasil, fora o baile e Ronaldo nulo. Na Copa em que mais se esperava dele, tudo deu errado. De quem era a culpa? Ninguém soube explicar, o certo era que ali começaria a fase mais dramática da carreira do Fenômeno.

INTER DE MILÃO – SOFRIMENTO

Na primeira temporada no clube italiano, Ronaldo já mostrava seu talento ao marcar 14 gols em 19 jogos. Logo em sua primeira competição ele levantava mais um caneco, a Copa da UEFA, deixando o seu na decisão diante da Lazio.

Mas a partir da temporada 1999/2000, o craque teria o seu momento mais difícil na carreira. Em 1999, Ronaldo sofreria sua primeira lesão no joelho esquerdo ficando cinco meses longe dos gramados.

Drama! Ronaldo sofre sua segunda lesão no joelho

Em seu retorno aos gramados diante da Lazio, em Roma, o atacante sofreria mais uma grave lesão, só que no joelho direito. A imagem de Ronaldo com dor e lamentando sua contusão chocou o mundo do futebol. Todos os especialistas em medicina esportiva cravavam que o brasileiro nunca mais conseguiria atuar em alto nível. A recuperação foi muito longa e durou exatamente 15 meses, voltando a jogar apenas em 2002.

COPA DO MUNDO DE 2002 – RENASCIMENTO DO CRAQUE

Sem ritmo de jogo e com uma cicatriz enorme no joelho. Ronaldo foi a aposta de Luiz Felipe Scolari para a Copa do Mundo do Japão/Coréia do Sul.

Na competição o Fenômeno ressurgiu para o futebol, sendo muito importante na conquista do pentacampeonato pela Seleção. Com muitos gols ele se tornou o maior artilheiro da Copa com oito gols em sete partidas. Sendo dois deles na final contra a Alemanha e um na semifinal contra a Turquia. Ronaldo foi eleito o maior jogador do mundo pela terceira vez. O ano de 2002 foi ressurgimento de Ronaldo Fenômeno.

REAL MADRID

Ainda em 2002, o artilheiro se mudou para o Real Madrid, por uma quantia de 39 milhões de euros. No time merengue ele se juntou a uma constelação de grandes jogadores como Zidane, Roberto Carlos, Beckham, Figo e Raúl.

Pelo Madrid, Ronaldo conquistou a Copa Intercontinental e o camisa 9 deixou sua marca na decisão contra o Olímpia, do Paraguai.

Este grande time galáctico era mais conhecido pelo seu grande poder de marketing do que conquistas futebolísticas. Ronaldo não conquistara nenhum grande título com a camisa merengue.

COPA DO MUNDO DE 2006 – Maior artilheiros de Copas do Mundo

Na Copa da Alemanha em 2006, Ronaldo se tornou o maior artilheiro da história das Copas do Mundo com 15 gols. Até hoje essa marca ainda não foi alcançada.

MILAN

Em 2007, após cinco anos com a camisa do Real Madrid, Ronaldo aparentemente mais gordo e lento dentro de campo, se transferia para o Milan, retornando a Itália.

No clube rossonero, Ronaldo teve um capítulo de drama em sua carreira. Nova lesão no joelho em que havia se machucado em 2000.

CORINTHIANS

Todos acreditavam que Ronaldo estaria acabado para o futebol, quando o Fenômeno acertou sua volta ao Brasil no final de 2008, para o Corinthians, surpreendendo a todos do meio do futebol.

Ronaldo foi apresentado com muita festa no Parque São Jorge em dezembro de 2008

O atacante foi apresentando com grande festa no Parque São Jorge, sede do Timão. Cerca de seis mil torcedores foram ver a apresentação de Ronaldo.

A estreia apenas aconteceu em 4 de março de 2009, contra o Itumbiara, em Goiás. O primeiro gol na semana seguinte contra o rival Palmeiras, num gol antológico aos 47 minutos do segundo, em Presidente Prudente, que todos os amantes do futebol dificilmente irão esquecer.

A partir daí Ronaldo entraria nas graças dos torcedores corinthianos e ajudaria o clube a levantar os troféus da Copa do Brasil e Campeonato Paulista.

Ronaldo levanta a Copa do Brasil de 2009.

Em 2010, Ronaldo não teve um grande ano onde alternou muitas lesões musculares e uma eliminação da Libertadores da América. Em 2011, após a derrota para o Tolima, Ronaldo resolver encerrar sua carreira de jogador.

Hoje, Ronaldo é dono da empresa de marketing esportivo Nine e presidente do COL (Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014).

(Disponível em: <http://radardabola.com/2013/10/21/craques-do-passado-ronaldo-fenomeno/> (Acesso em 10 jan. 2014))

Chávez e a mídia

RIO DE JANEIRO - Como na maioria dos assuntos que preocupam a humanidade em geral e, em particular, a humanidade de hoje, não tenho opinião formada sobre o atual presidente da Venezuela. Vejo nele algumas coisas positivas, outras negativas. Trata-se, evidentemente, de um ditador em potencial, mas também não tenho opinião segura sobre os ditadores, desde que não sejam ladrões ou sanguinários. Alexandre, César e Napoleão foram ditadores, mas deixaram bom saldo para a história.

Não é o caso de Hugo Chávez, que, não faz muito, sofreu pesada derrota eleitoral em seu país e recebeu do rei da Espanha um "cala a boca!" humilhante, mas merecido.

Com a libertação de duas reféns das Farc, operação bem-sucedida, que ele articulou e realizou, deu a volta por cima e se colocou no pódio do maior acontecimento internacional neste início de 2008.

Para minimizar a proeza feita por ele, os entendidos nesses assuntos classificam a operação do resgate como uma ação apenas midiática, ou seja, um fato produzido para gerar mídia, ocupando espaços na imprensa e na TV. Evidente que é.

Um corredor de Fórmula 1, que arrisca a vida para vencer uma prova, também produz um fato midiático, tem sua foto no pódio publicada em todo o mundo, mas nem a foto nem a repercussão da vitória diminuem o valor intrínseco de seu feito. Ele ganhou porque sua intenção apenas era vencer. O resto é consequência.

O maior fato midiático da humanidade foi num tempo em que nem havia mídia. Um dissidente do judaísmo foi crucificado num morro ao lado de dois ladrões. Nos 2.000 anos seguintes, esse fato, que poderia ter passado despercebido, dividiu a história em antes e depois, fez toneladas de textos e imagens invadirem o mundo e gerou detratores e mártires.

(CONY, C. H. Chávez e a mídia. *Folha de S. Paulo*. A2. 13 jan. 2008.)

Caetano Veloso privilegia repertório de seu último disco em estreia no Rio

Turnê Abraço teve início, na noite desta quinta (21), no Circo Voador.

Bilheteria da apresentação foi revertida para a Sociedade Viva Cazuza.

Henrique Porto Do G1 Rio

"É a banda Cê no Circo de novo." Assim Caetano Veloso declarou aberta sua mais nova turnê, na noite desta quinta-feira (21), para um Circo Voador lotado e muitíssimo animado, no Rio. E embalado pelos jovens músicos Pedro Sá (guitarra), Ricardo Dias Gomes (baixo e teclados) e Marcelo Callado (bateria), que formam sua banda de apoio há quase sete anos, o cantor privilegiou seu mais recente álbum de estúdio, "Abraço" (que também dá nome ao show), incluindo 10 das 11 canções do disco no repertório da apresentação — apenas "Gayana" foi sacada.

Mas, o que poderia ser um problema, mostrou-se um acerto. Isso porque boa parte da plateia já sabe cantar as músicas recém-lançadas, elevando as novas composições quase a clássicos imediatos. É o caso de "A bossa nova é foda", o primeiro número do show, que contou com um potente coro e foi apresentada pelo baiano como "o grito de guerra do Brasil".

Mas Caetano também soube agradar aos fãs mais exigentes. Seu repertório mais antigo foi bem representado com "Você não entende nada", famosa pela gravação em dueto com Chico Buarque no álbum "Chico & Caetano juntos", a bela "Alguém cantando" e "Triste Bahia", do cultuadíssimo disco "Transa", esta executada num novo arranjo. Com a valsa "Mãe", gravada por Gal Costa e Fernando Mendes, e "Reconvexo", pareceu homenagear sua própria progenitora, morta aos 105 anos, em dezembro passado ("Quem não rezou a novena de Dona Canô", diz o verso do sucesso na voz de Maria Bethânia).

Na nova turnê, Caetano dá a entender que quer apenas destacar a música. O cantor quase não conversa com o público. No palco há apenas um fundo preto, a iluminação básica sobre os músicos e o "Quadrado preto sobre fundo branco", obra do pintor abstrato soviético Kazimir Severinovich Malevich (1878-1935).

Impulsionado pelo trio baixo-guitarra-bateria, espécie de Crazy Horse tropical (banda que acompanha o canadense Neil Young há décadas), evoca uma sonoridade que remete aos Pixies e ao Sonic Youth. E, como uma versão contida de Iggy Pop, faz graça dançando, pulando, correndo e rastejando no chão, como se ainda tivesse longe de seus atuais 70 anos.

'Gostoso!'

No momento mais descontraído da noite, homenageou Lucinha Araújo, mãe de Cazuza: "Queria chamar aqui no palco uma pessoa que, há mais ou menos 30 anos, estava aqui ao meu lado assistindo ao Barão Vermelho", disse Caetano.

Presidente da Sociedade Viva Cazuza, instituição que cuida de portadores do vírus da aids para a qual a renda do show foi destinada, Lucinha retrucou: "Gente, queria dizer que o quarto do Caetano só é frio porque ele quer, né?", brincou, referindo-se a um dos versos da canção "Estou Triste", do novo álbum. E acrescentou: "Ele é um gostoso!"

"Naquela época, ficavam os dois gritando a mesma coisa pro Cazuzu. Agora, na plateia dos meus shows, ela passou a ficar gritando 'gostoso' para mim", contou Caetano, que canta "Eclipse oculto", regravada pela banda carioca nos anos 80, durante o show.

Pouco antes de encerrar a apresentação, dispara "Luz de Tieta" e "Outros", totalizando 24 canções em quase duas horas de show.

O cantor segue se apresentando na cidade até domingo (24), com ingressos esgotados para todos os dias.

(Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/musica/noticia/2013/03/caetano-veloso-privilegia-repertorio-de-seu-ultimo-disco-em-estreia-no-rio.html> (Acesso em 18 jun. 2013))

Dedê conta segredos do Borussia e apresenta o "Neymar da Alemanha"

Depois de um ótimo ano do Borussia Dortmund, com a conquista do Campeonato Alemão após nove temporadas de jejum (ainda teve a defesa menos vazada da competição), o lateral esquerdo Dedê destacou o ambiente da equipe e fez elogios a alguns ex-companheiros. Em entrevista exclusiva ao **Terra**, o brasileiro, que teve o contrato encerrado com o time alemão no último dia 30, ainda citou Mario Götze como grande promessa no país tri mundial: "é o Neymar da Alemanha".

Dedê, ídolo da torcida do Borussia, apontou o bom relacionamento da equipe como principal fator para o conquista da salva de prata desta temporada. "Foi o clima de amizade, não pela qualidade em si", contou o brasileiro, que defendeu o time de Dortmund por 13 anos.

Além disso, ele acredita em um bom desempenho na Liga dos Campeões da Europa da próxima temporada, mas evita fazer previsões. "O time está embalado. Vai fazer uma boa participação", contou ao **Terra**.

Depois de uma temporada gloriosa, Dedê foi só elogios aos ex-companheiros. Ao **Terra**, o brasileiro falou sobre o jovem promissor Mario Götze, o relacionamento com Jurgen Klopp, o "segredo" que guardava sobre Sahin, entre outros temas.

"Neymar da Alemanha"

Com 18 anos, Mario Götze teve papel importante nesta temporada pelo time alemão, ainda mais depois da lesão do japonês Kagawa, em janeiro, quando o atleta asiático tinha grande participação na equipe.

Com isso, ao ser questionado se o jovem jogador poderia atingir o nível de astros como Cristiano Ronaldo e Lionel Messi, o lateral esquerdo não teve dúvidas: "Com certeza. Um jogador com 18 anos e a qualidade dele pode se igualar, sim. Ele é o Neymar da Alemanha."

Além de elogiar a qualidade técnica do jovem meia-atacante e compará-lo a estrela santista, Dedê ressaltou o comportamento do alemão. "A gente é 'irmãozaço'. Ele ia à minha casa e dirigia o meu carro. A gente conversa o tempo todo. Para mim ele é um exemplo", afirmou.

"Ele tem os pés no chão. Falei para ele que quantos jogadores surgiram e não explodiram. Mas ele é muito cabeça e muito família", emendou Dedê.

(Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/futebol/internacional/alemanha/dede-conta-segredos-do-borussia-e-apresenta-o-quotneymar-da-alemanhaquot,2a700f3e4389a310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html> (Acesso em: 25 de maio de 2013))

Descubra o QI do seu cachorro

Conheça o teste que mede a inteligência dos cães - e saiba como fazê-lo em casa

Ele é companheiro, brincalhão e faz a maior festa quando você chega em casa. É seu melhor amigo. Mas é tão inteligente quanto você? Agora é possível descobrir: está chegando ao mercado americano o Pooch IQ, um teste que tem 15 provas desenvolvidas para medir a esperteza canina. Veja como funciona e confira uma versão resumida, que você pode fazer em casa com o totó.

1. O que mede: O raciocínio lógico.

Como é: Pegue uma guloseima e 3 copinhos plásticos. Dê a comida para o cachorro cheirar e coloque-a num dos copinhos. Embaralhe os copos, trocando-os várias vezes de posição, e dê um minuto para o cachorro encontrar o rango.

*** Se acertar de primeira, marca 10 pontos.

- ** Se errar uma vez, 8.
- * Se errar duas vezes, 5.

2. O que mede: A atenção e a persistência.

Como é: O Pooch IQ vem com um brinquedo que tem 4 bolinhas dentro. Tire-as e mostre para o cachorro - elas fazem barulho quando agitadas. Guarde de volta e deixe o brinquedo no chão.

*** Para ganhar 10 pontos, ele precisa arrancar todas as bolinhas em 5 minutos.

** Ficou faltando alguma? Cinco pontos.

* Se o cão não conseguir nenhuma bolinha, 3 pontos.

3. O que mede: A inteligência cinestésica (coordenação motora).

Como é: Pegue uma bolinha de plástico e faça-a quicar. Vá virando quicando a bolinha e atice o cachorro para que ele tente pegá-la.

*** O ideal (10 pontos) é que ele consiga fazer isso.

** Se não conseguir, mas tentar, leva 9 pontos.

* O que não pode é ficar só olhando: 2 pontos.

4. O que mede: A inteligência emocional.

Como é: Saia da sala e volte usando a máscara fornecida com o kit (que deixa à mostra apenas olhos e boca). Fique parado e em silêncio, a 2 metros do cachorro.

*** Se mesmo com a máscara ele conseguir reconhecer você no ato, ganha 10 pontos.

** Se ficar confuso, 5 pontos.

* Se o totó fugir assustado, é burro. E leva 4 pontos.

Resultados

* Menos de 20 pontos: mais anta do que cachorro.

** 21 a 34 pontos: na média.

*** 35 a 40 pontos: um verdadeiro Einstein na coleira.

(Disponível em: http://super.abril.com.br/mundo-animal/descubra-qi-seu-cachorro-615599.shtml?utm_source=redesabril_jovem&utm_medium=facebook&utm_campaign=redesabril_su_per& (Acesso em: 15 de maio de 2013))

A educação para um mundo melhor

Deuses e diabos são criados todos os dias por uma sociedade moldada e incutida de educação. Uma educação que cria Mahatmas Gandhis e Madres Terezas de Calcutá ao mesmo tempo em que cria Hitlers e Saddans Husseins. Uma educação que permite a transformação de pedaços de terra em nações, povoados em sociedades, ritos em cultura e sonhos em realidade, mas que é capaz de fazer também com que tudo isso aconteça ao revés. Deve a educação que cria e destrói ser priorizada num planeta que a cada mês de paz vive um ano de guerra?

A resposta parece óbvia, apesar de algumas reflexões, aliás, a educação é importante quando tem propósitos nobres e busca a felicidade humana em afluência com a reciprocidade e harmonia, desta forma, deve ser priorizada. A educação sempre foi a mais poderosa ferramenta de nossa sociedade, estando presente na mais inculta à mais avançada comunidade. Embora somente hoje, tardiamente, resolveu-se questioná-la.

Educar não é mais do que transferir conhecimentos, preparar ou capacitar alguém para algum fim, seja ele qual for. Por isso, a educação é um elemento importante e crucial na edificação e moldagem da personalidade humana, embora o arbítrio histórico humano reflita uma estética de negação do óbvio em prol de preconceito e intolerância. Julga-se com frequência fisionomias, pensamentos e atitudes, mas não se enxerga os fatores precedentes e moldadores de comportamentos. Condenam-se atos definidos como anômalos sob alegações escusas de loucura e insanidade ao invés de se analisar as influências de cunho educacional originadores de tais atos. Terroristas, bandidos, políticos são alvos comuns de julgamentos isentos de imparcialidade, aonde o caráter estereotipado é prioritário e o principal é olvidado ou propositalmente ignorado. E o principal se chama educação, pois é a educação ou a sua ausência que cria e destrói tudo o que se conhece.

Hoje, vive-se em um tempo no qual as sociedades se aproximam, as relações se ampliam, as culturas são influenciadas, mas a intolerância e a mesquinhez ainda permanecem. Embora com aceção de algo bom, sabe-se que é a educação a causadora desse fato, dessa sucessão progressiva de erros históricos, não obstante, seja a própria a educação a "messias" salvadora capaz de retificar e construir um futuro mais próximo do que seja mundialmente aceito.

Devido a amplitude e intensidade pragmática na concepção de culturas, religiões, tradições e ritos, a construção de um mundo melhor, com base numa educação inequívoca, ou próximo disso, será longo e talvez árduo, mas garantirá às novas gerações um futuro digno, isento da necessidade de constante saudosismo para com os tempos passados. A educação que se deseja e deve-se priorizar é a que possibilite a todo cidadão a oportunidade de acesso ao conhecimento universal, na sua integridade, permitindo que todas as escolhas individuais sejam tomadas desvinculadas de qualquer vontade alheia. A educação com propósitos de paz, amor e atenta à felicidade do ser - humano deverá sempre ser priorizada.

(Disponível

em:

http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=806#myGallery1-picture%289%29 (Acesso em 18 de junho de 2013))

Fidel é brasileiro

"Eu sempre desconfiei disso. Tudo o que é ruim tem um pé no Brasil. Procurando direito, a gente conseguiria encontrar a origem brasileira da peste, do efeito estufa, da seborréia, do teatro de rua, do imposto de renda"

Fidel Castro é brasileiro. É o que dizem alguns pesquisadores paraenses. Eu sempre desconfiei disso. Tudo o que é ruim tem um pé no Brasil. Procurando direito, a gente conseguiria encontrar a origem brasileira da peste negra, do efeito estufa, da seborréia, do teatro de rua, do imposto de renda.

De acordo com os pesquisadores paraenses, o pai de Fidel, Angel Castro, conheceu sua mulher, Delphina Smith, no interior do Pará. Mais precisamente, na cidade de Tracuateua, que parece um trocadilho chulo do colunista Agamenon Mendes Pedreira. Foi ali que eles geraram seu filho ilustre. Em 1960, Fidel Castro mandou Che Guevara ao Brasil para incendiar o cartório de Gurupá, eliminando todos os vestígios de seu nascimento. Eu entendo Fidel. Dá mesmo vergonha de ser brasileiro. Todo brasileiro com um pingão de caráter deveria mandar incendiar o cartório em que foi registrado. Incendiar o cartório de Gurupá foi a única manobra militar que o pateta do Che Guevara conseguiu realizar direito. Che Guevara era o despachante de Fidel. O meu despachante, o Vladson, tira passaporte em menos de vinte e quatro horas. Vou perguntar quanto ele cobraria para atear fogo a um cartório.

Os pesquisadores paraenses descobriram um tio de Fidel Castro em Tracuateua, o tio Dagoberto. Ele já passou dos 100 anos. A meta dos pesquisadores paraenses é comparar o DNA do tio Dagoberto ao de Fidel. Quem seguramente tem sangue brasileiro é Raúl Castro, irmão de Fidel e seu sucessor dinástico. Pelo que declarou Alcibiades Hidalgo, seu antigo chefe-de-gabinete, que fugiu de Cuba em 2002, Raúl Castro costuma encher a cara e ter crises de choro, como um presidente brasileiro. Quando passa o porre, Raúl Castro manda fuzilar meia dúzia de dissidentes. O mesmo teste de DNA que poderia confirmar a origem brasileira de Fidel Castro acaba de revelar que o *Homo sapiens* tem 5% de carga genética neandertal. Tudo indica que o *Homo sapiens* brasileiro possui um pouco mais. O cruzamento das duas espécies deve ter ocorrido no Brasil. Como o cruzamento dos pais de Fidel.

Quatrocentos intelectuais do mundo inteiro assinaram um manifesto de apoio a Cuba. A maior representante da nossa intelectualidade era Letícia Spiller. Os brasileiros gostam de Cuba. Muita gente esperava que Lula instaurasse o castrismo no Brasil. Passei os últimos quatro anos repetindo que isso jamais aconteceria. Lula é a expressão de algo bem mais familiar na política brasileira e de que nunca vamos nos livrar. Ele é o ACM. É o Sarney. É o Jader Barbalho. É o Severino Cavalcanti. Na verdade, nem Fidel Castro é castrista. O antigo chefe-de-gabinete de Raúl Castro descreveu o regime cubano da seguinte maneira: "Todos os mandarins do Exército são corruptos. Muitos deles têm filhos que vivem no exterior, trabalham em importadoras e possuem contas em paraísos fiscais. Em Cuba, para ser corrupto sem correr riscos é preciso contar com a permissão dos irmãos Castro". Os pesquisadores paraenses estão certos. Fidel Castro é brasileiro. Fidel Castro é lulista.

(MAINARDI, D. *Lula é minha anta*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.)

A herança

Do dia 1º de abril até ontem, forma presas milhares de pessoas. Não sabemos os nomes, as profissões e os pensamentos dessas pessoas. Sabemos apenas que estão presas em algum lugar – ou em qualquer lugar. Pelas cartas que nos chegam, pelas informações que subitamente colhemos numa entrelinha de noticiário, sabemos que a maioria desses presos nem sequer foi interrogada ainda. Estão presos há mais de trinta dias, nem sequer sabem por que estão presos.

O drama dessa gente – infelizmente – é um assunto à parte. Tão perplexos quanto os presos estão alguns cidadãos que tiveram seus direitos e mandatos cassados: não lhes foi pedido um esclarecimento, uma declaração. Muitos deles – tão como os presos – perderam tudo e não sabem por que perderam tudo. Para citar alguns nomes: o professor Anísio Teixeira, o economista Celso Furtado, o jornalista Edmar Morel. Exagero quando digo que perderam tudo. Alguns já receberam propostas do estrangeiro para cargos honrosos.

Mas voltemos aos presos. João de Tal, pardo, 35 anos, metalúrgico, na manhã do dia 10 de abril chegou a seu local de trabalho e foi preso. Levado no tintureiro que ele viu lá no morro onde mora: no dia em que prenderam Tião Medonho e o retiraram, ferido, do barraco-fortaleza. Pois no mesmo tintureiro destinado aos criminosos, João de Tal é carregado pelas ruas da cidade e, de repente, jogado num pátio onde duzentos ou trezentos Joões de Tal estão vivendo a mesma tragédia.

João de Tal é homem. Suporta estoicamente o cimento frio do pátio, o fedor das secreções em volta, a comida incerta e deteriorada. Suporta até mesmo o espancamento esporádico que os policiais ou os militares promovem para “baixar o moral da rapaziada”; João e Tal não sofre por isso nem com isso.

Sofre mais, porém. Deixou em algum lugar a família. Mulher, sei lá quantos filhos, talvez um agregado, que tanto pode ser um amigo tuberculoso, um papagaio, um cachorro ou um parente afastado de sua mulher. Na tarde do dia 10, toda essa gente esperou inutilmente pelo chefe da casa – daquilo que com algum esforço se pode chamar de casa. A noite caiu e caíram também a incerteza e a impotência: desastre do trem, acidente de trabalho, ou simplesmente a emboscada estúpida em qualquer biboca por aí.

Talvez alguém tenha mencionado a Polícia ou o Exército. João de Tal gostava do PTB: vira um candidato a vereador, há tempos, distribuir flâmulas do partido. Havia duas cores fatais: vermelho e negro. João de Tal entregou a alma e o corpo àquela flâmula Rubro – Negra. Pendurou-a em sua sala, ao lado da outra flâmula – flâmula não, pavilhão não, pavilhão rubro negro. Era a decoração e o orgulho da casa.

João de Tal não poderia ser preso por isso. Muita gente no morro também era PTB, era até comunista, e continuava solta, saí para o trabalho todos os dias e todos os dias inexoravelmente voltava.

Não foi preciso sindicalizar muito. Um vizinho trabalhava no Ministério da Educação. Não era doutor, era simplesmente ascensorista. Pois o ascensorista recebeu um papel para declarar o nome dos conhecidos que eram subversivos. O ascensorista perguntou a uma funcionária da biblioteca o que era subversivo, a funcionária respondeu firme: “É ser do PTB!”.

A delação foi feita e o ascensorista não sabe que ao lado de sua casa, por culpa na qual ele não chega a ter culpa, uma família inteira mais o agregado – talvez apenas um papagaio – esperam inutilmente que João de Tal volte com seus braços fortes para o sustento de todos. Com seus dentes brancos para o sorriso de todos.

Para atender essa gente, a todos os João de Tal que não voltaram ou não voltarão um dia, espero merecer a atenção e o respeito de todos. É preciso que alguém faça alguma coisa. E já que não se pode mais pedir justiça, peço caridade. (7-5-1964)

(CONY, C. H. *O ato e o fato*. O som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964. São Paulo: Publifolha, 2004.)

Histórias de plágio

RIO DE JANEIRO - Ainda não me dei ao respeito de ler a biografia do Paulo Coelho escrita pelo sempre competente Fernando Morais. Amigos que a leram me informam, alarmados, que o mago, em início de carreira, plagiou uma crônica minha para se habilitar ao emprego num jornal do Nordeste. Nada tenho contra. Lamento apenas a falta de gosto ou de informação do Paulo. Bem que poderia ter escolhido autor mais importante. Sou amigo dos dois, do biógrafo e do biografado. Lerei o livro com

a união que eles merecem. Quanto ao plágio, se verdadeiro for, é um acidente de percurso na carreira dele e na minha. Nada grave que dê para me chatear. Chato mesmo é ler na internet textos meus assinados por outros. E, pior ainda, é ler textos de outros assinados por mim. Tive há tempos uma experiência que me chateou. Estava em Paris, cobrindo a Copa do Mundo de 98, quando soube que um colunista aqui do Rio assinara duas crônicas minhas como suas. Descoberto o plágio, não por mim, mas pela Folha, o jornalista foi demitido do "JB", certamente por um motivo justo: deveria ter escolhido um autor mais ilustre para copiar. Mesmo assim -como disse- fiquei chateado por causa da demissão do colega. Quando tomei conhecimento do fato, a nossa seleção enfrentava um compromisso fora de Paris, acho que em Nantes ou em Marselha. Eu estava sem condições de interferir junto à direção do "JB" no sentido de impedir a dispensa do seu profissional. Lembro agora que o Fernando Moraes me telefonou, há tempos, perguntando se sabia do plágio do Paulo Coelho. Lógico que não sabia. E, mesmo se soubesse, dava-lhe a minha bênção e aprovação. Gosto dele, é um gentleman, o sucesso internacional não o modificou, é um garoto que muito sofreu e ainda acredita no maravilhoso.

(CONY, C. H. Histórias de plágio. *Folha de S. Paulo*. A2. 19 jul. 2008.)

Igreja Católica anuncia o argentino Jorge Mario Bergoglio como sucessor de Bento 16

A Igreja Católica anunciou às 20h14 (16h14 de Brasília) desta quarta-feira (13) quem é seu novo papa: o cardeal jesuíta Jorge Mario Bergoglio, 76, da Argentina.

Batendo outros cardeais considerados favoritos, como o italiano Angelo Scola e o brasileiro Odilo Scherer, ele foi o escolhido para suceder Bento 16 no conclave que começou na terça-feira (12) e terminou hoje, às 19h07 (15h07 de Brasília), quando a fumaça branca tomou a praça São Pedro, após cinco escrutínios.

O nome do novo papa foi revelado após o famoso "Annuntio vobis gaudium, habemus Papam" ("anuncio uma grande alegria: temos um papa"), feito pelo cardeal francês Jean-Louis Tauran. O nome papal escolhido pelo cardeal Bergoglio é Francisco.

No momento do anúncio, os fiéis que aguardavam na praça São Pedro ficaram eufóricos. Houve uma comoção geral, e o sentimento em muitos era de surpresa.

O padre argentino Estebán Rodrigues se disse surpreendido com um papa de seu país. "Foi uma surpresa total e espero que ele continue nos surpreendendo", disse. A escolha do nome do novo pontífice também o agradou. "Francisco é um santo de muita humildade, de dedicação aos pobres e aos necessitados. "

A estudante argentina Virgínia Gonçalino também estava feliz com a eleição de um papa sulamericano. "Sendo de tão longe, o novo papa poderá ter uma visão mais global do que se passa no mundo."

Página oficial do Vaticano traz a famosa frase em latim: "Habemus Papam" ("Temos um papa"). Ela é dita pelo protodiácono -- o primeiro elevado à dignidade cardinalícia naquela ordem --, da varanda central da basílica de São Pedro *Divulgação*

Na Argentina, Bergoglio é conhecido pelo conservadorismo e pela batalha contra o kirchnerismo. O prelado também é reconhecido por ser um intenso defensor da ajuda aos pobres. O argentino costuma apoiar programas sociais e desafiar publicamente políticas de livre mercado.

Bergoglio é considerado um ortodoxo conservador em assuntos relacionados à sexualidade, se opondo firmemente contra o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o uso de métodos contraceptivos.

Em 2010, entrou em controvérsia pública com a presidente Cristina Kirchner ao afirmar que a adoção feita por casais gays provocaria discriminação contra as crianças.

Em seu primeiro discurso, feito logo após o anúncio de seu nome, Francisco agradeceu ao acolhimento da comunidade de Roma e lembrou do papa emérito Bento 16, seu antecessor.

(Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/03/13/igreja-catolica-escolhe-sucessor-de-bento-16-e-tem-novo-papa.htm> (Acesso em: 18 de junho de 2013))

Inglês corneta Neymar: 'Justin Bieber do futebol. Brilhante no YouTube'

Joey Barton reconhece que atacante do Santos foi um dos 'mais animados' do Brasil, mas o coloca longe do patamar de Messi e Cristiano Ronaldo

Joey Barton já é praticamente um especialista em Neymar e seleção brasileira. O sempre polêmico meia inglês, portanto, não perderia a grande oportunidade que foi o empate por 1 a 1 com a Rússia, em amistoso disputado nesta segunda-feira, no Stamford Bridge, em Londres. O atacante do Santos acabou o confronto novamente como um dos alvos do jogador do Olympique de Marselha.

Em seu perfil no Twitter com mais de dois milhões de seguidores, Barton comparou o brasileiro a um astro internacional com alta dose de ironia.

- Neymar é o Justin Bieber do futebol. Brillhante no YouTube, mas um xixi de gato na realidade - afirmou, deixando claro com uma expressão inglesa que ele não merece os elogios que recebe dos críticos.

- Neymar realmente tem sido um dos jogadores mais animados do Brasil hoje. Mas as pessoas deveriam parar de falar sobre. Ele não está na mesma estratosfera de Lionel Messi e Cristiano Ronaldo. É incrível o que alguns vídeos decentes no YouTube podem conseguir. Eu vou ter que ficar fazendo algumas embaixadinhas no meu jardim - prosseguiu.

Um torcedor chegou a contestá-lo afirmando que com 21 anos nem o argentino tampouco o português empolgavam tanto como Neymar. Barton foi sucinto:

- Você está falando sério?

A seleção brasileira, que buscou o empate através do gol de Fred, aos 44 minutos do segundo tempo, também não escapou da corneta de Barton.

- Brasil simplesmente não é mais brasileiro. É como o Harlem Globetrotters, apenas viajando pelo dinheiro - disse, citando o famoso time de exibição de basquete americano.

Apenas o atacante Hulk, que entrou na etapa final e iniciou a jogada da igualdade, recebeu elogios.

- Hulk é um bom jogador. Mudou o jogo quando entrou... - encerrou.

(Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2013/03/ingles-corneta-neymar-justin-bieber-do-futebol-brilhante-no-youtube.html> (Acesso em: 25 de maio de 2013))

Lula é o PT

O procurador-geral da República denunciou quarenta mensaleiros. O mais perto que ele chegou de Lula foi o 4º andar do Palácio do Planalto, ocupado por José Dirceu e seu bando. Agora ele terá de descer um lance de escadas e entrar diretamente no gabinete presidencial. Acompanhe-me, por favor. Cuidado com o degrau. Esta é a sala que pertencia a Freud Godoy, gorila particular de Lula. E aquela é a porta do escritório do presidente. Cerca de dez passos. Toc-toc-toc. Tem alguém aí? Lula saiu? A gente volta mais tarde.

Na última terça-feira, Garganta Profunda me passou os dados de um documento bancário de Freud Godoy, encaminhado pelo Coaf à Polícia Federal. Em 24 de março de 2004, ele depositou 150 000 reais na conta da empresa de sua mulher, Caso Sistemas de Segurança. Importante: 150 000 reais em moeda sonante. No documento bancário, Freud Godoy declarou que o dinheiro era fruto de “serviços prestados a clientes”. Isso contradiz tudo o que ele alegou até agora. Num primeiro momento, disse que sacou os 150 000 reais para comprar equipamentos. Depois, informou que pediu um empréstimo a um amigo. Mentira. Não foi saque nem empréstimo: foi um depósito. O fato é que ninguém sabe de onde saiu tanto dinheiro e por que foi parar na conta do gorila particular de Lula.

Como Robert Redford em Todos os Homens do Presidente, arregacei as mangas da camisa e fui procurar respostas na capital federal. Pedi à CPI dos Correios para fazer o cruzamento dos dados do valerioduto com o depósito de Freud Godoy. Encontrei uma espantosa coincidência. Em 23 de março de 2004, um dia antes de Freud Godoy depositar 150 000 reais na conta de sua mulher, foram sacados 150 000 reais da conta da SMPB, de Marcos Valério, no Banco Rural. Tudo em moeda sonante. Tudo de origem desconhecida. O saque no Banco Rural foi feito pelo policial aposentado Áureo Marcato. Que voltou ao banco dois dias depois e sacou mais 150 000 reais. Onde foram parar?

Na época do depósito, Freud Godoy era assessor direto de Lula. Mas fazia um bico para o PT, montando o esquema de segurança de Delúbio Soares, que transportava malas de dinheiro sujo de um lado para o outro. Freud Godoy alugou para ele um carro blindado, comprou duas motocicletas para seus batedores e contratou uma escolta de seis policiais militares. Os 150.000 reais depositados na conta de sua mulher podem ter sido o pagamento pelo serviço. Os policiais contratados para escoltar o tesoureiro do PT contaram a VEJA que Freud Godoy, entre outras coisas, era encarregado de organizar os encontros secretos entre Lula e Delúbio Soares. Pode-se imaginar o que eles discutiam.

Lula está praticamente reeleito. Os brasileiros o perdoaram. Mas a bandidagem da qual ele se cercou continuará a rondá-lo para sempre. É assim que será lembrado. Por mais que tente se esconder, Lula é o PT. Lula é Delúbio Soares. Lula é Marcos Valério. Lula é o golpismo do mensalão e do dossiê Vedoin. Abra a porta, Lula. Toc-toc-toc.

(MAINARDI, D. *Lula é minha anta*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.)

O mundo precisa de mais Mandelas

A mídia trata Mandela como um semideus, o que ele obviamente não foi. Mas os elogios são merecidos diante das conquistas alcançadas pelo líder sul-africano

Nelson Mandela certamente não foi um santo, embora este seja o tom da mídia: cada manchete o torna um pouco mais sobre-humano, a admiração assume traços de idolatria. E algumas testemunhas juram que, na presença dele, eram invadidas pelo especial carisma de Mandela. Sempre que a África do Sul precisava de um milagre, falava-se em "Madiba Magic".

Para ele, o culto à personalidade era antes algo embaraçoso. Só com relutância aceitava emprestar seu nome a ruas, escolas e institutos ou ver a construção de estátuas de bronze e museus Mandela – uma tendência que agora só tende a aumentar.

Em várias ocasiões, Mandela se referiu à resistência como um poder coletivo, a pioneiros históricos e companheiros de luta como Mahatma Ghandi, Albert Luthuli ou seu amigo e companheiro Oliver Tambo, cujo nome se encontra injustamente à sombra de Mandela.

Foi Tambo o primeiro a trabalhar para que a luta de resistência do Congresso Nacional Africano (CNA) fosse aceita mundialmente. E foi Tambo o primeiro a encenar o conto de fadas mundial de Mandela, no qual toda pessoa justa poderia se reconhecer – em Spitzbergen ou na antiga Berlim Oriental, em São Francisco ou em Pequim.

Quando o prisioneiro de número 46664 foi libertado, depois de 27 anos no cárcere, ele era uma marca, um ídolo mundial, um mito – associado a projeções, desejos; abarrotado de expectativas, que uma pessoa só não poderia cumprir.

Mas quem iria arranhar sua imagem? Enumerar seus pecados juvenis, seus filhos bastardos? Sua fraqueza pelas mulheres, sobretudo por mulheres bonitas: modelos, estrelas pop e jornalistas, com quem flertava da forma mais politicamente incorreta até como antigo estadista? Quem iria se atrever a condenar seus planos de ataque quando era líder da tropa de combate do CNA Umkhonto weSizwe (lança da nação)? E a criticar seu jeito exaltado e arrogante, do qual os companheiros de cela e ex-funcionários hoje sorriem?

Mesmo seu balanço como chefe de governo, entre 1994 e 1999, não é de forma alguma celestial. O seu mandato foi marcado pelo pragmatismo e pela indulgência política. Decisões necessárias eram procrastinadas, as tarefas do dia a dia eram deixadas nas mãos de outras pessoas. Ele também tomou decisões erradas quanto à escolha de algumas amizades políticas – o comandante líbio Muammar Khadafi, por exemplo, que deu nome até mesmo a um neto de Mandela. Em retrospectiva, nem tudo se encaixa na imagem de visionário e gênio.

Tudo isso é perdoado, porque, apesar de tudo, Mandela realizou algo praticamente inumano. Nesse contexto, o longo cativeiro desempenha um papel importante. A prisão não o dobrou, ela o marcou. Mandela disse uma vez que, para ele, a prisão na ilha de Robben foi uma "universidade da vida". Lá, ele aprendeu a ter disciplina, e no diálogo com os guardas, aprendeu humildade, paciência e tolerância. Sua ira juvenil desapareceu, dando lugar à suavidade e à sabedoria da idade. Finalmente livre, Mandela não era mais um cidadão irado, nem mesmo um revolucionário. Essa é a crítica, mesmo que velada, de alguns de seus companheiros. Eles queriam um golpe de Estado, uma revolução nacional.

Ele desejava a reconciliação, a quase qualquer preço. E a sua própria metamorfose mostrou ser o seu ponto mais forte: saber se libertar de padrões de pensamento ideológicos, reconhecer o todo a partir do próprio movimento. Não encarar quem pensa diferente como um inimigo. Ser capaz de ouvir. Espalhar mensagens de reconciliação até quase o limite da abnegação. Somente assim ele pôde servir como exemplo a negros e brancos, a comunistas e empresários, a calvinistas e muçulmanos.

Ele foi um missionário, um pregador do amor ao próximo. "Perto dele todos eram iguais", exaltou o músico sul-africano Sipho Hotstix Mabuse após uma recepção para Mandela em Londres. Mandela lhe deu a sensação de não ser menos importante que Bono, o príncipe Charles e Bill Clinton na mesa ao lado. Ele respeitava músicos e presidentes, rainhas e faxineiras. Ele memorizava nomes e perguntava

pelos familiares. Indagava educadamente, levava todas as questões a sério. Com um sorriso, uma brincadeira, algumas saudações direcionadas, ele ganhava qualquer público. Sua aura conquistava a todos, mesmo inimigos políticos.

Certamente isso não o qualifica a semideus, mas ele é endeusado com razão. Ele tem de ser mencionado no mesmo patamar que Mahatma Gandhi, Dalai Lama ou Martin Luther King. Mandela fez história no melhor sentido da palavra – e nem mesmo Barack Obama seria presidente dos EUA, segundo suas próprias palavras, sem tê-lo tido como exemplo.

Por tudo isso é secundário que Mandela seja agora tratado como um deus. Que ele não tenha podido realizar tudo na política equivale apenas a uma nota de rodapé na sua biografia. Seu mérito está em ter apresentado um exemplo credível de humanismo, tolerância e não violência.

Mandela não foi nenhum santo, mas um ser humano com pontos fortes e fracos, marcado pela sua época e lugar. Ainda assim será difícil encontrar alguém maior. E um pouco mais de Mandela todos os dias movimentaria muita coisa. Na África, mas também em Berlim, Jerusalém ou Moscou.

(Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/o-mundo-precisa-de-mais-mandelas-2327.html> (Acesso em: 10 de maio de 2014))

O Gandhi do Dormonid

"A partir de agora, meu lema é oposição REM. Os petistas roubaram? Sono neles! Os petistas compraram o Ceará? Apague a luz! Os petistas querem calar a imprensa? Cortina black-out! Ninguém me tira da cama. Quero hibernar até o fim do inverno petista. Sou o Zé Colméia do antilulismo"

– O Diogo está dormindo.

Quem me telefonou nas últimas semanas ouviu essa frase. Tenho dormido muito. Durmo antes do almoço. Durmo depois do almoço. Cochilo meia hora no fim da tarde. Durmo profundamente a noite toda.

A idéia é transcorrer os quatro anos do segundo mandato lulista na cama. A lógica é simples: uma hora a mais de sono significa uma hora a menos de Lula. Minha resposta particular ao petismo é a narcolepsia. No primeiro mandato, antagonizei o regime com um monte de palavras, um monte de artigos, um monte de denúncias. No segundo mandato, pretendo trocar o teclado do computador pelo pijama, o discurso inflamado pelo zunido do aparelho de ar refrigerado, os perdigotos coléricos pelo fiozinho de baba escorrendo delicadamente pelo canto da boca.

A partir de agora, meu lema é oposição REM. Os petistas roubaram? Sono neles! Os petistas compraram o Ceará? Apague a luz! Os petistas querem calar a imprensa? Cortina black-out! Os petistas entraram com mais um processo contra mim? Zzzzzzz! Ninguém me tira da cama. Ninguém me faz abrir os olhos. Quero hibernar até o fim do inverno petista. Sou o Zé Colméia do antilulismo.

O sono natural é o melhor de todos, o mais nobre, o mais elevado. Por maior que seja meu empenho, no entanto, nem sempre é possível obtê-lo. No ataque morfético contra o petismo, todas as armas devem ser admitidas. Vale o sono natural, mas vale também o sono induzido. O maior aliado do oposicionismo comatoso é um criado-mudo abarrotado de hipnóticos e de ansiolíticos. O que importa é o resultado. O que importa é conseguir dormir pelo maior número de horas, seja durante o dia, seja durante a noite, a despeito da zoeira lulista, da britadeira lulista, da sanfona lulista.

Grandes figuras do passado resistiram às arbitrariedades dos governos com um comportamento passivo. Escolheram enfrentar a violência com a não-violência. A agressão com a não-agressão. Meu novo modelo é esse. Durmo. Durmo o tempo inteiro. Durmo em todas as circunstâncias. Tornei-me o Mahatma Gandhi do Dormonid.

Nas últimas semanas, o Brasil revelou toda a sua desavergonhada vagabundice. Um depois do outro, os fatos mostraram como somos ordinários, como somos baratos, como somos atrasados. Os mensaleiros reeleitos. O acidente da Gol. Os perigos do tráfego aéreo. A paralisia dos aeroportos. O aumento do salário mínimo. O aumento do Judiciário. O aumento dos deputados e dos senadores. A barganha por cargos. Arlindo Chinaglia. Aldo Rebelo. Os atentados no Rio de Janeiro. A incapacidade de reagir contra os criminosos. Os mortos em enchentes. Os desastres ambientais.

Isso tudo dá sono. O terceiro-mundismo dá sono. O bananismo dá sono. Quando sinto sono, eu durmo. Pode telefonar para minha casa a qualquer hora do dia. Quem atender dirá:

– O Diogo está dormindo. E pediu para ser acordado só daqui a quatro anos.

(MAINARDI, D. *Lula é minha anta*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.)

O Lázaro paulista

Vivemos uma época maravilhosa. O único ressuscitado da história foi Lázaro, que era amigo de Jesus e recebeu a ordem: "Levante e ande!". O próprio Cristo ressuscitou, mas não conta, era mais Filho de Deus do que Filho do Homem.

Dois eventos assim formidáveis atravessaram os séculos e, ao que se sabe, sem repetição em nenhuma parte do mundo. Menos no Brasil, onde a ressurreição de um morto é acontecimento banal, que se repete toda vez que há eleição estadual ou municipal em São Paulo.

Já li uns 56 epitáfios de Paulo Maluf, escritos ou proclamados por gente séria, que constata o seu óbito de forma inapelável. Nem jornais, rádios e TVs atuam com eficiência em certas camadas da população, daí que a cada eleição, para prefeito ou governador de São Paulo, considerável parcela de eleitores pense que ele ainda está vivo, declare sua intenção de voto em Maluf e a concretize nas datas marcadas pelo calendário eleitoral.

Justiça e polícia já provaram que o homem tem contas na Suíça. Foi acusado de ter um filho ilegítimo. Fala pelo nariz, fez obras faraônicas, tem um jeito arrogante de tratar os rapazes e as moças da imprensa. Além do mais, toca piano muito mal. Tudo o que há de reprovável em São Paulo e no Brasil de certa forma é atribuído a ele.

No entanto, ele continua como vivo, dentro do prazo de validade, toda vez que se convoca o povo para nova eleição. Atribuem a ele os viadutos, as avenidas, os túneis, a capital paulista é intrafegável, mas os motoristas de táxi acham que sem Maluf a cidade teria dado um nó, paralisada pelo pó monstruoso de um congestionamento definitivo.

Agora mesmo ele embolou nas pesquisas com duas vestais da política nacional, a atual prefeita e o ex-ministro da Saúde. É quase certo que não acabe vencendo na reta final, haverá como sempre uma aliança do bom senso contra ele, as reservas morais de São Paulo não permitirão a catástrofe.

(CONY, C. H. O Lázaro paulista. Folha de S. Paulo. A2. 31 mar. 2004.)

O papa e os gays

Ativista que participou da campanha na Argentina pelo casamento igualitário, combatida por Bergoglio, analisa suas declarações sobre os homossexuais

“Alô, Marcelo? Quem fala é Jorge Bergoglio.”

Marcelo Marquez não acreditava.

Alguns dias antes, Bergoglio tinha enviado uma carta às freiras carmelitas — que eu obtive e fiz publicar nos jornais —, na qual chamava à “guerra santa” contra a lei de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, aprovada na Argentina em 2010.

Bergoglio dizia que o projeto era obra da inveja do Demônio, “uma jogada do pai da mentira, que pretende confundir e enganar os filhos de Deus”, e por isso chamava a “defender a família argentina” e acrescentava, com dramatismo: “Esta guerra não é vossa, mas de Deus”.

A palavra “guerra” tinha sido demais para Marcelo, que é gay e católico.

Indignado e triste, resolveu escrever para o cardeal: “Sou um homem de profunda fé em Jesus Cristo e, ao mesmo tempo, de um profundo e fervoroso amor à Igreja”, ele dizia. Falava de sua fé, mas também da dor pelo discurso de ódio que naqueles dias humilhava milhares de gays e lésbicas como ele, saído das bocas da hierarquia eclesiástica e do cardeal.

A “guerra santa” de Bergoglio não era apenas uma frase desastrada. Representantes da Igreja iam às audiências organizadas por uma senadora do Opus Dei e diziam coisas irreproduzíveis sobre gays e lésbicas. Algumas universidades católicas pediam aos alunos para assinar uma petição contra a lei. Nas audiências realizadas pelo Senado em províncias pobres nas quais a Igreja ainda é poderosa, os ativistas de direitos civis precisavam sair protegidos pela polícia, porque manifestantes que se diziam cristãos cuspiam neles e ameaçavam espancá-los. Bispos ligavam para senadores, suas esposas e seus filhos. Advertiam que colocariam a Igreja para fazer campanha contra eles se votassem a favor do projeto. E em muitas cidades, as escolas administradas pela Igreja levavam crianças do ensino fundamental a passeatas com cartazes que diziam “Não ao casamento gay”. Os professores pediam aos meninos, como dever de casa, para recolher assinaturas dos pais e parentes adultos contra os direitos dos homossexuais.

“Esta lei não tem nada a ver com a ‘destruição da família’”, escreveu Marcelo ao cardeal. “Muito pelo contrário, ela é inclusiva, sanadora e até salvadora. É uma coisa que há tempos a sociedade nos deve”.

Agora, tinha Bergoglio do outro lado da linha.

“Por que o senhor fez isso?”, foi a primeira coisa que Marcelo perguntou.

“Tenho grande respeito pela comunidade homossexual.”

“Então por que fez isso?”

“Porque não é o momento apropriado para essa lei ser aprovada.”

Como assim? Não era o momento para aprovar um projeto do Demônio para “destruir o plano de Deus”? Há um momento apropriado para isso?

A resposta do homem que ainda não se chamava Francisco serve para entender quem é o Papa formado na organização de direita Guardia de Hierro, na década de 70, e depois na Companhia de Jesus. A verdade sobre a sua relação com a ditadura ainda é obscura.

“Esse tema foi usado para contendas políticas e as coisas se complicaram, por isso escrevi a carta às irmãs carmelitas”, ele se justificou.

Era uma questão política.

É o mesmo que seus colaboradores repetiriam em off aos jornalistas. Que o monsenhor Aguer, seu inimigo interno na Igreja, o pressionava. Segundo os porta-vozes do cardeal, Aguer o acusava de “brando” na luta contra o casamento gay e o derrotou numa votação interna do clero.

Mas a primeira intervenção de Bergoglio no debate sobre o casamento igualitário tinha sido meses antes, quando uma juíza de Buenos Aires autorizou o casamento civil de um casal gay, respondendo a uma ação que apresentamos nos tribunais. O prefeito portenho, Mauricio Macri, de direita, surpreendeu o país ao anunciar que não recorreria da sentença e que apoiava o direito dos homossexuais ao casamento civil. A Igreja não esperava isso dele.

O cardeal divulgou uma nota em que dizia que “afirmar a heterossexualidade do casamento não é discriminar”, caracterizava a sentença da juíza de “ilegal” e qualificava a decisão do prefeito como “lamentável e surpreendente”. Eles se reuniram a portas fechadas e, após a reunião, Bergoglio emitiu uma nota acusando Macri de ter faltado gravemente “ao seu dever de governante e guardião da lei”. Estava furioso.

Macri recuou e o casal teve de viajar até a Terra do Fogo, no sul do país, para fazer o casamento em segredo, autorizado pela governadora Fabiana Ríos. Houve novas sentenças a favor de outros casais e, dessa vez, Macri apoiou as bodas. A lei começou a avançar no Congresso e, com o apoio de Néstor e Cristina Kirchner e de vários líderes da oposição, foi aprovada na Câmara dos Deputados. Foi tudo muito rápido para os bispos, que acreditavam que isso jamais aconteceria.

Quando a lei passou ao Senado, Bergoglio enviou a carta às freiras chamando à “guerra santa”. Minutos antes da votação do Senado, na madrugada de 15 de julho, o líder da bancada governista disse na tribuna: “Eu achava que Bergoglio era mais inteligente”. A lei foi aprovada e milhares de pessoas, em frente ao Congresso, cantavam palavras de ordem usando o nome do cardeal.

É claro que ele aprendeu com essa experiência.

As declarações sobre o “lobby gay” que fez na viagem de volta para Roma, depois da Jornada Mundial da Juventude no Rio, não me surpreendem. Mas o que, na linguagem de um Papa, ele disse aos jornalistas? Suas palavras foram muito bem calculadas. Ele não as disse na praia de Copacabana, nem na reunião com os bispos, mas no avião com os repórteres da imprensa internacional. Ele disse que “se uma pessoa é gay e procura o Senhor”, ele não é ninguém para julgá-la, mas logo depois esclareceu que isso está no catecismo da Igreja, que o explica “de maneira muito linda”.

E o que o catecismo da Igreja diz? Que a homossexualidade — mencionada logo depois da pornografia, da prostituição e da violação — é uma propensão desordenada e uma depravação grave e que os “atos homossexuais” são contrários à lei natural e “não podem ser aprovados”. Os homossexuais, segundo o texto, devem ser acolhidos pela Igreja com respeito e compaixão, mas deve exigir-se a eles que sejam celibatários. E nada de querer casar. É o mesmo que Bento XVI dizia, mas Francisco sabe como falar para que suas palavras soem como inovadoras. Ele não é um intelectual alemão, mas um político argentino, acostumado a almoçar com políticos e jantar com jornalistas e a fazer muito lobby, embora tenha condenado o fantasioso “lobby gay”.

Mesmo assim, suas palavras são positivas, não porque signifiquem uma mudança na doutrina da Igreja, mas porque se os jornais dizem que o Papa disse alguma coisa boa sobre os gays, mesmo que ninguém entenda o significado teológico das expressões usadas, isso dará conforto a muitos gays cristãos e até pode fazer com que algumas pessoas homofóbicas mudem de ideia, achando que é isso

que o Papa quer. Se isso significar menos sofrimento desnecessário para um jovem gay em conflito com sua fé ou com sua família, valeu a pena. Mas eu não me iludo: Francisco é Bergoglio.

Ele deixou claro para os jornalistas que o que pensa sobre os nossos direitos civis é o que todo o mundo já sabe. Sua opinião sobre o casamento gay é a opinião da Igreja, que já se expressou perfeitamente sobre isso, ele disse. E, ao citar o catecismo, também frisou, para quem precisa ouvir, que a doutrina sobre a homossexualidade continua a mesma.

Alguns nos pedem paciência. Pediriam paciência aos negros se o catecismo da Igreja, elogiado pelo Papa como “lindo”, falasse que essa cor da pele é contrária à lei natural e que os negros são depravados?

Se Francisco quiser, tem o poder de mudar as coisas de verdade, como outros líderes de diferentes religiões já fizeram. Deveria ouvir, por exemplo, o arcebispo anglicano da Cidade do Cabo, Desmond Tutu. Prêmio Nobel da Paz e companheiro de Nelson Mandela na luta contra o apartheid, Tutu disse que a homofobia é equiparável ao racismo, que fica estupefato vendo as igrejas debaterem “quem vai para a cama com quem” e que, se o céu fosse homofóbico, preferiria ir para outro lugar. Ele até é a favor da ordenação de pastores homossexuais e, é claro, não tem problemas com o casamento igualitário. A Bíblia que eles leem é a mesma e Francisco tem mais poder do que Tutu em sua igreja. Afinal, ele é o Papa. Não tem mais desculpas.

(Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/08/03/o-papa-os-gays-505600.asp>
(Acesso em: 18 de junho de 2013))

O que se espera de um Papa com esse nome?

Ao homenagear Francisco de Assis na escolha do nome que o acompanhará ao longo do pontificado que se inicia, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, agora Papa Francisco, poderia se inspirar no *poverello* de Assis para promover algumas inovações na forma como a Igreja administra seu patrimônio e seu imenso rebanho. Respeitosamente, compartilharei aqui algumas sugestões sem a pretensão de que elas cheguem ao Vaticano – imerso em inúmeros problemas e desafios mais urgentes – mas a todos aqueles que compreendem a imensa responsabilidade que é tornar-se o primeiro Papa da história a chamar-se Francisco.

1 – Francisco de Assis veio ao mundo há oito séculos para constranger a opulência e poder político de uma igreja que se afastara dos princípios mais elementares do evangelho de Jesus. Como líder espiritual e chefe de estado, o Papa Francisco poderia dar o exemplo de austeridade sem precedentes na forma como a Igreja realiza suas compras, planeja suas obras físicas, organiza eventos e cerimônias, define logísticas de viagem e hospedagem, enfim, tudo o que represente consumo e posse de bens. Usar com parcimônia e moderação. Combater excessos de toda ordem. Ser simples por convicção e princípios éticos.

2 – Francisco de Assis é conhecido como o protetor dos animais, a quem sempre consagrou respeito e veneração. No mundo moderno, animais das mais variadas espécies ainda sofrem toda sorte de violência. Alguns são supliciados por diversão. Outros são alvos da crueldade obstinada de seus donos. As leis de proteção dos animais – presentes em vários países – não conseguem erradicar as muitas atrocidades cometidas contra os bichos. Os que são consumidos como alimentos foram reduzidos à categoria de “proteína animal”, o que credenciaria seus proprietários a tratá-los como se não houvesse ali um ser senciente, capaz de sentir dor. Papa Francisco tem a preciosa chance de denunciar tudo isso e defender protocolos éticos de criação, transporte e abate de animais, bem como a proteção das espécies silvestres.

3 – Francisco de Assis também é conhecido como o padroeiro da ecologia. No “cântico das criaturas”, eternizou a sacralização da natureza em suas múltiplas formas e expressões. O Papa Francisco tem a chance de reeditar o “cântico das criaturas” – versão século XXI – de forma ainda mais contundente em defesa da vida. Pode exercer sua enorme influência em favor dos recursos naturais não renováveis e dos ecossistemas ameaçados de extinção. Sem meio ambiente sadio e protegido não há “vida em abundância”, parafraseando o Cristo. Sem vida, a religião não faz o menor sentido.

4 – A abnegação em favor dos pobres – que o levou inclusive a renunciar a todos os bens e viver como eles – fez de Francisco de Assis um legítimo representante da caridade, do amor ao próximo e da abnegação de si mesmo em favor dos valores espirituais. Hoje sabe-se que as principais vítimas das mudanças climáticas, da escassez de água doce e limpa, da destruição da biodiversidade e de todas as manifestações de desequilíbrio ecológico em diferentes pontos do planeta são justamente os mais

pobres. O Papa Francisco tem, portanto, a oportunidade de conjugar em um mesmo movimento apostólico as lutas em favor da inclusão social e do meio ambiente. São ações que se complementam e se misturam. Uma mesma causa.

5 – Que ninguém se iluda com o fato de o Papa Francisco ser o chefe de estado de um país que ocupa uma área de apenas meio quilômetro quadrado com aproximadamente novecentos moradores. Ele é o líder espiritual de 1,2 bilhão de pessoas. O que disser, o que fizer, o que escrever, seus gestos, suas companhias, hábitos e comportamentos, risos e reprovações terão repercussão imediata mundo afora. Usar isso em favor dos valores franciscanos – humildade, simplicidade, fraternidade, abnegação em favor dos pobres, etc – fará toda a diferença.

6 – O Papa Francisco terá vez, voz e voto nos encontros multilaterais da ONU que discutem os rumos do planeta. O novo Papa pode tornar o Vaticano ainda mais ativo e presente nesses debates, qualificando seus negociadores e mobilizando católicos do mundo inteiro a acompanhar os rumos desses acordos (sobre clima, biodiversidade, água, desertificação, etc) e pressionarem pelo sucesso deles.

7 – Mesmo nas miudezas do dia-a-dia em seu novo endereço, o Papa Francisco poderá promover ajustes em favor da ecoeficiência. Consumo inteligente de água e energia, segregação de resíduos, compras públicas sustentáveis, frota de veículos mais econômica (quem sabe uma versão elétrica do papamóvel?) são medidas que podem ser otimizadas no Vaticano e estimuladas pelas paróquias do mundo inteiro. Quem sabe o novo papa interfira desde já nos protocolos do próximo conclave, e substitua por decreto o ritual de carbonização das cédulas (que sinaliza os rumos das votações pela cor das fumaças) por algum outro método que não polua ainda mais os céus de Roma?

Seja qual for o rumo que o Papa Francisco decidir tomar, terá pela frente, pelo resto de seus dias (ou de seu pontificado, posto que há o precedente da renúncia) um nome forte, emblemático, pleno de significado que marcará seus passos como o sucessor de Pedro. A simplicidade como guia, a pobreza como referência, a natureza como objeto de veneração e respeito. Que o Papa seja sempre Francisco.

(Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/mundo-sustentavel/2013/03/14/o-que-se-espere-de-um-papa-com-esse-nome/> (Acesso em: 15 de março de 2013))

Política faz mal à saúde

RIO DE JANEIRO - Política é letal como a câmara de gás, a cadeira elétrica, a força e a empada que matou o guarda. Gosto de ler Lima Barreto e, outro dia, reparei a distinção que ele faz entre a cultura, a economia e a política. Seu melhor personagem, Policarpo Quaresma, paga tributo às três principais expressões da atividade humana.

Na primeira delas, Policarpo descobre que o brasileiro deveria falar tupi-guarani, língua nativa, jamais o português, idioma do colonizador. Não morre por causa disso, mas cobre-se de opróbrio e de ridículo, ninguém o leva a sério.

Desiludido do fato cultural, ele se volta para a economia e torna-se fanático pela agricultura. Acredita em Pero Vaz de Caminha e começa a plantar, torna-se a primeira consciência ecológica do país, mas as saúvas acabam com tudo o que sonhou e plantou.

Ridicularizado culturalmente, arruinado economicamente, ele se volta para a política, envia aquele célebre telegrama ao presidente da República pedindo "energia" e avisando "sigo já!" para se alistar nas tropas leais a Floriano Peixoto.

Dessa vez, quebrou a cara e perdeu a vida. É fuzilado. Não que a sua causa estivesse errada. Simplesmente as coisas e as causas mudaram. Como se sabe, política é como nuvem, está assim e, de repente, fica assado, sem ninguém saber direito por quê. Ele continuou o mesmo. Oliveira Lima considerou Policarpo Quaresma o Dom Quixote nacional. Discordo. O Cavaleiro da Triste Figura enlouqueceu lendo livros de cavalaria. Policarpo não ficou louco, pelo contrário, tinha uma lucidez atroz. A loucura não era dele, mas dos outros. Dos entendidos em cultura, economia e política.

Acontece que o preço pago por ele sofreu gradual reajuste tarifário. Culturalmente, ficou desprezado. Economicamente, perdeu tudo. Politicamente, foi morto.

(CONY, C. H. Política faz mal à saúde. *Folha de S. Paulo*. A2. 06 mai. 2004.)

Quem é você: Angelina Jolie ou Jennifer Aniston?

Você é Jennifer Aniston

Profissional de sucesso, você se dedica inteiramente quando o assunto é trabalho. E faz bonito, pois é sempre bastante elogiada. Mas ainda guarda uma mágoa grande dentro do peito. Passe por cima do passado, esqueça os problemas e não escute o que encrenqueiros dizem a seu respeito.

Você é Angelina Jolie

Linda, poderosa e segura de si. Além de tudo isso, você se preocupa com problemas sociais mundiais e quer, cada vez mais, ajudar quem precisa. O problema é só o tal caso de roubar o marido da outra. Mas amor é amor, né? Você é determinada e sabe dosar as críticas que recebe – tanto positivas quanto negativas.

(Disponível em: <http://testeparavoce.br.msn.com/entretenimento/angieaniston/> (Acesso em: 05 de maio de 2013))

Para que serve o papa?

A opinião do líder da Igreja pode até entrar por um ouvido de seus fiéis e sair pelo outro. Mas ela também tem o poder de mudar o mundo. E o papa Francisco tem tudo para isso

Ele não ganhava salário, mas tinha quatro empregadas, um mordomo e um secretário. "São a minha família", dizia. Acordava às 6h, tomava banho, fazia a barba e se vestia de branco. Depois tomava café com a "família", discutia a agenda do dia com seus assessores e, se não tivesse nenhuma audiência marcada, estudava um pouco de teologia até a hora do almoço, às 13h15. Fazia a siesta e voltava a estudar às 16h. O jantar era cedinho, às 19h30. Aí era ver o noticiário da noite na TV e cama. Às 21h, já tinha dado boa noite para os funcionários e vestido o pijama. Essa era a rotina de Bento 16. E no que depender de Francisco 1º, ela vai ficar ainda mais simples.

O então cardeal Jorge Bergoglio fez questão de pagar a conta do hotel onde se hospedou durante o conclave e, uma vez eleito papa, não quis usar a cruz de ouro nem o papa-móvel. Algo natural para um senhor que andava de metrô quando era arcebispo de Buenos Aires. Amante do tango e torcedor fanático do San Lorenzo, Francisco trouxe uma feição mais humana e bem-humorada ao papado que a do autor de livros de teologia Joseph Ratzinger.

Mas de resto não muda muita coisa: o novo papa já deixou claro que não conversa sobre aborto, camisinha, sexo antes do casamento...

Mas parece que falta combinar com os fiéis. O país com mais católicos no mundo é um vizinho da terra natal do papa chamado Brasil. Nesse país existe um instituto de pesquisa chamado Ibope. Em 2007, ele auferiu que 96% dos jovens que se dizem católicos são a favor do uso da camisinha. Entre toda a população de 18 a 29 anos, esse índice de aprovação é de 95%. Ou seja: ainda que dentro da margem de erro, os católicos tendem a ser mais a favor da camisinha. Quem puxa a média para baixo são os evangélicos, com "só" 92% de aprovação ao contraceptivo. A mesma pesquisa mostra que os católicos mais jovens também têm opiniões divergentes da Igreja em relação a outros temas espinhosos, como o aborto.

Então caramba. Se a opinião que o papa representa entra por um ouvido de seus fiéis e sai pelo outro, para que ele serve? Para ser um popstar ligeiramente mais velho que o Mick Jagger? Uma pessoa cujo principal trabalho é acenar para multidões?

Bom, parte do trabalho de ser papa consiste disso mesmo. Mas não fica nisso, claro. Por mais que certas posições da Igreja não façam mais sentido no tempo e no espaço em que seus seguidores vivem, o papel do homem que senta na Santa cadeira continua relevante. Papel não. Papéis, já que o Sumo Pontífice encarna vários personagens sob a mesma batina. E saber qual é cada um deles ajuda a entender melhor a dimensão real de um papa.

Primeiro, o mais banal desses papéis: o papa também é bispo. Ele é o responsável pela diocese de Roma de forma tão direta quanto dom Odilo Scherer pela de São Paulo. João Paulo 2º, por exemplo, passava as manhãs resolvendo as demandas da diocese local, que hoje conta com 5.994 padres e 2,6 milhões de fiéis.

Na sua função mais conhecida, a de líder supremo da Igreja Católica, o papa pode banir teólogos, canonizar beatos e nomear cardeais. De quebra, também tem o emprego de chefe de Estado do Vaticano - um enclave do tamanho de 52 campos de futebol no coração de Roma. Ali, o papa atua como o último monarca absoluto da Europa. Ele delega a administração a cardeais, mas pode mandar como bem entende nos 800 e poucos habitantes. Também dá as cartas em temas espirituais: ninguém pode julgá-lo nem recorrer de suas decisões. Mas ampla mesmo é a sua quarta missão: manter a paz

entre a Igreja Católica, com seu 1,2 bilhão de fiéis, e as outras religiões - incluindo aí as outras vertentes do cristianismo, que somam elas próprias outro bilhão de seguidores.

João Paulo 2º levou isso a ferro e fogo: avançou no intercâmbio com os ortodoxos e tentou construir laços com os evangélicos. Foi também o primeiro papa a visitar uma sinagoga em Roma, em 1986, e o primeiro a entrar numa mesquita, na Síria, em 2001. Tanto fez que terminou o reinado como um superstar. Seu funeral, em 2005, reuniu pelo menos 4 milhões de pessoas e contou com mais chefes de Estado que qualquer outro evento fora da ONU.

Agora o papa Francisco nem bem assumiu e já é pop. Tanta expectativa ao redor de uma pessoa faz dela uma espécie de porta-voz da humanidade. As pessoas esperam que ele opine sobre tudo, como um Caetano Veloso de batina, com a diferença de que sua opinião se torna um fato global instantâneo. Em 1962, no auge da crise dos mísseis em Cuba, João 23 colocou panos frios na disputa entre EUA e URSS com um discurso pela paz emitido pela Rádio Vaticano. Em 1978, Chile e Argentina desistiram de guerrear por uma disputa no Canal de Beagle graças à mediação de João Paulo 2º. O mesmo papa ajudou a derrubar o comunismo na Polônia, seu país, dando apoio à oposição e bloqueando o monopólio da informação do regime. As paróquias polonesas distribuíam jornais clandestinos com informação sobre o que se passava no mundo do outro lado da cortina de ferro. E o fim do regime fechado na Polônia, em 1990, foi um dos marcos do fim da Guerra Fria.

Em suma: o papa pode até não ser ouvido pelos próprios fiéis quando o assunto é a vida particular deles. Mas às vezes influencia mais no destino do mundo do que qualquer chefe de Estado. Se o chefe da Igreja for um líder dinâmico e negociador, como foi João Paulo 2º, certamente vai deixar um legado relevante. E o simpático e firme papa Francisco tem tudo para isso. Buena suerte, Jorge.

(Para que serve o papa? *Superinteressante*. Ed. 317. Abr. 2013)

Refresco de memória

RIO DE JANEIRO - Até agora, a mais espetacular operação da Polícia Federal atirou contra o banqueiro Daniel Dantas. Mas atingiu também o presidente do Supremo, Gilmar Mendes, que está levando as sobras com o levantamento de sua polêmica passagem no judiciário nacional. Em matéria de ontem, publicada aqui na Folha, a repórter Ana Flor lembrou que o ministro foi trazido à vida pública por Fernando Collor, mas atingiu um raio de ação mais substancial durante os dois governos de FHC, quando foi advogado-geral da União. "O próprio Mendes tinha contra ele ações de improbidade administrativa movidas, em 2002, por um procurador da República que o acusava de enriquecimento ilícito."

É certo que o futuro ministro teve decidida atuação no caso das privatizações – daí, talvez, a "tranquilidade" de Daniel Dantas quanto à decisão do seu caso no Supremo presidido por Mendes. Outro jornalista, Mauro Santayana, em sua coluna no "Jornal do Brasil" de ontem, diz que "Gilmar excluiu-se eticamente do direito de pertencer ao Judiciário". E lembra: "O mais grave é que ele se encontrava sub judice, processado por improbidade administrativa – conforme denúncia de Dalmo Dallari- quando seu nome foi levado à Comissão de Justiça do Senado para ocupar a vaga no Supremo" – a indicação fora feita por FHC, em paga de seus serviços como advogado da União.

Santayana continua: "O rolo compressor do governo quebrou a resistência da maioria dos senadores. Ainda assim, seu nome foi recusado por 15 parlamentares. A Associação dos Magistrados Brasileiros também se opôs à sua nomeação. Mais ainda: o Ministério Público questionara, antes, a presença de Gilmar, que pertencia a seus quadros, na Advocacia Geral da União".

(CONY, C. H. Refresco de memória. Folha de S. Paulo. A2. 15 jul. 2008.)

Em gravação, Ronaldo vira Fábio Júnior do futebol e especialista em sexo

Um dos convidados do Altas Horas que será exibido na próximo sábado na Rede Globo, Ronaldo mostrou a já habitual desenvoltura em frente às câmeras. Ao lado dos cantores Falcão e Luan Santana, do humorista Marcos Veras, do cineasta Halder Gomes, da cantora Simone, o ex-jogador foi alvo de piadas, brincou com o público e até se meteu a especialista em sexo. No estúdio, ganhou o apelido de "Fábio Júnior do futebol" do apresentador Serginho Groisman, por conta da lista de seis casamentos no "currículo" do cantor.

A brincadeira surgiu no momento em que o ex-jogador foi questionado se iria se casar novamente. No início do mês, Ronaldo pediu a DJ Paula Moraes em noivado.

“Para casamento, estou procurando lugar na agenda ainda. Acho que só vai ter em 2019. Ficamos noivos”, afirmou. “Serginho, tudo pelo amor”, completou rindo.

Mas, o momento mais animado do atacante, foi quando a comentarista do programa global Laura Muller, especialista em sexo, foi chamada. Ronaldo resolveu dar pitacos no tradicional quadro do programa, quando os adolescentes da plateia fazem perguntas.

Numa delas, uma jovem questionou por que alguns homens acordavam com ereção. A explicação de Laura Muller, de que podia ser relacionado com os sonhos que ele tinha tido antes de acordar, não convenceu o ex-jogador.

“Achava que era vontade de fazer xixi”, disse Ronaldo, arrancando gargalhadas do público. “Tá bom, Serginho, vou ficar quieto agora”, completou.

“Quando a Laura não vier, vou chamar o Ronaldo”, brincou o apresentador.

O programa Altas Horas foi gravado na última quinta-feira e irá ao ar na madrugada de sábado para domingo na TV Globo.

(Disponível em: <http://terceirotempo.bol.uol.com.br/noticias/em-gravacao-ronaldo-vira-fabio-junior-do-futebol-e-especialista-em-sexo> (Acesso em: 18 de junho de 2013))

Se der certo, Gentili será "Jô Soares" da Band

Agora vai. Há vários meses em testes, o talk show do "CQC" Danilo Gentili na Band, o "Agora É Tarde", estreia dia 29 na faixa das 23h30. Com duas exibições semanais, a atração tem pretensões maiores.

Se der certo, a emissora pode transformar Gentili no "Jô Soares" da Band, com um programa de entrevistas diário.

Tudo depende da audiência, do faturamento e dos convidados que o humorista conseguir arrastar para o programa, não é?

Sem revelar seus primeiros entrevistados, Gentili garantiu que não está tendo problemas em levar personalidades ao programa, mesmo com suas tiradas polêmicas.

Ao que tudo indica, a atração ainda não tem grandes patrocinadores. A Band somente diz que a demanda comercial do formato está "interessante", seja lá o que isso for.

A graça da atração parece ser mesmo a banda de Gentili: a turma do "Ultraje a Rigor".

O vocalista Roger até brincou dizendo que a única semelhança entre ele e Bira, do Sexteto de Jô Soares (Globo) é a surdez.

(Disponível em: http://outrocanal.folha.blog.uol.com.br/arch2011-06-19_2011-06-25.html (Acesso em: 18 de junho de 2013))

Ser ou estar ministro

RIO DE JANEIRO - Quando convidado para ministro da Cultura, ainda no primeiro governo de Lula, o cantor e compositor Gilberto Gil levantou a premissa: não podia aceitar um cargo que conflitaria com sua vida profissional, que exigiria deslocamentos não compatíveis com uma função que deveria ser exercida em regime de tempo integral.

O presidente compreendeu a questão levantada honestamente pelo artista e confirmou o convite, que afinal foi aceito. No segundo governo, Lula manteve o ministro que enfrentava o problema das verbas insuficientes para rodar a máquina oficial destinada a criar e desenvolver atos de cultura.

Não deixava de ser uma situação estranha. Um funcionário graduado do governo brasileiro em frequentes turnês artísticas pelo mundo afora. Difícil conciliar as duas funções, sobretudo num ministério sem verbas e incentivo oficial. Na realidade, apesar de seu jogo de cintura pessoal e de sua habilidade política, Gil era criticado pela situação e pela oposição, que cobrava dele uma presença física no organograma da vida pública.

Para Gil, foi fácil repetir o acadêmico Eduardo Portella, que ao deixar o Ministério da Educação declarou que não era ministro mas estava ministro. Lembro um exemplo antigo: ao ser nomeado prefeito de Belo Horizonte, o médico Juscelino Kubitschek avisou ao governador que o nomeara sua intenção de continuar dando expediente no seu consultório e num hospital. Na parte da manhã vestia o avental, clinicava e operava. Na parte da tarde, cuidava da cidade criando metas de trabalho.

Não deu para manter o esquema por muito tempo. O volume das obras o exigia, despiu o avental para nunca mais vesti-lo. Sua vocação era a administração. A vocação de Gilberto é outra.

(CONY, C. H. Ser ou estar ministro. *Folha de S. Paulo*. A2. 03 ago. 2008.)

Tempo de palpites

RIO DE JANEIRO - Sempre achei ridícula a tendência da mídia de futebolizar todos assuntos, transformando-os numa espécie de luta entre bons e maus, de vermelhos contra azuis, de Fla x Flu com infinitas variações. Da eleição de um papa ao melhor estandarte de uma escola de samba, os entendidos são pródigos em análises e prognósticos, havendo mesmo uma certa emulação para sagrar quem acerta o placar, uma loteria esportiva que, na maioria dos casos, não tem vencedor. É bem verdade que somos condenados a nos interessar pelas eleições presidenciais nos Estados Unidos. Formadores e informadores de opinião torcem desbragadamente por um e por outro candidato, como se a vitória de um deles representasse uma futura idade de ouro para a humanidade. Lembro a estupefação causada por Luís Carlos Prestes quando da primeira eleição após a ditadura do Estado Novo. Na luta entre o bem e o mal, representada pelas candidaturas do marechal Dutra (PSD) e do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), o líder comunista declarou que não via nenhuma diferença entre os dois. Como? Dutra fora o condestável da ditadura, o brigadeiro representava a oposição ao totalitarismo. Como podiam ser a mesma coisa? Dutra era feio e casado, o brigadeiro era bonito e solteiro. Valia tudo para descobrir diferenças entre os dois. Mas Prestes tinha razão. O mesmo se pode dizer dos atuais candidatos à Casa Branca. Republicanos e democratas podem ter vantagens e desvantagens no tabuleiro da política interna – que, aliás, diz respeito somente aos norte-americanos. No plano internacional, as diferenças são mínimas. E há os paradoxos: o endeusado democrata Kennedy patrocinou a invasão de Cuba, e o maldito republicano Nixon abriu o diálogo então possível com a China e a antiga URSS.

(CONY, C. H. Tempo de palpites. *Folha de S. Paulo*. A2. 07 fev. 2008.)

Um Francisco sul-americano e jesuíta

Cardeal argentino Jorge M. Bergoglio é eleito na 5ª votação e surpreende bolsas de apostas e vaticanistas

A fumaça branca que saiu da chaminé sobre a Capela Sistina transformou a praça São Pedro num poço de ansiedade. O sentimento predominou por pouco mais de uma hora e só se dissipou quando Jorge Mario Bergoglio foi anunciado como o papa Francisco.

O nome do argentino, que não figurava entre os cotados, foi recebido com surpresa, confirmando velho dito de dom Raymundo Damasceno, arcebispo de Aparecida: "Sempre que vou a Roma compro passagens de ida e volta, pois quem entra papa [no conclave] sai cardeal".

O conclave ocorreu após a renúncia de Bento 16 e foi o primeiro com a cobertura maciça das redes sociais, aumentando especulações e a busca por informações.

Todos esperavam um nome como o do italiano Angelo Scola ou o brasileiro Odilo Scherer, apontados nas últimas semanas como os preferidos.

A maioria dos vaticanistas ignorou aquele que foi um dos preferidos no conclave de 2005, que elegeu o alemão Joseph Ratzinger.

Aos 76 anos, o ex-arcebispo de Buenos Aires é visto conservadores, além de ser conhecido por sua rotina simples. Utilizava o transporte público e participava de ações em favelas de Buenos Aires, o que leva analistas a considerarem-no um bom pastor. Sua primeira viagem papal será em julho, ao Rio, para a Jornada Mundial da Juventude

Formado em engenharia química, tem apenas um pulmão devido a doença respiratória em sua juventude - o que derruba a tese de um pontífice "jovem" e com saúde. Tem quatro irmãos e vem de família de classe média.

Em seu discurso, o novo papa pronunciou com certo humor seu primeiro discurso. Franco com os fieis, ele pediu orações para o papa emérito, Bento 16, para o seu pontificado e exortou fraternidade e unidade.

Ao fim, pediu que rezassem em silêncio por ele, que lidará com escândalos financeiros da Cúria e os casos de abuso sexual por padres.

Enquanto padre e cardeal, Bergoglio teve uma vida bastante ligada à de suas paróquias, sempre ligado a trabalhos sociais e a uma vida austera, diferente do que se espera de um religioso com certo poder e prestígio.

O atual papa usava o metrô e os ônibus da capital argentina para se locomover, passando assim uma imagem de humildade e sobriedade que sempre agradou aos seus seguidores.

Outro fator que agrada aos fiéis é sua disposição para tratar dos problemas dos mais pobres.

O então cardeal Bergoglio recusava convites para jantares e, em eventos grandes, quando é habitual que autoridades cheguem com pompa, ele levava apenas assessores. Quando foi criado cardeal, em 2001, teve que se encontrar com João Paulo 2º em Roma e levou apenas sua família, disse seu porta-voz, Guillermo Marcó ao jornal argentino "La Nación".

Apesar de conservador, Bergoglio criticou padres que se recusavam a batizar filhos de mães solteiras e aceita a camisinha para evitar infecções.

Enquanto cardeal, Jorge Bergoglio, o papa Francisco, foi extremamente criticado por seu envolvimento com a ditadura militar argentina.

Bergoglio era visto não apenas como um dos membros do clero que fazia vistas grossas aos crimes do governo militar, mas como participante ativo do regime.

Bergoglio teria retirado a proteção eclesiástica de dois membros da ordem jesuíta, da qual faz parte, tornando assim, os dois frades vulneráveis ao regime. Ambos foram presos e torturados por mais de cinco meses.

Além disso, há no livro "Silêncio", de Horacio Verbitsky, o relato de que o então cardeal Jorge Bergoglio cedeu sua casa de veraneio para ocultar, sob tutela da Marinha argentina, um grupo de prisioneiros políticos durante a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para vistoriar os prisioneiros políticos do regime argentino.

Além destas questões, o papa afirmou que a adoção de crianças por casais homossexuais é uma "forma de preconceito com as crianças", que sofreriam com isso.

(Disponível em: <http://www.destakjornal.com.br/noticias/mundo/um-francisco-sul-americano-e-jesuista-184260/> (Acesso em: 18 de junho de 2013))

Veja repercussão do anúncio do novo Papa Francisco

Cardeal Jorge Mario Bergoglio é o 1º Papa latino-americano da história. Decisão foi anunciada nesta quarta-feira (13) após dois dias de conclave.

O conclave elegeu nesta quarta-feira (13) o cardeal Jorge Mario Bergoglio, argentino, como novo Papa, sucessor de Bento XVI à frente da Igreja Católica Apostólica Romana.

O nome do escolhido pelos 115 cardeais foi anunciado pelo mais velho dos cardeais-diáconos, o francês Jean-Louis Tauran.

A decisão surpreendeu, pois o argentino, citado inicialmente, não aparecia nas últimas listas de favoritos, que incluíam o brasileiro Dom Odilo Scherer e o italiano Angelo Scola.

Veja a repercussão do anúncio:

Arquidiocese do Rio de Janeiro, em comunicado oficial: "A festa de celebração dos fiéis reunidos na Praça São Pedro é a mesma que existe no coração de cada católico que acompanha o momento histórico pela internet e/ou televisão. A certeza de que o escolhido pelo colégio cardinalício foi o desejado por Deus para estar à frente da Igreja anima homens e mulheres de todas as nações à fé de que um novo tempo de graça tem início."

Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU, em comunicado divulgado pela BBC: "Espero dar continuidade à cooperação entre as Nações Unidas e a Santa Sé, sob a liderança da Sua Santidade Papa Francisco. Compartilhamos objetivos comuns - da promoção da paz, justiça social e direitos humanos, à erradicação da pobreza e da fome - todos, elementos centrais para o desenvolvimento sustentável. Também compartilhamos a convicção de que só podemos resolver os desafios interconectados do mundo de hioje através do diálogo."

Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, em comunicado divulgado pela BBC: "Como o primeiro papa das Américas, sua escolha fala da força e da vitalidade de uma região que está cada vez mais influenciando o mundo. Junto com milhões de hispano-americanos, nós, nos Estados Unidos, compartilhamos a alegria deste dia histórico. Como um defensor dos pobres e dos mais vulneráveis, ele carrega a mensagem de amor e de compaixão que inspira o mundo há mais de 2 mil anos - que no rosto de cada um, vemos o rosto de Deus."

Cristina Kirchner, presidente da Argentina, em carta divulgada pela agência AFP: "É nosso desejo que tenha, ao assumir a condução e guia da Igreja, um frutífero trabalho pastoral

desempenhando tão grandes responsabilidades em prol da justiça, da igualdade, da fraternidade e da paz da Humanidade."

David Cameron, primeiro-ministro do Reino Unido, em comunicado divulgado pela agência EFE: "Um dia transcendental para os 1,2 bilhão de católicos ao redor do mundo, no qual Sua Santidade o Papa Francisco I foi nomeado o Papa de Roma número 266."

Dilma Rousseff, presidente da República Federativa do Brasil, em comunicado oficial: "Em nome do povo brasileiro, congratulo o novo Papa Francisco I e cumprimento a Igreja Católica e o povo argentino. Maior país em número de católicos, o Brasil acompanhou com atenção o conclave e a escolha do primeiro Papa latino-americano. É com expectativa que os fiéis aguardam a vinda do papa Francisco I ao Rio de Janeiro para a Jornada Mundial da Juventude, em julho. Esta visita, em um período tão curto após a escolha do novo pontífice, fortalece as tradições religiosas brasileiras e reforça os laços que ligam o Brasil ao Vaticano."

Dom Antonio Carlos Altieri, arcebispo de Passo Fundo, ao G1: "A gente sabe que a nacionalidade, como tudo no mundo moderno, não é tão importante. O novo Papa vai dar uma resposta adequada. É a pessoa certa, no momento certo. O Papa João Paulo II já esperava que a América Latina fosse a resposta. Ele esperava já uma terceira via. É uma grande alegria termos um novo guia, um novo representante. Agora também se soma a isso um Papa latino-americano, onde o catolicismo é mais generoso. Certamente a escolha do novo Papa trará muitos argentinos à Jornada Mundial da Juventude, que ocorre no Rio de Janeiro neste ano ainda. O novo Papa se compromete a renovar a esperança de uma evangelização mais significativa. O Papa Francisco I já estava no coração de Deus e espero que ele tenha mais energia que o Papa Bento XVI."

Dom Caetano Ferrari, bispo da Diocese de Bauru (SP), ao G1: "Acredito que ele vai continuar nessa linha de renovação que o Vaticano pede, para que as estruturas sejam mais simplificadas, de se ter uma relação mais direta das igrejas locais do mundo com o Papa, sem grandes burocracias."

Dom Edmar Perón, bispo-auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, ao G1: "Todos nós fomos pegos por uma grandíssima surpresa. Ele escolheu um lema para sua vida quando escolheu o nome Francisco. Pelo que lemos é uma pessoa muito simples."

Dom Fernando Saburido, arcebispo de Olinda e Recife, ao G1: "Ele não estava entre os favoritos. É um jesuíta e dificilmente os jesuítas assumem esses cargos, não se tornam nem bispos, por causa do voto de pobreza. Tem a idade também, ele tem 76 anos, é uma idade muito parecida com a que Bento XVI tinha quando foi eleito, 78 anos. Por outro lado, é uma pessoa querida por todos, porque é extremamente simples e humilde, tanto que na primeira aparição pública, antes mesmo de abençoar os fiéis, ele pediu que fizessem orações por ele, porque é uma carga muito pesada. Esse Papa é um sinal de renovação, porque ele é um homem muito correto, íntegro em suas decisões. As mudanças devem começar já na escolha das pessoas que vão assessorá-lo."

Dom Frederico Heimler, arcebispo de Cruz Alta, ao G1: "É fantástico que a escolha tenha sido por um argentino. É a primeira vez que um Papa vem de fora da Europa. É um grande sinal de que os cardeais, visivelmente, estão querendo mudanças na igreja católica. Até a questão da escolha do nome indica mudanças. Eu confesso que gostaria muito que fosse um brasileiro o escolhido, mas acho que ainda não era a hora do Brasil. Sendo da América do Sul, já é um grande sinal. Os cardeais valorizaram o trabalho que vem sendo feito em outros continentes. É um sinal claro de mudanças que estão por vir."

Dom Hélio Adelar Rubert, arcebispo de Santa Maria, ao G1: "Foi uma surpresa e uma grande alegria. É uma boa notícia para nossos irmãos argentinos. Estou muito agradecido a Deus por nossa escolha. Já rezamos bastante pelo novo Papa. Ficamos muito felizes. Na verdade, estávamos naquela expectativa (sobre Dom Odilo). Teve muita propaganda em cima disso, mas esta eleição que acontece no Vaticano é um serviço para a igreja, para humanidade. É diferente de outras eleições. O silêncio, as orações para que os cardeais descubram o que já estava no coração de Deus. Acho que esta eleição cria uma auto-estima na Argentina, um povo muito sofrido, e para nossa América. São novas esperanças."

Dom Jacinto Bergmann, arcebispo de Pelotas, ao G1: "A geografia não entra no critério da escolha do Papa. Sempre fui muito aberto a escolha do que poderia acontecer. Nunca coloquei este ou aquele como favorito. Acolho com muita alegria. Foi o escolhido de Deus. Igreja tem outros parâmetros para a escolha do papa. Nossa escolha não é por nacionalidade. O Papa latino-americano significa que temos uma igreja viva. É uma alegria muito grande poder dizer que nós temos um filho para oferecer para ser o pastor universal."

Dom Luiz Mancilha Vilela, arcebispo de Vitória, ao G1: "Queremos um pastor, que saiba guiar o povo. Quando se apresentou, a primeira coisa que pediu aos fiéis que estavam na Praça de São Pedro é que rezassem por ele. Fiquei muito feliz com isso, mostra que ele quer a participação do povo. Será um bom líder. Sei que ele é jesuíta e por isso posso crer que é uma pessoa bem formada do ponto de vista intelectual e teológico. Por isso deve enfrentar os problemas com fé e coragem. A escolha do nome dele também foi baseada em suas crenças, pois São Francisco Xavier era jesuíta e grande evangelizador. Esse é um ponto que a Igreja busca muito hoje, a nova evangelização, que são novos métodos mais entusiastas, para estimular os fiéis."

Dom Milton Santos de Figueiredo, arcebispo de Cuiabá, ao G1: "Temos um Chico como Papa, o que não era o esperado. O Espírito Santo deu um baile em todas as previsões." [...]

(Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/renuncia-sucessao-papa-bento-xvi/noticia/2013/03/veja-repercussao-do-anuncio-do-novo-papa-o-cardeal-jorge-mario-bergoglio.html> (Acesso em: 26 de março de 2013))

Xuxa morena! A Rainha aparece de cabelos escuros e se compara a princesa: 'Estou me sentindo a Branca de Neve'

Xuxa de novo visual: ela ficará assim por pelo menos seis semanas

O grande dia chegou! Nesta quarta-feira, a apresentadora Xuxa deixou de lado seus fios louros de longa data e ficou morena pela primeira vez na vida. Antes de aparecer para a imprensa, Xuxa se reuniu num salão com clientes e empresários da marca de tintas que usou. A Rainha dos Baixinhos, que tinha seus fios louros claríssimos como marca registrada, recebeu R\$ 2 milhões para usar uma coloração.

Xuxa disse que se assustou ao se ver no espelho após a transformação.

- Não estou acostumada ainda. Minha raiz é loura, ainda faço umas coisinhas de loura - brincou.

Mas, ao definir como se viu morena pela primeira vez, não hesitou:

- Me achei lindíssima. Estou me sentindo a Branca de Neve!

Xuxa nunca teve tinturista. E confiou na experiência da marca, que importou de Nova York um profissional para a transformação. Daniel Fortunato já cuidou dos cabelos das atrizes Scarlet Johansson e Lindsey Lohan. Ele passou a semana no Brasil só para mudar os cabelos da loura.

Segundo a assessoria de Xuxa, o dinheiro será doado diretamente para a Fundação Xuxa Meneghel, que promove ações sociais com crianças e adolescentes.

A mãe de Sasha pode ficar até seis semanas morena, já que a marca de tintura garante que o tom escuro permanece durante esse período:

- Estou muito feliz e com medo de ficar viciada e pintar de ruivo - disse, aos risos, ao falar com a imprensa: - Cabelinho de 30, corpinho de 40 e cabecinha de 12.

Quem adorou mesmo o resultado foi a mãe da Rainha dos Baixinhos, dona Alda:

- O olho emocionado da minha mãe foi a coisa mais linda. Esse sonho era dela.

(Disponível em: <http://extra.globo.com/mulher/beleza/xuxa-morena-rainha-aparece-de-cabelos-escuros-se-compara-princesa-estou-me-sentindo-branca-de-neve-5871166.html> (Acesso em: 15 de março de 2013))